

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Bruna Suruagy do Amaral Dantas

**Religião e Política:**

**ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2011

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

Bruna Suruagy do Amaral Dantas

**Religião e Política:**

**ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**

DOUTORADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia Social, sob a orientação do Prof. Dr. Salvador Antônio Mireles Sandoval.

SÃO PAULO

2011

**Banca Examinadora**

---

---

---

---

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a meu querido orientador, Prof. Salvador Sandoval, que participou ativamente da produção desse trabalho sem, no entanto, restringir minha autonomia, instigando-me a explorar novas possibilidades e apoiando-me na realização de minhas ideias.

Às professoras Eliane Gouveia, Vera Chaia e Soraia Ansara, que foram brilhantes na banca de qualificação, possibilitando-me pensar no objeto de pesquisa sob novas perspectivas e reconstruir a trajetória da investigação.

Ao professor Geraldo de Paiva, por sua disponibilidade, gentileza e cordialidade.

Aos integrantes do Núcleo de Psicologia Política, que lançaram um olhar crítico sobre minha produção, fazendo-me rever as bases teóricas e os procedimentos metodológicos adotados no trabalho.

A Isabel Heringer, Lúcia Helena Rocha, Jéssica Suruagy e Laila Velho, que me ouviram incansavelmente e, com paciência, acolheram minhas angústias e incertezas em relação à qualidade e coerência da pesquisa realizada.

A Gustavo Dias, Juliana Albuquerque, Andressa Alves e Edivânio de Lima, que me auxiliaram no trabalho de campo, favorecendo o contato com os sujeitos da pesquisa.

Em especial, a Eduardo Viveiros, que esteve presente em todos os momentos da investigação e me fez indicações bibliográficas preciosas. A você, minha admiração, minha gratidão e meu afeto.

A meus cunhados, Flávio e Marina, que participaram de todo esse processo.

A meus irmãos, Luiz Antônio, Paulline e Paulo, que com tanto carinho se dispuseram a ouvir-me, demonstrando interesse por minhas escolhas e desejos.

A meus amados pais, Luiz e Silvana, que dedicaram a mim todo amor e apoio. Tudo que sou devo a vocês.

**Dedico essa tese a meus sobrinhos queridos, Paula, Luiza e Gabriel, e ao mais novo membro da família, Luiz, que me ensinam a ser.**

## RESUMO

No Brasil, as igrejas evangélicas têm ingressado na esfera político-partidária e consolidado sua força no cenário nacional. Atualmente, são atores políticos relevantes, que possuem poder para interferir nas decisões do parlamento, não sendo mais possível ignorar sua presença no espaço público. O interesse pela política expandiu-se tanto que denominações pentecostais de expressiva importância no campo religioso passaram a contar com uma assessoria política que lhes orienta no desenvolvimento de estratégias eleitorais, propiciando, assim, a ampliação da representação parlamentar e a conquista de cargos eletivos nas esferas municipal, estadual e federal. Dessa maneira, começaram a ocupar posições de poder, convertendo-se em agentes políticos de expressividade nacional. Em vista do crescimento da representação parlamentar evangélica na Câmara Federal, a presente pesquisa tem como objetivo investigar o sistema de ideologias político-religiosas dos deputados federais evangélicos, na legislatura de 2007/2011. Para tanto, utilizou-se como procedimento metodológico a realização de entrevistas semi-estruturadas com parlamentares e assessores. A análise dos dados, realizada com base no conceito de ideologia desenvolvido por Ignacio Martín-Baró, revelou que os integrantes da Frente Parlamentar Evangélica apresentam em seus discursos os seguintes pressupostos ideológicos: o mito da unidade e do consenso, a negação do antagonismo, o compromisso com a representação genérica, a normatização da política, a conservação da moralidade instituída, a preservação do *status quo* e o combate à transformação do código legislativo.

Palavras-chave: religião; política; fé e poder; deputados evangélicos; Câmara Federal; ideologias político-religiosas.

## ABSTRACT

In Brazil, the Evangelical churches have entered into the political sphere and have consolidated their strength in the national scenario. Today, they are relevant political players that have power to interfere in the parliament's decisions, and it is no longer possible to ignore their presence in the public space. The interest in politics has expanded so much that Pentecostal denominations of significant importance in the religious field have started to have political assistance regarding the development of electoral strategies, thus enabling the amplification of parliamentary representation and the acquisition of elective offices in the municipal, state and federal spheres. In this way, they started to hold positions of power and became political agents of national significance. In view of the growth of the Evangelical parliamentary representation in Congress, the present study aims to investigate the system of political-religious ideologies of the Evangelical congressmen, in the 2007/2011 term of office. The methodological procedure was semi-structured interviews with congressmen and assistants. Data analysis, based on the concept of ideology developed by Ignacio Martín-Baró, revealed that the members of the Evangelical Parliamentary Front present in their speeches the following ideological presuppositions: the myth of unity and consensus, the denial of antagonism, the commitment to generic representation, the normalization of politics, the conservation of the instituted morality, the preservation of the *status quo* and the combat against the transformation of the legislative code.

Keywords: religion; politics; faith and power; Evangelical congressmen; Congress; political-religious ideologies.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	09
CAPÍTULO I - <i>A Inserção das Igrejas Evangélicas na Política Partidária</i> -----	21
CAPÍTULO II - <i>O Fenômeno da Ideologia nas Sociedades Contemporâneas</i> -----	64
CAPÍTULO III - <i>Contribuições Teóricas ao Estudo Psicossocial da Ideologia</i> ----- -----	105
CAPÍTULO IV - <i>Metodologia</i> -----	136
CAPÍTULO V - <i>Organização, Composição e Mobilização da Frente Parlamentar Evangélica</i> -----	163
CAPÍTULO VI - <i>Democracia, Estado Laico e Representatividade Política</i> -----	239
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	321
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	333

## ANEXO

Roteiro de Entrevista



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira assistiu à inserção das religiões no espaço público, à participação política dos atores religiosos e à visibilização pública dos pleitos confessionais. Observou-se a desprivatização e publicização da religião (Casanova, 1994) que, desse modo, alcançou múltiplas formas de representação política e passou a integrar fóruns públicos de discussão. Os evangélicos demonstram claro interesse por ocupar a cena política e participar do jogo eleitoral, penetrando espaços de poder, obtendo prestígio e influência, protagonizando ações públicas e participando de decisões de importância nacional, o que gerou transformações efetivas no cenário político brasileiro. Segundo Giumbelli (2008), em decorrência da intensa presença dos evangélicos na esfera pública, o campo da política não pode mais ignorar o fenômeno religioso. Tendo em vista a proeminência da diáde religião e política na contemporaneidade, o presente trabalho tem como objetivo analisar as ideologias político-religiosas dos parlamentares evangélicos da Câmara Federal na legislatura de 2007/2011.

Episódios recentes veiculados pela mídia revelam o compromisso religioso com a política e a instrumentalização política da religião. Nas eleições presidenciais de 2010, questões de natureza religiosa e moral assumiram o centro do debate político com finalidades eleitoreiras. Acusou-se a candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, de ser favorável à descriminalização do aborto, o que lhe rendeu uma queda significativa nas pesquisas eleitorais. A campanha assumiu um tom moralista, estridente e conspiratório. Lideranças eclesiais advertiram os fiéis dos perigos de se eleger uma candidata que apoia “práticas abortistas”, interferindo significativamente na disputa presidencial. Os candidatos correram para ampliar suas alianças com segmentos da Igreja Católica e das denominações evangélicas assim como passaram a utilizar exaustivamente mensagens e símbolos religiosos, visando obter a vitória eleitoral<sup>1</sup>. Associou-se, estrategicamente, a candidata da situação à liberalização moral e ao relativismo ético.

---

<sup>1</sup> Informação extraída do site: <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-logica-da-campanha-de-serra>, consultado em 12 de outubro de 2010.

Outro fato que denota a mobilização política dos grupos evangélicos está relacionado ao resultado das eleições proporcionais de 2010, em nível federal. Atualmente, na legislatura de 2011/2014, a Frente Parlamentar Evangélica conta com 71 deputados federais e 3 senadores<sup>2</sup>, apresentando um aumento expressivo de aproximadamente 42%, quando comparados aos 43 congressistas da legislatura anterior<sup>3</sup>. No início dessa nova legislatura (2011/2014), os parlamentares evangélicos foram notícia nos principais veículos de comunicação do país, dado o barulho que fizeram por conta do material anti-homofobia que o Ministério da Educação pretendia distribuir nas escolas públicas. Empreendendo uma verdadeira cruzada contra homossexuais, os deputados “crentes” ameaçaram bloquear as votações na Câmara Federal, convocar o então ministro Antônio Palocci para prestar esclarecimentos sobre o seu crescimento patrimonial, pedir formalmente a exoneração do ministro Fernando Haddad e solicitar a instalação de uma CPI para investigar o Ministério da Educação. Declarações infundadas foram proferidas em plenário, alegando que o kit de combate à homofobia era uma forma de incitar os estudantes da rede pública a se tornarem homossexuais. Fez-se tanto estardalhaço que a Presidente da República resolveu suspender a distribuição do material educativo, atendendo, assim, as reivindicações dos paladinos da moral cristã<sup>4</sup>.

Os acontecimentos acima narrados expressam o engajamento político de atores religiosos, contrariando a tese moderna de que entre a religião e a política deve haver uma fronteira intransponível, que impeça qualquer tipo de intersecção e atravessamento (Guigou, 2006). De acordo com essa perspectiva, a política não deve ter nenhum envolvimento com a religião assim como as organizações religiosas devem manter-se alheias à atividade política. Tradicionalmente, os evangélicos rechaçavam a política e, por isso, retiravam-se da esfera pública e secular, isolando-se no mundo privado (Rivera, 2006). Nesse contexto, a política e a religião possuíam territórios delimitados e

---

<sup>2</sup> Informações obtidas no blog da Frente Parlamentar Evangélica, acessado em 15 de fevereiro de 2011: <http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/p/nova-bancada-evangelica.html>.

<sup>3</sup> Dados acerca da composição político-partidária da bancada evangélica, na legislatura de 2007/2011, objeto da presente pesquisa, serão apresentados detalhadamente no primeiro capítulo.

<sup>4</sup> Notícias divulgadas nos seguintes sites, consultados respectivamente em 23 de maio, 05 e 06 de junho de 2011: a) <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917220-bancada-evangelica-diz-que-nao-vota-nada-ate-esclarecer-kit-gay.shtml/>; b) <http://www1.folha.uol.com.br/poder/920455-em-protesto-contr-kit-gay-bancada-evangelica-mira-palocci.shtml>; c) <http://br.noticias.yahoo.com/dilma-suspende-elabora%03%a7%0c3%a3o-kit-anti-homofobia-escolas-175808443.html>

espaços geográficos definidos. Todavia, conforme Burity (2001), nas sociedades contemporâneas, as fronteiras que antes demarcavam os territórios deslocaram-se, possibilitando o livre trânsito dos conteúdos políticos e religiosos de sorte que a religião ingressou no âmbito público e a intervenção estatal atingiu a vida íntima e privada dos indivíduos. Ao discorrer sobre as comunidades eletrônicas pentecostais, Gouveia (2005) destaca que a “desterritorialidade da fé” tem surgido como nova possibilidade de relação com o sagrado.

Verifica-se, pois, um intenso fluxo, mobilidade e reconfiguração de fenômenos que outrora estavam fixos em “terras firmes”. A religião e a política se movimentam por diferentes âmbitos da vida social e cultural, articulando-se em determinados espaços móveis. Em face desse deslocamento, alguns pesquisadores demonstram certa preocupação com as implicações da participação política das lideranças eclesiásticas para o desenvolvimento do sistema democrático, pois temem o incremento da intolerância religiosa, dada a reduzida regulação estatal da atividade pública desses agentes sociais (Birman, 2003; Burity, 2006). Entretanto, para Burity (2008), a presença de atores religiosos nas instituições políticas não representa nenhuma ameaça à consolidação e ao amadurecimento da democracia. As democracias contemporâneas, em nome do princípio da pluralidade cultural e ideológica, favorecem a mobilização política das forças religiosas, não comprometendo seus fundamentos.

Por essa razão, a nosso ver, não cabe indagar se as religiões devem ou não envolver-se com a política, mas compreender os múltiplos sentidos, impactos e efeitos da atuação religiosa no cenário público bem como o tipo de relação existente entre os atores religiosos e políticos. Como argumenta Burity (2008), atualmente, a questão central a ser discutida não é a separação entre Igreja e Estado nem a neutralidade das instituições republicanas, mas a inclusão dos conflitos religiosos nos debates públicos e a garantia de múltiplas formas de representação e ação políticas, que sejam absolutamente inclusivas. O pavor moderno frente à presença das religiões no espaço público não parece ter fundamento. O que ameaça o regime democrático é o monopólio religioso e não a participação das mais diversas religiões nas instâncias políticas. Vale salientar que o vínculo entre religião e política não é um fato recente, mas um fenômeno histórico que, ao longo dos séculos, foi assumindo diferentes configurações e perspectivas. Na atualidade, o campo das relações entre religião e política encontra-se

em constante transformação e reconfiguração, apresentando formas variáveis, móveis, complexas e indeterminadas.

### **Secularização da Sociedade e Profusão do Sagrado**

Em meio à racionalidade moderna, surgiram inúmeras predições científicas que anunciavam o declínio da religião e a extinção da fé como resultado do avanço da ciência e do progresso tecnológico. Os defensores da razão desprezavam profundamente as tradições confessionais e acreditavam na morte da divindade (Roldán, 2008). No entanto, diante da persistência do fenômeno religioso, pesquisadores de renomado prestígio acadêmico como Peter Berger (2001) abandonaram a teoria da secularização do mundo e passaram a refutá-la, defendendo o retorno da magia, a revitalização do sagrado e o reencantamento da cultura. Alguns teóricos, porém, ressaltam que o surgimento de novos movimentos religiosos, em vez de invalidar a tese do desencantamento, a confirma. Segundo Pierucci (1997a), a secularização abrange a desmonopolização da religião, o fim da fidelidade inexorável à tradição, o desenraizamento religioso, a proliferação de novos artigos de fé, a redução do poder das instituições eclesiais e a perda da centralidade da religião na vida sócio-cultural do país. *“A religião não voltou a ocupar a centralidade e o poder de outrora. Isso pode até vir a acontecer, mas não está acontecendo e é impossível que aconteça num futuro próximo”* (Fonseca, 2002: 30 e 31).

A dessacralização da cultura relativiza os compromissos com o sagrado, favorece as “quebras de lealdade”, efemeriza a filiação religiosa e possibilita constantes trocas de religião por meio da conversão (Pierucci, 2006). Por conseguinte, com o fim da hegemonia absoluta da religião oficial, foram confeccionados inúmeros “artefatos” religiosos, ampliando, assim, a pluralidade de crenças, as possibilidades de escolha de cada indivíduo e a liberdade de culto. A secularização, pois, corresponde à passagem da supremacia de uma única cosmovisão e normatividade moral para a pluralização simbólica, a multiplicidade ética e o livre exercício da fé. Trata-se de um processo de racionalização da ordem jurídico-política e de laicização do Estado (Mariano, 2003). Desse modo, pode-se asseverar que a secularização é um fenômeno complexo, contraditório, irregular e descontínuo, que se manifesta de múltiplas formas. Conforme

Oro e Ureta (2007), na América Latina, observa-se a articulação de forças antagônicas, como o desencantamento do mundo e a efervescência da magia, a racionalização do espaço público e a sacralização da vida privada.

Não obstante a secularização seja regularmente associada à privatização e individualização da fé, verifica-se que atualmente esse processo engloba também a publicização e coletivização da religião. Logo, o fenômeno da secularidade abarca situações e operações contrárias, como a privatização e desprivatização do sagrado, a comunitarização das crenças e individuação/ pluralização das cosmologias (Mallimaci e Catoggio, 2008). Ademais, percebe-se ainda nas sociedades contemporâneas a desinstitucionalização da religião, o colapso das tradições, a erosão da autoridade religiosa, a desestruturação hierárquica do sistema eclesiástico, a perda da credibilidade institucional, a crise das estruturas normativas e a desconfiança em relação às instituições dedicadas à produção de sentido e à imposição de preceitos morais (Catoggio, 2008; Zapponi, 2008; Negrão, 2000). De acordo com Mallimaci (2008), na atualidade, a experiência com a transcendência está desvinculada de qualquer pertencimento institucional de modo que o sujeito não seja tutelado por uma ordem clerical nem subjugado por imperativos morais. Reivindica-se uma espiritualidade livre de dogmas, obrigações e injunções.

Contudo, a hierarquia eclesiástica não admite uma fé sem autoridade, uma religião sem moralidade, uma crença sem obediência. Aceita-se a laicidade jurídica, mas não a simbólica; endossa-se a “autonomia temporal”, mas não “a autonomia espiritual”; legitima-se a liberdade nos assuntos seculares, mas não nas questões morais (Velasco, 2008). Na concepção de clérigos e pastores, o homem não é capaz de orientar sua vida em conformidade com a moral assim como os poderes políticos não estão habilitados a arbitrar normas relacionadas à questão ética. Nos últimos anos, em reação à crise das instituições tradicionais, têm surgido diferentes correntes ideológicas e movimentos religiosos com o propósito de reter o niilismo moral, recuperar os elementos culturais da religião, resgatar a autoridade clerical e afirmar a importância dos códigos éticos (Roldán, 2008). Segundo Bandini (2003), no Brasil, as igrejas evangélicas têm investido na consolidação das estruturas hierárquicas, na racionalização do funcionamento institucional, na burocratização das atividades religiosas, na profissionalização das estratégias políticas e na ampliação da cidadania dos fiéis. A religião, pois, não se

encontra mais reclusa na vida privada, passando a circular pelo espaço público e a formular demandas às instâncias políticas. Como adverte Habermas (2006), não faz sentido tentar privatizá-la ou expulsá-la da esfera pública, sobretudo em um Estado democrático. Ignorar sua participação política e sua relevância pública constitui uma espécie de preconceito e alienação.

### **A Política na Cena Contemporânea**

Na concepção de Arendt (1997), a política não é um componente intrínseco ao homem nem uma substância que o constitui. Trata-se de um fenômeno que surge no espaço “entre-os-homens” e se configura nas relações sociais, localizando-se fora dos indivíduos. É na exterioridade dos vínculos intersubjetivos que se percebe o núcleo conflitivo, paradoxal e antagônico da política. Como esclarece Rancière (1996b), o fundamento da política é o dissenso, a divisão e o litígio. Responsável pelo confronto, a política rompe com a lógica da dominação natural e impõe o princípio da igualdade aos oponentes. Logo, na situação de contenda, ninguém assume o lugar de autoridade nem é detentor do poder soberano; pelo contrário, estabelece-se uma relação igualitária com o adversário. A igualdade, por consequência, só se realiza no dissenso. A política inclui no litígio aqueles que não têm voz, concedendo-lhes o poder da palavra e a possibilidade de enfrentar, em condição de igualdade, os que ocupam um lugar social privilegiado. Por meio da política, o sujeito deixa de emitir sons barulhentos e ininteligíveis, que apenas exprimem prazer e dor, passando a pronunciar enunciados simbólicos, dotados de sentido.

Só existe política quando aqueles que não têm voz alcançam a palavra e, dessa maneira, são inseridos no contexto da discussão e do conflito, sendo suspensa a dominação e reconhecida a equidade entre os litigantes. A política, pois, não está presente em todas as relações nem é resultado de todas as ações humanas (Arendt, 2008). Conforme Mouffe (2003), não há política nas situações em que prevalecem o consenso generalizado, a harmonia social, a dissolução das divergências e a extinção dos adversários. Uma sociedade ordenada, integrada e estável, sem conflitos e divisões internas, propicia a eliminação da política. Como arena de debate, controvérsia e alteração, a política pode ser compreendida como o território da indeterminação,

incerteza, indefinição e imprevisibilidade. Entretanto, segundo Bauman (2008), na cena contemporânea, a política parece mais previsível que o poder. Em sua acepção, o poder se apartou da política e alçou voo, desprendendo-se dos territórios nacionais e alcançando a esfera global. A política, por sua vez, possui uma dimensão local. O poder se movimenta com liberdade, evitando enraizar-se, rejeitando qualquer tipo de compromisso, desobrigando-se e desaparecendo sem avisar. A despeito de seu fluxo e deslocamento, a política não pode retirar-se do âmbito nacional e da representação estatal. Desse modo, o poder não se encontra mais localizado na política. Os assuntos de interesse público são decididos fora do alcance do Estado, cuja soberania está sendo ameaçada pelos ditames da economia global e pelos imperativos da ordem mundial.

Atualmente, observa-se que a política perdeu o lugar central que ocupava na sociedade, deixando de ser uma instância de orientação e coordenação da vida cotidiana. Há, portanto, uma espécie de debilitação da política, que restringe sua capacidade de ação e seu poder de intervir em outros setores da realidade social. No mundo atual, busca-se reforçar a “ideologia do centro” para superar o antagonismo, impor o consenso, determinar a adesão ao pensamento único e eliminar o adversário político, gerando, assim, a despolitização e neutralização da política. Nesse sentido, a política deixa de ser um espaço de discussão para tornar-se mero instrumento de resolução de problemas, burocratizando-se e esvaziando-se (Mouffe, 2003). Nos últimos anos, na compreensão de Laval (1999), tem ocorrido o esvaziamento, a banalização e a dessubstancialização da política. Em oposição ao processo de burocratização, a política paradoxalmente tem perdido a formalidade e a cerimonialidade de seus rituais, dispositivos e mecanismos. Ela não se encontra mais restrita às relações formais e institucionais do sistema político, atravessando as fronteiras entre o político e o não-político. Esse fenômeno de informalização da política reduz a distância entre o aparelho estatal e a sociedade, mas também provoca uma espécie de esvaziamento das instituições públicas, que já não representam mais o espaço das decisões de interesse nacional. Múltiplas microdecisões são tomadas constantemente em espaços não-políticos e informais (Lechner, 1999).

A redução do poder de intervenção da política, preconizada pelo neoliberalismo, ocorreu *pari passu* ao enaltecimento e à elevação da economia. As questões de ordem pública passaram a depender dos princípios da racionalidade

econômica. A política tornou-se prisioneira da economia de mercado, perdendo sua autonomia e sua liberdade de ação (Rosenmann, 2001). Além da crescente impotência da política, a sociedade contemporânea enfrenta a desconstrução das fronteiras entre o público e o privado. As questões privadas ganham visibilidade pública e tornam-se pautas de discussão nas instâncias políticas. Segundo Bauman (2008), a privacidade invadiu a cena pública com o propósito de esvaziá-la e não de ampliar o debate político. A publicização da vida privada reforça e expõe a vacuidade da privacidade, reduzindo, assim, o interesse pelas matérias públicas.

### **Entrelaçamentos da Religião com a Política**

A literatura sociológica e histórica sobre as relações entre a religião e a política nas sociedades contemporâneas tem se expandido. Em face das inúmeras transformações por que passaram ambos os campos, os pesquisadores buscam redefiní-los e compreendê-los no novo contexto social. Alguns teóricos refletem sobre o papel que a religião deve desempenhar na política, ao passo que outros argumentam em favor da separação entre o universo religioso e o político (Dworkin, 2008). A tese liberal que recomenda o total distanciamento entre as organizações religiosas e as atividades políticas difundiu-se completamente. No entanto, de acordo com Arendt (2008), o próprio cristianismo, em suas origens, incitou o rechaço e o desdém em relação à política bem como a depreciação do espaço público. Ademais, buscou o isolamento, afastou-se do mundo político, retirou as questões humanas da esfera pública e as inseriu na comunidade cristã. Por intermédio dos escritos de Santo Agostinho, o “caráter anti-político do cristianismo” logo foi substituído pelo estabelecimento de uma “política cristã” (Arendt, 2008). A Reforma Protestante favoreceu a secularização das instâncias públicas e o surgimento do Estado secular, cujo princípio básico consiste em salvaguardar a liberdade religiosa e a liberdade política.

Na modernidade, prevaleceu a desconfiança em relação à presença da religião no espaço público. Supunha-se que a participação política da religião enfraqueceria a democracia e comprometeria a laicidade do Estado. Propagou-se a ideia de que é necessário evacuar a religião da esfera pública e secularizar o Estado. Porém, cabe salientar que a secularização estatal não significa a reclusão do sagrado no âmbito



privado nem a consequente despublicização da religião, mas especialmente o fim do monopólio religioso, a garantia do livre exercício da fé, a proteção da diversidade cultural e ideológica, a defesa da tolerância religiosa e a intensificação da mobilização dos fiéis (Mariano, 2003). O regime democrático laico determina que, além de não confessional, o Estado deve dispensar tratamento igualitário a todas as religiões e manter-se neutro quando os assuntos dizem respeito às instituições eclesiásticas (Dianteill, 2008). Conforme Giumbelli (2008), no Brasil, é praticamente nula a intervenção estatal nas matérias religiosas. No entanto, em função da excessiva exposição midiática dos líderes pentecostais e dos escândalos daí resultantes, passou-se a exigir uma maior regulação e controle estatal das religiões de maneira a evitar excessos, abuso de poder e irregularidades (Mariano, 2006a). Pierucci (1997b) declara que, em território nacional, a liberdade de culto é amplamente assegurada de sorte que as instituições religiosas não sofrem nenhum tipo de discriminação negativa. Contudo, para Mariano (2006b), na realidade, a neutralidade absoluta não existe *de facto*, porque, ainda que o Estado não seja confessional, tende a dispensar um tratamento desigual às diferentes religiões. O dispositivo jurídico da liberdade de culto não é suficiente para elidir totalmente a discriminação religiosa (Oro e Ureta, 2007).

Para finalizar, convém reiterar que, a nosso ver, a participação política da religião não ameaça a consolidação da democracia, contanto que se garantam os princípios da igualdade e da liberdade para todos os credos. Cabe ao Estado laico assegurar a convivência pacífica de diferentes ideologias, cosmologias e confissões religiosas. Nesse sentido, não consideramos incompatíveis a democracia laica e a religião pública. Como enuncia Díaz-Salazar (2007), há condições legítimas de participação da religião na esfera pública, que não causam nenhum dano à laicidade do Estado, ao pluralismo ideológico e à livre manifestação religiosa. Por essa razão, o laicismo inclusivo defende a atuação das religiões nos fóruns políticos e no âmbito da cultura, possibilitando que as organizações religiosas articulem suas reivindicações como demandas políticas. Ao longo dos anos, tem crescido a força pública das religiões, haja vista a ampliação do número de fiéis, a dilatação das instituições eclesiásticas, sua habilidade para influenciar decisões de peso e seu poder de intervir em assuntos sociais e políticos. Díaz-Salazar (2007) se arrisca a afirmar que todos os Estados mantêm relações com as igrejas e todos os governos executam uma política sobre as religiões públicas.

Contanto que respeitem os princípios constitucionais da democracia pluralista, agonística e laica, os crentes, como atores políticos, não devem ser proibidos de atuar no campo da política e participar do debate público. Excluí-los da cena pública e impedi-los de agir politicamente seria um procedimento antidemocrático (Mouffe, 1999 *apud* Burity, 2001). Pode-se sustentar, então, que a laicidade do Estado não exige a privatização da religião nem interdita a presença do sagrado na arena política. Burity (2008) esclarece que a secularização da política conduz à “desdramatização da ameaça religiosa”. Em sua concepção, é preciso dissolver o clima de pânico que acompanha as discussões sobre o envolvimento da religião com a política. O debate acadêmico costuma suscitar temores, confusões, fantasias, equívocos e más interpretações. A politização da religião e a sacralização da política, fenômenos contemporâneos, são encaradas com apreensão. Almeja-se fixar a religião e a política em seus territórios convencionais, impedindo, desse modo, o deslocamento simultâneo de ambas as entidades por regiões desconhecidas. Todavia, como aponta Zapponi (2008), na contemporaneidade, os campos religioso e político encontram-se desenraizados, não sendo possível, pelo menos no momento, fixá-los em terra firme.

### **Os Desdobramentos da Pesquisa**

A pesquisa aqui apresentada tem como objetivo examinar as ideologias políticas e religiosas dos deputados federais da Frente Parlamentar Evangélica, da legislatura de 2007/2011. Em outras palavras, visa-se compreender de que modo as ideologias religiosas e políticas se articulam, como se dá o trânsito entre religião e política, o que está em discussão na “bancada evangélica”, como as votações são encaminhadas por seus integrantes e de que forma se mobilizam politicamente para fazer valer seus interesses. A fim de colhermos os dados necessários aos propósitos da investigação, adotamos como procedimento metodológico a realização de entrevistas semi-estruturadas com parlamentares e assessores. Antes de dar início ao trabalho de campo, dedicamo-nos à definição de critérios de seleção dos sujeitos que comporiam a amostra. Estipulamos como critérios a filiação partidária e religiosa dos congressistas, sua representatividade política, seu poder de influência na “bancada evangélica” e sua relevância no campo religioso. Após definir os deputados que seriam entrevistados, entramos em contato com seus respectivos gabinetes e, por intermédio de sua

assessoria, agendamos previamente as entrevistas. No entanto, todos os horários marcados com antecedência foram cancelados, o que nos obrigou a rever a estratégia adotada.

Considerando a movimentação da Câmara Federal e os inúmeros compromissos dos parlamentares nos dias oficiais de votação, decidimos abandonar a amostra definida *a priori* e contatar todos os integrantes da Frente Parlamentar Evangélico. Os primeiros contatos foram estabelecidos nos corredores da Casa: ao identificarmos um deputado evangélico, nos apresentávamos e solicitávamos sua colaboração. Apenas os novatos se dispuseram a nos atender, demonstrando que se sentiam envaidecidos de participar de uma entrevista na presença de seus pares. Para ampliar as possibilidades de contato com congressistas de prestígio político e importância religiosa, contamos com a contribuição da assessoria das Lideranças Partidárias e da Frente Parlamentar Evangélica, o que nos permitiu ter acesso a políticos renomados e célebres lideranças eclesiais<sup>5</sup>. A amostra, ampla e variada, propiciou a elaboração de uma análise extensa e aprofundada, garantindo, dessa forma, a compreensão dos sistemas ideológicos dos membros da Frente Parlamentar Evangélica, da legislatura 2007/2011.

Para alcançar os objetivos propostos, organizamos o presente texto em seis capítulos. O primeiro capítulo aborda a inserção das denominações evangélicas na esfera pública, dando destaque à história de participação política dos atores religiosos, às estratégias de ação, aos procedimentos eleitorais, às articulações políticas e aos dispositivos de atuação na Câmara Federal. O segundo e o terceiro capítulos são complementares e correspondem à fundamentação teórica da tese em questão: o primeiro deles discorre sobre o fenômeno da ideologia nas sociedades contemporâneas a partir do debate profícuo e polêmico entre pensadores da atualidade; ao passo que o segundo trata do estudo psicossocial da ideologia na perspectiva de Ignacio Martín-Baró. O quarto capítulo descreve de forma minuciosa os instrumentos metodológicos utilizados, os empecilhos do trabalho de campo, o remanejamento das atividades previstas, o perfil dos sujeitos entrevistados e a metodologia de análise. O quinto capítulo discute a história de constituição da Frente Parlamentar Evangélica, suas

---

<sup>5</sup> A descrição detalhada da metodologia e do trabalho realizado no campo será apresentada no quarto capítulo.

formas de funcionamento, suas relações com outras instâncias de poder, seus mecanismos de atuação, seus dispositivos de mobilização, as funções de seus membros e suas ideologias político-religiosas. Já no sexto capítulo, são analisadas as questões da democracia, laicidade do Estado, representação política, sistema partidário, vínculo do deputado com as igrejas, correlação de forças no Parlamento e dificuldades no processo legislativo.

## CAPÍTULO I

### A Inserção das Igrejas Evangélicas na Política Partidária

No Brasil, a Igreja sempre manteve estreitas relações com o Estado, apropriando-se dele para ampliar suas estruturas de poder e consolidar-se como instituição de importância social. A Igreja Católica estabeleceu-se como interlocutora oficial de distintos governos, a despeito de sua filiação ideológico-partidária, interferindo em processos decisórios de peso nacional e participando de esferas políticas restritas a autoridades governamentais. Não obstante a laicidade do Estado brasileiro, a religião e a política continuam sendo instâncias que se influenciam mutuamente e apresentam extensas áreas de intersecção. Segundo Oro (2003b), as fronteiras entre os campos religioso e político não são claras, o que reforça a ideia de que entre ambas as esferas há mais aproximação e continuidade do que separação e oposição. Martín-Baró (1998f) defende a tese de que inclusive as igrejas que rechaçam a política, afastando-se do espaço público e das disputas partidárias, desempenham um importante papel político, pois promovem omissão e passividade, favorecendo a manutenção de sistemas sociais já estabelecidos. O apoliticismo, portanto, é uma forma de atuação política.

*El poder de la religión la vuelve de hecho una instancia de gran importancia política, tanto más eficaz cuanto que con frecuencia se niega como tal (pretende estar 'por encima' de los conflictos y luchas partidistas) y actúa así al margen de las normas formales del quehacer político (Martín-Baró, 1998f: 248).*

Conforme Martín-Baró (1998d), as religiões servem de suporte a diferentes ideologias políticas, assumindo posições que podem ser conservadoras ou progressistas, desencadeando processos de alienação ou conscientização e gerando comportamentos de resignação ou indignação. As simbolizações religiosas tanto podem despertar a consciência política para a situação de dominação e exploração, como podem silenciar as vozes oprimidas, contribuindo, desse modo, para atender aos interesses das classes dominantes que almejam a permanência das estruturas de poder e a conservação da ordem estabelecida. Desse modo, como propõe Martín-Baró (1998e), a conversão

religiosa não é simplesmente um processo individual, uma vivência interpessoal ou uma experiência cultural, mas sobretudo um acontecimento político que articula interesses sociais em benefício de determinados grupos e forças políticas. Não se pode, pois, negar o forte vínculo entre religião e política, ainda que os entusiastas do liberalismo moderno se recusem a aceitar tal evidência histórica.

Segundo Burity (2001), embora a epistemologia liberal anuncie a privatização do sagrado e a separação entre o espaço público e o privado, o que se verifica é uma espécie de publicização da religião e de regulação estatal da vida privada. Tanto a religião quanto a política extrapolaram seus domínios, atravessando as fronteiras e ocupando espaços que não lhes são próprios. Isso não significa o fim das fronteiras nem a ocupação total de territórios alheios, mas o deslocamento da linha divisória. Os limites entre o mundo religioso e o político não são precisos nem estáticos como sustenta o discurso liberal. Nas sociedades modernas e ocidentais, verifica-se que a religião e a política perderam seus espaços fixos de atuação, transitando em diferentes instâncias e migrando para outros campos, o que Burity (2001) denomina de fenômeno da desterritorialização. Os atores religiosos, em defesa de suas demandas, penetram no espaço público e atuam no jogo político assim como as instituições políticas intervêm nos conflitos religiosos e regulam, em certa medida, a vida íntima dos cidadãos.

É nesse contexto de desprivatização do sagrado e penetração da religião na esfera pública que as igrejas evangélicas passaram a se interessar pela política partidária, desenvolvendo estratégias eleitorais e inventando um modo peculiar de fazer política. As denominações pentecostais, até então, incentivavam o isolamento intramundano e proibiam qualquer tipo de participação no espaço público dada sua preocupação com a vida ascética dos fiéis. O pentecostalismo clássico sempre adotou uma lógica binária, dualista e maniqueísta, quando tratava da relação entre religião e política. Em sua perspectiva, ambas as esferas deveriam permanecer afastadas em razão de suas naturezas serem absolutamente opostas e excludentes. Enquanto a religião cristã aparecia como representante do bem supremo, a política institucional era encarada como o mal, propagador da corrupção e da perversidade. Contudo, gradativamente, alguns “crentes” pentecostais, contando com a condescendência de suas igrejas, começaram a participar das disputas eleitorais, ingressando nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no parlamento federal.

O neopentecostalismo, por sua vez, favoreceu a inserção dos evangélicos na política partidária e nos órgãos públicos, valorizando o engajamento dos cristãos nos períodos eleitorais e afirmando a articulação entre religião e política. De acordo com Mariano (1999), as igrejas neopentecostais desenvolveram um novo modo de compreender a política, deixando de associá-la diretamente à noção do mal. A política não é mais tratada como algo ruim e perverso por natureza. A corrupção que muitas vezes a caracteriza não lhe é inerente, sendo resultado de relações imorais e esquemas ilícitos. Compete aos evangélicos aproximar-se da política para moralizá-la e afastá-la do mal, tornando-a instrumento a serviço e em benefício da “obra de Deus”. Com esse sistema de argumentação, os líderes pentecostais legitimam seu interesse pela política e passam a participar diretamente dos processos eleitorais e das disputas político-partidárias.

Nas últimas três décadas, líderes e congregações neopentecostais lançaram candidaturas por meio de diferentes partidos, investiram nas eleições e converteram as igrejas em redutos eleitorais para assegurar o ingresso de evangélicos nas esferas legislativas e executivas em nível municipal, estadual e federal. Ao estabelecerem-se no poder, diferentes denominações pentecostais adquiriram notoriedade política e prestígio social. Os evangélicos surgem como nova força política, sendo “cotejados e assediados por partidos e candidatos” (Mariano, 1999). Ampliou-se a quantidade de parlamentares provenientes das mais diversas confissões pentecostais bem como a participação política dos fiéis nas campanhas eleitorais. Tendo em vista a considerável presença dos crentes no campo político nacional, o presente capítulo pretende descrever as estratégias político-eleitorais de algumas igrejas pentecostais e neopentecostais, apresentar a história de constituição da “Bancada Evangélica” e implementação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal, avaliar o desempenho dos congressistas que compõem essa Frente e analisar suas práticas e discursos políticos. Em decorrência da complexidade, extensão e fragmentação do campo evangélico brasileiro, restringimo-nos nesse capítulo à compreensão dos procedimentos político-eleitorais das duas congregações mais representativas dos segmentos pentecostais e neopentecostais: a Assembleia de Deus e a Igreja Universal do Reino de Deus.

## **Pentecostalização da Política Evangélica**

A força política dos segmentos evangélicos começou a se manifestar em meados da década de 1980, no período de redemocratização da sociedade brasileira, durante as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Diferentes denominações evangélicas se mobilizaram para eleger seus candidatos e garantir uma representação parlamentar que pudesse defender interesses institucionais, princípios cristãos e orientações doutrinárias, como a manutenção da família, a união conjugal monogâmica e heterossexual, a proibição do aborto e do divórcio, a moral sexual e o combate à homossexualidade. Inclusive algumas igrejas, que anteriormente rechaçavam a política, ingressaram na esfera pública por intermédio de seus representantes no Congresso Constituinte para, dessa forma, impedir a aprovação e promulgação de emendas constitucionais ou projetos de lei contrários às prescrições cristãs. Lideranças da Assembleia de Deus divulgavam boatos alarmistas acerca da possível aprovação de leis como a legalização do aborto, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a liberalização das drogas na Nova Carta Constitucional.

Além da questão moral, as agremiações pentecostais e neopentecostais investiram na política partidária para ampliar seu poder de competição no campo religioso, combater a hegemonia da Igreja Católica bem como obter concessão de canais de rádio e televisão e doação de terrenos públicos em troca de apoios ao governo federal. Na legislatura de 1987 a 1991, a “bancada evangélica” contava com trinta e sete constituintes (trinta e três titulares e quatro suplentes). Os pentecostais, que se auto-excluía da política, por considerá-la terreno de atuação do diabo, superaram os protestantes históricos, correspondendo a mais de 50% dos deputados evangélicos<sup>6</sup>. A Assembleia de Deus conseguiu eleger treze parlamentares, em doze Estados, dos quais podemos destacar Benedita da Silva, do Partido dos Trabalhadores. A Igreja Universal do Reino de Deus, por sua vez, apresentava uma participação política incipiente, com apenas um constituinte eleito. Dentre os protestantes históricos, a Igreja Batista

---

<sup>6</sup> A título de ilustração, cabe elencar algumas igrejas pentecostais que tiveram representação na Assembleia Nacional Constituinte: Assembleia de Deus (13), Igreja do Evangelho Quadrangular (02), Igreja de Cristo (01), Universal do Reino de Deus (01) e Batista Nacional (01). Dentre as igrejas protestantes históricas que elegeram parlamentares, podemos citar a Igreja Batista (07), Presbiteriana do Brasil (02), Presbiteriana Independente (01), Presbiteriana Unida (01), Cristã Reformada (01), Congregacional (01), Cristã Evangélica (01) e Adventista (01).



demonstrava maior força política, com sete parlamentares, concentrados em cinco Estados.

Os constituintes evangélicos colocaram-se, de forma obstinada, em defesa dos “bons costumes” e da preservação dos valores tradicionais, opondo-se fortemente ao divórcio, à infidelidade conjugal, às drogas, ao aborto, ao homossexualismo e à pornografia. A moralidade privada tornou-se objeto de discussão e negociação legislativa, inserindo-se na esfera política (Pierucci, 1996). A despeito das divergências internas de caráter ideológico e político, a “bancada evangélica” atuou como bloco suprapartidário em combate às propostas que ameaçavam a moral cristã. Os parlamentares que dela faziam parte obtiveram grande visibilidade na mídia, em virtude do estilo barulhento de atuação política, das declarações públicas que deram e dos escândalos nos quais alguns se envolveram. Segundo Freston (1992), a imprensa os considerava políticos conservadores, que não possuíam experiência na administração pública nem eram habilidosos para tratar de assuntos de ordem pública. Suas afirmações, veiculadas pela mídia, demonstravam a posição político-ideológica que assumiam e, em algumas ocasiões, causavam espanto: “*A mulher tem contrações com as quais pode se defender do estupro*” (Deputado Federal Sotero Cunha – PDC do Rio de Janeiro, justificando sua posição contrária à legalização do aborto em casos de estupro)<sup>7</sup>.

No final dos anos 1980, denúncias de esquema de corrupção envolvendo constituintes evangélicos estamparam as manchetes dos jornais. Recursos públicos foram “doados” à Confederação Evangélica do Brasil em troca de votos favoráveis ao governo federal, como a prorrogação do mandato do presidente José Sarney de quatro para cinco anos. Entre os anos de 1932 e 1964, essa instituição funcionou como entidade religiosa que agregava várias igrejas protestantes históricas com o propósito de desenvolver projetos sociais e defender segmentos excluídos. No entanto, durante a ditadura militar, entrou em “colapso”, sendo revitalizada em 1987 por parlamentares pentecostais, interessados em transformá-la em balcão de negócios, o que lhes possibilitaria o recebimento de cargos públicos, verbas federais e concessões de canais de rádio e televisão, com o compromisso de votarem segundo as orientações do governo

---

<sup>7</sup> Declaração extraída da revista religiosa “*Aconteceu no Mundo Evangélico*”, junho de 1987, p. 5.

Sarney. Algumas igrejas protestantes históricas, insatisfeitas com a atuação da “bancada”, manifestaram publicamente indignação e repúdio aos esquemas de negociação de voto em troca de benefícios públicos. Em contrapartida, vários segmentos pentecostais defenderam os deputados, acusando os “inimigos” políticos de forjarem essa situação. O corporativismo pentecostal protegeu os envolvidos nos escândalos políticos, inibiu a repercussão dos fatos e garantiu um resultado favorável no pleito de 1990.

O fisiologismo, o corporativismo e, em algumas ocasiões, a corrupção caracterizaram a forma de fazer política das igrejas pentecostais, as quais desenvolveram estratégias eleitorais para garantir o ingresso de líderes eclesiásticos na vida pública, fortalecendo, desse modo, as congregações no campo religioso, aumentando seu prestígio social e ampliando seu poder de barganha (Freston, 1992). Contudo, nas eleições de 1990, o entusiasmo político dos evangélicos deu origem a uma ação equivocada, que evidenciou a ingenuidade desse grupo, ainda novato no mundo da política. Foram lançados, de uma só vez, inúmeros candidatos de diferentes denominações, prejudicando o projeto corporativista das igrejas pentecostais, dividindo as forças políticas, dispersando os votos evangélicos e reduzindo, portanto, a quantidade de vereadores e parlamentares eleitos.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), percebendo a ineficácia do lançamento de diversas candidaturas, adotou já no pleito de 1990 uma estratégia política diferenciada, que consiste em apresentar um número reduzido de candidatos oficiais por Estado, evitando, dessa forma, a pulverização dos votos (Sanches, 1999). Desde então, algumas igrejas pentecostais, seguindo o modelo “iurdiano”, passaram a indicar candidatos oficiais, que normalmente ocupam nas congregações posições de poder. Segundo Freston (1996b), a relação entre religião e política no Brasil apresenta um traço singular: as agremiações pentecostais cresceram de forma tão acelerada que seus líderes passaram a ser indicados oficialmente como candidatos pelas instituições eclesiásticas a fim de se apropriarem do Estado para atender seus interesses institucionais. A inserção dos novos agentes políticos nos organismos públicos provocou desconforto e mal-estar junto às classes políticas tradicionais, dada sua inexperiência administrativa e legislativa assim como a utilização de um discurso religioso em pleno espaço público. De acordo com Baptista (2009), o líder evangélico que se torna agente político apresenta uma

condição híbrida, visto que gera a confessionalização da política e a politização da religião.

Mesmo causando constrangimento e indisposição entre os membros da elite política tradicional, os mais variados segmentos evangélicos continuaram se mobilizando e se organizando para instrumentalizar a política em benefício das corporações eclesiais, mediante a utilização de procedimentos corporativistas e clientelistas. Para a legislatura de 1991/1995, foram eleitos vinte e três congressistas e doze suplentes evangélicos. Apesar da redução em relação aos trinta e três constituintes de 1987, a representação parlamentar mostrou-se expressiva, pois era a segunda maior da história política brasileira. O índice de reeleição dos candidatos evangélicos (65%) foi maior que a média nacional (53%). Conforme relato de Freston (1996b), um dos deputados reeleitos, Mário de Oliveira, já estava no seu quarto mandato, ainda que tenha sido considerado um dos mais faltosos nas sessões da Câmara Federal e não tenha apresentado nenhum projeto nos quatro anos anteriores. Conseguiu se eleger novamente por ser uma liderança eclesiástica e por participar diariamente de programações de rádio e televisão.

Os pentecostais, nessa legislatura, ampliaram sua vantagem em relação aos protestantes históricos. O discurso de auto-exclusão da política, marcado pelo jargão “política é coisa do diabo”, foi substituído pela ideologia do voto intrainstitucional, “irmão vota em irmão”<sup>8</sup>, o que favoreceu os grupos pentecostais. O voto pentecostal, direcionado em certa medida pela cúpula eclesiástica, propiciou a ampliação do contingente de deputados pentecostais. A Assembleia de Deus continuou apresentando uma representação parlamentar alta. Porém, o destaque ficou com a Igreja Universal do Reino de Deus, que demonstrou intensa habilidade política nas eleições proporcionais de 1990, após ter apoiado a candidatura de Fernando Collor à presidência da República, garantindo, dessa forma, a eleição de três deputados federais e três estaduais, pelos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Nessa época, escândalos políticos atingiram vários parlamentares evangélicos, sobretudo aqueles vinculados à Assembleia de Deus. Foram instauradas CPIs para

---

<sup>8</sup> Expressão utilizada por Sylvestre (1986) para se referir ao voto evangélico.

apurar denúncias que envolviam desvio de verbas destinadas a entidades filantrópicas das igrejas, propina pela negociação de emendas, enriquecimento ilícito e recebimento de recursos públicos em troca de votações favoráveis ao governo. Foram atingidos parlamentares, líderes religiosos, entidades assistenciais e organizações ligadas a igrejas evangélicas. Os três deputados da Universal não foram citados pelas CPIs, não sendo associados aos escândalos desse conturbado período político. Além disso, não tiveram seus nomes envolvidos em nenhum caso de irregularidade, nem mesmo o nepotismo, tão comum no meio parlamentar.

Entretanto, apesar do envolvimento de evangélicos em esquemas de corrupção, aumentou na legislatura de 1995/1999 o número de parlamentares vinculados a esse segmento religioso, passando de vinte e três para trinta congressistas (vinte e seis deputados federais e quatro senadores). O Rio de Janeiro foi o Estado que mais elegeu deputados evangélicos. No total, foram eleitos dezenove pentecostais e onze protestantes históricos, mantendo a tendência anterior de pentecostalização da política evangélica brasileira. Merece destaque o avanço político da Igreja Universal do Reino de Deus, que assegurou a eleição de seis deputados federais e seis estaduais. Segundo Fonseca (1996), a IURD surge como nova força política, que investe nos processos eleitorais, patrocinando candidaturas oficiais, convencendo os fiéis a votar nos candidatos indicados pela agremiação e convocando-os a participar das campanhas políticas.

### **Práticas e Ideologias Político-partidárias da IURD**

#### ***A importância da política para os segmentos neopentecostais***

A Igreja Universal do Reino de Deus, maior e mais significativa representante do neopentecostalismo no Brasil, possui uma atuação e um pensamento políticos tão peculiares que, a nosso ver, não é possível encaixá-la nos tipos políticos existentes, sendo necessário construir novas categorias para compreendê-la. Diferentemente das igrejas do pentecostalismo clássico, que preconizam a rejeição do mundo social, o ascetismo dos crentes, o desprezo pela atividade política, o abandono do espaço público e a mensagem da salvação celestial, a IURD não mede esforços para inserir-se na

cultura moderna e adaptar-se às mudanças da sociedade contemporânea. Percebe-se, pois, nas denominações neopentecostais, sobretudo na Igreja Universal, uma tendência à acomodação cultural e à integração social, reforçada pela utilização das mídias eletrônicas para realização do proselitismo de massa, pela participação na política partidária, pela liberalização dos comportamentos e pela adoção de modelos de gestão empresarial para gerir e administrar igrejas, o que lhes confere o *status* de organizações com fins lucrativos.

Os grupos neopentecostais assimilam com facilidade as constantes inovações tecnológicas, os valores da cultura de consumo e a ideologia do mundo capitalista, almejando alcançar poder econômico, prestígio político e reconhecimento social. Em vez do isolamento intramundano e da invisibilidade pública dos crentes pentecostais, os novos cristãos querem ser notados publicamente e respeitados pela posição sócio-política que passaram a ocupar. Não obstante defendam a existência do paraíso eterno, recusam-se a viver à espera do “Reino de Deus” e a renunciar as oportunidades que a vida terrena lhes oferece. Abandonaram a velha “mensagem da cruz”, segundo a qual aqueles que suportarem o sofrimento na terra serão retribuídos, após a morte, com a “morada celeste”. Os novos crentes desejam fazer conquistas, usufruir dos prazeres desta vida, aproveitar as oportunidades de sucesso, acumular riquezas materiais e alcançar a felicidade aqui e agora, não se dispondo a postergar suas gratificações para a vida pós-morte.

Conforme Mariano (1999), a Teologia da Prosperidade é um dos pilares em que se apoia o sistema doutrinário da Igreja Universal do Reino de Deus. Bispos e pastores iurdianos sustentam a ideia de que, mediante a fé, os cristãos podem ser prósperos em tudo que realizam, sobretudo financeiramente. Ao fiel que crer no poder de Deus, estão reservadas gratificações de toda ordem: prosperidade material, saúde física e mental, relacionamentos saudáveis, felicidade conjugal e harmonia familiar. Além da Teologia da Prosperidade, prega-se na Universal a Teologia do Domínio, de acordo com a qual os crentes só vencerão a guerra contra o diabo se, associado aos procedimentos exorcísticos, adotarem estratégias políticas de ocupação do espaço público. A política, portanto, é o palco da disputa espiritual entre o bem e o mal, cuja vitória é destinada aos que ocupam posições privilegiadas na sociedade e conseguem promover uma espécie de dominação sócio-política. Caso os cristãos assumam cargos

políticos de peso e adquiram notoriedade pública, terão mais condições de evangelizar e cristianizar a sociedade por meio da atividade político-partidária, o que representa no mundo espiritual a derrota do demônio.

### *Racionalidade Eleitoral da Igreja Universal*

A fim de ampliar suas redes de poder, a Igreja Universal tem investido nas campanhas políticas e melhorado sua performance eleitoral, ampliando sua representação nas instâncias legislativas em nível municipal, estadual e federal. Em época de eleição, bispos e pastores da IURD convocam os fiéis a participar ativamente da campanha, incentivam os jovens de 16 anos a obter o título eleitoral e solicitam das igrejas locais a realização do “recenseamento” dos membros para avaliar seu capital eleitoral e definir os candidatos iurdianos (Oro, 2003b). Os dados do “censo” são repassados às Igrejas Regionais e ao Conselho de Bispos, que até 2004 contava com a forte presença política do então deputado federal Carlos Rodrigues. É a cúpula eclesiástica que define os nomes e a quantidade dos candidatos lançados oficialmente pela igreja, com base no número de fiéis cadastrados e no coeficiente eleitoral dos partidos. Não há, portanto, nenhuma espécie de consulta democrática aos membros da congregação para a tomada de decisões políticas, cabendo unicamente aos bispos a construção de estratégias e procedimentos eleitorais.

A Igreja Universal elaborou uma espécie de logística eleitoral, que consiste na distribuição geográfica dos candidatos de modo a evitar a pulverização dos votos. A igreja distribui racionalmente as candidaturas de maneira que em cada templo haja apenas dois candidatos: um para deputado estadual e outro para deputado federal. Outra estratégia eleitoral que demonstra a perspicácia política da IURD é espalhar os candidatos por diversas siglas partidárias, cujas posições ideológicas concentram-se no espectro da direita à centro-direita (PMDB, PR, PTB, PP e PRB), considerando-se o quociente eleitoral de cada partido e a viabilidade de vencer as eleições. Não há, por conseguinte, preocupação com a coerência ideológico-partidária. O processo de racionalização político-eleitoral é baseado em cálculos precisos, como evidencia o então editor do jornal “Folha Universal”, Pastor J. Cabral:

*É muito bem dividido o número de igrejas em relação à votação de determinados candidatos. Os candidatos recebem um número 'x' de igrejas para votar neles. Eles já sabem mais ou menos quantos votos vão ter. (...) a gente acredita em 20% de fidelidade só. Se uma igreja tem mil membros a gente só conta com 200. (...) Aprendemos que é mais ou menos esse o percentual. (Conrado, 2001: 91).*

A distribuição dos candidatos iurdianos por diferentes partidos políticos só é possível por conta da fragilidade da estrutura partidária brasileira, constituída por legendas que não exigem de seus integrantes nenhum tipo de compromisso ideológico. Assumindo uma postura pragmática, a cúpula clerical escolhe o partido que oferece as maiores possibilidades de vitória nas eleições, utilizando-o como mero instrumento eleitoral. Há, pois, uma espécie de instrumentalização das siglas partidárias, que servem apenas para viabilizar conquistas eleitorais, sendo depois descartadas e trocadas por outras legendas, consideradas mais promissoras e vantajosas nas negociações legislativas. Antes de ser instituída a fidelidade partidária, os deputados da Igreja Universal costumavam trocar de partido logo que venciam os pleitos proporcionais e assumiam os cargos eletivos, adotando, dessa forma, uma prática tipicamente presente no sistema parlamentar brasileiro. Os novos congressistas optavam por filiar-se às pequenas siglas, pois só assim teriam condições de assumir a liderança partidária e transitar pelas zonas de poder do parlamento. Os partidos, portanto, nada mais são do que instituições legais que abrigam os candidatos em períodos eleitorais, não tendo nenhuma importância ideológica. Nesse sentido, a IURD funciona mais como partido político do que as próprias legendas partidárias, dado que define candidaturas, exige compromisso ideológico e fidelidade a seus projetos políticos, apresenta enorme poder de mobilização, convence os “filiados” a promover proselitismo político e participa ativamente das campanhas eleitorais.

O início da campanha política é anunciado pela Folha Universal, que apresenta os candidatos “oficiais” e mobiliza os fiéis a participar das eleições (Conrado, 2001). Nessa conjuntura, a IURD funciona como comitê eleitoral e palanque político. Os membros convertem-se em cabos eleitorais, distribuindo folhetos e fazendo proselitismo político, o que demonstra que se engajam ativamente na campanha, agindo como verdadeiros militantes. Nas fachadas dos templos, são afixados cartazes publicitários com os nomes e os números dos candidatos e, ao final das reuniões mais lotadas, os

pastores ficam incumbidos de repetir os nomes indicados pela igreja para que os fiéis possam fixar em quem deverão votar. Em eleições passadas, colocou-se no *hall* de entrada do templo uma urna eletrônica a fim de que os interessados pudessem treinar a votar. De acordo com Oro (2003b), a igreja desenvolveu uma tecnologia pedagógico-eleitoral destinada à conscientização e formação política dos fiéis, ao direcionamento dos votos e ao estímulo à participação no processo eleitoral.

*Conclamo o povo de Deus a que nos unamos em torno dos nossos ideais e não tenhamos medo de participar do processo político, elegendo homens e mulheres tementes ao Senhor Jesus a fim de que nossa sociedade seja transformada e possa ser orientada segundo os verdadeiros princípios cristãos* (Ex-bispo Carlos Rodrigues *apud* Oro, 2003a: 105).

Conforme Fonseca (1996), a Igreja Universal desempenha um papel imprescindível nas eleições, pois, além de promover a distribuição geográfica e partidária dos candidatos, patrocina as campanhas eleitorais, fornece estrutura midiática e assistencialista para a divulgação dos nomes e das plataformas políticas bem como garante com eficácia a transferência de votos para as candidaturas “oficiais”, realizando uma espécie de mediação institucional que as torna viáveis. Os candidatos não têm autonomia política, constituindo-se como representantes da igreja e dos seus interesses. O sucesso nos pleitos proporcionais e a consequente ampliação da representação parlamentar estão associados, sobretudo, ao carisma e ao poder da instituição, que possui uma estrutura hierarquizada e centralizadora (Oro, 2003a). O candidato iurdiano, portanto, não se sustenta politicamente sem o apoio da denominação, devendo a ela a conquista do cargo eletivo. Desse modo, pode-se afirmar que o mandato não é do parlamentar nem do partido, mas da igreja (Fonseca, 1996).

O carisma da Universal é tão intenso que proporciona um alto nível de fidelidade de votos e compromisso dos fiéis-eleitores com os candidatos oficiais da igreja, além de neutralizar o eventual surgimento de focos de resistência a seus projetos político-institucionais. Nesse contexto em que as decisões orbitam em torno de um poder central e absoluto, é praticamente impossível o lançamento de candidaturas independentes na IURD. A corporação religiosa administra seus quadros eclesiásticos e



políticos com “mão de ferro” e rígida disciplina. Bispos e parlamentares são submetidos a um controle disciplinar, que se assemelha às organizações militares. Deles, exigem-se austeridade, ética, integridade, obediência e honestidade. O Conselho de Bispos promove periodicamente uma avaliação do desempenho dos deputados, considerando itens como frequência, participação nas comissões, elaboração de projetos de lei e coerência nas votações, a fim de determinar se são candidatos qualificados para a reeleição. Em caso de envolvimento com esquemas ilícitos ou escândalos políticos, a ordem da hierarquia é bani-los automaticamente do quadro de candidatos e destituí-los de sua função eclesiástica.

### *Ideologias Religiosas que sustentam Práticas Políticas*

A Igreja Universal do Reino de Deus é considerada uma organização religiosa com fins lucrativos, administrada segundo métodos empresariais e acusada de promover a comercialização da fé, sobretudo por causa da Teologia da Prosperidade, de acordo com a qual o fiel não deve se conformar com sua situação de miséria, sendo-lhe recomendado investir no próprio enriquecimento por meio da fé. Acredita-se que é preciso fazer generosas doações à igreja com vistas a receber de Deus riquezas materiais. Os dízimos e as ofertas não são, pois, atos de caridade, mas uma forma de investimento comercial, que obriga Deus a cumprir sua parte no contrato. Edir Macedo esclarece essa transação: *“As pessoas não devem dar oferta para ajudar a igreja, mas para ajudar a si próprias. Quem dá está fazendo um investimento em si, na sua vida. É o que mostra a Bíblia. Quem dá tudo recebe tudo de Deus. É inevitável. É toma lá, dá cá”*. (Tavolaro, 2007: 207).

Como se pode perceber, a igreja assume uma postura pragmática e imediatista, dedicando-se à prestação de serviços religiosos e à busca de resultados imediatos para os problemas de sua clientela. Alguns pesquisadores, como Mariano (1999), consideram-na um pronto-socorro espiritual, aberto o dia inteiro para atender pessoas que enfrentam em sua vida cotidiana os mais diversos tipos de infortúnio, com promessas de solução para todos eles. O sofrimento do cristão, tão valorizado pelos grupos do pentecostalismo clássico, é fortemente criticado e negado na doutrina da IURD. Os fiéis são convencidos a abandonar o comportamento passivo, revoltar-se

contra sua miséria pessoal e produzir, mediante a fé, ações individuais e isoladas, capazes de gerar transformações em sua vida pessoal. Acredita-se que os problemas dos crentes são resolvidos de forma individual e espiritual. O cristão só precisa crer e agir para superar todo tipo de sofrimento e conquistar tudo que almeja. Até a transformação da sociedade depende da conversão de cada indivíduo e de sua consequente mudança de vida:

*(...) Isso não acontece automaticamente e de forma coletiva, mas sim de pessoa em pessoa. Para cada pessoa que se revolta contra sua própria situação e chega até a dizer ‘ou o Senhor é Deus e me abençoa, ou o Senhor me abandona de vez...’, abre-se uma porta... Mas é preciso acreditar em Deus, em si mesmo, na força do seu trabalho e lutar. (Edir Macedo apud Freston, 1996a: 150).*

*Sua vida não depende do governo, do patrão, da economia, de nada. Você é livre para conquistar. Eu venci porque tomei uma atitude, eu coloquei minha fé em prática. (Edir Macedo apud Tavolaro, 2007: 131).*

No discurso iurdiano, o individualismo como solução de problemas pessoais e sociais convive paradoxalmente com a ideia de que o “povo de Deus” precisa participar do processo democrático para eleger políticos evangélicos que, de fato, contribuam para transformar a sociedade e moralizar a política. Nesse sentido, a participação política e o exercício da cidadania por meio do voto são compreendidos como formas legítimas e eficazes de modificação da realidade social. Conforme Conrado (2001), a igreja investe na formação política dos fiéis com o propósito de conscientizá-los da importância das eleições e de mobilizá-los para votar nos candidatos iurdianos. A Universal sustenta que tem o dever de assumir a responsabilidade política que lhe foi facultada por Deus, que consiste em ocupar espaços públicos bem como governar cidades, estados e nações. Mas, para isso, os fiéis também precisam cumprir com seu dever político: votar nos “homens de Deus”.

O investimento da igreja na educação política dos cristãos, nas campanhas de valorização do voto, na participação e mobilização dos crentes durante os pleitos eleitorais e nos processos de conscientização para o exercício da cidadania possibilitou à IURD consolidar-se como nova força política no cenário nacional. Após duas décadas de inserção nas esferas legislativas e executivas do país, em nível municipal, estadual e

federal, a Igreja Universal atualmente apresenta um discurso mais politizado e uma agenda política mais abrangente, que inclui questões sociais como saúde, educação, transporte, desemprego e pobreza, não se restringindo à discussão de pautas que contemplem os interesses das denominações evangélicas. Denunciam-se as injustiças sociais e critica-se de forma contumaz a miséria que atinge grandes parcelas da população. Contudo, diferentemente das Comunidades Eclesiais de Base que estimulam ações coletivas com vistas à transformação social, a Universal, já instalada no poder, adota uma política de resultados, que visa à resolução pontual de problemas sociais, em conformidade com a lógica pragmática, imediatista e individualista de sua doutrina religiosa. Quando ainda era deputado federal e coordenador político da IURD, o ex-bispo Carlos Rodrigues fez o seguinte comentário:

*(...) todos estão cansados de ideologia. A população quer saber como serão resolvidos problemas do transporte, educação, saúde, como será reduzida a miséria. Por isso, vamos adotar uma nova forma de fazer política. Trata-se do socialismo de resultados (Oro, 2003b: 63).*

#### A Política sob a ótica iurdiana

A Teologia do Domínio e a Teologia da Guerra Espiritual são ferramentas importantes para se compreender a política sob a perspectiva da Igreja Universal do Reino de Deus. A dualidade entre o bem e o mal, presente no sistema simbólico de praticamente todas as congregações pentecostais, invade a política. Enquanto no pentecostalismo clássico só é possível vencer o diabo no plano espiritual, com a prática de orações e jejuns; no neopentecostalismo a guerra também ocorre no espaço sócio-político, com a conquista de novos territórios por meio do voto, da mídia eletrônica e da aquisição de propriedades. É uma batalha pelo domínio político da sociedade, cuja vitória só é alcançada quando se conquista cargos eletivos, se amplia a representação parlamentar e se consolida o poder político.

Ademais, de acordo com Oro (2003b), a tese da diabolização da política é utilizada para afirmar a legitimidade da atividade político-partidária da igreja e estimular a participação dos fiéis nas eleições. Ao advertir os cristãos de que a política brasileira está dominada por satanás, a IURD reforça sua missão religiosa de libertá-la

do mal e moralizá-la. A eleição de candidatos evangélicos é uma estratégia de ocupação de instituições “totalmente controladas” pelo demônio a fim de promover a exorcização da política, a “redenção” da sociedade e a vitória sobre o mal. Por conseguinte, na guerra contra o diabo, os crentes devem votar em “homens de Deus”, capazes de enfrentar “os espíritos malignos” e, desse modo, purificar a política. O voto, além de exercício da cidadania, também adquire uma conotação religiosa, sendo incluído na lógica da batalha espiritual.

Além da diabolização da política, a Universal defende a tese de que se sente vítima de perseguição religiosa e, dessa forma, sensibiliza os fiéis quanto à necessidade de se fortalecer politicamente, ocupando cargos públicos importantes, para enfrentar os que pretendem destruí-la. Discursos persecutórios baseados em argumentações desprovidas de coerência lógica são frequentemente difundidos pelos templos da Universal com o propósito de garantir a união dos crentes em defesa da igreja “mais discriminada, marginalizada e perseguida do país”. Divulgam-se teses infundadas de que os adversários políticos da IURD, cujos nomes são pronunciados em alto e bom som (a Igreja Católica, a Rede Globo, o Diabo e os comunistas), se unirão para pôr fim à liberdade de culto e impedir o crescimento da comunidade evangélica. Diante de tão repetida ameaça, os fiéis se mobilizam politicamente para evitar a propalada destruição da “obra de Deus”. O fundador da Igreja Universal, bispo Edir Macedo, deixa claro que reconhece os efeitos positivos da lógica da vitimização, empregada estrategicamente pela IURD na disputa eleitoral em virtude de sua funcionalidade política: *“Eu sabia que a prisão [ocorrida em 24 de maio de 1992, por suspeita de curandeirismo, charlatanismo e estelionato] me traria enormes benefícios. Sabe por quê? Porque eu era a vítima, e a vítima sempre ganha. Nunca o algoz.* (Tavolaro, 2007: 24).

Para justificar e legitimar o investimento da Universal na política partidária, Edir Macedo recorre ao discurso da vitimização e da persecutoriedade, sustentando que seu esforço para eleger representantes no Poder Legislativo tem como objetivo principal *“defender o Evangelho e fazer frente a todos os movimentos de perseguição”* à igreja (Tavolaro, 2007: 222). Todavia, parece-nos que a IURD tem pretensões políticas que vão muito além da necessidade de se proteger dos ataques de adversários políticos, dispostos a destruí-la e inviabilizar o crescimento da “obra de Deus”. No livro “Plano de Poder”, Macedo e Oliveira (2008) dirigem-se aos milhões de evangélicos brasileiros a

fim de convencê-los de que Deus possui um projeto político de constituição de uma grande nação, cuja realização depende exclusivamente da participação do seu “povo”. Trata-se de um projeto de poder que consiste em eleger um presidente evangélico, de preferência da Igreja Universal, considerado habilitado a conduzir uma nação em função dos atributos que possui – honra, ética e fidelidade –, indispensáveis a qualquer governante.

De acordo com Macedo e Oliveira (2008), para que a proposta divina se concretize, é imprescindível que os evangélicos reconheçam seu potencial político, se conscientizem do projeto de nação elaborado por Deus e se mobilizem politicamente para torná-lo viável. Os grupos protestantes e pentecostais são, em sua concepção, “gigantes adormecidos”, porque não conseguem perceber o tamanho de sua importância política no cenário nacional, conquistada no decorrer das três últimas décadas em razão do seu expressivo crescimento quantitativo. Segundo Macedo e Oliveira (2008), é justamente a quantidade crescente de evangélicos que possibilita a efetivação do plano estadista preparado por Deus. Entretanto, o projeto divino de poder e de nação depende da conscientização dos líderes e fiéis de todas as denominações assim como da mobilização coletiva. Os crentes precisam se conscientizar do potencial eleitoral que possuem e do plano de nação construído por Deus para, dessa forma, se engajar politicamente.

De modo geral, os cristãos demonstram desinteresse e rechaço pela política, tendendo à omissão nas questões que dizem respeito ao bem comum e à administração pública. Acredita-se que a política é desnecessária ou indesejável, visto que Deus é responsável por transformar completamente a vida dos indivíduos, não lhes sendo cobrada nenhuma ação a não ser a espera resignada. O fundador da Universal critica o não engajamento dos crentes e afirma a importância da participação cristã nos assuntos de interesse público, o que contribuiria para a consolidação da democracia e para a concretização do projeto divino de poder (Macedo e Oliveira, 2008). Nesse sentido, os fiéis precisam reconhecer a relevância da política para a causa evangélica de modo que sejam estimulados a participar ativamente dos processos democráticos por meio de mobilizações. Macedo reforça a ideia de que os segmentos evangélicos, incluindo todas as denominações protestantes e pentecostais, apresentam interesses comuns em torno

dos quais devem se unir para desenvolver estratégias racionais que viabilizem sua realização.

Como sustenta Conrado (2001), a IURD parece investir na unidade dos evangélicos e na suspensão provisória das diferenças denominacionais e doutrinárias para ampliar, através da identificação religiosa, a rede de apoios e alianças políticas a fim de intensificar seu poder nas disputas eleitorais. O discurso de unificação dos evangélicos, na realidade, é uma proposta de adesão ao projeto de poder da Igreja Universal que, de acordo com Macedo e Oliveira (2008), corresponde ao plano estadista elaborado por Deus. Atento ao crescimento do segmento evangélico e ao poder político que esse crescimento numérico representa, o líder da IURD procura “conscientizar” os cristãos, sobretudo as autoridades religiosas, de que somente a unidade de interesses e o consenso entre os crentes produzirão importantes conquistas políticas e tornarão viável a efetivação do plano divino de poder. Desse modo, Macedo pretende receber o apoio político dos milhões de cristãos brasileiros aos quais se dirige em seu livro para consolidar sua força na esfera pública e viabilizar suas pretensões políticas.

*O que falta aos cristãos para se estabelecerem politicamente? (...) [Faltam] ações coordenadas, que começam a partir de uma conscientização política, estratégias, união em torno dessa nobre causa, que depende em parte dos líderes religiosos que estão à frente do rebanho de Deus. Nessa causa, as questões ideológicas e doutrinárias denominacionais devem ficar à parte; do contrário, deixaremos de cumprir algo que é comum a todos nós, cristãos: executar o grande projeto de nação idealizado e pretendido por Deus. (...) O potencial quantitativo de evangélicos no Brasil é altamente relevante e o momento é oportuno para o projeto divino de nação! (...) a potencialidade numérica dos evangélicos como eleitores pode decidir qualquer pleito eletivo, tanto no Legislativo quanto no Executivo, em qualquer que seja o escalão, municipal, estadual ou federal. Mas essa potencialidade depende de cultura cívica, conscientização, engajamento e mobilização (Macedo e Oliveira, 2008: 25, 52 e 68).*

Os evangélicos, portanto, em virtude do crescimento numérico e do consequente poder de voto que adquiriram, tornaram-se um grupo atraente para quaisquer candidatos ou líderes religiosos com intenções estadistas. O plano divino de poder e de formação de uma grande nação, apresentado pelo fundador da Universal,

nada mais é do que a ampliação da representatividade política da igreja e a eleição de um chefe de estado evangélico. Por conseguinte, a nação projetada por Deus só pode ser viabilizada se for eleito para presidente da República um “filho de Deus”, entenda-se um candidato evangélico, o que só é possível através da união e mobilização dos crentes. Malgrado incentive o engajamento dos fiéis em torno da eleição de um presidente evangélico, Macedo manifesta oposição à constituição de um regime teocrático e defende a manutenção do Estado laico e democrático, que assegura a liberdade de culto.

### **Igreja Assembleia de Deus: Imitação das Estratégias Eleitorais Iurdianas**

#### *Ideologias Religiosas em oposição aos Interesses Políticos*

Como representante do segmento pentecostal, a Igreja Assembleia de Deus apresenta um sistema doutrinário rígido por meio do qual regula a conduta dos fiéis, submetendo-os a uma forte disciplina moral. A dedicação à vida ascética e ao aperfeiçoamento cristão provoca o isolamento do grupo e o abandono do mundo secular, considerado absolutamente perigo e ameaçador para aqueles que almejam a “santidade”. Assumindo uma postura legalista, a congregação religiosa ainda reforça códigos e costumes tradicionais, destinados a regulamentar e padronizar a aparência do fiel. A imagem do crente pentecostal traz a marca do estereótipo e do estigma, uma vez que destoa do padrão estético predominante nas sociedades modernas. As saias longas, os cabelos compridos, os ternos, a ausência de maquiagens e enfeites compõem a identidade desse grupo, interessado em afastar-se da vida mundana. Os membros da Assembleia de Deus, de modo geral, colocam-se à margem do sistema sócio-econômico, demonstrando certo absenteísmo social e desinteresse político.

A “mensagem da cruz”, tão valorizada pela doutrina pentecostal, contribui para que os fiéis não se comprometam com as causas sociais, não se preocupem com os problemas concretos da vida cotidiana nem participem de movimentos políticos empenhados na transformação da realidade social. De acordo com essa premissa teológica, todo sofrimento humano tem raízes espirituais e constitui um período de aprimoramento das virtudes cristãs, indispensáveis à garantia da vida eterna. Os

cristãos, pois, estão fadados ao sofrimento, ocasião em que podem provar seu compromisso com o mundo espiritual ou desenvolver virtudes valorizadas pelas igrejas pentecostais, como a obediência, a disciplina, a submissão e o conformismo. A teologia da cruz enuncia que aqueles que conseguem suportar a aflição do mundo serão beneficiados após a morte. Caso resistam com perseverança à dor e aceitem com resignação o triste destino que lhes está reservado na terra, serão recompensados com a paz e a felicidade eternas. Desse modo, os problemas sociais são encarados como questões espirituais, diante dos quais os fiéis adotam uma postura resignada ou, no máximo, recorrem a rituais religiosos para solucioná-los. Segundo Mariano (1999), a escatologia pentecostal “(...) *tendia a levar ao apoliticismo, à auto-exclusão da vida social e ao ascetismo intramundano*” (Mariano, 1999: 44 e 45).

A Igreja Assembleia de Deus criou uma cultura de aversão ao compromisso social e à participação política. Ao longo de sua história, a política foi sendo repudiada em decorrência de sua associação com a ideia do diabo. Ademais, a segregação em relação ao mundo impediu qualquer tipo de engajamento político e inserção no espaço público. Entretanto, a partir de 1986, por ocasião da Assembleia Nacional Constituinte, essa igreja começou a ingressar na esfera pública, apoiando candidaturas que obtiveram êxito eleitoral e possuindo, desde então, representantes no Congresso. Como afirma Baptista (2009), o interesse súbito das agremiações pentecostais pela política partidária deve-se à percepção de que poderiam utilizá-la como meio para viabilizar seus projetos e atender seus interesses institucionais. Dessa forma, mediante a instrumentalização da política, receberam benesses para suas corporações, como a doação de terrenos e recursos públicos e a concessão de canais de rádio e televisão. É patente a contradição entre o sistema teológico e doutrinário da Assembleia de Deus e suas pretensões políticas. Verifica-se que essa congregação realizou uma articulação híbrida entre suas ideologias religiosas e suas práticas políticas, sustentando paradoxalmente a rejeição do mundo, baseada em pressupostos religiosos, e a abertura para o universo político. O apoliticismo, tão característico do discurso assembleiano, foi substituído pela valorização da política, pelo estímulo à atividade política dentro da igreja, pela formação de quadros político-institucionais e pelo investimento nos processos eleitorais.



Diante do sucesso da Igreja Universal nos pleitos proporcionais, a Assembleia de Deus resolveu adotar algumas de suas estratégias político-eleitorais, sobretudo a indicação de candidaturas oficiais e a distribuição dos candidatos em diferentes siglas partidárias com vistas a alcançar a vitória nas eleições. Contudo, o processo de escolha dos candidatos segue uma lógica muito distinta daquela desenvolvida pela IURD. Enquanto na Universal todas as decisões políticas são tomadas pelo Conselho de Bispos, na Assembleia ocorrem prévias eleitorais, nas quais um colégio de pastores e obreiros, mediante votação, escolhe os candidatos que receberão o apoio oficial da igreja. Assim, na Assembleia de Deus a definição da candidatura oficial é um processo mais democrático, que envolve a apresentação voluntária de nomes, a triagem dos pré-candidatos e a votação no colégio eleitoral de pastores e obreiros. Qualquer membro da igreja pode apresentar seu nome ao Conselho Político, que responderá pela pré-seleção dos candidatos e encaminhará uma lista reduzida de nomes para as prévias, que ocorrerão em todo o país.

Como no período pré-eleitoral a disputa entre os pré-candidatos é intensa e a possibilidade de descontentamento com o resultado das prévias é grande, a cúpula assembleiana exige que os aspirantes à candidatura oficial assinem um documento por meio do qual se comprometem a renunciar ao desejo de se candidatar, caso não sejam escolhidos, e a apoiar o vencedor das prévias. Essa medida passou a ser adotada pela igreja em virtude do lançamento de candidaturas independentes e extra-oficiais, que prejudicam em certo sentido os projetos corporativistas da igreja e a fidelidade do voto assembleiano. Alguns pré-candidatos, insatisfeitos com a decisão do colégio eleitoral de pastores e obreiros, resolvem lançar sua candidatura mesmo sem o apoio institucional, podendo, dessa forma, contribuir com a dispersão dos votos e comprometer a eleição do candidato oficial. Os candidatos avulsos, embora tenham se rebelado contra a hierarquia clerical e desobedecido suas ordens, não são rechaçados, pois se vencerem as eleições podem tornar-se aliados da corporação. Entretanto, não são autorizados a fazer campanha política nos templos. Já os pastores, obreiros e diáconos que apoiam candidaturas independentes são submetidos à forte disciplina, correndo o risco de serem destituídos do cargo eclesiástico.

O documento que os pré-candidatos assinam não garante a unidade política da instituição nem a disciplina de seus membros, uma vez que as dissidências internas resultam da estrutura hierárquica da igreja. Essa organização possui um poder nacional frágil e fortes lideranças regionais, o que inviabiliza a centralização das decisões e a consolidação da hierarquia assim como favorece o surgimento de focos de resistência. Por essa razão, embora tente imitar os procedimentos eleitorais iurdianos, cujos resultados são extremamente satisfatórios, não consegue adotá-los na íntegra, dada a fragmentação de sua estrutura institucional, a pluralidade de grupos que a compõem e as divisões internas. Exatamente porque na Assembleia de Deus não existe um poder central, forte e soberano, os pastores encontram certa dificuldade para desempenhar com eficiência sua missão política: convencer os fiéis a votarem nos candidatos oficiais e participarem ativamente do processo eleitoral. Desse modo, o índice de fidelidade de votos é mais baixo e, conseqüentemente, a eficácia política da instituição é menor do que nos redutos eleitorais da IURD.

É inegável que o carisma da igreja é convertido em capital político e eleitoral, sendo indispensável à vitória dos candidatos oficiais. No entanto, no caso da Assembleia de Deus, além do carisma institucional, o candidato deve conquistar a confiança dos fiéis-eleitores assim como “costurar” alianças políticas com vistas a obter financiamento para a campanha eleitoral. A corporação religiosa pode até fornecer apoio logístico e doar materiais, além de propiciar articulações políticas; mas cabe ao próprio candidato angariar recursos para financiar sua campanha. A máquina da organização é colocada à disposição dos candidatos e o corpo eclesiástico, constituído por pastores, diáconos e obreiros, deve engajar-se no processo eleitoral de modo a persuadir os fiéis a votarem no nome oficialmente indicado pela instituição. Os dirigentes das unidades municipais e estaduais da igreja devem receber os candidatos nos mais diversificados cultos e apresentá-los ao público de forma discreta, sem proselitismo exagerado. Não se deve pedir voto ou fazer discurso político no púlpito, uma vez que se trata de um lugar sagrado. Basta apenas anunciar a presença do candidato, fazer uma breve oração por ele ou pedir-lhe para dar uma saudação à comunidade evangélica.

Antes do lançamento das candidaturas oficiais, o Conselho Político da Assembleia de Deus define as legendas partidárias, com base no cálculo do quociente

eleitoral e da previsão de votos dos concorrentes, filiados ao partido em questão. Seguindo o modelo iurdiano, essa igreja promove a distribuição dos candidatos em diferentes siglas partidárias (PR, PSC, PTB, PP, PRB e PMDB), cuja orientação ideológica se concentra na direita e centro-direita. Como se pode perceber, os partidos funcionam como meros instrumentos eleitorais, que asseguram o registro legal das candidaturas e oferecem as melhores chances de vitória nas eleições. A identificação ideológica pouco importa. Por isso, as legendas de esquerda, que exigem de seus filiados compromisso ideológico e fidelidade partidária, são descartadas. Agindo de forma pragmática, a coordenação política da Assembleia escolhe o partido que apresenta as maiores possibilidades de eleição dos candidatos oficiais, não se preocupando com a questão ideológica.

Após vencer as eleições, os deputados assembleianos assim como os iurdianos costumam aderir a um comportamento político comum entre os parlamentares antigos: o troca-troca de partido. Visando alcançar posição privilegiada no Congresso e aumentar seu poder de barganha nas votações legislativas, filiam-se a legendas pequenas, nas quais têm mais chances de assumir a liderança partidária e aproximar-se dos caciques políticos. Entretanto, os partidos pequenos restringem os espaços de atuação do congressista, dado que a ocupação de cargos legislativos e o tempo de propaganda eleitoral gratuita na mídia dependem da representatividade eleitoral da sigla partidária. Assim, esses partidos só conseguem sobreviver se estiverem atrelados a legendas de peso, por meio de alianças políticas. Em função da baixa expressividade no espaço público, eles não têm condições de desenvolver projetos próprios e independentes, atuando como meras extensões dos grandes partidos. A implementação da fidelidade partidária reduziu a troca de partido, mas não eliminou a absoluta dependência das legendas nanicas em relação às grandes siglas partidárias. Em razão desse vínculo de dependência e servidão, os partidos pequenos passaram a ser designados legendas de aluguel. Os deputados assembleianos, em sua maioria, estão filiados às siglas pequenas com o intuito de ampliar seu poder de influência no Congresso e suas possibilidades de negociação dos votos do partido com os grandes figurões políticos.

Ainda que surjam focos de resistência decorrentes de divisões internas e não seja significativa a fidelidade de votos assembleianos, a igreja apresenta um desempenho eleitoral positivo. A cada pleito, o número de candidatos eleitos aumenta.

Todavia, os resultados da IURD são mais expressivos, dada sua hierarquia vertical e a existência de um poder central, que define as candidaturas oficiais, desenvolve metodologias eleitorais e comunica aos fiéis-eleitores em quem devem votar. Embora emule as estratégias político-eleitorais iurdianas, a Assembleia não consegue alcançar as cifras eleitorais da Universal, pois sua estrutura institucional não é tão centralizada a ponto de eliminar as resistências internas e garantir um alto índice de fidelidade dos eleitores. Mas verifica-se que a Coordenação Política da Assembleia de Deus tem se empenhado para neutralizar os grupos dissidentes e aumentar a unidade da igreja de sorte a potencializar seu capital político e eleitoral, ampliando a base de representantes no Congresso Federal, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais.

### Projeto Político

De tanto fazer referência ao “Projeto Cidadania Assembleia de Deus Brasil”, a liderança eclesiástica da igreja produz a impressão de que se trata de alguma proposta, de cunho sócio-político, destinada ao desenvolvimento da sociedade brasileira. No entanto, o projeto corresponde à definição de metas eleitorais com o propósito de ampliar a estrutura de poder da corporação. O Conselho Político da Assembleia estabelece a quantidade de candidatos que pretende eleger, aumentando as estimativas a cada novo pleito municipal, estadual e federal. Os parlamentares e líderes dessa agremiação religiosa negam o caráter corporativista do projeto, afirmando que seu principal objetivo é “abençoar” a nação brasileira com a presença de “homens de Deus” nos órgãos públicos. Em seus discursos, deixam antever que não há candidatos melhores aos cargos eletivos que aqueles indicados oficialmente pela instituição, pois são “homens íntegros”, “tementes a Deus”, éticos e austeros, capazes de produzir a moralização da política.

*(...) O projeto político da Assembleia de Deus tem a ideia de oferecer a cada Estado um deputado estadual, pelo menos; vereadores nas câmaras, tanto da capital, quanto do interior, assim como deputados federais de cada Estado, na Câmara dos deputados e daí em diante. Quem sabe, não diretamente, mas apoiando alguém como tem surgido, por exemplo, Anthony Garotinho, que busca a presidência, ajudá-lo, como fizemos de outra vez, a chegar à Presidência da República. Ou seja, o projeto político da Assembleia de Deus é*

*oferecer, através desses homens transformados pelo Senhor, à nossa sociedade, ao nosso país, uma contribuição de boa vontade, de pessoas que pela ética e pela moral, fazem a diferença no trato político, na ética política* (Deputado Federal Pedro Ribeiro *apud* Baptista, 2009: 295).

### **Atuação Política da “Bancada Evangélica”**

Na legislatura de 1999/2003, o crescimento da “bancada evangélica” foi expressivo, o que assegurou sua consolidação no cenário político brasileiro. Foram eleitos cinquenta e sete deputados federais vinculados a treze denominações distintas<sup>9</sup>. A Assembleia de Deus e a Igreja Universal apresentaram a maior representação parlamentar. Pela primeira vez, a IURD conseguiu eleger o maior número de deputados da “bancada evangélica”: dezessete congressistas, que obtiveram conjuntamente cerca de 1.400.000 votos. Além desse alto índice, venceram as eleições vinte e seis deputados estaduais de dezesseis Estados da federação. Foi nessa legislatura que o Bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ), coordenador político da Igreja Universal, obteve seu primeiro mandato, inserindo-se na vida pública como o grande representante da igreja de Edir Macedo. A Assembleia de Deus elegeu doze deputados federais; a Batista Renovada, cinco e a Quadrangular, dois. Dentre as igrejas protestantes históricas, a Batista alcançou maior número de parlamentares (08), seguida pela Luterana (05) e pela Presbiteriana (03). Os demais deputados foram de outras igrejas tradicionais e pentecostais. Os congressistas pentecostais superaram significativamente aqueles de confissão protestante histórica, correspondendo a quase 69% da “bancada evangélica”.

A presença dos evangélicos nas eleições e sua representação parlamentar não podem mais ser ignoradas e já são constitutivas do cenário político brasileiro. Novas lideranças pentecostais, que se destacam no campo religioso, têm se interessado pela atividade política, desenvolvendo estratégias eleitorais e promovendo, dessa forma, a eleição de seus candidatos. O prestígio religioso viabiliza o ingresso na disputa político-partidária. É a identidade religiosa que legitima a ação política. Contudo, apesar da luta ocorrer no espaço religioso, os concorrentes utilizam armas políticas (Conrado, 2001). Nesse sentido, religião e política se articulam e se modificam mutuamente. O discurso

---

<sup>9</sup> Informação extraída da Revista Época, 02 de outubro de 2000.

religioso penetra na esfera política e lhe confere novos sentidos. Do mesmo modo, a linguagem da política e seus símbolos alteram as disposições do campo religioso.

O projeto político das igrejas evangélicas está atrelado ao projeto religioso de expansão eclesiástica e crescimento pentecostal. Esse segmento religioso, fortemente fragmentado, não possui nenhum programa político nem projeto para a sociedade brasileira (Freston, 1992). Apesar de grande parte dos fiéis serem oriundos das camadas populares e viverem em situação de pobreza, seus representantes políticos não investem na elaboração de políticas sociais, destinadas à transformação da realidade concreta ou à erradicação da fome. Entretanto, segundo Conrado (2001), os parlamentares evangélicos, em virtude de certa experiência política, começam a se preocupar com questões sociais, não utilizando seu mandato apenas para atender aos interesses particulares das igrejas. Não se pode afirmar que a “bancada evangélica” só possui tendências conservadoras e corporativas. Embora represente a minoria, há deputados evangélicos que defendem teses progressistas e demonstram maior preocupação com os problemas sociais do que com a preservação da moral cristã. Todavia, entre os parlamentares pentecostais, ainda são significativas práticas conservadoras, como o fisiologismo, o corporativismo, o clientelismo, o patrimonialismo e a negociação de votos na Câmara Federal.

A “bancada evangélica” da legislatura de 2003 a 2007 foi notícia nos jornais, especialmente porque muitos dos seus integrantes se envolveram em esquemas de corrupção e se dedicaram à “guerra” contra o movimento “gay”, impedindo a aprovação de projetos de lei como a regulamentação da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Nessa legislatura, elegeram-se sessenta e seis congressistas, incluindo quatro senadores<sup>10</sup>, o maior número de parlamentares evangélicos da história política brasileira. Foram eleitos vinte e três deputados federais da Assembleia de Deus e a Igreja Universal foi responsável pela eleição de vinte e dois deputados e um senador. Houve um aumento de 25% no número de deputados evangélicos e de 100% no número de senadores. A IURD ficou mais fortalecida politicamente nessa legislatura, uma vez que viabilizou a eleição de seu primeiro senador, Bispo Marcelo Crivella, pelo PL do Rio de Janeiro, com a expressiva votação de 3.235.570 votos. Além disso, o líder da “bancada

---

<sup>10</sup> Dados extraídos da *Folha de São Paulo*, 12 de agosto de 2006.

evangélica” na Câmara Federal foi o coordenador político da Igreja Universal do Reino de Deus, o Deputado Bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ).

A “bancada evangélica”, no entanto, não tem apresentado unidade política. Os parlamentares pertencem a diferentes igrejas e partidos, com posições ideológicas distintas. Em função dessa diversidade político-partidária, eles divergem nas votações que ocorrem na Câmara Federal, não existindo o que se poderia chamar de “voto evangélico”. O mesmo se observa entre os deputados da Igreja Universal do Reino de Deus, que apresentam diferentes filiações partidárias. Nas votações, quando as pautas de discussão não são de interesse da corporação religiosa, os congressistas geralmente seguem as orientações dos partidos, não votando uniformemente, o que descartaria a ideia do “voto iurdiano” no Congresso Nacional (Fonseca, 1998b). Desse modo, não é possível detectar um padrão de votação da “bancada evangélica” nem mesmo entre os deputados da IURD. Para surpresa de muitos cientistas políticos, Fonseca (2004) salienta que essa organização religiosa não interfere na atividade parlamentar de seus representantes nem orienta como cada um deve votar, salvo nas pautas relacionadas aos interesses da igreja e a questões morais.

*(...) A igreja não diz ao deputado que deve votar assim ou assado, certo? Cada um é dono do seu voto e deve votar com a sua consciência. No caso, temos deputados em todas as bancadas e em todos os partidos. Eu sempre digo o seguinte: se você está num partido e vai votar contra a orientação do seu partido, o melhor é sair desse partido. Quem está no PMDB deve votar com o seu partido, o PMDB. Quem está no PFL deve votar com o PFL. Só em casos morais, religiosos, por exemplo, casamento gay, aborto... Então, aí nesse caso ele vai desobedecer ao partido e vai votar com aquilo que ele crê. Mas eu não vou dizer para o sujeito que está lá no PMDB assine a CPI ou vote assim. Porque não é certo isso, não é justo que eu lidere a bancada que está no PMDB, o sujeito tem que votar de acordo com o partido dele (Ex-deputado federal Carlos Rodrigues apud Fonseca, 2004).*

Por conseguinte, a IURD recomenda que os parlamentares votem conforme as determinações partidárias, não criando, desse modo, nenhum desconforto com as lideranças dos partidos e favorecendo a liberação de verbas públicas destinadas às emendas individuais. A “bancada iurdiana” é composta por deputados da situação e da

oposição, formando um mosaico ideológico que conduz as votações em diferentes direções. Mesmo que o coordenador político da igreja sugira votar de determinada forma, os congressistas são livres para não acatar a sugestão. Porém, essa liberdade tem limites. Os parlamentares têm obrigações com a corporação religiosa que vão desde a disponibilização dos cargos de confiança para que a igreja faça a nomeação dos assessores até o compromisso de votar de acordo com as diretrizes da instituição nas situações em que o debate legislativo envolve interesses institucionais ou problemáticas morais. Nessas circunstâncias, a maioria dos deputados evangélicos dispensa as orientações partidárias, votando em bloco. A unidade evangélica, portanto, só aparece nos casos de interesse institucional e de discussão moral, comumente relacionada à legalização do aborto e à união civil de homossexuais.

Conforme Mariano (2005), na legislatura de 2003-2007, intensificou-se a luta dos parlamentares evangélicos, de todas as denominações, para inibir e inviabilizar as reivindicações dos movimentos homossexuais. Através de uma ação coordenada e articulada, a “bancada” se opôs a projetos como a instituição do Dia Nacional do Orgulho Gay e a união civil de pessoas do mesmo sexo, impedindo sua aprovação e os mantendo em tramitação. Alguns projetos, em virtude do lobby evangélico, foram engavetados ou não foram aprovados, como a proibição da discriminação por orientação sexual, que não consta na Constituição de 1988. Os deputados evangélicos ainda criaram projetos de natureza homofóbica, como a prestação de atendimento médico e psicológico pela rede de saúde pública para homossexuais que voluntariamente decidem mudar de orientação sexual.

Além do combate à homossexualidade, a “bancada evangélica” destacou-se nessa legislatura pelas denúncias de corrupção envolvendo vários de seus integrantes. Segundo o relatório da CPI dos Sanguessugas, vinte e três dos sessenta e seis parlamentares que compunham a “bancada”, mais de um terço, estavam envolvidos em irregularidades na compra de ambulâncias e, por isso, tiveram a cassação dos seus mandatos recomendada. Dos congressistas evangélicos acusados de corrupção pela CPI, dez eram da Universal, nove da Assembleia de Deus, um da Igreja do Evangelho Quadrangular, um da Batista, um da Adventista e um da Igreja Internacional da Graça. Em função dos escândalos políticos, apenas dezoito deputados evangélicos foram



reeleitos para a legislatura 2007/2011. Muitos dos envolvidos não conseguiram se reeleger, não se candidataram ou tiveram seus nomes vetados pela cúpula eclesiástica<sup>11</sup>.

A Igreja Universal do Reino de Deus, cujos parlamentares até então nunca tiveram seus nomes citados em denúncias, não autorizou a candidatura daqueles que participaram dos esquemas de compra de ambulâncias superfaturadas com dinheiro de emendas parlamentares. Certamente, a IURD, que possuía o maior número de congressistas pentecostais, resolveu vetar candidaturas de deputados cuja eleição estava praticamente garantida, para reconfigurar seu campo político, reorganizar suas estratégias eleitorais, redefinir seus quadros, impedir a construção de uma imagem institucional negativa e não colocar em risco a influência conquistada no cenário público. É uma espécie de recuo estratégico que visa reduzir o desgaste político que a divulgação midiática dos escândalos certamente lhe causou.

Além desses acontecimentos, outro episódio abalou os projetos eleitorais da Igreja Universal: seu principal articulador político, o ex-bispo Carlos Rodrigues (PL-RJ), desde 2004, é investigado e acusado de corrupção por diversas Comissões Parlamentares de Inquérito (Bingos, Correios e Sanguessugas), sendo protagonista de matérias jornalísticas de repercussão nacional, o que resultou em sua destituição imediata do cargo eclesiástico, perdendo automaticamente o título de bispo. Segundo depoimento de Edir Macedo, a difícil decisão foi tomada por integrantes do Conselho de Bispos: *“Não havia o que fazer. É o que já expliquei sobre a disciplina da Igreja Universal. As leis devem valer para todos, seja quem for, não importa o título que ocupar. Foi uma decisão conjunta do Conselho de Bispos. Não abrimos mão da decência moral. Em hipótese alguma”* (Tavolaro, 2007: 221).

As investigações apontavam indícios de que o deputado havia recebido propina para apoiar o governo federal nas votações da Câmara, tendo participado do esquema chamado de “mensalão” pelo ex-deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). Na ocasião, seu chefe de gabinete retirou do Banco Rural em Brasília um valor correspondente a R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), que lhe foi entregue. A CPI dos Correios, após arrolar provas documentais, encaminhou o caso ao Conselho de

---

<sup>11</sup> Informações obtidas por meio de consulta à *Folha de São Paulo*, edição de 11 de outubro de 2006.

Ética da Casa, indicando a cassação do seu mandato por falta de decoro parlamentar. Em setembro de 2005, o Bispo Rodrigues resolveu não enfrentar o processo de cassação e renunciou ao mandato. Logo em seguida, a IURD o afastou do comando das atividades políticas, com o intuito de evitar “arranhar” sua imagem institucional. Em maio de 2006, Carlos Rodrigues – como passou a ser chamado – foi detido pela Polícia Federal durante a Operação Sanguessuga, acusado de comandar o esquema de superfaturamento de ambulâncias no Rio de Janeiro. Após sua prisão, foi expulso do extinto Partido Liberal, se afastando da vida política. Em agosto de 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou as denúncias de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, apresentadas contra o ex-bispo e ex-deputado iurdiano.

Resta saber como a Igreja Universal do Reino de Deus atuará politicamente sem o apoio e a liderança de seu principal articulador político, que tinha grande influência e livre trânsito no Congresso. Quais serão as repercussões de sua saída nos projetos políticos da igreja de Edir Macedo? Não se pode negar que o episódio do afastamento de Rodrigues do posto de comando das atividades políticas da igreja representou grande perda às pretensões político-institucionais da Universal. Conforme Conrado (2001), a presença do bispo era essencial à definição das candidaturas, à formação de quadros institucionais, à construção da representação política dos candidatos e à afirmação da igreja na sociedade brasileira. A IURD, por conseguinte, sentiu o golpe e recuou para reestruturar seu campo de força político e evitar seu possível enfraquecimento. Entretanto, não se deve esquecer que a Igreja Universal possui uma máquina político-eleitoral que funciona eficazmente a partir de uma estrutura institucional centralizada e hierárquica, não dependendo exclusivamente de figuras importantes ou elementos-chave para conduzi-la.

No pleito de 2006, foram eleitos apenas sete deputados federais iurdianos, número muito inferior aos vinte e dois congressistas da legislatura anterior. A quantidade de parlamentares da Assembleia de Deus também sofreu redução: caiu de vinte e três deputados para dezessete. Perderam as eleições todos os candidatos evangélicos que tiveram seus nomes sob investigação. Os escândalos, pois, geraram efeitos negativos às imagens dos candidatos, impedindo sua reeleição. Como muitos parlamentares foram denunciados às vésperas das eleições, as igrejas não tiveram tempo para reagir e renovar o quadro de candidatos, resultando na diminuição da “bancada

evangélica”. Todavia, de acordo com o pastor Ronaldo Fonseca<sup>12</sup>, presidente do Conselho Político Nacional das Assembleias de Deus, a igreja iria selecionar novos nomes para lançá-los na campanha eleitoral de 2010 e, assim, renovar e ampliar a “bancada evangélica”.

### Constituição da Frente Parlamentar Evangélica

Segundo Baptista (2009), a frente parlamentar é uma associação civil, de caráter não-governamental, com personalidade jurídica, estatuto próprio e regimento interno, que agrega indivíduos em defesa de projetos específicos, de uma determinada área. No início da legislatura 2003/2007, o então deputado federal Adelor Vieira (PMDB/SC) incentivou a criação de uma Frente Parlamentar Evangélica com vistas a fomentar maior articulação entre os deputados evangélicos e uniformidade nas votações que envolvem questões de interesse do grupo. No dia 18 de setembro de 2003, em sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães da Câmara Federal, foi implementada a Frente Parlamentar Evangélica com a finalidade de *“influenciar as políticas públicas do governo, defendendo a sociedade e a família, no que diz respeito à moral e aos bons costumes”* (Revista FPE, 2004: 03). Suas atribuições são: 1) fiscalizar os programas governamentais a fim de avaliar sua aplicabilidade; 2) interferir no processo legislativo por meio das comissões temáticas de modo a inovar a legislação voltada à promoção de políticas públicas nas áreas sociais e econômicas, procedendo de acordo com os propósitos de Deus e as recomendações da Sua Palavra; 3) favorecer o intercâmbio com deputados evangélicos de outras nações, visando aperfeiçoar a atuação parlamentar.

A formação da Frente Parlamentar Evangélica também resultou da unificação dos cultos religiosos, que ocorriam no mesmo dia e horário, promovidos pela Assembleia de Deus e pela Igreja Universal. O deputado Pedro Ribeiro propôs a realização semanal de um único culto a fim de integrar os congressistas, agregar novos membros e alcançar a tão desejada unidade evangélica. Desde então, o culto passou a ser celebrado toda quarta-feira, no horário das 08h30 às 10h00, no Plenário II da Câmara Federal, o que ocasionou um aumento no número de frequentadores, mas não

---

<sup>12</sup> Matéria publicada pelo site Congresso em Foco ([www.congressoemfoco.com.br](http://www.congressoemfoco.com.br)), acessado em 13 de maio de 2008.

deu origem a uma maior articulação. Como organização suprapartidária e interdenominacional (Maia, 2006), a Frente Parlamentar Evangélica dificilmente conseguirá organizar e mobilizar os deputados de maneira a atingir a coesão e a integração do segmento. De acordo com Baptista (2007), alguns parlamentares, embora integrantes da Frente, não participam de suas atividades, apenas se disponibilizando a votar conforme suas orientações, quando são solicitados a fazê-lo. Outros não se identificam com os objetivos da organização e, por isso, não fazem parte de seus quadros, apesar de se declararem publicamente evangélicos. Há ainda aqueles que ocultam sua filiação religiosa, porque não querem se comprometer com as causas da instituição, dissociando religião e política.

A assessoria da Frente encarrega-se de descobrir quais parlamentares são evangélicos e encaminha a lista ao deputado Pedro Ribeiro, incumbido de convidá-los a participar dos cultos. Além de ser um evento religioso, os cultos são uma das poucas oportunidades dos congressistas evangélicos se encontrarem para discutir alguma questão pertinente ao grupo, fortalecerem as redes de aliança e apoio assim como estreitarem os laços de amizade. Desse modo, segundo uma assessora da Frente Parlamentar Evangélica (Baptista, 2007), os encontros e reuniões do grupo ficaram tão marcados pela fraternidade e união que houve uma espécie de esvaziamento das discussões e ações políticas: *“A Frente acabou de fato não sendo o que todo mundo esperava. Acabou virando uma confraria de irmãos, onde se reuniam para orar, fazer vigília, cantar, comer, mas tomar posições, tomar partido, tomar iniciativas, foram poucas. A Frente Parlamentar nesse sentido não funcionou”* (p. 360). Os assessores pareciam mais engajados em monitorar os projetos de lei em tramitação na Casa e estimular debates acerca deles. Na ocasião da instalação da Frente Parlamentar Evangélica, foi formado o GAPE, Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica, cuja função primordial era acompanhar todos os projetos das comissões e orientar os deputados nas votações e em sua atuação parlamentar de modo geral. No entanto, atualmente esse grupo se desarticulou, perdeu força e deixou de existir. Alguns assessores desempenham isoladamente as funções que cabiam ao grupo realizar.

## **Legislatura 2007/2011: Composição Político-Partidária dos Parlamentares Evangélicos**

No início de 2007, levantamento do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar)<sup>13</sup> estimava que tinham sido eleitos quarenta e um deputados federais ligados a igrejas de confissão evangélica (protestantes históricas e pentecostais), além dos dois senadores, cujos mandatos duraram até 2011. Nessa ocasião, os congressistas pertenciam às mais diferentes filiações partidárias e vertentes ideológicas: três deputados foram eleitos pelo PSDB; três estavam no DEM; três no PP; três no antigo PL e três no PT. Os partidos que agregaram o maior número de parlamentares evangélicos foram o PMDB (07) e o PSC (04). Havia apenas um congressista (o Senador Marcelo Crivella) filiado ao PRB (Partido Republicano Brasileiro), criado e controlado por líderes da Igreja Universal do Reino de Deus. Porém, no decorrer dos primeiros anos de mandato, a composição da “bancada evangélica” modificou-se, pois ocorreram mudanças de filiação partidária até março de 2007<sup>14</sup> e alguns suplentes assumiram os mandatos parlamentares na Câmara Federal em substituição aos titulares que renunciaram ao mandato para concorrer às eleições municipais ou se afastaram provisoriamente para ocupar cargos executivos nos Estados de origem.

Conforme dados fornecidos pela Frente Parlamentar Evangélica, em julho de 2009 havia no Congresso sessenta e dois deputados evangélicos, além de três senadores. A Assembleia de Deus, que no início da legislatura, possuía dez deputados, passou a contar com vinte. A Igreja Batista obteve quatorze representantes na Câmara e a Universal, dez. Não houve reeleição entre os candidatos da IURD. Todos os parlamentares iurdianos eleitos (10) estavam exercendo seu primeiro mandato. Mais da metade da “bancada evangélica” (56%) foi composta por parlamentares que se elegeram pela primeira vez para o cargo de deputado federal. O índice de reeleição diminuiu em virtude dos escândalos políticos ocorridos no final da legislatura anterior. O Estado do Rio de Janeiro continuou tendo a maior representação evangélica (onze deputados),

---

<sup>13</sup> Informações extraídas do livro “O que esperar do novo Congresso? Perfil e Agenda da Legislatura 2007/2011” (Costa e Queiroz, 2007).

<sup>14</sup> Em 27 de março de 2007, o Tribunal Superior Eleitoral resolveu instituir a fidelidade partidária entre políticos eleitos, inibindo o troca-troca de partido tão comum no sistema político brasileiro.

seguido por São Paulo, que contou com sete congressistas, e Minas Gerais, que conseguiu alcançar a marca de seis parlamentares.

Logo no início do mandato legislativo, vários deputados trocaram de partido político, modificando a composição partidária da “bancada” e ampliando a base governista: o PMDB foi o partido mais representativo, com treze parlamentares, seguido pelo PTB, com 10 deputados; PR, antigo Partido Liberal, com 07; DEM, com 07 e PSC, com 06. O PRB, que só possuía um senador evangélico, passou a ter quatro deputados. O PT e o PP contaram com três parlamentares cada um. Os partidos menos representativos foram o PSDB (02), PV (02), PSB (01), PTC (01), PDT (01) e PT do B (01)<sup>15</sup>. Nessa ocasião, o Deputado Robson Rodovalho (DEM-DF) tentou mudar de partido, mas não conseguiu em decorrência do instituto da fidelidade partidária, estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ele declarou que ficou insatisfeito, pois pretendia se filiar a um partido governista. A base aliada na “bancada evangélica” foi superior à oposição. Contudo, não se pode deduzir, a partir dessa constatação, que na 53ª legislatura a “bancada” era um bloco político-ideológico coeso. Havia nela diferentes matizes ideológicos e posições políticas diversas, que só se homogeneizavam quando a discussão recaía no campo da moralidade e abordava temas como aborto e homossexualismo. Havia ainda alguns congressistas evangélicos que não pertenciam à “bancada” por não compartilhar de sua forma de ação nem se interessar pelo debate da moral cristã na arena política.

### **Representação Parlamentar Evangélica no ano de 2009**

NOME	IGREJA	PARTIDO	UF	MANDATO
ADILSON SOARES	INTERNACIONAL DA GRAÇA	PR	RJ	PRIMEIRO
ANDRE ZACHAROW	BATISTA	PMDB	PR	SEGUNDO (Suplente)
ANDREIA ZITO	BATISTA	PSDB	RJ	PRIMEIRO
ANTONIO BULHÕES	IURD	PMDB	SP	PRIMEIRO

<sup>15</sup> A filiação partidária dos deputados evangélicos modificou-se significativamente ao longo da legislatura 2007/2011. No quarto capítulo, na seção “Perfil dos Sujeitos Entrevistados”, apresentaremos as mudanças de partido dos parlamentares que participaram da pesquisa.

ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ	ASSEMBLEIA DE DEUS	PTB	AL	PRIMEIRO (Suplente)
ANTONIO CRUZ	ASSEMBLEIA DE DEUS	PP	MS	TERCEIRO
AROLDE DE OLIVEIRA	BATISTA	DEM	RJ	SÉTIMO <b>LICENCIADO</b>
CARLOS HUMBERTO MANNATO	MARANATA	PDT	ES	SEGUNDO
BISPO GÊ TENUTA	RENASCER	DEM	SP	PRIMEIRO (Suplente)
BISPO ROBSON RODOVALHO	SARA NOSSA TERRA	DEM	DF	PRIMEIRO
CAPITÃO ASSUMÇÃO	CRISTÃ MARANATA	PSB	ES	PRIMEIRO
CARLOS WILLIAN	MARANATA	PTC	MG	SEGUNDO
CHICO DE ABREU	ASSEMBLEIA DE DEUS	PR	GO	PRIMEIRO (Suplente)
COSTA FERREIRA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PSC	MA	SEXTO (Suplente)
CLEBER VERDE	ASSEMBLEIA DE DEUS	PRB	MA	PRIMEIRO
DAVI JÚNIOR	IURD	PTB	MA	PRIMEIRO
EDUARDO CUNHA	SARA NOSSA TERRA	PMDB	RJ	SEGUNDO
ELIZEU AGUIAR	BATISTA	PTB	PI	PRIMEIRO (Suplente)
FÁTIMA PELAES	ASSEMBLEIA DE DEUS	PMDB	AP	QUATRO
FILIFE PEREIRA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PSC	RJ	PRIMEIRO
FLÁVIO BEZERRA	IURD	PMDB	CE	PRIMEIRO
FRANCISCO ROSSI	COMUNIDADE DE CARISMA	PMDB	SP	TERCEIRO
GEORGE HILTON	IURD	PP	MG	PRIMEIRO
GERALDO PUDIM	SEGUNDA IGREJA BATISTA	PMDB	RJ	PRIMEIRO
GILMAR MACHADO	BATISTA	PT	MG	TERCEIRO

HENRIQUE AFONSO	PRESBITERIANA	PT	AC	SEGUNDO
IRIS DE ARAÚJO	CRISTÃ EVANGÉLICA	PMDB	GO	PRIMEIRO
JEFFERSON CAMPOS	EVANGELHO QUADRANGULAR	PTB	SP	SEGUNDO
JOÃO CAMPOS	ASSEMBLEIA DE DEUS	PSDB	GO	SEGUNDO
JOÃO OLIVEIRA DE SOUSA	ASSEMBLEIA DE DEUS	DEM	TO	PRIMEIRO
JORGE TADEU MUDALEN	INTERNACIONAL DA GRAÇA	DEM	SP	QUINTO <b>LICENCIADO</b>
JURANDY LOUREIRO	ASSEMBLEIA DE DEUS	PSC	ES	PRIMEIRO
JUSMARI OLIVEIRA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PR	BA	PRIMEIRO <b>RENUNCIOU</b>
LÉO VIVAS	IURD	PRB	RJ	PRIMEIRO
LEONARDO QUINTÃO	PRESBITERIANA	PMDB	MG	PRIMEIRO
LINCOLN PORTELA	BATISTA	PR	MG	TERCEIRO
LINDOMAR GARÇOM	ASSEMBLEIA DE DEUS	PV	RO	PRIMEIRO
MAGNO MALTA	BATISTA	PR	ES	PRIMEIRO (Senador)
MAJOR FÁBIO	BATISTA	DEM	PB	PRIMEIRO
MARINA SILVA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PV	AC	SEGUNDO (Senadora)
MANOEL FERREIRA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PTB	RJ	PRIMEIRO
MARCELO CRIVELA	IURD	PRB	RJ	PRIMEIRO (Senador)
MÁRCIO MARINHO	IURD	PR	BA	PRIMEIRO
MARCOS ANTONIO	METODISTA WESLEYANA	PRB	PE	PRIMEIRO
MARIO DE OLIVEIRA	EVANGELHO QUADRANGULAR	PSC	MG	SEXTO
NATAN DONADON	BATISTA	PMDB	RO	SEGUNDO
NEILTON MULIM	BATISTA	PR	RJ	PRIMEIRO



NEUCIMAR FRAGA	BATISTA	PR	ES	SEGUNDO <b>RENUNCIOU</b>
ONYX LORENZONI	LUTERANA	DEM	RS	SEGUNDO
PAULO ROBERTO	IURD	PTB	RS	PRIMEIRO
PEDRO RIBEIRO FILHO	ASSEMBLEIA DE DEUS	PMDB	CE	SEGUNDO
RICARDO QUIRINO	IURD	PR	DF	PRIMEIRO (Suplente)
ROBERTO ALVES	IURD	PTB	SP	PRIMEIRO
SABINO CASTELO BRANCO	ASSEMBLEIA DE DEUS	PTB	AM	PRIMEIRO
SERGIO ANTONIO NECHAR	ASSEMBLEIA DE DEUS	PP	SP	PRIMEIRO
SÉRGIO BRITO	BATISTA	PTB	BA	TERCEIRO
SILAS BRASILEIRO	PRESBITERIANA	PMDB	MG	QUARTO
SILAS CÂMARA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PSC	AM	TERCEIRO
TATICO	MUNDIAL DO PODER DE DEUS	PTB	GO	SEGUNDO
TAKAYAMA	ASSEMBLEIA DE DEUS	PSC	PR	SEGUNDO
VINÍCIUS DE CARVALHO	_____	PT do B	RJ	PRIMEIRO
WALTER PINHEIRO	BATISTA	PT	BA	QUARTO <b>LICENCIADO</b>
ZÉ VIEIRA	ASSEMBLEIA DE DEUS	SEM PARTIDO	MA	PRIMEIRO
ZEQUINHA MARINHO	ASSEMBLEIA DE DEUS	PMDB	PA	SEGUNDO

A “bancada evangélica” começou suas atividades no ano de 2007 de forma tímida e silenciosa, em decorrência dos escândalos políticos ocorridos no ano anterior e da falta de experiência da maioria dos congressistas, que estava iniciando seu primeiro mandato. Os deputados iurdianos ficaram afastados da direção da Frente Parlamentar Evangélica, conduzindo suas atividades políticas com discrição e evitando qualquer tipo de exposição a fim de preservar a imagem institucional, afetada pelos episódios que

envolveram o então Bispo Rodrigues, figura que comandava esquemas de corrupção na Casa e coordenava os trabalhos da “bancada”. Em 2008, porém, os parlamentares evangélicos que, de modo geral, estavam mais quietos, retomaram o estilo barulhento e aguerrido para defender questões relacionadas à moralidade, visando assegurar a conservação dos valores cristãos.

Nessa legislatura, destacaram-se dois episódios legislativos que ilustram o modo como os congressistas evangélicos atuam para fazer resistência a projetos de lei que tramitam na Casa. Um dos casos diz respeito ao PL 1135/91, responsável pela descriminalização do aborto, rejeitado pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara Federal. O parecer do relator Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), deputado evangélico, contrário à legislação, foi aprovado por todos os parlamentares que votaram. Em seguida, o Projeto de Lei, que estava em tramitação há 17 anos, foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. O parecer do relator e presidente da Comissão, Eduardo Cunha (PMDB/RJ), considerou o projeto inconstitucional, pois se opõe ao direito à vida, previsto na Constituição Brasileira. Cinquenta e sete membros da Comissão, de um total de sessenta, votaram favorável ao parecer do parlamentar evangélico, que rejeitou o projeto de descriminalização do aborto. Para legitimar seus posicionamentos nas votações, os deputados, além de utilizar justificativas e explicações religiosas, afirmam representar a maioria da sociedade. Logo, como representantes dessa “maioria moral” (Pierucci, 1996), os congressistas evangélicos legitimam sua atuação parlamentar em defesa dos “bons costumes” e da “decência”.

O PL 122, cuja autora foi a ex-deputada Iara Bernardi (PT-SP), causou agitação não só entre os parlamentares, mas em toda a comunidade evangélica. O projeto, aprovado na Câmara Federal em 2007, ficou em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Em 25 de junho de 2008, líderes denominacionais e políticos evangélicos de todos os Estados da Federação foram a Brasília protestar contra a legislação que criminaliza a homofobia, prevendo pena de detenção para aqueles que manifestarem publicamente preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. Os evangélicos sentiram-se diretamente atingidos pelo projeto, passando a denominá-lo de “lei da mordaça”, por considerá-lo uma forma de perseguição religiosa e restrição à liberdade de culto, ao inibir os pregadores de afirmarem em público suas convicções contrárias à homossexualidade. Congressistas e pastores alegaram que essa

legislação visa perseguir a igreja evangélica que está em expansão. O discurso persecutório, fundamentado em teses alucinantes e despropositadas, reforça a ideia de que a liberdade religiosa dos protestantes está sendo ameaçada. Eles normalmente recorrem a essa tese em situações de conflito político ou quando entendem que os postulados morais e teológicos que defendem estão ameaçados. De acordo com Mariano e Pierucci (1992), *“a categoria liberdade religiosa é central na interpretação que fazem da vida política”*. O Projeto de Lei 122 foi interpretado e compreendido a partir dessa categoria. Para os evangélicos, trata-se de um instrumento antidemocrático, que inibe a liberdade religiosa, restringe a livre expressão e persegue as confissões protestantes e pentecostais. Inverte-se a lógica: acredita-se que a aprovação dessa legislação instalaria no país a “ditadura gay”, coibindo a liberdade da comunidade evangélica, que mais uma vez seria vítima de “preconceito e discriminação”.

### **Ações e Discursos Políticos dos Parlamentares Evangélicos**

Conforme Charaudeau (2006), o discurso é constitutivo da política, uma vez que incita a ação, orienta sua manifestação e lhe fornece sentido. A política não se reduz à palavra, mas não pode agir sem sua interferência. Não há, portanto, ação política sem palavra. É o discurso que anima o ato, conferindo-lhe vitalidade, humanidade e sentido. Logo, a ação política depende do discurso político, não sendo possível separá-los nem considerá-los isoladamente. A linguagem está totalmente vinculada ao ato, não assumindo uma função meramente decorativa ou explicativa. Como elemento intrínseco à ação, ela é atuante: promove comunicação, discussão, deliberação e realização.

No caso da “bancada evangélica”, fica muito clara a vinculação entre o discurso político e a ação dos parlamentares. Os deputados evangélicos atuam, na esfera legislativa, por meio da palavra, utilizando-se de sistemas argumentativos e técnicas de manipulação e persuasão para adquirir legitimidade política e poder de negociação. O discurso, que ora apresenta argumentos religiosos ora se reveste da racionalidade política, é a estratégia de ação dos congressistas evangélicos. Desde a Assembleia Nacional Constituinte, os pentecostais adotam, no exercício do mandato legislativo, um discurso mais religioso que os protestantes históricos, apoiando-se em passagens bíblicas e princípios cristãos para defender suas posições políticas.

Contudo, a “bancada evangélica”, em decorrência da experiência política adquirida nos últimos trinta anos, passou a pronunciar enunciados mais politizados. Argumentos extraídos da esfera política, como a alegação de inconstitucionalidade dos projetos de lei, são utilizados para sustentar teses em prol da moralidade cristã. Apesar da incorporação de símbolos políticos em seus sistemas de argumentação, o discurso dos parlamentares evangélicos continua a serviço da preservação da moral privada e dos valores religiosos. Esse tipo de discurso político, segundo Sadek (1993), segue o modelo ético-normativo, que estabelece clara oposição entre verdade e falsidade, bem e mal. A moralidade, pois, caracteriza o discurso político da “bancada evangélica”, que procura transferir para o espaço público códigos religiosos em vigor na esfera privada.

Nesse sentido, a política é instrumento para garantir a conservação da moral no âmbito da vida privada. Verifica-se entre os congressistas evangélicos um fenômeno chamado por Bauman (2000) de privatização e desconstrução da política. As discussões da “bancada evangélica” gravitam em torno da moralidade privada e de assuntos que dizem respeito aos interesses das igrejas, excluindo da pauta de reunião questões políticas, econômicas e sociais. Os parlamentares pentecostais e protestantes, que apresentam diferentes matizes ideológicos e filiações partidárias, só mantêm a aparente unidade quando discutem temas que envolvem valores morais e princípios cristãos, divergindo consideravelmente nos debates sócio-políticos e econômicos. Logo, a “bancada evangélica” evita as controvérsias políticas, dedicando-se unicamente à função de guardião dos bons costumes, a fim de esconder o dissenso e aparecer publicamente como um bloco coeso. A unidade evangélica se sustenta na despolitização de suas ações, ou melhor, na exclusão da política do espaço público.

De acordo com Arendt (2001), a dissolução da diversidade e a imposição da unidade são processos totalitários e anti-políticos. No entanto, por trás da suposta uniformidade há uma profunda diversidade. Os deputados evangélicos possuem interesses diversos, representam diferentes segmentos da sociedade civil, assumem posições variadas e elaboram projetos de diferente teor, não se restringindo às pautas que interessam aos grupos protestantes e pentecostais. Como se pode constatar, talvez entre os congressistas evangélicos haja mais diferenças que semelhanças, mais divergência que consenso, mais pluralidade que unidade. Segundo Charaudeau (2006),

embora o discurso político busque a universalidade de princípios, a política se sustenta na diversidade humana e na multiplicidade de interesses, objetivos e ideologias.

As atividades políticas da Frente Parlamentar Evangélica estão relacionadas ao acompanhamento dos projetos de lei que contrariam os princípios cristãos e à participação dos parlamentares nas comissões de modo a impedir a aprovação desses projetos e seu possível encaminhamento para votação no plenário. Sua estratégia consiste na distribuição dos parlamentares entre as várias comissões, sobretudo naquelas que concentram o maior número de projetos “anticristãos”, visando combatê-los de maneira a barrar sua votação em plenário. Os deputados evangélicos brigam para ocupar cargos importantes nas comissões, como a presidência ou a relatoria, com o intuito de conduzir as atividades e elaborar pareceres contrários aos projetos de lei. Eles agem, portanto, de forma combativa, não se preocupando em desenvolver uma agenda propositiva para defender interesses comuns. Nesse sentido, eles se empenham com obstinação para manter intacta a moral tradicional, conservando o estabelecido e obstruindo qualquer possibilidade de transformação. Com um estilo estridente e intempestivo, empreendem verdadeiras cruzadas contra legislações que consideram um atentado ao pudor e à moralidade cristã. Por meio do lobby evangélico, do forte ativismo e das articulações políticas realizadas nos bastidores da Câmara Federal, esse grupo normalmente consegue rejeitar projetos contrários à fé cristã, mantendo-os em tramitação por anos ou engavetando-os.

Para obter apoio de setores conservadores do Parlamento e adquirir legitimidade na defesa de suas bandeiras morais, os congressistas evangélicos utilizam em seu discurso político o argumento da “maioria moral”, de acordo com o qual eles se auto-definem representantes da maioria da sociedade ao defender valores tradicionais (Pierucci, 1996). Nessas circunstâncias, o discurso sectário e particularista dos evangélicos é substituído por um discurso mais abrangente com o objetivo de criar identificação com outros parlamentares e diferentes setores da sociedade, favorecendo coalizões políticas e apoio popular. Nesse caso, são feitas alianças com os mais variados segmentos religiosos, suspendendo provisoriamente as diferenças ideológicas e unindo forças para derrotar propostas legislativas contrárias à doutrina cristã.

Todavia, os deputados evangélicos também utilizam, em seu discurso, a tese da “minoría religiosa”, segundo a qual suas igrejas sofrem perseguição político-religiosa e são frequentemente atacadas por adversários, que procuram insultá-las com a elaboração de determinados projetos de lei. De acordo com essa perspectiva, as congregações evangélicas são discriminadas, marginalizadas e perseguidas pela Igreja Católica, por setores da mídia, políticos progressistas, movimentos sociais e certos segmentos da sociedade. A lista de inimigos que os líderes e políticos evangélicos anunciam é imensa e contribui para promover a união dos “crentes” das mais diferentes confissões. Diante de um inimigo comum, “irmãos” de diversas denominações se identificam uns com os outros, esquecendo-se das divisões internas para combater e derrotar o adversário. O discurso persecutório, fantasioso e delirante, tem um efeito de integração da diferença e obstinação para a guerra. Em torno dele, juntam-se evangélicos de distintas congregações para lutar contra aqueles que ameaçam os princípios cristãos.

O discurso persecutório dos parlamentares evangélicos articula-se à ideia de restrição da liberdade religiosa e política. Em situações de conflito político, eles afirmam de forma contundente que estão sofrendo perseguição e privação da liberdade político-religiosa. Desse modo, convocam os “crentes” a participar da batalha contra os adversários, que os tratam com preconceito. Esse discurso, aparentemente descabido e ilógico para o contexto atual, corresponde à época em que as igrejas protestantes e pentecostais eram de fato uma minoria marginalizada e discriminada, cuja liberdade de culto e de expressão era restrita em decorrência do domínio e da hegemonia da Igreja Católica. Contudo, utilizá-lo anacronicamente parece fazer parte da estratégia política dos deputados evangélicos na luta contra as bandeiras progressistas e em defesa da conservação dos valores morais.

Observa-se que o discurso político da “bancada evangélica” é atravessado pelo imaginário da tradição que, conforme Charaudeau (2006), reivindica o retorno às origens, a busca da pureza originária e a manutenção do *status quo*. Tudo deve permanecer como era na origem, sem sofrer alteração de qualquer natureza. Os valores responsáveis pela fundação do mundo devem ser preservados ou resgatados. Aqueles que ameaçam a perpetuação do sistema de valores e crenças precisam ser combatidos. Esse imaginário apoia-se em “discursos de apelo à erradicação do que poderia

*representar uma ‘nódoa’: discursos fóbicos contra o outro, bárbaro, infiel ou simplesmente outro (mas inferior) que viria destruir uma identidade”* (Charaudeau, 2006: 211). Em nome da pureza moral da sociedade brasileira, a “bancada evangélica” estabelece quem são esses “outros” contra os quais ela empreende uma guerra e desfere acusações. Eles se tornam inimigos da tradição moral e, por isso, precisam ser enfrentados e abatidos. Nesse momento, os movimentos gays e os grupos pró-aborto parecem representar os verdadeiros adversários dos “crentes”, que se articulam para enfrentá-los.

## CAPÍTULO II

### O fenômeno da ideologia nas sociedades contemporâneas

Ao longo da história, o conceito de ideologia, cuja origem se deu na França, no final do século XVIII, passou por um exaustivo processo de análise, reformulação, revisão e redefinição, apresentando diferentes acepções e significados, muitos dos quais contraditórios e excludentes. Diversas teorias da ideologia foram elaboradas e inúmeros conceitos foram criados para definir um único fenômeno, cuja complexidade inviabilizou a construção de uma definição capaz de apreendê-lo em todas as suas dimensões. Indubitavelmente, o debate polêmico e controverso em torno da ideologia teve início com os escritos de Karl Marx, que desenvolveu múltiplas concepções do termo, sem, no entanto, articulá-las com a totalidade de sua teoria, deixando-as dispersas por toda a obra. De acordo com Thompson (2002), a despeito da relevância da ideologia para o materialismo histórico e dialético, Marx não se preocupou em formular uma conceituação clara, precisa e coerente do termo, o que de certo modo contribuiu para estimular os debates teóricos com vistas à compreensão e esclarecimento de um campo ainda conturbado e confuso.

As discussões científicas multiplicaram os sentidos acerca da ideologia e ampliaram tanto seus conceitos que, segundo Eagleton (1997), eliminaram suas características mais peculiares. A definição da ideologia adquiriu tanta abrangência que perdeu suas especificidades, esvaziou seus sentidos e pôs em perigo sua própria existência. Portanto, a tese de que tudo é ideológico esgota o significado do conceito de sorte que ele se torna vago e inexpressivo, tendendo ao desaparecimento. *“(...) o termo ideologia corre o risco de expandir-se até o ponto de desaparecer. Qualquer palavra que abranja tudo perde o seu valor e degenera em um som vazio. Para que um termo tenha significado, é preciso que se possa especificar...”* (Eagleton, 1997: 20 e 21). Além de sua expansão conceitual, a ideologia atravessou a fronteira que separa o meio acadêmico da vida cotidiana e expandiu-se pela sociedade, deixando de ser propriedade exclusiva dos intelectuais e passando a circular livremente na esfera das relações cotidianas. Conforme Horkheimer (1966), o termo “ideologia” popularizou-se de tal



maneira que perdeu sua complexidade teórica e se transformou em um conceito vazio e impreciso.

A “overdose” ideológica produziu reações contrárias. Abercrombie, Hill e Turner (1987) criticaram a exagerada importância atribuída à problemática da ideologia no contexto do capitalismo avançado e a supervalorização que esse conceito adquiriu nos debates acadêmicos, defendendo a premissa de que o funcionamento das sociedades contemporâneas não depende dos sistemas ideológicos, mas dos mecanismos intrínsecos às relações econômicas. Os três autores, por conseguinte, anunciaram o fim das ideologias e propuseram à ciência abandoná-las como objeto de estudo, dada sua irrelevância para a reprodução do poder estabelecido e a manutenção da ordem social. Assumindo posição radicalmente oposta, Therborn (2001) refutou toda tentativa de promover o silêncio em torno da questão ideológica, como se ela não tivesse importância ou não existisse nas sociedades contemporâneas. Além disso, combateu os cientistas que, em virtude da confusão conceitual e da multiplicidade de significados contraditórios relacionados ao termo ‘ideologia’, abandonaram a discussão a respeito dessa temática.

Conforme Thompson (2002), a ambiguidade e a diversidade de concepções associadas ao fenômeno ideológico deram origem a duas reações distintas. Uma primeira reação foi a eliminação do caráter político e do sentido negativo do termo, conferindo-lhe uma acepção neutra e uma abrangência descaracterizadora. De acordo com essa perspectiva, a ideologia passa a designar quaisquer sistemas de pensamento, ideias, valores e crenças que orientam a ação social e a prática política. Como se pode constatar, a ideologia, nesse sentido, perde seus traços específicos, caracterizando qualquer programa político, projeto social, plano de governo ou movimento organizado. Uma segunda reação à história ambígua do termo ideologia foi o abandono do conceito e do prolífico debate acadêmico em torno dele. Muitos pesquisadores resolveram rejeitá-lo por considerá-lo demasiado confuso, contraditório e controvertido, dando a impressão de que não contribuiria em nada para o esclarecimento dos atuais fenômenos sociais e políticos. Alguns intelectuais, para justificar o abandono do conceito e a recusa em explorar “esse campo minado”, declararam ainda o fim das ideologias nas sociedades contemporâneas.

## **O fim das ideologias**

No período do pós-guerra, surgiram inúmeras teses científicas que anunciavam a “morte das ideologias”, a superação dos conflitos de classe e o fim dos projetos da esquerda política. Os defensores da bandeira anti-ideológica eram intelectuais de considerável reputação acadêmica que assumiam posições inegavelmente ideológicas, visto que negavam os antagonismos sociais e apresentavam a sociedade como uma totalidade harmônica e estável, contribuindo, desse modo, para atender aos interesses das classes dominantes, consolidar seu poder político e legitimar a ordem estabelecida. Os pressupostos do “fim da ideologia” sustentavam que as lutas de classe, a separação entre capital e trabalho bem como a oposição entre “esquerda” e “direita” eram formas ultrapassadas de divisões sócio-políticas, que já tinham sido superadas e não correspondiam mais à nova realidade sócio-econômica, característica do pós-guerra. Contudo, segundo Mészáros (2007), o anunciado colapso do fenômeno ideológico representava mais o desejo dos grupos dominantes do que a realidade dos processos históricos, sociais e culturais.

Não obstante o surgimento de novos conflitos ideológicos de natureza política e religiosa no decorrer das décadas de 1980 e 1990, diversos intelectuais continuavam defendendo a inexistência das ideologias nas sociedades contemporâneas e afirmando seu anacronismo (Eagleton, 1997). Em suas teorias, consideravam as ideologias entidades rígidas, herméticas, dogmáticas, afeitas a fantasias, movidas por afetos e interessadas em formar discípulos. Bell (1980), um dos precursores da teoria anti-ideológica, compreendia a ideologia como um fenômeno passional e míope, cuja força resultava de sua capacidade de mobilizar afetos e canalizar emoções para a prática política. A adesão ideológica não dependia da argumentação lógica nem da persuasão racional, mas da mobilização dos afetos e do estímulo à paixão política. Ao que parece, Bell (1980) associava as ideologias dos séculos XIX e XX à atividade dos movimentos sociais, dos partidos políticos e dos grupos revolucionários. Em sua concepção, os sistemas ideológicos, constituídos por ideias simples, transformavam propostas em ações, geravam paixão em seus seguidores e incentivavam a práxis política, funcionando como uma espécie de religião, que controlava os indivíduos e garantia por meio da canalização emocional uma adesão cega.

De acordo com Bell (1980), as velhas ideologias políticas, que receberam o apoio dos intelectuais, se esgotaram e perderam sua força de mobilização e seu poder de persuasão, gerando o colapso dos sistemas ideológicos nas sociedades contemporâneas. Ao afirmar que a era das ideologias chegou ao fim, o respeitado intelectual norte-americano na verdade fazia referência às propostas da esquerda, à luta revolucionária, ao comunismo e ao socialismo que, segundo sua perspectiva, foram movidos por paixão, entusiasmo e fortes emoções, apresentando ideias simples e fórmulas prontas, adotadas cegamente, sem nenhum tipo de reflexão ou debate crítico, resultando em ações ineficazes e até excessivas. Como se pode perceber, os propagadores da “morte do fenômeno ideológico” restringiam o conceito de ideologia aos sistemas de crenças e ações políticas que contestavam o poder estabelecido, propunham o fim das relações de dominação e exploração bem como reivindicavam a transformação da realidade sócio-histórica.

Contrariando as teses dos profetas do “fim da ideologia”, as sociedades contemporâneas revelam exatamente o oposto: uma pluralidade e uma variabilidade de sistemas ideológicos que se misturam, se chocam, se opõem e se confundem. Conforme Mészáros (2007), a ideologia está espalhada por toda sociedade e infiltrada nos diversos níveis das consciências, ainda que sua presença não seja notada. No mundo capitalista ocidental, não existem sociedades nem grupos nem indivíduos que estejam livres do poder da ideologia, dado que sua penetração nas esferas sociais e nas mentalidades é praticamente absoluta. As ideologias interferem fundamentalmente na definição dos valores sociais de tal forma que os aceitamos e introjetamos sem submetê-los à avaliação crítica, exatamente por considerá-los absolutamente verdadeiros, acima de qualquer suspeita. Ademais, elas são indispensáveis à sustentação dos regimes políticos, à consolidação do poder dominante e à reprodução do sistema social.

Eagleton (1997) reconhece que as questões materiais são mais decisivas e importantes na determinação de comportamentos submissos e na consolidação do poder dominante do que as questões ideológicas. Concorde ainda com a alegação de que as classes dominadas não são facilmente manipuláveis nem aderem ingenuamente às ideologias dominantes, sobretudo porque já possuem sua própria cultura, divergente em vários aspectos das crenças e valores dos grupos dominantes. Entretanto, a submissão dos trabalhadores, motivada por razões materiais e econômicas, não torna irrelevante ou

desnecessário compreender o que eles pensam sobre o que estão fazendo. Em outras palavras, não obstante os aspectos materiais da sociedade sejam mais importantes para garantir a obediência e o funcionamento da ordem social, a ideologia não deve ser descartada como algo inútil socialmente.

*(...) tomada em conjunto, essa tese do fim da ideologia é extremamente implausível. Se fosse verdadeira, seria difícil saber por que tantos indivíduos, nessas sociedades, continuam a afluir às igrejas, a discutir política nos bares, a preocupar-se com o que os filhos aprendem na escola e a perder o sono por causa da deterioração constante dos serviços sociais. É um mito a visão distópica de que o cidadão típico do capitalismo avançado é o telespectador dopado, e a própria classe dominante está desconfortavelmente ciente desse fato. O telespectador dopado não tardará em participar de um piquete se o seu salário estiver ameaçado, ou em tornar-se politicamente ativo se o governo decidir fazer passar uma rodovia em seu quintal (Eagleton, 1997: 48).*

Mesmo nas sociedades contemporâneas, marcadas pela apatia política e pela sensação de que os indivíduos se tornaram seres autômatos e não-reflexivos, não se pode pensar que a ideologia evaporou sem deixar vestígios. É absurdo acreditar que a sociedade funciona por si só, sem interferência dos sujeitos e das ideologias. A nosso ver, o funcionamento das estruturas sociais ocidentais necessita da justificação ideológica que opera no nível das consciências e das mentalidades dos sujeitos de sorte a promover a preservação do estado de coisas e a conservação do *status quo*. Reconhecendo a importância das ideologias no contexto das sociedades contemporâneas, o presente capítulo tem como objetivo analisar teoricamente esse fenômeno, evitando o risco das generalizações simplistas que caracterizam uma postura ideológica.

Procuraremos seguir as orientações de Althusser (1988) que considera viável o projeto de elaboração de uma teoria geral das ideologias, da qual depende a análise crítica de ideologias particulares, determinadas por contingências sócio-históricas específicas. Com base nas proposições althusserianas, pode-se afirmar que não há história sem ideologia, o que significa dizer que cada período histórico produz seu *corpus* ideológico, constituído por conteúdos característicos de dado tempo e espaço. A despeito da variabilidade do conteúdo ideológico, a estrutura e a forma de

funcionamento das ideologias mantêm-se invariáveis ao longo da história, possibilitando, assim, a formulação de uma teoria geral do fenômeno. Nesse capítulo, pois, abordaremos a ideologia em sua forma genérica e abstrata, adotando como autores centrais Karl Marx, Terry Eagleton, John Thompson e Marilena Chauí, o que nos permitirá analisar as ideologias particulares, extraídas dos discursos políticos dos parlamentares evangélicos.

Conscientes da necessidade de estudar essa questão e dos limites desse empreendimento científico, resolvemos enfrentar as dificuldades e encarar o desafio de examinar a problemática das ideologias que, apesar de sua longa história e das intermináveis discussões acadêmicas, ainda não se esgotou, trazendo consigo problemas não solucionados. De acordo com Thompson (2002), mesmo que o processo de pesquisa seja árduo e complexo, é função do pesquisador assumir o debate crítico, aprofundando a compreensão do fenômeno de modo a apreender sua complexidade. Diante da confusão conceitual do campo e da multiplicidade de significados relacionados a um mesmo tema, o investigador não deve abandonar o conceito e fingir que ele não existe.

### **Os múltiplos sentidos do termo “ideologia”**

Em meio à diversidade conceitual, é possível identificar dois tipos de concepção de ideologia que utilizam pressupostos e perspectivas muito distintas para compreender o fenômeno estudado: as concepções críticas e as concepções neutras. As concepções críticas conservam o caráter negativo, crítico e pejorativo do conceito, concebendo a ideologia como um conjunto de representações falsas e imaginárias que distorcem o real e, por isso, devem ser desmascaradas, combatidas e eliminadas da sociedade. Nesse contexto, considerar ideológica uma proposição é praticamente uma acusação e uma espécie de deslegitimação do conhecimento. Por essa razão, segundo Ricoeur (1990), o rótulo da ‘ideologia’ não recai sobre as minhas ideias, mas sobre as ideias dos outros, encaixando-se perfeitamente nas crenças de meus opositores, as únicas que carregam a suspeita quanto à verdade de suas afirmações. “(...) *a ideologia é o pensamento de meu adversário; é o pensamento do outro. Ele não sabe, eu, porém, sei*” (Ricoeur, 1990: 65).

Além de enfatizar a dimensão falsificadora e dissimuladora da ideologia, a tradição marxista revela a aliança e o compromisso dos sistemas ideológicos com os interesses das classes dominantes, funcionando como suporte para a consolidação do poder estabelecido e a manutenção da ordem social. A análise ideológica deve levantar a questão da verdade e da falsidade do conhecimento, atentando para a característica mais significativa da ideologia: a mistificação da realidade concreta. Logo, a crítica do fenômeno ideológico está vinculada às teses da falsificação do real e da articulação com o poder dominante. Considera-se que o conceito de ideologia deixa de ser crítico, quando descarta a questão da dissimulação e assume uma concepção abrangente, segundo a qual todo tipo de conhecimento, crença, ideia e prática é ideológico, independentemente do seu conteúdo, dos interesses que estão em jogo e dos grupos que o apoiam.

Thompson (2002) questiona a tese de que a ideologia é um traço intrínseco a toda forma de pensamento e sustenta que, para definir um conhecimento como ideológico, é imprescindível levar em consideração o contexto social no qual está inserido, suas condições de produção e os sentidos mobilizados nas relações interpessoais. Em oposição a essa premissa thompsoniana, as concepções neutras de ideologia associam o fenômeno ideológico a todo sistema de pensamento e interpretação, constituído pelos processos sócio-históricos e integrante da vida cotidiana de uma sociedade. Abandonou-se, pois, a ideia de que a ideologia é uma espécie de ilusão, engano ou equívoco e a suposição de que está comprometida com os interesses de um grupo social específico. Nessa acepção, ela não é uma aberração a ser destruída nem proposições falsas que se opõem à transformação social, mas um elemento inerente à realidade concreta. A ideologia pode ser tanto um instrumento das classes dominadas em seu processo de reivindicação social quanto um mecanismo utilizado pelos grupos dominantes para promover a preservação das relações de dominação e a reprodução da ordem estabelecida.

A definição total, genérica e não-valorativa da ideologia, proposta por Karl Mannheim (1968), também neutraliza e generaliza o conceito, dado que caracteriza como ideológicos todos os tipos de conhecimento, ressaltando sua gênese social e histórica. Nenhum procedimento valorativo é adotado para verificar e avaliar a questão da veracidade ou falsidade das ideias. O que de fato importa é a interação entre a

estrutura social e os sistemas de interpretação, ou seja, as condições sociais em que as representações são produzidas. A Sociologia do Conhecimento, desenvolvida por Mannheim, corresponde a um método de análise ideológica, cujo objetivo consiste em examinar as raízes sociais e históricas de quaisquer doutrinas e formas de pensamento, não se propondo a denunciá-los, criticá-los ou depreciá-los. Esse enfoque elimina o caráter valorativo, negativo e crítico da ideologia, produzindo uma espécie de neutralização e generalização do conceito e conferindo ao termo uma significação positiva. Therborn (1987) também formulou um conceito abrangente de ideologia e eliminou sua conotação negativa, associada à ideia de deficiência e falsidade do conhecimento. Em sua concepção, as ideologias dizem respeito às experiências cotidianas, às elaborações do senso comum, às teorias científicas, às ações diárias, aos sistemas de crença das instituições e aos discursos produzidos em uma formação social.

Como advertem Chauí e Franco (1985), a perda do sentido original da ideologia elimina sua dimensão política, passando a designar tanto as pretensões das classes dominantes de garantir a reprodução do sistema social quanto os projetos das classes dominadas, relacionados à eliminação das relações de exploração-dominação e à consequente transformação da sociedade. Considerar a ideologia um conjunto de ideias, independentemente de seu conteúdo e dos interesses que a sustentam, significa reduzi-la à psicologia cognitivista, remover-lhe seu caráter político e ocultar sua natureza dominadora. O conceito neutralizado de ideologia gera o desaparecimento de sua dimensão falsificadora e dissimuladora assim como o fim de sua negatividade sob a forma da crítica intelectual. Opondo-se a esse processo de neutralização e despolitização, Chauí (2007) compreende os sistemas ideológicos como estruturas de explicação e interpretação do real, que captam apenas a aparência da sociedade e apresentam-na como essência. A ideologia, portanto, não é o reflexo da realidade social, mas sua representação imaginária, o que não significa que é irreal ou fantasiosa, mas que expressa o “parecer” da sociedade como se fosse o “ser”, distorcendo e invertendo alguns aspectos do real com vistas a propiciar a reprodução do poder constituído (Chauí, 2008).

Segundo Althusser (1988), apesar do caráter imaginário e ilusório da ideologia, não se pode negar que ela faz alusão a elementos importantes da realidade, não devendo ser considerada uma total distorção da verdade ou um engano absoluto. A

interpretação ideológica possibilita conhecer aspectos verdadeiros da realidade concreta, ainda que se observem nas ideologias deformações imaginárias, decorrentes das relações dos homens com suas condições de existência. É a dimensão imaginária das relações dos indivíduos com seu mundo social que determina a natureza deformada dos sistemas simbólicos. A ideologia, por conseguinte, não implica uma representação ilusória do mundo real nem uma concepção distorcida das relações materiais de produção, mas uma forma de percepção das relações imaginárias dos homens com sua realidade concreta, cujas deficiências provêm das próprias relações. Em outras palavras, pode-se asseverar que as ideologias não representam o mundo real, mas as relações imaginárias dos indivíduos com sua realidade social e as experiências por que passam em sua vida cotidiana.

A ideologia, na teoria althusseriana (2006), está associada à teia de vínculos sociais, às relações afetivas e inconscientes dos homens com sua realidade objetiva, às experiências cotidianas que resultam dos laços interpessoais e do contato diário com o mundo social. Mais do que descrever o estado das coisas e apresentar os fenômenos exatamente como eles são, as representações ideológicas expressam as vivências humanas, os contatos afetivos e o mundo subjetivo dos indivíduos, com a gama de afetos, desejos e vontades que os mobilizam. Nessa perspectiva, a ideologia consiste em uma cadeia de enunciados construídos na trama das relações sociais concretas, mediante os quais os indivíduos se constituem como sujeitos e definem suas próprias identidades. Como se pode constatar, Althusser (2006) apresenta uma concepção afetiva e subjetiva da ideologia, afastando-se das correntes racionalistas, o que não significa que negue os componentes cognitivos do sistema ideológico. Na realidade, ele salienta o predomínio da dimensão afetiva da ideologia quando comparada a seus elementos cognitivos, o que lhe permitiu compreendê-la como um conhecimento prático que serve de referência aos indivíduos em suas atividades diárias, coincidindo, dessa forma, com a definição proposta por Mészáros (2007), de acordo com a qual o fenômeno ideológico não é um conjunto de doutrinas racionais e abstratas, mas princípios mobilizadores e orientadores das ações cotidianas dos sujeitos concretos.

Como propõe Althusser (1988), as ideias possuem natureza material, uma vez que se materializam nas práticas cotidianas e são reguladas pelos rituais dos aparelhos ideológicos de Estado, os quais constituem o fundamento das crenças de cada indivíduo.



A ideologia materializada em determinado aparelho ideológico define práticas materiais, mediadas por rituais institucionais. Essas práticas materiais se transformam em atos individuais que correspondem às crenças de cada sujeito, constituídas e reforçadas pelos aparelhos ideológicos. Como alguém livre e dotado de consciência, o indivíduo elege ideias e crenças vigentes nos aparelhos ideológicos em que está inserido para orientar seus comportamentos e práticas cotidianas. Portanto, todo sujeito livre e consciente deve traduzir suas ideias e crenças em ações materiais. Se, no entanto, o indivíduo não age em conformidade com as ideias que professa e anuncia; para Althusser (1988), seus atos materiais na verdade traduzem outras ideias, não confessadas publicamente. Logo, subjacente a toda e qualquer prática, encontram-se ideologias, que se materializam nos aparelhos ideológicos para justificar e legitimar o poder dominante.

### **Verdade e Falsidade**

Atualmente, tornou-se impopular a questão epistemológica que trata a ideologia como um conhecimento ilusório e enganoso, que oculta a verdade e falsifica o real. A definição da ideologia como um enunciado falso acerca da realidade objetiva pressupõe a existência de concepções verdadeiras sobre o mundo, dando a ingênua e duvidosa impressão de que as fronteiras entre a verdade e a falsidade, o real e o irreal são precisas e facilmente apreensíveis. Parece pretenciosa e antidemocrática a suposição de que apenas um grupo seletivo e elitizado de intelectuais é capaz de perceber exatamente como é a realidade e de apresentá-la com argumentos sólidos e bem fundamentados aos iletrados a fim de salvá-los do engano em que vivem. Eagleton (1997) refuta a ideia preconceituosa de que os seres humanos, sobretudo os mais pobres, são ingênuos, manipuláveis, facilmente controlados e dominados, irracionais, incapazes de perceber as coisas como elas são, crédulos, tolos e passivos politicamente. De igual modo, Mészáros (2007) contesta a tese de que a ideologia nada mais é do que um ideário supersticioso, falso e deturpador da realidade, que funciona como orientação prática de sujeitos ignorantes e débeis.

*(...) embora tenhamos presenciado, na política de nosso século, suficiente irracionalismo patológico para recear qualquer confiança demasiado otimista em alguma robusta racionalidade humana, é certamente difícil acreditar que massas inteiras de seres humanos sustentariam, por um longo período histórico, ideias e crenças que fossem simplesmente absurdas. Crenças profundamente persistentes têm de ser apoiadas, até certo ponto, e ainda que de maneira limitada, pelo mundo que nossa atividade prática nos revela; acreditar que um número maciço de pessoas viveria e por vezes morreria em função de ideias absolutamente vazias e disparatadas é assumir uma postura desagradavelmente aviltante com relação aos homens e mulheres comuns. Ver aos seres humanos como atolados de preconceito irracional, incapazes de raciocinar de modo coerente, é uma opinião tipicamente conservadora... (Eagleton, 1997: 24).*

Conforme Eagleton (1997), a maioria das percepções dos indivíduos sobre o mundo que os cerca apresenta um componente de verdade. Os homens possuem um conhecimento apropriado da realidade, decorrente da experiência cotidiana e das atividades práticas, o qual torna possíveis as relações sociais e o funcionamento da sociedade. A oposição à tese da “falsa consciência” apoia-se na ideia de que as ideologias só são eficazes se fizerem sentido para os indivíduos, se forem adequadas à sua realidade concreta e se estiverem ajustadas ao saber prático que adquiriram em sua vida cotidiana. A ideologia, pois, pode até submeter os desejos e as necessidades dos homens em nome dos interesses do poder dominante; todavia, para que tenha adesão e opere com eficácia, seus pressupostos devem possuir alguma consistência e adequação à realidade social de modo que os sujeitos possam considerá-la coerente e apropriada. A tese da ideologia como uma ilusão absurda que nada tem a ver com o mundo dos sujeitos é despropositada. Credita-se à ideologia o poder de apresentar ideias que se ajustem às experiências cotidianas dos indivíduos e lhes confirmem sentido, ganhando, dessa forma, o *status* de verdade. A representação ideológica deve ter o mínimo de consistência ou, pelo menos, justificar suas contradições e incoerências de forma convincente para que não seja substituída por outra mais plausível.

Na concepção thompsoniana (2002), a tese de que a ideologia é pura ilusão, pois reflete a imagem invertida da realidade e apresenta o real de cabeça para baixo, mostra-se simplificada, visto que entende as representações como algo contrário ao mundo real, independente dele e posterior a ele. Dá-nos a impressão de que as ideias constituem um mundo à parte, não tendo nenhuma vinculação com o contexto social.

Segundo Thompson (2002), os indivíduos constroem, representam e transformam o mundo real mediante ações, símbolos, ideias e palavras. Os sistemas simbólicos por meio dos quais os homens se expressam e interagem são produzidos socialmente e, em certo sentido, produzem a realidade concreta, não tendo, pois, a função de falsificação e deformação do real. Logo, a ideologia consiste em formas simbólicas e práticas cotidianas que constituem a realidade social, sendo parte integrante do mundo material.

Embora considere a importância das ilusões e fantasias ao longo do processo de constituição histórica e social, Ricoeur (1990) também questiona a premissa de que existe um mundo real pré-ideológico, ou seja, de que por trás das imagens e representações sociais esconde-se a verdadeira realidade concreta, de que o real originário só pode ser encontrado sob a penumbra das ilusões e fantasmagorias. De acordo com Ricoeur (1990), os sistemas simbólicos e ideológicos são constitutivos das formações sociais e dos vínculos grupais, não sendo possível descobrir um mundo real anterior à simbolização. A ideologia, por conseguinte, é determinante no processo de constituição dos laços sociais e na trama das relações cotidianas. Contudo, para Eagleton (1997), afirmar que a ideologia é constitutiva do real e que, de algum modo, corresponde à realidade cotidiana dos sujeitos não implica eximi-la de qualquer falsificação em seus enunciados e proposições. A ideologia apresenta pressupostos falsos, o que não significa considerá-la uma verdadeira fantasia, totalmente descabida e desvinculada do mundo objetivo.

Segundo Althusser (2006), as pessoas não só se equivocam em suas ideias, mas também nos sentimentos que suas experiências lhes evocam. A questão do engano e do equívoco está presente nos afetos que emergem das relações inconscientes dos sujeitos com a realidade à sua volta. Ao conceber a ideologia como um conjunto de relações e experiências afetivas dos indivíduos com seu mundo concreto, Althusser (2006) acredita que grande parte dessas relações e experiências humanas são inconscientes, o que aumenta ainda mais a probabilidade de engano e distorção. Eagleton (1997) acrescenta que os vínculos sociais e afetivos são acompanhados por crenças, discursos e enunciados, avaliados segundo os critérios de verdade e falsidade. Em sua concepção, os teóricos que se opõem à “tese da falsa consciência” estão corretos ao rejeitar a concepção de que a ideologia corresponde a um conjunto de ideias irracionais, inconsistentes e absurdas, a crenças infundadas que não têm relação alguma

com o mundo dos sujeitos. De acordo com essa perspectiva, a ideologia é uma rede de conhecimentos pragmáticos, experiências afetivas e práticas sociais que orienta a vida cotidiana dos indivíduos e é constitutiva de suas identidades. Portanto, suas proposições são, em certa medida, consistentes e estão ajustadas à realidade concreta das pessoas, não representando uma fantasia despropositada. Porém, não se deve abandonar um aspecto importante da “tese da falsa consciência”, segundo o qual a ideologia possui elementos de falsificação e distorção da realidade.

*Aqueles que se opõem à ideia da ideologia como falsa consciência estão certos ao observar que a ideologia não é uma ilusão infundada, mas uma sólida realidade, uma força material ativa que deve ter, pelo menos, suficiente conteúdo cognitivo para ajudar a organizar a vida prática dos seres humanos. Não consiste basicamente em um conjunto de proposições sobre o mundo; e muitas das proposições que ela de fato apresenta são realmente verdadeiras. Nada disso, porém, precisa ser negado por aqueles que sustentam que a ideologia com frequência, ou tipicamente, envolve falsidade, distorção e mistificação. Ainda que a ideologia seja, em grande parte, uma questão de ‘relações vivenciadas’, essas relações, pelo menos em certas condições sociais, muitas vezes incluiriam, ao que parece, afirmações e crenças inverídicas (Eagleton, 1997: 36).*

No entanto, nem toda ideologia apresenta conteúdos falsificadores da realidade. Alguns enunciados, embora verdadeiros, são ideológicos porque atendem aos interesses dos grupos dominantes, justificam as relações de dominação e reforçam as disputas de poder. Conforme Eagleton (1997), ainda que não intrinsecamente mistificadoras e ilusórias, as ideologias dominantes, em circunstâncias específicas, apresentam premissas falsas, das quais os grupos dominantes têm consciência e às quais recorrem para distorcer aspectos da sociedade, ocultar dimensões sociais indesejáveis e reprováveis ou desencorajar a ação coletiva, apresentando a realidade social como natural e inevitável. A distorção do discurso ideológico tem a função de esconder aspectos deploráveis da sociedade, justificar e legitimar situações de injustiça e opressão, assim como reforçar o poder dominante. Logo, a falsificação ideológica e a deformação imaginária decorrem da estrutura social e das disputas de poder, não sendo algo inerente à ideologia.

Considerando a vasta, complexa e inesgotável discussão acadêmica em torno dessa temática, o presente trabalho adota como conceito de ideologia a tese de um *corpus* de crenças e proposições que orienta as práticas sociais, servindo, portanto, de importante referência à vida cotidiana, o que lhe reserva a insígnia de conhecimento pertinente e coerente. Ainda que apresente elementos falsos, a ideologia não pode ser compreendida como uma doutrina absurda e descabida, desprovida de qualquer sentido. Compreendê-la dessa forma significa conceber os sujeitos como seres absolutamente alheios à própria realidade. Desse modo, o conceito aqui utilizado apresenta características diametralmente opostas: se por um lado, funciona como uma bússola que norteia as ações dos indivíduos; por outro, atua como mecanismo de alienação, ocultando, distorcendo e falsificando aspectos do real.

### **O caráter histórico das ideias**

O materialismo histórico e dialético destaca, como premissa básica e elementar, a primazia do homem real e concreto, situado em determinado contexto sócio-histórico, em relação ao homem genérico e abstrato, decorrente de especulações filosóficas e distante do mundo material. Segundo Marx e Engels (2001), indivíduos reais e concretos relacionam-se mutuamente e produzem, por meio de suas práticas e ações cotidianas, a estrutura social, as formas de consciência assim como os sistemas de pensamento e representação do mundo concreto e de si mesmo. Logo, não se trata de indivíduos isolados, abstratos ou imaginários, mas indivíduos determinados socialmente e localizados no processo histórico, indivíduos que existem de fato nas relações sociais e no contexto da vida material. Os fundamentos materialistas rechaçam as premissas abstratas, as categorias filosófico-especulativas e os pressupostos genéricos, partindo de bases concretas e materiais. Importam os homens reais, suas ações cotidianas, as realidades concretas, os meios de produção e as condições materiais de existência. Os homens coletivamente produzem a realidade social e a transmitem às novas gerações para que sejam orientadas em sua vida cotidiana. A estrutura sócio-cultural herdada, que fornece às novas gerações as bases materiais de sua existência, é transformada mediante as atividades produtivas. A transmissão da sociedade e da cultura, por conseguinte, não é um processo mecânico e imediato, não é a mera transferência de valores sociais e

culturais, mas se trata de um processo mediado que implica em constantes transformações.

Há uma teia de relações, um sistema de valores e normas e uma estrutura social que já estão prontos quando uma geração surge ou um indivíduo nasce, como se fossem algo dado, anterior ao homem e independente dele. Porém, vale salientar que o que já existe é obra das mãos humanas, foi construído por homens de outras gerações. As novas gerações herdarão o legado humano e o transformarão no decorrer da sua vida concreta por meio das práticas sociais. Como se pode verificar, o mundo social não é algo dado, pronto, que existe a despeito do homem concreto, mas uma realidade construída coletivamente e transmitida às novas gerações, que a reproduzem e nela se apoiam para organizar a própria existência, mas também a transformam ao longo do processo de definição da própria vida. Conforme Marx e Engels (2001), a história é o acúmulo das produções humanas elaboradas ao longo das várias gerações e transmitidas às gerações subsequentes, que simultaneamente reproduzem e transformam a herança histórico-cultural.

Na perspectiva do materialismo histórico e dialético, a materialidade é a única via possível de compreensão da complexidade dos fenômenos humanos. O que os homens dizem, pensam, imaginam e representam resulta da realidade material, dos processos históricos e das ações cotidianas. Por isso, mais importante do que examinar as ideias, os discursos, as representações e as palavras dos homens, seria investigar como eles agem e quais são as bases materiais de sua vida. Os sistemas de pensamento e as redes de representação são produtos das atividades humanas e da existência real dos indivíduos. Isso significa afirmar que os homens produzem, mediante suas atividades sociais, o mundo das ideias e as estruturas de pensamento. Como reitera Marx (2003a), não são as formas de consciência que determinam o mundo material e a vida concreta dos homens, mas exatamente o oposto, ou seja, a existência material dos indivíduos determina as formas de consciência presentes em dada formação social e histórica. A consciência, portanto, não é uma entidade autônoma, anterior ao próprio homem e desvinculada de sua realidade concreta, mas um fenômeno que decorre da materialidade humana. De acordo com Horkheimer (1966), o mundo das ideias está totalmente condicionado às experiências cotidianas e às situações concretas da vida, não sendo, pois, um mundo abstrato e não tendo existência própria.

Todavia, a ideologia inverte a realidade das coisas e apresenta o mundo concreto de cabeça para baixo, colocando a imagem no lugar do real, substituindo a vida material pelas representações e estabelecendo o predomínio das ideias em relação à realidade objetiva (Marx e Engels, 2001). A ideologia é um fenômeno cuja gênese depende das contingências históricas e das bases materiais da existência humana, não sendo, portanto, independente do homem – autor de sua produção – nem da história – processo no decorrer do qual ocorre essa produção. Embora não seja autônoma e não tenha existência própria, sua característica peculiar consiste em negar sua dimensão histórica, esconder sua condição de condicionamento e afastar-se do mundo material, causando a impressão de que é totalmente livre de toda determinação social e distante de qualquer interferência histórica. A ideologia deforma a realidade dos fatos, desviando-se dos problemas concretos e atendo-se às questões filosóficas, categorias genéricas e conceitos abstratos para os quais já tem uma resposta pronta e abstrata, não sendo necessário recorrer ao mundo real (Marx, 2005).

O traço mais marcante da ideologia é a separação em relação à materialidade social e a ocultação de seu caráter histórico. A desvinculação material e social das construções ideológicas reforça a tese de que as ideias determinam a marcha da história e o desenvolvimento da sociedade. Nesse sentido, não são os indivíduos de carne e osso que dominam a realidade histórica, mas as formas de consciência e os sistemas de pensamento por eles construídos, que depois deixam de lhes pertencer e se tornam entes autônomos, absolutos e universais. De igual modo, a ideologia dominante, para garantir a legitimidade do poder estabelecido, se desvincula da classe social que a produziu, criando a falsa sensação de que representa os interesses de toda sociedade. Ela adquire autonomia e universalidade, distanciando-se do contexto de sua produção e da realidade histórica em que foi elaborada. Logo, a negação da dimensão material e histórica das ideias gera a impressão de que elas são estruturas naturais e universais, que existem em todas as épocas históricas e formações sociais, independente dos interesses concretos de grupos específicos. A ideologia das classes dominantes se generaliza, tornando-se verdade universal e eterna, o que contribui para separá-la daqueles que a geraram, eliminar as intenções específicas que a sustentam bem como convertê-la em suposta representante dos interesses de todos os membros da sociedade.

Além de adquirir *status* de universalidade, a ideologia, para consolidar o poder das classes dominantes, promove a fixação dos indivíduos nos fantasmas do passado, a valorização da tradição cultural e o desprezo em relação às possibilidades do futuro, gerando, assim, a distorção do real, percebido sob a ótica das “gerações mortas”, que pesam sobre os ombros dos vivos. Nesse sentido, as construções ideológicas que se cristalizaram e permaneceram intactas ao longo da história separam-se das contingências sociais nas quais foram produzidas e convertem-se em tradições, costumes e hábitos culturalmente preservados. Marx (2003b) observa que justamente nos momentos em que a instabilidade social e a crise política surgem como oportunidade de transformação, os indivíduos restabelecem a aliança com o passado em nome da continuidade, recorrendo a crenças e fantasmas de períodos anteriores da história, para auxiliá-los na compreensão do presente. Por intermédio da lente segura da tradição, os sujeitos enxergam uma realidade distorcida, já que utilizam sistemas ideológicos de outras épocas históricas. Logo, em tempos de crise, os símbolos cristalizados sob a forma da tradição conduzem o povo ao passado, fazendo-o apoiar-se na segurança frágil das crenças de ontem, o que certamente lhe impedirá de perceber com clareza as raízes sociais e históricas dos esquemas ideológicos, que assumem a forma de abstrações universais, categorias genéricas e valores absolutos.

Em suas críticas contundentes à filosofia alemã, Marx e Engels (2009) demonstram que as especulações filosóficas são meras ideologias, visto que desmaterializam as ideias, universalizam os conceitos, absolutizam as premissas e generalizam os enunciados. Na concepção do materialismo histórico e dialético, a filosofia especulativa constrói a representação abstrata do objeto real de sorte que essa representação se distancia do mundo material, adquire autonomia e se transforma na verdadeira ‘substância’ do objeto, sobrepondo-se a ele. O ‘ser’ do objeto afasta-se de sua existência real e passa a derivar-se das representações genéricas. O objeto torna-se a ideia que se faz dele. A representação abstrata corresponde à essência do objeto real e o objeto, por sua vez, representa a encarnação da substância genérica, construída pela razão. Os objetos reais, como encarnações dos objetos abstratos, são transformados em construções intelectivas, decorrentes da imaginação dos pensadores, e sua base material passa a ser mera encarnação e materialização da substância abstrata. Dessa forma, pode-se afirmar que a especulação filosófica constrói abstrações a partir do real concreto e, em seguida, constrói o real a partir dos entes abstratos, absolutos e genéricos. Parte-se



da substância pura, do objeto absoluto e imaterial, do céu de divagações e abstrações para a terra das realizações objetivas, a encarnação das coisas abstratas na realidade concreta. Conforme Marx e Engels (2009), para a filosofia hegeliana, a ideia dá origem ao real, a representação antecede a coisa, o fim gera o início, o abstrato produz o concreto, a especulação constrói a realidade, a ideologia domina a história.

Diferentemente do que propõe a especulação filosófica, Marx (2001) considera que a ideologia não tem história própria, sendo resultado de uma história que lhe é externa, a história dos homens concretos que produzem suas condições materiais de existência. Nessa acepção, a ideologia adquire uma conotação negativa, correspondendo a uma grande ilusão, vazia de sentido e encobridora da realidade concreta, uma estrutura imaginária e fantasiosa cuja função é afastar o homem de sua vida material e impedi-lo de perceber o que se passa ao seu redor. Por conseguinte, a ideologia não possui uma história própria, sendo reflexo distorcido e ilusório da realidade concreta e da história real dos indivíduos de carne e osso.

*La ideología es concebida como pura ilusión, puro sueño, es decir, nada. Toda su realidad está fuera de sí misma. La ideología es pensada por lo tanto como una construcción imaginaria cuyo estatuto teórico es similar al estatuto teórico del sueño en los autores anteriores a Freud. Para estos autores, el sueño era el resultado puramente imaginario, es decir nulo, de 'residuos diurnos' presentados bajo una composición y un orden arbitrarios, además a veces 'invertidos' y, resumiendo, 'en desorden'. Para ellos el sueño era lo imaginario vacío y nulo, bricolé arbitrariamente, con los ojos cerrados, con residuos de la única realidad plena y positiva, la del día. (...) La ideología es pues para Marx un bricolage imaginario, un puro sueño, vacío y vano, constituido con los 'residuos diurnos' de la única realidad plena y positiva, la de la historia concreta de individuos concretos, materiales, que producen materialmente su existencia. En este sentido, en La ideología alemana la ideología no tiene historia; su historia está fuera de ella, allí donde existe la única historia existente, la de los individuos concretos, etc. (Althusser, 1988: 137).*

Em oposição à tese negativa da ideologia proposta pelo materialismo histórico e dialético, Althusser (1988) defende o pressuposto de que as ideologias particulares possuem uma história própria, ainda que seja determinada por formações sociais específicas, marcadas pelas lutas de classe. Ademais, sustenta a premissa de que “a

ideologia em geral não tem história”, porém sob uma perspectiva muito diferente da teoria marxista clássica, conferindo-lhe um sentido positivo. Em sua concepção, a ideologia em geral não tem história, dado que é onipresente e imutável, o que significa dizer que está presente ao longo de todo processo histórico, definido especificamente como a história das sociedades de classes. A ideologia, pois, sobrevive a qualquer sistema sócio-histórico, marcado pelos conflitos de classe, mantendo no decorrer da história sua estrutura e seu modo de funcionamento. A fim de evitar o equívoco de imaginar que as ideias transcendem a história, Althusser (1988) recorre à proposição freudiana de que o inconsciente é eterno, substituindo-a pela afirmação de que a ideologia em geral é eterna, no sentido específico de que perdura no transcurso da história. Com base nessa tese, o autor (1988) defende o projeto de construção de uma teoria geral da ideologia, absolutamente possível, uma vez que o fenômeno ideológico em geral possui, ao longo de toda história, a mesma estrutura e a mesma forma de funcionamento.

### **Aspectos Fundamentais da Ideologia**

Segundo Ricoeur (1990), a ideologia participa da fundação do grupo social, proporciona a mediação cultural e funciona como memória viva do evento fundador, propagando os acontecimentos iniciais e as representações originárias de modo a transformá-los em crenças gerais, capazes de promover a integração grupal. Além disso, difunde a energia inicial de mobilização, responsável pela constituição do grupo, criando condições para gerar novos símbolos sociais e propiciar sua circulação pelas sociedades ao longo da história. Em novos contextos sócio-históricos, a ideologia pode ser reinterpretada e reatualizada, adquirindo novos significados e dando origem a novas ideias. Entretanto, nesse processo, pode ocorrer exatamente o contrário: por meio da cristalização e da racionalização dos enunciados, o sistema ideológico pode se tornar uma convenção, baseada no consenso, deixando de desempenhar a função mobilizadora para desempenhar a função justificadora, que favorece a preservação da ordem social e a coesão dos grupos. Embora forneça argumentos que sustentem a práxis social e a realização de projetos individuais, a ideologia termina empenhando-se em apresentar motivos razoáveis à manutenção do grupo e da organização social, justificando, desse modo, sua existência e permanência.

A justificação depende de outro mecanismo ideológico, conhecido pelo nome de “dissimulação”, que consiste na restrição das possibilidades de interpretação e compreensão da realidade, gerando o que Ricoeur (1990) denomina de “cegueira ou enclausuramento ideológico”. A dissimulação serve para limitar a percepção do real de sorte que mantenha o estado de coisas da realidade, impeça a assimilação do novo e evite a integração da diferença. A ideologia sedimenta a experiência social e as características grupais, dificultando a emergência do novo, que pode descaracterizar o grupo, produzir fragmentações em sua identidade e ameaçar sua existência. Dessa forma, o sistema ideológico consolida os laços grupais e fortalece as representações que seus membros têm de si mesmos, gerando dissimulações e distorções para evitar o estranho, não tolerado no contexto de coesão do grupo. De acordo com Ricoeur (1990), *“todo grupo apresenta traços de ortodoxia, de intolerância à marginalidade. Talvez, nenhuma sociedade radicalmente pluralista, radicalmente permissiva, seja possível. Em algum setor, há algo de intolerável, a partir do qual surge a intolerância. A intolerância começa quando a novidade ameaça gravemente a possibilidade, para o grupo, de reconhecer-se, de reencontrar-se”* (70).

A ideologia inibe o surgimento do novo porque define sentidos permanentes para os fatos e cristaliza os significados dos fenômenos, anulando os processos, apagando as contradições existentes e evitando a negação do que já está dado. Conforme Adorno (2001), sua estrutura é constituída por ideias fixas, petrificadas e reificadas, cujo conteúdo assemelha-se a uma doutrina, composta de verdades incontestáveis. Compartilhando da mesma posição, Chauí (1985) concebe a ideologia como um sistema prescritivo que direciona a percepção dos indivíduos e orienta suas ações no contexto da vida imediata. Em sua concepção, o discurso ideológico nega a importância das esferas sócio-históricas na orientação da ação humana, rejeitando a historicidade dos fatos e apoiando-se na imediatividade da experiência cotidiana. A valorização da experiência imediata reforça o caráter supostamente permanente da ideologia e despreza a mutabilidade da história que contraria as teses da naturalização e da generalização da estrutura ideológica. A ideologia transforma a plasticidade dos fenômenos sociais e históricos em “essências” naturalmente definidas e constituídas, as quais fixam a origem, o sentido e a identidade dos fenômenos, não sendo, pois, necessário apresentar uma explicação da realidade estabelecida. Logo, como defende Chauí (2007), a força da ideologia é decorrente da imediatividade da experiência

cotidiana, alheia ao processo de constituição da sociedade e da história. A gênese dos acontecimentos, segundo a perspectiva da ideologia, não é histórica, mas cronológica, dado que compreende a origem do evento histórico por meio de causas que lhe são anteriores e exteriores. Na ideologia, a gênese é extrínseca e o tempo é vazio, linear, sucessivo, empírico e imediato.

O que se capta ideologicamente é o evento que se manifesta na realidade imediata e na consciência direta dos indivíduos, um evento fixo, estático e permanente, que apresenta o real invertido. No contexto da vida imediata, as ideias representam o mundo objetivo como uma coisa dada, que tem existência própria e não depende das ações humanas. Conforme Chauí (2008), a consciência, sob efeito da alienação ideológica, não permite aos homens reconhecer que construíram a sociedade, transformaram a natureza e produziram a religião, fazendo-os acreditar exatamente na tese oposta de que outro ser – exterior e estranho – criou o sistema social, determinou as formas de existência e passou a controlar suas vidas. Os sujeitos perderam o controle de sua existência e de seus destinos, porque não conseguem perceber que esse outro superior e externo, ao qual conferem poder, nada mais é do que “obra das suas mãos”. A origem de tudo, portanto, está em suas ações. Porém, em sua experiência imediata, o indivíduo não se reconhece como produtor do mundo concreto, mas como alguém que apenas está sujeito a determinações externas. Em outras palavras, suas atividades diárias seriam determinadas por contingências sociais, mas não determinariam a realidade material. Como se pode verificar, as ideias dos homens representam o real de forma invertida e é essa inversão que caracteriza a ideologia.

Resultante dos acontecimentos sócio-históricos, a ideologia inverte as relações de determinação, tratando o fenômeno determinado como se fosse determinante, transforma a realidade concreta e social em realidade abstrata e natural, desconsiderando sua gênese, coisifica os processos, escamoteia as divisões e os antagonismos de classe e apresenta as ideias como entidades independentes, separando-as de seus autores. As crenças e normas dominantes em uma determinada época encontram-se afastadas das classes dominantes que as elaboraram de modo que a dominação ideológica dos homens sobre os homens fica camuflada. Desvinculadas de suas determinações sociais e históricas, as ideias parecem absolutamente autônomas em relação à sociedade e à história, dando a impressão de que sua gênese depende de outras

ideias. Entretanto, segundo Chauí (1985), a própria ideologia, ao longo do tempo, procurou conferir materialidade às ideias abstratas, fornecendo-lhes “suportes reais”, como a consciência e a mentalidade dos indivíduos. Os homens, sujeitos históricos e seres pensantes, foram transformados pelos mecanismos ideológicos em meros suportes e instrumentos de veiculação de ideias genéricas e universais, que aparentemente surgiram de outras ideias, não tendo nenhuma vinculação com a materialidade social, histórica e humana. Nesse contexto, os sujeitos sociais, embora autores, aparecem como meros portadores de representações e como meras encarnações de crenças.

Como define Chauí (2007), o discurso ideológico funciona mediante a afirmação da ordem estabelecida, a determinação do real, a generalização do particular, a negação da contradição, a integração das diferenças sociais e a exteriorização das ideias, mecanismos que apagam os sujeitos pensantes e inscrevem a racionalidade na coisa externa. Os agentes sociais e políticos são meros receptores de representações que se encontram no mundo exterior e circulam no meio cultural como elementos constitutivos da coisa em si e provenientes dela. As ideias se tornaram tão “autosuficientes” e estão tão impregnadas no objeto externo que, de acordo com Chauí (2007), atualmente já não necessitam mais de suportes materiais e reais para continuar existindo. Trata-se, pois, de uma racionalidade sem consciência, de um saber sem autor, de uma existência sem base humana. A racionalidade está situada fora dos homens, nos objetos concretos e nas coisas em si, não precisando mais dos seres racionais e pensantes para constituir-se.

*A ideologia é um discurso que se desenvolve sob o modo da afirmação, da determinação, da generalização e da redução das diferenças, da exterioridade face ao objeto (exterioridade que sempre é o ponto de vista do poder, pois o lugar separado, o olhar de sobrevoos do observador impessoal, é a figura do saber como ato de dominação), trazendo a garantia da existência de uma ordem, atual ou virtual. Esse discurso tende sempre para o anonimato ou para a neutralidade, a fim de testemunhar uma verdade que estaria inscrita nas próprias coisas. Discurso anônimo, sem autor e sem produtor, não precisa de suportes humanos através dos quais o real se cria e se recria, pois o mundo está dotado de uma racionalidade que já nem é mais sua, mas a de sua representação. Não há mais necessidade de alguém que o pense: ele está posto aí diante de nós, como racional em si e por si (Chauí, 2007: 44).*

Nesse processo ideológico, o sujeito é relegado à condição de insignificância e inexistência. De acordo com Chauí e Franco (1985), a ideologia implica a inversão entre o sujeito ativo-reflexivo e o predicado inerte e estático de tal forma que o predicado assume o lugar do sujeito, representando um obstáculo à ação e às possibilidades de reflexão. Com a ausência do sujeito, a ideologia, cujo conteúdo é superficial e esquemático, transforma ideias em opiniões, enunciados complexos em códigos simplificados assim como saberes em crenças, revelando, desse modo, sua natureza não-crítica, não-transparente e não-reflexiva (Ricoeur, 1990). A reflexão também sofre restrições quando a ideologia é concebida como reflexo invertido do real ou como espelho da realidade. É tipicamente ideológica a suposição de que as representações estão grudadas no real de sorte que não há separação entre o pensamento e a realidade. Por conseguinte, a ideologia empenha-se em escamotear as distinções entre o pensar e o real a fim de confundir-se com a realidade, tornando-se aparentemente semelhante a ela. Nesse caso, as ideias e o mundo concreto parecem estabelecer entre si uma relação especular de simetria. A ideologia não se apresenta como mera representação imaginária do real, mas como o próprio real, restringindo, dessa forma, qualquer possibilidade de dúvida, indagação e questionamento (Chauí, 2007).

O discurso ideológico é constituído por lacunas, espaços em brancos, vazios, omissões e coisas não-ditas. A coerência e a força de sua lógica se devem justamente às lacunas e aos espaços em branco, porque é característica constitutiva da ideologia “não dizer tudo”, permanecer nas “entrelinhas”, esconder o que pode. A ideologia só é o que é porque deixa de dizer e de mostrar muita coisa, porque mantém a lacuna, não permitindo que seja preenchida. *“O discurso ideológico se sustenta, justamente, porque não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer. Se o disser, se preencher todas as lacunas, ele se autodestrói como ideologia. A força do discurso ideológico provém de uma lógica que poderíamos chamar de lógica da lacuna, lógica do branco”* (Chauí, 2007: 33). As palavras não-ditas e os espaços não preenchidos do discurso permitem à ideologia esconder as deformações imaginárias do real e as contradições que caracterizam as sociedades de classe. No entanto, o sistema ideológico não opera sem restrições. Apesar de negadas, as contradições continuam a existir e a fazer pressão de tal modo que os mecanismos ideológicos realizam periodicamente ajustes e reparos para evitar a expressão dos antagonismos sociais (Chauí e Franco, 1985). As contradições, pois, não conseguem debilitar a ideologia nem afetar sua capacidade de mascarar o real.

Quando uma contradição começa a aparecer, é o indício de que uma nova ideologia está por vir.

### **Negação dos antagonismos sociais**

Resultante da divisão da sociedade em classes e das contradições oriundas dessa divisão, a ideologia desempenha a função de escamotear os conflitos sociais, criando uma falsa sensação de unidade e harmonia entre os diversos integrantes e grupos que compõem dado sistema social. Como sustenta Chauí (2007), fazendo referência aos trabalhos de Marx e Engels, a sociedade moderna é marcada por antagonismos de natureza sócio-econômica, decorrentes das relações de produção, da divisão social do trabalho e da separação entre o Estado e a sociedade civil, antagonismos que os mecanismos ideológicos procuram ocultar sob o mito do Estado indiviso, responsável pela unificação da realidade social. A existência de um Estado único destinado a promover a integração social parece confirmar a suposta indivisibilidade da sociedade de classes. Ao mascarar as divisões sociais e apresentar a sociedade moderna como uma unidade, a ideologia transforma o Estado em representante dessa totalidade integrada, escamoteando, dessa forma, a dominação de uma classe sobre outra. O reconhecimento dos antagonismos sociais exporia a natureza violenta, arbitrária e ilegítima da dominação, o que certamente geraria protestos e manifestações em relação à ordem estabelecida e ao poder dominante. A negação dos conflitos sociais encobre a violência e a arbitrariedade da dominação, tornando-a natural, racional e legítima e vinculando-a ao poder que determinado grupo tem de representar os interesses coletivos.

A ideologia, portanto, não reconhece de modo algum as divisões constitutivas da sociedade de classes, escondendo-as completamente ou, quando isso não é possível, transformando-as em conflitos pontuais, próprios de situações específicas. De acordo com Chauí (2008), é de sua responsabilidade ocultar as contradições sociais, apresentando a sociedade como uma totalidade harmônica, homogênea e uniforme, em defesa dos interesses comuns. De modo semelhante, Mészáros (1993) afirma que, em meio às profundas divisões e contradições das sociedades modernas, a ideologia dominante defende e propaga o mito pacificador da “unidade orgânica” e da “totalidade

integrada”, visando justamente encobrir os antagonismos e garantir o funcionamento normal da estrutura social. O discurso da unidade e a apologia ao interesse comum asseguram a adesão e a aceitação maciça da ideologia dominante, inclusive, entre as classes dominadas, diretamente prejudicadas por suas determinações. O poder dominante, por intermédio de suas construções ideológicas, assume a posição de representante da maioria da sociedade em oposição a um adversário externo, uma minoria inferior e desprezível, que deve ser combatida para o restabelecimento definitivo da paz, da unidade e do equilíbrio social.

*A necessária função aglutinadora da ideologia dominante se torna tanto mais evidente (e significativa), se nos lembrarmos de que mesmo suas variantes mais agressivas – do chauvinismo ao nazismo e às mais recentes ideologias da ‘direita radical’ – devem reivindicar a representação da maioria esmagadora da população, contra o ‘inimigo externo’, as minorias ‘eticamente inferiores’, o assim chamado ‘bando de agitadores’ que, supostamente, são a causa de greves, inquietação social e assim por diante (Mészáros, 1993: 16).*

Faz-se, pois, apologia ao mito da unificação social com vistas a disfarçar as contradições que marcam as sociedades modernas. Os conflitos que aparecem são considerados conjunturais e representam ameaças externas à totalidade social integrada. Trata-se da oposição entre o sistema social unificado e o inimigo externo, minoritário e agitador. Conforme Mészáros (1993), a ideologia dominante, a fim de sustentar a legitimidade do seu poder, defende a tese de que a disputa social, quando ocorre, envolve grupos desiguais: um deles é naturalmente superior, ao passo que o outro é naturalmente inferior. Se reconhecesse que as classes são potencialmente iguais, a ideologia dominante colocaria em questão a legitimidade do poder estabelecido. Quando não consegue camuflar totalmente os conflitos da sociedade, o sistema ideológico dos grupos dominantes ressalta seu caráter transitório e externo, produzindo a impressão de que são eventos circunstanciais que podem ameaçar a harmonia coletiva. Ademais, transforma as divisões em meras diversidades e oferece uma imagem da sociedade vinculada à ideia de uniformidade e homogeneidade, garantindo, desse modo, que um poder uno e absoluto se apresente como representante da totalidade social e adquira universalidade. Em vista da necessidade de legitimação, o poder dominante lança mão de uma manobra mistificadora que lhe permite tornar-se legítimo



representante de todos os membros da ordem social: converte seus interesses de classe em interesses de toda sociedade, em outras palavras, transforma o discurso particular em discurso universal.

*(...) a operação intelectual por excelência da ideologia [é] a criação de universais abstratos, isto é, a transformação das ideias particulares da classe dominante em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade. Essa universalidade das ideias é abstrata porque não corresponde a nada real e concreto, visto que no real existem concretamente classes particulares e não universalidade humana. As ideias da ideologia são, pois, universais abstratos (Chauí, 2008: 89).*

Segundo Marx e Engels (2001), quando uma classe social está em ascensão e disputa o poder com a classe dominante, suas ideias devem adquirir generalidade de sorte que se tornem verdades universais e absolutas, capazes de representar a totalidade dos interesses sociais, o que contribui para conquistar o apoio de diversos setores da sociedade. A classe emergente não pode aparecer como um grupo particular que defende interesses particulares, mas como o representante legítimo de toda a sociedade e dos interesses gerais da nação, negligenciados pela classe dominante, cuja única intenção política consiste em atender seus interesses particulares. Composta por enunciados que parecem representar os interesses de todos os membros da sociedade, a ideologia do grupo ascendente vai se generalizando paulatinamente, se disseminando nos contatos diários, se popularizando nas relações cotidianas e se interiorizando nas consciências dos indivíduos. Consolidada e sedimentada, essa referência ideológica permanece nas consciências e nos pensamentos dos membros da sociedade, mesmo que a classe emergente, ao assumir o poder, venha a abandoná-la, dedicando-se a projetos particulares. De acordo com Marx e Engels (2001), é isso o que normalmente acontece: o novo grupo dominante substitui os interesses gerais que o conduziram ao poder por interesses particulares. Contudo, a despeito dessa substituição, a classe dominante, recém-chegada, com o propósito de conservar-se no poder, procura preservar no imaginário dos sujeitos antigos mitos, como a universalidade das ideias, a defesa do interesse comum, o pressuposto de que uma dada classe é representante da sociedade inteira e a negação dos antagonismos sociais.

Empenhado em comprovar cientificamente os mitos que sustentam a estrutura social, o poder dominante patrocina e apoia pesquisas científicas, encarregando a ciência de servir a seus interesses em troca de benefícios econômicos e privilégios sociais. Como salienta Mészáros (1993), em virtude do acirramento das contradições nas sociedades contemporâneas, teorias científicas são produzidas com o propósito de confirmar o mito do “fim dos conflitos” e reforçar a ilusão da “integração social”, a existência de um sistema harmônico, uniforme e integrado. Ao perder a credibilidade adquirida, essas teorizações são logo substituídas por novas doutrinas científicas, que recebem o prefixo “pós”, indicando falsamente o surgimento de uma nova conjuntura sócio-política. O conteúdo dessas racionalizações é vazio de sentido e totalmente distanciado da realidade concreta, servindo apenas para produzir uma pseudo-atenuação dos conflitos existentes e garantir a permanência da ordem estabelecida. Com efeito, a ideologia dominante utiliza pressupostos científicos, desenvolvidos por pesquisadores e cientistas renomados, para justificar e legitimar o estado de coisas, eternizar as estruturas estabelecidas, minimizar as contradições sociais e forjar uma suposta unidade. Quanto maiores e mais importantes os interesses que acirram os conflitos, maior o investimento da ideologia dominante na produção de teorias científicas, imbuídas de um espírito falsificador, que promove o obscurecimento do confronto social, a simulação da conciliação das diferenças e a criação imaginária da unificação da sociedade.

Há muito tempo, a ideologia do “consenso sócio-político” faz parte das estratégias das classes dominantes que, para consolidar seu poder, preferem utilizar dispositivos ideológicos em vez de mecanismos repressivos ou policiaescos. A política e a ideologia se articulam eficazmente para esconder os conflitos sociais e criar um clima de consenso, coesão e harmonia nas sociedades divididas pelas lutas de classe. Os discursos e enunciados que defendem o “fim dos conflitos”, a “morte das ideologias” e o “estabelecimento do consenso” favorecem os projetos dos grupos dominantes, visto que evitam qualquer tipo de contestação ou ameaça à ordem social estabelecida. Conforme Mészáros (2007), ideólogos e cientistas, reconhecidos por sua competência acadêmica e valorizados por sua reputação intelectual, recorrem aos estoques científicos de teorias desgastadas para confirmar teses inconsistentes e implausíveis como o “consenso” e o “fim da ideologia”. Constantemente, eles modificam suas premissas teóricas para fundamentar, ainda que sob bases equivocadas, as ideologias dos grupos dominantes. Entretanto, em meio ao ressurgimento e à intensificação das disputas

sociais e do fenômeno ideológico, cujo fim já havia sido entusiasticamente decretado por muitos pensadores, não é mais possível – nem mesmo aos ideólogos – ignorar sua existência. Por essa razão, sistemas ideológicos, travestidos de teorias científicas, são elaborados com o intuito de abordar superficialmente a questão dos conflitos de classe, rejeitando qualquer análise profunda da situação que possa prejudicar os interesses do poder dominante ou ameaçar a continuidade do sistema social.

Em circunstâncias em que as divisões são inevitáveis, não sendo possível apagá-las nem desconsiderá-las, a ideologia emprega um recurso explicativo – a ideia da crise – que reforça a tese da harmonia social e a premissa de que a contradição é apenas um momento de irracionalidade (Chauí, 1985). “(...) *quando [os conflitos] já não podem ser controlados surge uma ideia-chave, panaceia de todos os males, uma explicação irrecusável daquilo que ‘efetivamente’ estaria ocorrendo no real: a imagem da crise*” (Chauí, 1985: 127). Para explicar os conflitos sociais inevitáveis, recorre-se à noção de crise, de acordo com a qual a estrutura racional e harmoniosa da sociedade é abalada momentaneamente por um acontecimento circunstancial e caótico. Desse modo, a crise corresponde a uma ruptura temporária da racionalidade, uma interrupção passageira da harmonia que supostamente caracteriza a ordem social. Sob esse enfoque, a sociedade harmônica e homogênea é ameaçada por um período de irracionalidade que instala provisoriamente o caos e a desordem, sendo necessário agir com competência para restabelecer a racionalidade e a ordem que prevaleciam anteriormente. A crise estabelece certa oposição entre uma ordem abstrata e uma desordem concreta; entre uma estrutura duradoura e uma conjuntura temporária. A estrutura social parece estável, permanente, racional, ordenada e harmônica, ao passo que a conjuntura mostra-se caótica, provisória, irracional e perigosa. A ideia de crise está associada à noção de um evento acidental e provisório que produz um desvio na ordem social; um acontecimento ocasional que abala a estrutura harmônica da sociedade. Como negação da estrutura racional, a conjuntura parece ser um evento absolutamente externo e alheio à estrutura.

Por conseguinte, a noção de crise, em vez de revelar as contradições, escamoteia cada uma delas, reforçando a ideia de que os conflitos representam um perigo que ameaça a harmonia da sociedade, podendo gerar caos, desordem e fragmentação. A eficácia ideológica da crise se deve à estratégia de apresentar as divisões sociais para melhor ocultá-las. Mostra-se o supérfluo para esconder o essencial.

De acordo com essa perspectiva, os antagonismos sociais são desvios acidentais de uma estrutura totalmente integrada. O discurso ideológico da crise não só denuncia a desordem social, mas também a crise de autoridade, deixando antever a necessidade de “salvadores da pátria” que tenham poder e capacidade para restabelecer o equilíbrio social. Esse discurso faz um alerta quanto aos perigos do caos e da irracionalidade para todos os indivíduos, assumindo um tom persecutório e alarmista que só contribui para gerar medo da desagregação social e da perda da identidade fixa. A ideia da crise dissemina a sensação generalizada de perigo, dando a entender que o desvio ameaça todos os indivíduos da sociedade, pois atinge seus interesses comuns, o que propicia a identificação coletiva e o sentimento de comunidade, apagando os vestígios das contradições.

### **A interpelação dos sujeitos e a constituição das subjetividades humanas**

Não obstante alguns teóricos considerem a ideologia responsável pela morte do sujeito, Althusser (1988) defende a tese oposta, de acordo com a qual os sistemas ideológicos são constitutivos dos sujeitos assim como os sujeitos são constitutivos dos sistemas ideológicos. Não há, pois, ideologia sem sujeito nem sujeito sem ideologia. A existência das proposições ideológicas se deve à existência dos sujeitos que, por sua vez, só existem por causa das ideologias. Portanto, para Althusser (1988), todo indivíduo é, por natureza, um ser ideológico, totalmente inserido e imerso na ideologia, não podendo viver fora dela nem existir sem ela. Apoiando-se nas premissas althusserianas, Therborn (1987) assevera que é função da ideologia promover a construção de subjetividades humanas ao passo que cabe aos sujeitos em suas atividades cotidianas produzir enunciados, significados e discursos ideológicos. Desse modo, a compreensão da ideologia envolve a apreensão das dimensões da subjetividade humana e a percepção dos mecanismos ideológicos subjacentes à constituição dos sujeitos.

Um mecanismo ideológico indispensável ao processo de construção das subjetividades é o reconhecimento de qualquer fenômeno, fato ou sujeito como evidência incontestável, que não cabe ser questionado, dada sua condição de evidência. Não se costuma pôr à prova ou submeter à discussão o que é evidente, tido como verdade e posto acima de qualquer suspeita. Segundo Althusser (1988), o

reconhecimento ideológico permite aos indivíduos reconhecer os outros como evidência e serem reconhecidos do mesmo modo por eles, o que os torna sempre-já “*sujeitos concretos, individuais, inconfundíveis e insubstituíveis*”. Logo, nos rituais práticos da vida cotidiana, o reconhecimento ideológico garante que sejamos percebidos e reconhecidos como sujeitos únicos, cuja existência e cuja identidade são evidentes e inevitáveis. É no bojo desse processo que a ideologia interpela os indivíduos concretos, transformando-os em sujeitos específicos e idiossincráticos. Ao reconhecer-se no ato da interpelação ideológica, o indivíduo torna-se sujeito único e inconfundível, com características peculiares e evidentes.

Dessa forma, além de constituir as subjetividades, a ideologia, por meio da interpelação, converte os indivíduos em sujeitos únicos e insubstituíveis, sempre-já dotados de uma identidade específica, mesmo antes de nascer. De acordo com Pêcheux (2001), o enunciado althusseriano apresenta o seguinte paradoxo: se, por um lado, afirma que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, chamando-os à existência; por outro, sugere que os sujeitos sempre existiram enquanto tal, antes mesmo de terem nascido. A tese de que a ideologia interpela os indivíduos concretos como sujeitos únicos parece insinuar que o sistema ideológico transforma não-sujeitos em sujeitos. Entretanto, o grande paradoxo reside no fato de que todo indivíduo é, desde já e desde sempre, sujeito. Conforme Pêcheux (2001), a interpelação ideológica é um processo retroativo de constituição, identificação e representação de sujeitos que sempre foram sujeitos, a partir de uma rede de significantes, elaborada por eles mesmos. Logo, os sujeitos são a causa e o produto de si próprios, o início e o fim do processo, a gênese e o resultado de suas ações. Eles produzem os sistemas ideológicos que garantem a construção de identidades exclusivas e a preservação de suas dimensões subjetivas. No entanto, a evidência e a suposta inevitabilidade da existência individual apagam os vestígios ideológicos da interpelação-identificação de um indivíduo que já é sujeito.

A negação é um dos procedimentos ideológicos mais eficazes, visto que permite à ideologia produzir efeitos de determinação, dominação e sujeição, sem ser notada. Suas marcas tornam-se imperceptíveis. Para que sua intervenção seja de fato eficiente, é necessário esconder sua verdadeira natureza e dissimular seu caráter ideológico. A ideologia, assim, parece situar-se fora do sujeito ideológico, em algum lugar que não lhe diz respeito. Certamente, os indivíduos que vivem na ideologia e

agem em função dela são os que mais se empenham em negá-la e projetá-la para fora de si. É sempre o outro que carrega o rótulo discriminatório da ideologia. Eu nunca me considero porta-voz do conhecimento ideológico. “(...) *aquellos que están en la ideología se creen por definición fuera de ella; uno de los efectos de la ideología es la negación práctica por la ideología del carácter ideológico de la ideología: la ideología no dice nunca ‘soy ideológica’*. (...) *Se sabe perfectamente que la acusación de estar en la ideología sólo vale para los otros, nunca para sí...* (Althusser, 1988: 148). Contudo, segundo Althusser (1988), não é privilégio de ninguém viver à margem dos sistemas ideológicos. A ideologia não existe fora de nenhum sujeito, de nenhuma instituição e de nenhuma realidade sócio-política. Como estrutura onipresente, ela sempre-já interpela os indivíduos como sujeitos em todas as formações sociais e em todos os períodos históricos. Desde sempre, os indivíduos são, foram e serão interpelados pela ideologia, constituindo-se, desse modo, como sujeitos.

Na perspectiva althusseriana (2008), esse processo de interpelação ideológica caracteriza-se pela presença de um Sujeito Absoluto e Soberano, que interpela múltiplos indivíduos e os transforma em sujeitos à sua imagem e semelhança. A ideologia funciona como duplo espelho, que reflete a imagem dos diversos sujeitos no Sujeito Único e Poderoso bem como a imagem do Sujeito Único e Poderoso nos diversos sujeitos. A estrutura duplamente especular da ideologia permite aos múltiplos sujeitos reconhecer o Sujeito Absoluto e reconhecer-se nele assim como permite ao Sujeito Absoluto reconhecer os múltiplos sujeitos e ser reconhecido por eles. Conforme Althusser (2008), o funcionamento da ideologia como duplo espelho envolve quatro processos simultâneos: a interpelação dos indivíduos como sujeitos únicos, inconfundíveis e livres, a submissão de inúmeros sujeitos ao Sujeito Soberano, o reconhecimento mútuo entre sujeitos e Sujeito e a garantia de que tudo transcorrerá bem desde que os sujeitos se reconheçam como espelho do Sujeito, percebendo quem de fato são e agindo de acordo com o que são.

*(...) a estrutura de toda ideologia, interpelando os indivíduos como sujeitos em nome de um Sujeito Único e Absoluto é especular, isto é, funciona como um espelho, e duplamente especular: esse desdobramento especular é constitutivo da ideologia e garante seu funcionamento. Isso significa que toda ideologia tem um centro, que o Sujeito Absoluto ocupa o lugar único do Centro e, à sua volta,*

*interpela a infinidade dos indivíduos como sujeitos, em uma dupla relação especular tal que ela submete os sujeitos ao Sujeito, ao mesmo tempo que lhes dá pelo Sujeito (...) a garantia de que se trata realmente deles e Dele (Althusser, 2008: 290).*

Toda e qualquer ideologia tem como efeito a constituição da subjetividade humana, o reconhecimento especular da própria identidade, a garantia da existência do sujeito e a submissão dos indivíduos. O processo de centralização da figura do Sujeito Absoluto gera a subserviência de múltiplos sujeitos, considerados livres. Como discute Althusser (2008), a estrutura da ideologia é paradoxal, dado que interpela os indivíduos como sujeitos livres e, simultaneamente, exige deles absoluta submissão ao poder do Sujeito Único e Soberano. Nesse caso, a liberdade do homem está condicionada à aceitação da condição de sujeição. Os sujeitos são chamados a se submeter livremente às determinações do poder supremo. Na verdade, eles são livres para decidir em favor da submissão, para aceitar resignadamente a subserviência como condição de sua existência. Diante da percepção de que as coisas são como são e não há possibilidade de modificá-las, os indivíduos decidem livremente obedecer às autoridades estabelecidas, agindo em conformidade com suas prescrições pragmáticas, o que contribui para concretizar a expressão “Assim seja!”, tipicamente ideológica, cuja função consiste em determinar que a vida social permaneça em seu estado atual, não sofrendo absolutamente nenhuma alteração.

A ideologia atua de modo a garantir que “assim seja”, criando a falsa impressão de que as coisas são naturalmente assim e, por isso, não é possível transformá-las. Com o intuito de promover a reprodução do sistema social e a conservação da ordem dominante, a estrutura ideológica interpela os indivíduos como sujeitos livres a fim de convencê-los de que a melhor conduta é a submissão ao poder constituído e a aceitação do estado de coisas. Dessa forma, mediante a penetração silenciosa da ideologia no psiquismo humano, os sujeitos agem de acordo com **suas** determinações, sem que seja necessário recorrer à repressão ou à violência para fazê-los obedecer. Conforme Althusser (2008), nas mentes dos indivíduos não há policiais violentos nem vigias repressores, mas concepções distorcidas da realidade que orientam suas ações cotidianas. É por meio da ideologia e não da repressão que os indivíduos “funcionam sozinhos” e atuam conforme a ideologia dominante e as exigências do

Estado. A repressão e a vigilância não são capazes de tornar o homem submisso e obediente nem de garantir a preservação da estrutura social. É tarefa do sistema ideológico criar raízes na mentalidade dos sujeitos, convencendo-os a agir de modo a beneficiar o poder dominante e a favorecer a manutenção do *status quo*. Logo, em vez da imposição e da coerção, a ideologia opera por intermédio da persuasão e do convencimento a partir da utilização de argumentos que deformam o real.

### **A sustentação ideológica do poder: relações entre ideologia e poder**

As classes dominantes definem com tranquilidade proposições ideológicas que legitimam seu poder, critérios de avaliação dos conflitos sociais e parâmetros de apreciação da sociedade, praticamente não correndo risco de sofrer denúncias públicas que poderiam revelar a verdadeira natureza de suas declarações, visto que controlam as mais importantes instituições culturais e políticas do sistema social, responsáveis pela divulgação e confirmação de sua versão ideológica (Mészáros, 2007). Ademais, adotam uma lógica estratégica, designada “dois pesos e duas medidas”, segundo a qual aplicam às suas interpretações critérios de avaliação e legitimação totalmente distintos daqueles aplicados às interpretações dos grupos subordinados, validando, desse modo, o discurso do poder estabelecido e refutando as argumentações e alegações de seus adversários. A ideologia dominante apresenta suas ideias como decreto, o que torna desnecessário submetê-las ao crivo da comprovação científica e ao constrangimento da avaliação crítica, garantindo, assim, a imutabilidade das crenças que sustentam o sistema social estabelecido.

Normalmente, os grupos dominantes, em virtude de sua posição privilegiada e do apoio que recebem das mais relevantes instituições políticas, econômicas e culturais, consolidam seus critérios de interpretação da realidade e dominam seus opositores ideologicamente, vencendo a guerra no campo da ideologia e promovendo, dessa forma, a reprodução da ordem social. Exatamente porque sustentam o poder estabelecido, favorecem as relações de dominação-exploração do sistema capitalista e investem na manutenção do *status quo*, as ideologias dominantes recebem o apoio de instituições importantes da sociedade, enfrentando com vantagem as contraideologias e beneficiando as elites políticas e econômicas. Como salienta Mészáros (1993), o poder



dominante, para estabelecer-se e consolidar-se, não depende apenas dos recursos materiais, das estratégias políticas e dos dispositivos culturais, mas também das ideologias, que persuadem os indivíduos a aceitá-las e interiorizá-las, ainda que sejam diametralmente opostas a seus interesses mais vitais e a suas necessidades mais prementes.

A relação entre ideologia e poder é central na obra de John Thompson (2002), que considera ambos os fenômenos complementares e inseparáveis. Em sua concepção, o conceito de ideologia está totalmente vinculado à questão do poder, mais especificamente ao modo como os sentidos estabelecem e sustentam relações assimétricas de poder. A ideologia, na perspectiva thompsoniana, refere-se ao “sentido a serviço do poder”, quer dizer, à maneira como os significados mobilizados pelas formas simbólicas articulam-se com o poder estabelecido, servindo aos interesses das classes dominantes, de sorte que produzem e reproduzem relações de dominação. A principal função da ideologia é justamente gerar relações de poder e dominação bem como reproduzir o sistema social que favorece as classes dominantes. Nesse sentido, a dominação equivale às relações assimétricas de poder, que fornecem condições a um grupo de submeter outro, restringindo-lhe o acesso aos recursos sociais disponíveis. Assim, o estudo da ideologia requer a análise do modo como os sentidos são articulados cotidianamente para estabelecer e sustentar relações de dominação. A fim de descobrir a natureza ideológica das declarações e proposições proferidas na vida diária, deve-se indagar até que ponto os sentidos empregados pelas formas simbólicas servem ou não para determinar e reforçar relações assimétricas de poder.

A aceção thompsoniana não se restringe às formas de poder institucionalmente organizadas, situadas geograficamente e localizadas no território específico da política formal. Segundo Thompson (2002), embora não se possa negar que as organizações políticas do Estado Moderno sejam atravessadas por importantes dispositivos de poder, as relações de poder e dominação mais significativas e expressivas ocorrem no contexto da vida cotidiana e fazem parte das experiências triviais dos indivíduos em seu dia-a-dia. Por conseguinte, a investigação do fenômeno da ideologia envolve a análise das relações entre os sistemas simbólicos e todas as formas de poder, sobretudo aquelas que se manifestam na trama cotidiana. Eagleton (1997), contudo, opõe-se à tese da ideologia como instrumento de legitimação do poder

constituído, dada a abrangência do conceito de poder, que elimina as especificidades da estrutura ideológica. Considerando que a perspectiva foucaultiana (1999) seja coerente, o poder não é apenas um fenômeno que se manifesta nos órgãos públicos, no Estado ou nas instituições políticas, mas uma cadeia de forças difusa no tecido social e nas relações interpessoais, que se materializa nos gestos mais sutis e em todas as experiências da vida cotidiana. Thompson (2002) e Foucault (1999) partilham da premissa de que o poder está espalhado e distribuído pela rede de relações sociais, encontrando-se em todos os lugares. De acordo com Eagleton (1997), associado à problemática do poder, o conceito de ideologia torna-se demasiado abrangente de maneira que perde suas peculiaridades. Se a ideologia está em todos os lugares e participa de todos os processos sociais, ela tende a extinguir-se em vista dessa dilatação. Provavelmente, deixará de ser o que sempre foi em virtude da perda daquilo que a caracterizava de modo idiossincrático. Ao ser tudo, ela termina não sendo nada.

A objeção de Eagleton à tese da ideologia como legitimação do poder não se reduz à questão da abrangência do conceito de poder, mas também à suposição de que o sistema ideológico tem vinculação exclusiva com o poder dominante. Como propõe Eagleton (1997), a ideologia não é exclusividade das classes dominantes, ou seja, não está sempre a serviço das relações de dominação, impostas pelo poder estabelecido. A nosso ver, negar a associação exclusiva da ideologia com o poder dominante implica destituir o conceito de seu caráter crítico, promovendo uma espécie de neutralização e despolitização do termo. Partindo dessa perspectiva, a presente pesquisa certifica que a ideologia representa o modo como os sistemas simbólicos se articulam com as redes de poder, a maneira como os sentidos são mobilizados socialmente a serviço das relações de dominação. Conforme Thompson (2002), os sistemas simbólicos não são inerentemente ideológicos. Eles só são ideológicos na medida em que estabelecem e reforçam relações de poder em contingências sócio-históricas específicas. Em sua concepção, o mais importante não é determinar a verdade ou a falsidade dos enunciados ideológicos, mas investigar a forma como os sentidos são mobilizados, em dado contexto sócio-histórico, para produzir e sustentar relações de dominação.

O pressuposto marxista de que as relações de dominação sustentadas pela ideologia são sempre relações de classe é fortemente rejeitado por Thompson (2002), que defende a ideia de que a dominação também caracteriza outros tipos de vínculo

social. Para o autor, as relações de classe não são a única forma de dominação e subordinação nem o único eixo da exploração e da desigualdade social. Embora sejam importantes na determinação da exploração e da desigualdade, há outros tipos de relação que representam formas de dominação e controle, como as relações entre os sexos, os grupos étnicos, as raças, os indivíduos e o Estado, os países e as populações de diferentes países. Thompson (2002) propõe que se elimine a associação imediata entre o conceito de ideologia e as relações de dominação de classe, dado que o fenômeno ideológico não se restringe às questões de classe, mas a diferentes formas de dominação e subordinação. Outra refutação que Thompson (2002) faz à teoria marxista diz respeito à tese de que os sistemas simbólicos e ideológicos servem apenas para sustentar relações de dominação já existentes, determinadas pelo modo de produção capitalista e pelas diretrizes econômicas. Sob essa ótica, as ideologias não são responsáveis por gerar formas de poder nem dispositivos de dominação. Em oposição a essa premissa, Thompson (2002) sustenta que os sistemas ideológicos, além de manter relações de dominação, também as institui, uma vez que são constitutivos das relações sociais e das experiências da vida cotidiana.

### **Funções e Operações da ideologia**

Se por um lado Eagleton (1997) recomenda que não se aplique a todas as ideologias as mesmas características, dada sua condição de multiplicidade e diversidade, atribuída às circunstâncias específicas de determinação social, histórica e cultural; por outro, considera que existem muitos sistemas ideológicos que adotam mecanismos semelhantes para fazer valer seus objetivos e atender a seus interesses particulares. Já Althusser (2008) defende que a estrutura das ideologias é sempre a mesma, modificando-se apenas seu conteúdo, cuja especificidade resulta das contingências sócio-históricas. Assumindo, portanto, a perspectiva althusseriana, apresentaremos as operações comuns a todas as ideologias, vinculadas a estratégias típicas de construção simbólica, sem, no entanto, esquecermo-nos da advertência de Thompson (2002), que, apesar de propor categorias analíticas, alerta para o perigo de substituir a investigação das relações concretas e contingenciais entre o sentido e o poder por modelos teóricos e abstratos.

Segundo Thompson (2002), uma das operações ideológicas mais relevantes é a legitimação da ordem social estabelecida, cujo objetivo consiste em apresentar a sociedade como legítima, justa e adequada, visando obter apoios e eliminar possibilidades de confronto com o sistema vigente. Por meio da estratégia legitimadora, os grupos dominantes conferem legitimidade ao poder que conquistaram, naturalizam sua autoridade, descrevem sua dominação como algo espontâneo e inevitável, asseguram a obediência e o respeito dos indivíduos assim como tornam lícitos e aceitáveis interesses que, de outro modo, seriam reprováveis sob o crivo ético e social (Eagleton, 1997). A legitimação da ordem constituída pode ser alcançada mediante três estratégias de construção simbólica: a racionalização, a universalização e a narrativização. A racionalização consiste na utilização de formas de pensamento racionais e sistemas cognitivos para legitimar, defender e justificar o poder estabelecido e as relações de dominação, com o intuito de evitar o “risco” de contestação e a consequente transformação da estrutura social.

Como ressalta Eagleton (1997), a racionalização é um conceito psicanalítico que define o processo por meio do qual o indivíduo constrói uma explicação lógica e racional para ideias, afetos e comportamentos com vistas a dissimular seu aspecto reprovável e inaceitável do ponto de vista social. A necessidade de elaborar uma teorização lógica, com argumentos racionais consistentes, para justificar a ideologia sugere a existência de elementos ideológicos desabonadores ou desqualificadores. Logo, as racionalizações servem para mascarar a veracidade dos fatos e camuflar a realidade concreta, impedindo que os indivíduos a percebam. As classes dominadas também adotam o procedimento da racionalização para explicar e justificar suas precárias condições de existência e torná-las mais suportáveis, o que gera passividade política, favorecendo, dessa forma, os interesses do poder dominante. Como se pode constatar, a racionalização é o fundamento da auto-ilusão, que nega a verdade do sujeito e o torna alheio à sua própria existência. Apoiando-se em premissas psicanalíticas, Eagleton (1997) enuncia que os sujeitos possuem desejos inconscientes e áreas nebulosas em sua própria vida, que não são claramente perceptíveis nem socialmente admissíveis e toleráveis. A racionalização representa a tensão entre crenças conscientes e desejos inconscientes, ou melhor, o conflito entre o que os indivíduos fazem e o que dizem, entre o que pensam e o que sentem.

A universalização, por sua vez, significa que interesses e objetivos específicos que beneficiam determinado grupo social aparecem sob o disfarce da universalidade, dando a impressão de que representam a todos os indivíduos indistintamente. Sob a interferência desse procedimento ideológico, a sociedade parece representar, de forma indiscriminada, os interesses de todos os membros, oferecendo-lhes recursos e oportunidades iguais. Porém, apenas aqueles com maior habilidade e competência conseguem alcançar mais facilmente seus objetivos, tendo maior acessibilidade aos recursos disponíveis. Conforme Franco (1985), o discurso ideológico almeja anular as diferenças entre os grupos sociais, unir as consciências em torno de um projeto supostamente universal e esconder a particularidade das intenções e aspirações do poder dominante sob o jargão do interesse comum. A ideologia, portanto, dissolve os projetos particulares, divergentes e contraditórios de cada classe, gerando a falsa imagem da unidade nacional e da harmonia social. Como se pode verificar, os enunciados ideológicos promovem a universalização de princípios particulares, a generalização de proposições específicas, a abstração de enunciados circunstanciais e a transformação de fenômenos conjunturais e concretos em entes absolutos e abstratos.

Para alcançar legitimidade, a ideologia não pode se mostrar restrita a dado período histórico, contexto social ou grupo particular, o que certamente restabeleceria sua condição de finitude e reduziria seu poder de intervenção. Crenças específicas de determinada cultura e época são propaladas socialmente, expandem-se infinitamente ao longo do tempo, cristalizam-se e tornam-se representações universais e perenes, relacionadas à história da humanidade, rompendo as fronteiras do tempo e do espaço. As ideologias se apresentam sempre como um sistema de valores universais e globais, negando os limites sócio-históricos de suas proposições e assumindo, desse modo, uma forma eternizada e onipresente, como se transcendessem o tempo e o espaço. Por fim, a legitimação do sistema estabelecido também pode ser obtida mediante a narrativização, que faz referência aos discursos oficiais pronunciados e às histórias cotidianas narradas, os quais transmitem e reforçam a tradição, reproduzindo o passado e convertendo-o em permanente presente por meio do congelamento do tempo histórico.

Outra operação da ideologia é a dissimulação, que constrói e mantém relações de dominação, mediante a ocultação, negação e obscurecimento da realidade social ou por meio da mudança de foco e do desvio da atenção para situações e processos menos

significativos. A dissimulação funciona a partir de três tipos de formulação simbólica: o deslocamento, a eufemização e o tropo. O deslocamento permite que uma ideia ou símbolo que diz respeito a determinado indivíduo, situação ou processo social seja utilizada para se referir a outro fenômeno, transferindo-lhe os aspectos positivos e negativos de tal caracterização simbólica. A eufemização representa o processo no qual indivíduos, instituições e relações sociais são caracterizados apenas de forma positiva. O tropo corresponde ao uso figurativo da linguagem, ou seja, à utilização de figuras linguísticas como a sinédoque, a metonímia e a metáfora com o objetivo de dissimular relações de dominação e, desse modo, mantê-las intactas. Thompson (2002) ressalta, no entanto, que as figuras de linguagem não são essencialmente nem necessariamente ideológicas.

A unificação é outra operação ideológica que proporciona a reprodução das relações assimétricas de poder mediante a elaboração simbólica da unidade social, que de certo modo articula os indivíduos, reforça a identidade coletiva e nega as diferenças e conflitos sociais. Eagleton (1997) declara que a ideologia assegura a integração e coesão dos grupos, promovendo processos identitários, homogeneizando traços característicos e gerando a unificação de seus membros. Entretanto, as ideologias específicas dos grupos sociais não são totalmente homogêneas, havendo nelas múltiplos sentidos e uma variedade de enunciados simbólicos que expressam as tensões e oposições, próprias das disputas de poder que ocorrem no interior de um mesmo grupo, aparentemente coeso e unitário. *“Se lutam para homogeneizar-se, raramente são homogêneas. As ideologias são, de modo geral, formações diferenciadas, internamente complexas, com conflitos entre vários elementos que precisam ser continuamente renegociados e resolvidos”* (Eagleton, 1997: 51).

Logo, pode-se asseverar que as ideologias não são tão unitárias nem tão homogêneas quanto pretendem parecer, uma vez que não existem isoladamente, mas na relação, no confronto e na negociação com outras ideologias. Conforme Eagleton (1997), essa negociação constante possibilita uma abertura à alteridade e uma incorporação do “outro” que tornam o fenômeno ideológico, em certo sentido, heterogêneo, múltiplo, inconsistente e difuso. Até mesmo um sistema de referência autoritário só existe em função do “outro” e só sobrevive quando o considera. Por isso, uma ideologia deve ser suficientemente coesa para garantir a integração grupal e

suficientemente aberta à alteridade para viabilizar a negociação com outras ideologias, possibilitando sua permanência, ainda que corra o risco de perder a unidade e parecer inconsistente. A operação unificadora, para realizar-se, depende de duas estratégias de construção simbólica: a padronização ou estandardização e a simbolização da unidade. A padronização ou estandardização adota sistemas simbólicos padronizados e os apresenta como um referencial aceito socialmente, compartilhado por todos, dissolvendo-se, dessa forma, as diferenças. A simbolização da unidade está relacionada à produção de símbolos, crenças e valores que reforçam e propagam a ideia da unidade social e identidade coletiva, nos mais diversos grupos da sociedade.

Dentre as operações ideológicas existentes, pode-se destacar ainda a fragmentação, cuja função consiste em segmentar e fragmentar grupos e indivíduos considerados uma ameaça ou um perigo à manutenção da ordem social estabelecida e das relações de poder constituídas. Dois mecanismos de elaboração simbólica são utilizados para operacionalizar a fragmentação: a diferenciação e o expurgo do outro. A diferenciação ressalta as diferenças, os conflitos e as divisões que marcam as relações no interior do grupo de sorte a promover sua desarticulação e segmentação. O expurgo do outro é uma estratégia simbólica que envolve a criação de um inimigo, considerado mau, ameaçador e perigoso, o qual deve ser enfrentado e combatido pelos indivíduos ou grupos a fim de que seja destruído, não representando mais uma ameaça ao poder estabelecido e à ordem social dominante.

De acordo com Thompson (2002), a reificação é a operação ideológica que apresenta um fenômeno histórico, circunstancial e passageiro como se fosse perene atemporal e natural. Nega-se a dimensão social e histórica dos processos, naturalizando-os e transformando-os em coisas permanentes. A reificação opera mediante três estratégias de construção simbólica: a naturalização, a eternização e a nominalização ou passivização. A naturalização é o mecanismo por meio do qual se rejeita o relativismo histórico e se atribui às ideias o caráter de inevitabilidade, convertendo os processos sócio-históricos em fenômenos naturais, evidentes e imutáveis. A eternização é um procedimento semelhante à naturalização que elimina o caráter histórico dos acontecimentos, das relações e da realidade concreta, concebendo-os como fenômenos eternos, inalteráveis e permanentes. Algumas estruturas gramaticais e sintáticas, como a nominalização e a passivização, podem operar como reificação e, desse modo, sustentar

relações de dominação. A nominalização ocorre quando descrições de ações contingenciais e de fenômenos provisórios são transformadas em nomes. A passivização pode ser verificada nas situações em que os verbos são utilizados na voz passiva. Essas estratégias costumam esconder os sujeitos que produzem a ação e converter ações circunstanciais e processos históricos em coisas naturalizadas. Dessa forma, a reificação da realidade sócio-histórica envolve a negação do caráter temporal dos fenômenos, a coisificação dos processos e a ocultação das ações e dos sujeitos que as promovem.

*Representando processos como coisas, diluindo atores e ações, apresentando o tempo como uma extensão eterna do tempo presente: estas são muitas maneiras de restabelecer a dimensão da sociedade 'sem história' no coração da sociedade histórica (Eagleton, 1997: 88 e 89).*

Thompson (2002) salienta a importância de se considerar que as estratégias de construção simbólica não são inerentemente ideológicas, sendo necessário examinar o contexto sócio-histórico no qual estão inseridas para descobrir se atendem aos interesses do poder dominante. Só é possível afirmar que o sentido produzido por uma forma simbólica é ideológico mediante a investigação das situações específicas nas quais essa forma simbólica foi construída, transmitida e recebida, o que contribui para revelar se o sentido está ou não a serviço das estruturas de poder socialmente estabelecidas. Conforme essa perspectiva, para apreender a complexidade dos sistemas simbólicos e verificar se desempenham uma função ideológica, o investigador deve realizar um trabalho sistemático, cuidadoso e minucioso de análise dos usos concretos e sociais das formas simbólicas em circunstâncias específicas e da maneira como os indivíduos, produtores ou receptores, compreendem essas simbolizações.



## CAPÍTULO III

### Contribuições Teóricas ao Estudo Psicossocial da Ideologia

Esse capítulo discorrerá sobre a problemática da ideologia a partir dos pressupostos desenvolvidos por Ignacio Martín-Baró<sup>16</sup>, autor que constituirá o eixo teórico da presente tese de doutorado. A fim de confeccionar um texto consistente, evitar uma interpretação unívoca e assegurar um debate crítico, apresentaremos ainda as reflexões de outro investigador, extremamente conceituado e respeitado no meio acadêmico: Slavoj Žižek. Para introduzir a discussão, faremos referência às ponderações žizekianas acerca do caráter paradoxal da crítica da ideologia nas sociedades contemporâneas. A temática da ideologia, embora imprescindível na teoria psicopolítica de Martín-Baró, encontra-se dispersa em sua obra, não recebendo tratamento especial. Articulada a outros conceitos, essa questão não é tratada de forma direta e sistemática, o que demonstra que o autor não se preocupou em formular uma definição precisa do termo nem se empenhou em abordá-lo de maneira exclusiva. Todavia, em suas discussões, é inegável a relevância da ideologia, empregada como instrumento indispensável à compreensão dos fenômenos psicossociais e das relações políticas. Fiel às premissas do materialismo histórico-dialético, Martín-Baró adota a tese marxiana da ideologia como falsa consciência, mistificação da realidade e ilusão do pensamento, cujo poder deriva de sua capacidade de desencadear um processo de alienação coletiva, sem fazer-se notar, impedindo os sujeitos de perceber de maneira apropriada o mundo à sua volta, escondido sob o manto ideológico da falsificação.

Segundo Žižek (2001), na atualidade, somos “(...) *obligados a aceptar la implacable pertinencia de la noción de ideología*” (07), que consiste em um sistema simbólico, coletivamente construído, responsável por regular a relação entre o visível e o invisível, o perceptível e o imperceptível, o observável e o não-observável. A ideologia se manifesta na dialética do velho com o novo, produzindo inversões e

---

<sup>16</sup> Nascido na Espanha, Ignacio Martín-Baró emigrou para El Salvador ainda jovem, onde concluiu seus estudos no noviciado e alcançou a formação de jesuíta. Na sequência, formou-se em filosofia na cidade de Bogotá, em teologia e psicologia na cidade de San Salvador. Foi professor, pesquisador e vice-reitor acadêmico da Universidad Centro Americana de El Salvador (UCA). Dedicou-se à construção de uma psicologia social latino-americana, envolvida com os problemas concretos da realidade cotidiana das maiorias populares e comprometida politicamente com a transformação das estruturas sociais.

distorções de sorte que o novo assume o lugar do velho e o velho se transveste de novo. Em virtude da complexidade e das contradições características do conceito de ideologia, costuma-se rechaçá-lo e abandoná-lo, alegando seu anacronismo, sua inadequação à realidade contemporânea e até sua inexistência no contexto atual. A crítica da ideologia apressa-se em descartá-lo para evitar que denuncie a parcialidade e a manipulação ideológica de suas premissas. Sob o discurso da isenção e da neutralidade, a crítica coloca-se acima das pré-concepções e dos juízos como se suas apreciações não possuíssem nenhum componente ideológico, parecendo ocupar um lugar absolutamente imparcial, que lhe permite perceber tudo que está oculto na dinâmica das relações sociais e no universo da vida cotidiana. Será que a tese da neutralidade da crítica da ideologia não é em si mesma ideológica?

O abandono da noção de ideologia também se deve ao fato de esse conceito designar uma multiplicidade de fenômenos sem discriminá-los nem especificá-los. Nesse sentido, o conceito de ideologia é extremamente abrangente e abarca uma diversidade de eventos, que incluem desde ideias e crenças sociais até práticas institucionais e relações cotidianas. No entanto, a negação da ideologia e o desejo de neutralizá-la não eliminam o poder de sua ação; ao contrário, produzem um efeito de submissão ideológica, mantendo os indivíduos ainda mais presos às suas determinações. Por isso, não é recomendado negar a ideologia, mas reconhecer a pluralidade de matizes e texturas de que é composta, considerando sua complexidade e sua abrangência. Como salienta Zizek (2001), a ideologia pode definir fenômenos absolutamente contrários. Quando uma argumentação é tida como ideologia por excelência, provavelmente seu oposto também dispõe de elementos ideológicos. Normalmente, compreende-se como procedimento ideológico o ato de eternizar e naturalizar o que é histórico e contingencial. Contudo, também é resultado do trabalho da ideologia reduzir todo e qualquer evento a uma contingência histórica, negando significados e necessidades que são internalizados e adquirem perenidade. A ideologia, por conseguinte, tanto corresponde à internalização da contingência externa e à consequente naturalização de processos históricos quanto à externalização da necessidade interna, tornando tudo circunstancial e histórico. No primeiro caso, cabe à crítica da ideologia desvelar a contingência histórica encoberta pelo processo de naturalização. Já no segundo, sua função implica apresentar a necessidade interna que assume a forma de contingência externa.

Logo, a ideologia pode designar sistemas de explicação e interpretação totalmente contrários. As teses da complexidade das circunstâncias e da culpabilização do indivíduo podem ser apontadas como exemplo de referências teórico-ideológicas completamente opostas. A complexidade das circunstâncias compreende os fatos históricos e políticos por intermédio das próprias contingências sociais, livrando os indivíduos de qualquer responsabilidade frente à conservação ou transformação da ordem estabelecida. De acordo com essa perspectiva, as circunstâncias são complexas, inevitáveis e inalteráveis. Já a teoria da “culpa subjetiva” e da “responsabilidade individual” entende o indivíduo como a causa última de todas as catástrofes de natureza social. Se a sociedade funciona mal é por culpa e responsabilidade de cada sujeito que compõe o tecido social. Por meio desse mecanismo ideológico, oculta-se a emaranhada trama histórico-cultural que fornece as condições necessárias às ações dos indivíduos. Conforme Zizek (2001), levada a extremos, não só a tese da culpabilização subjetiva e da responsabilização individual é ideológica, mas também a lógica oposta de responsabilizar as circunstâncias e contingências sociais pelo estado das coisas. Se a responsabilidade das ações humanas é atribuída às circunstâncias, então a causa dos fenômenos é sempre externa aos sujeitos, o que os mantém distantes de seus desejos e alheios ao que acontece em suas vidas. Assim, tanto a internalização quanto a externalização da causa de um evento pode ser resultado de um mecanismo ideológico de mistificação da realidade.

A concepção zizekiana propõe três maneiras distintas de conceber o fenômeno ideológico: 1) ideologia como sistema de pensamento, ideias, valores, crenças, argumentos e discursos; 2) ideologia como materialidade externa e institucional que, para materializar-se e consolidar-se socialmente, depende dos rituais cotidianos e 3) ideologia como experiência espontânea que opera no sistema social e no contexto da vida diária. Esses três eixos que compõem a noção de ideologia estão associados à tríade hegeliana *em si – para si – em e para si*. A ideologia “*em si*” refere-se ao aspecto cognitivo do sistema ideológico, ou melhor, ao conjunto de doutrinas, ideias, concepções e convicções, articulado de modo a validar a força de sua verdade em prol da legitimação de um “*poder inconfesso*”. Nesse caso, a crítica da ideologia almeja descobrir, por intermédio das lacunas, dos espaços em branco e das rupturas, os interesses inconfessos e as intenções não-reveladas que se “refugiam” nas ideias e nos discursos, que circulam socialmente. A ideologia “*para si*” diz respeito à materialidade

e à exterioridade ideológicas, resultantes dos rituais institucionais e das práticas rotineiras. A religião não pode ser compreendida apenas como um sistema interno de crenças, mas também – por conta da Igreja que a representa – como uma materialidade ideológica que se realiza através dos rituais e da instituição, contribuindo para a produção do sistema simbólico.

Por fim, a ideologia “*em si e para si*” faz referência aos processos de externalização e internalização do sistema ideológico; ao movimento por meio do qual a ideologia externa volta-se sobre si mesma, produzindo a desintegração e a dispersão do conceito. Nesse caso, a ideologia não é mais retratada como um fenômeno de longo alcance social que constitui o fundamento da sociedade nem como um mecanismo homogêneo de produção e reprodução da ordem estabelecida, mas como um evento de caráter heterogêneo e dispersivo, cujo impacto de sua ação é mais localizado e restritivo. De acordo com essa perspectiva, a influência da ideologia alcança segmentos sociais específicos, não atingindo a totalidade do tecido social nem desempenhando papel fundamental e determinante na conservação da sociedade. Atualmente, as ideologias estão mais difundidas e mais dispersas pela sociedade em geral; porém, causam menos impacto e interferem menos no funcionamento sócio-político. Contudo, conforme Zizek (2001), os mecanismos extra-ideológicos, responsáveis pela regulação da reprodução social, são reforçados e sustentados por crenças e convicções ideológicas que se materializam socialmente. Logo, a suposta realidade não-ideológica converte-se em pura ideologia. Os procedimentos considerados não-ideológicos nada mais são do que a ideologia espontânea – um conjunto de atitudes e proposições implícitas – que opera nas relações sociais, circula disfarçadamente pelo corpo da sociedade e reforça as práticas não-ideológicas.

A terceira noção de ideologia, por consequência, não se restringe a um sistema de discursos e enunciados explícitos nem à materialização das crenças sob a forma de instituições, rituais, práticas e atos, mas à trama de convicções e comportamentos implícitos e espontâneos que apoiam realidades e procedimentos não-ideológicos. Isso significa afirmar que, à sombra de qualquer mecanismo não-ideológico, encontram-se estratégias ideológicas de sustentação; em outras palavras, a ideologia está entrelaçada às cadeias concretas da realidade. Desse modo, parece praticamente impossível separar a realidade objetiva da dimensão ideológica que a fundamenta. Em virtude dessa quase

indistinção entre realidade e ideologia, o conceito de ideologia é normalmente abandonado. Sob essa ótica, a ideologia engloba tudo, está em todos os lugares e diz respeito a qualquer coisa. Essa indefinição assusta a qualquer pesquisador que tem como objetivo determinar e especificar, de forma sistemática e precisa, seu campo teórico e seu objeto de investigação.

Em alguns círculos intelectuais, costuma-se sustentar que não é possível marcar uma linha divisória entre a realidade e a ideologia, visto que a realidade está impregnada de símbolos e discursos, sendo impossível distingui-la de sua dimensão ideológica. Desse modo, a tentativa de estabelecer uma demarcação entre a realidade e a ideologia é puramente ideológica, dado que não há realidade que esteja situada para além da ideologia. Nesse sentido, a realidade limita-se aos símbolos, representações, imagens e discursos que a compõem. Entretanto, de acordo com Žižek (2001), a indistinção entre a realidade e a ideologia bem como a negação da realidade extra-ideológica também operam em favor da ideologia. A crítica da ideologia só pode ser realizada se, a despeito das dificuldades, sustentar a posição de que é possível delimitar uma linha tênue entre a realidade e a ideologia. Para que a crítica exerça sua função, é necessário acreditar que a ideologia não está disseminada por todos os cantos nem é parte integrante de todas as coisas. Cabe à crítica encontrar um lugar onde a ideologia não esteja a fim de manter certa distância para examiná-la, analisá-la e avaliá-la. É preciso descobrir um lugar vazio e distante a partir do qual se possa denunciar e revelar a ideologia, o que de antemão já consiste em um procedimento ideológico.

Na realidade social, há dois tipos distintos e opostos de ideologia: a ideologia institucional externa, que controla e regula a vida social de “cima para baixo” e a ideologia espontânea que se encontra dispersa pela sociedade e é construída a partir dos contatos sociais e da convivência cotidiana, organizando as relações “de baixo para cima”. Pode-se constatar certa tensão entre a ideologia como manifestação espontânea que emerge do corpo social e a ideologia como materialidade institucional, imposta pelos aparelhos estatais. A oposição entre a espontaneidade e a materialidade que caracteriza o fenômeno ideológico cria um espaço vazio a partir do qual se pode observar e desvelar a ideologia, um lugar que favorece a distância crítica e analítica em nome da compreensão das múltiplas ideologias.

Contudo, para sustentar esse espaço vazio, supostamente isento de doutrinas e práticas ideológicas, o sujeito adota uma postura de distanciamento cínico, fingindo estar acima de qualquer ideologia, ignorando os sentidos subjacentes dos discursos convencionais e não levando a sério os pronunciamentos oficiais. Segundo Zizek (2001), no capitalismo avançado, as palavras perderam a importância e o poder de persuasão. O que se diz, por mais relevante que seja, é alvo do desdém daqueles que ouvem e ignoram. *“Es como si en el capitalismo tardío ‘las palabras no contarán’, ya no comprometerían: parecen perder cada vez más su poder performativo; todo lo que se dice se ahoga en la indiferencia general; el emperador está desnudo y los medios anuncian este hecho, y sin embargo, a nadie parece importarle realmente; es decir, la gente continúa actuando como si el emperador no estuviera desnudo...”* (Zizek, 2001: 27). Desse modo, o lugar vazio de ideologias nada mais é do que uma estratégia ideológica, universalmente utilizada pelos indivíduos, que projetam no outro a ideologia, retratando a si mesmos como sujeitos não-ideológicos. As pessoas nunca se reconhecem como seres ideológicos, identificando fora delas o universo da ideologia.

### **INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA POLÍTICA DE IGNÁCIO MARTÍN-BARÓ**

Na obra de Ignacio Martín-Baró, o mundo das representações, dos símbolos e das ideologias ocupa posição de destaque, porquanto é indispensável à sobrevivência e continuidade dos sistemas sócio-políticos. A estabilidade das organizações sociais e dos regimes políticos depende da interiorização das ideologias, processo que garante o funcionamento da ordem estabelecida por meio da distorção da realidade concreta e da dissimulação do conhecimento. As representações ilusórias que passam a fazer parte do psiquismo dos indivíduos sob a forma de falsa consciência contribuem para ocultar as reais intenções dos poderes dominantes, favorecendo, assim, a manutenção do *status quo*. Nessa acepção, as ideologias estão a serviço dos poderosos, promovendo a “colonização” das mentes e a dominação dos corpos. Conforme Blanco e De la Corte (2003), apesar da importância e da presença exaustiva da “ideologia” na totalidade dos escritos de Martín-Baró, o autor não desenvolveu uma definição clara e precisa desse termo, dando margem a compreensões inadequadas e equívocos conceituais. Entretanto, no conjunto de sua obra, elementos dispersos possibilitam vislumbrar sua concepção de ideologia, associada à ideia de um sistema de crenças, discursos, valores, significados e

normas sociais mediante o qual o homem constrói o mundo à sua volta, interpreta a realidade objetiva e orienta suas ações cotidianas. Ademais, a rede ideológica proporciona a mistificação do real e a ocultação das injustiças sociais, promovendo, dessa forma, a operacionalização dos sistemas sócio-políticos e a justificação das relações de dominação.

Como esclarecem Blanco e De la Corte (2003), Martín-Baró não relaciona sua concepção de ideologia à tese da imutabilidade e durabilidade definitiva das crenças. A depender da conjuntura sócio-histórica, um sistema ideológico pode ter dificuldade de conservar-se *ad eternum*, o que lhe impede de sustentar por tempo indeterminado um regime político. Nesse sentido, a ideologia é mais apropriadamente uma visão de mundo imposta por grupos dominantes, com duração limitada, do que uma representação absolutamente interiorizada e integrada à mentalidade dos indivíduos, como se fosse um elemento inerente à subjetividade humana. A despeito de sua internalização e de seu enraizamento psíquico, a ideologia pode ser contestada por aqueles que a tomam como referência, situação que ocorre no contexto das relações cotidianas, o que pode gerar sua dissolução subjetiva. Todavia, a possibilidade de manutenção das crenças se sobrepõe à possibilidade de sua desintegração. As crenças têm um poder de permanência e conservação impressionante. Quando refutadas por acontecimentos da realidade concreta ou por sistemas de pensamento lógicos e racionais, tendem a despertar nos sujeitos a necessidade de defendê-las, o que as torna mais fortes e incontestáveis, ainda que seus argumentos sejam frágeis (Martín-Baró, 2001).

*El problema es de gran importancia para la psicología social, pues significa que la evidencia no siempre sirve para refutar las creencias ni los hechos son capaces de alterar las ilusiones. Por el contrario, no es raro que cuantas más pruebas se presenten sobre la falsedad de ciertas creencias, con más fuerza se aferren a ellas las personas y con más fanatismo las defiendan y propaguen* (Martín-Baró, 2001: 259)<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Para Pascal (2004), a aquisição de crenças prescinde da formulação de uma argumentação racional, dependendo apenas da repetição da ação e do ritual de maneira a incorporá-los, tornando-os um costume. Desse modo, o indivíduo passa a crer sem perceber e sem saber exatamente porque está crendo. Por conseguinte, a crença não depende de nenhum procedimento de argumentação lógica e justificação racional. Somente aqueles que já crêem desenvolvem razões para legitimar e justificar sua obediência às crenças. As proposições racionais, portanto, servem tão somente para confirmar crenças que o sujeito já possui e não para fazê-lo crer em algo.

Com base nos resultados e nas conclusões das pesquisas de Leon Festinger, Martín-Baró afirma que, em determinadas condições, evidências factuais que deveriam invalidar e abalar a credibilidade das crenças, terminam aumentando a mobilização dos crentes em sua defesa e animando-os a realizar uma campanha em seu favor. Isso acontece especialmente quando crenças concretas e profundas sustentam esquemas comportamentais ou quando os crentes estão fortemente comprometidos com as consequências de suas crenças ou quando os fatos as contradizem claramente ou, ainda, quando os indivíduos recebem o apoio de um grupo social que reforça a validade e legitimidade das crenças. Muitas vezes, os crentes realizam verdadeiros malabarismos mentais ou lógicos, conjugando diferentes e opostas ideias para evitar a mudança de seus códigos ideológicos. De acordo com essa perspectiva, é difícil modificar as convicções importantes dos sujeitos, sobretudo aquelas que são responsáveis por definir e orientar seus comportamentos. Contudo, quando há dissonância cognitiva entre as crenças, não sendo possível equilibrá-las nem ajustá-las mediante os malabarismos lógicos, o indivíduo se vê obrigado a resolver essa contradição, o que pode resultar na mudança de valores e atitudes. Logo, a transformação das crenças decorre da incoerência cognitiva, ou seja, das divergências internas que caracterizam o sistema ideológico do sujeito assim como dos conflitos entre suas convicções e suas ações.

Porém, essas incongruências cognitivas não são facilmente apreendidas pelos indivíduos, permanecendo à margem da consciência e contribuindo para a conservação de crenças e ideologias que garantem a reprodução de sistemas sociais injustos e desumanos. Segundo Martín-Baró (1998c), a psicologia social não deve ignorar a trama de ideologias que atravessa a vida cotidiana e promove alienação, cabendo-lhe estimular o desmascaramento da realidade objetiva, desalienar as consciências e denunciar a farsa ideológica. Em sua concepção, a investigação psicossocial centra-se na compreensão do caráter ideológico da ação humana e exige que o pesquisador assuma e desempenhe uma dupla função de análise e crítica da ideologia (Martín-Baró, 1998e). A pesquisa em psicologia social requer o exame da dimensão ideológica do fenômeno estudado com o propósito de tornar evidente seu sentido social, histórico e político. Investigar a dimensão ideológica de qualquer objeto de estudo significa revelar as estruturas de significado que servem para escamotear os conflitos de interesse e as reais intenções dos grupos dominantes. Logo, é função da psicologia social analisar as ideologias, construídas no contexto da vida social e posteriormente absorvidas por cada sujeito



através dos vínculos interpessoais. Em outras palavras, a psicologia social examina o ponto de articulação entre a realidade objetiva e a realidade subjetiva, ou seja, o momento em que os eventos sociais se convertem em elementos subjetivos e o indivíduo se torna um ser social.

### **Crítica à Psicologia Social Tradicional**

No decorrer de sua vida acadêmica, Ignacio Martín-Baró dedicou-se à análise e crítica dos pressupostos epistemológicos e teóricos da psicologia social tradicional bem como à elaboração de uma nova proposta de psicologia, menos alienada e mais atuante politicamente. Preocupada em adquirir reconhecimento científico e *status* social, a psicologia tradicional, aplicada ao contexto específico da América Latina, tem absorvido de forma acrítica e inadvertida técnicas científicas e modelos teóricos, provenientes de países com realidades sociais e sistemas políticos muito distintos, realizando uma espécie de mimetismo intelectual e importação automática de teorias (Martín-Baró, 1998g). Ademais, para alcançar o estatuto de cientificidade, essa psicologia empenha-se em defender as teses da assepsia ideológica e da neutralidade da ciência, as quais contribuem mais para esconder a natureza política de suas proposições do que para de fato eliminá-la. A pretensão de cientificidade da psicologia social tradicional a coloca distante dos reais problemas que afligem as diversas camadas da população e alheia aos conflitos que caracterizam a realidade. Além do método experimental, utiliza comumente teorias genéricas, abstratas e absolutas, que não correspondem à realidade objetiva nem possibilitam a compreensão de seus problemas concretos. Verifica-se, pois, que a psicologia tradicional comete o equívoco de privilegiar os modelos teóricos em detrimento das questões reais que emergem do cotidiano dos indivíduos.

Em oposição a essa premissa epistemológica, Martín-Baró (1998h) propõe que a realidade objetiva se sobreponha às perspectivas teóricas, ou seja, que a vida prática tenha mais relevância e valor para a ciência do que os fundamentos teóricos. As teorias devem partir da realidade concreta e das experiências cotidianas de sujeitos reais em situações reais de existência. Os problemas, para os quais a ciência tentará encontrar possíveis soluções, não devem ser definidos por esquemas teóricos, descolados das

contingências culturais, mas devem surgir da própria realidade. Para que sejam sistemas apropriados de compreensão, os modelos teóricos precisam ser formulados para responder às inquietações dos indivíduos e aos problemas reais de um contexto sócio-político específico. “(...) *que no sean los conceptos los que convoquen a la realidad, sino la realidad la que busque a los conceptos; que no sean las teorías las que definan los problemas de nuestra situación, sino que sean esos problemas los que reclamen y, por así decirlo, elijan su propia teorización*” (Martín-Baró, 1998h: 314). Ao anteceder à vida cotidiana dos sujeitos reais, as teorias criam obstáculo à manifestação da realidade concreta, ocultando sua dimensão ideológica e cooperando com a preservação da ordem social.

Em vista da suposta neutralidade científica e da primazia dos referenciais teóricos, Martín-Baró (1998c) considera a psicologia social tradicional uma área ideologizada que beneficia os grupos dominantes, uma vez que seus saberes, discursos e práticas contribuem para a reprodução de organizações sociais injustas, mas favoráveis ao poder estabelecido. Além de preconizar a apolitização do conhecimento, essa vertente da psicologia transforma questões sociais em problemas individuais, transferindo sua resolução ao âmbito do indivíduo e eximindo de qualquer responsabilidade o contexto cultural e a estrutura social. Dessa forma, promovem-se a psicologização dos conflitos sociais e a naturalização da ordem instituída. O reducionismo psicológico, que analisa fenômenos sociais a partir de categorias puramente psicológicas, é um procedimento padrão em boa parte das pesquisas desenvolvidas em psicologia social. O psicologismo tende à absolutização das ideias, à abstração dos processos sociais, à descontextualização do objeto estudado assim como à atribuição da causalidade social aos indivíduos, funcionando, desse modo, como instrumento ideológico a serviço das classes dominantes. As teses psicologistas favorecem o apoliticismo e o a-historicismo, uma vez que atribuem ao indivíduo a razão última de todos os fenômenos, anulando sua dimensão social, histórica e política. Já que o indivíduo é a causa dos processos sociais, são sugeridas e prescritas soluções individuais para problemas sociais, mantendo-se inalterado o sistema estabelecido.

A psicologia social crítica, como propõe Martín-Baró (2001), rechaça a submissão da ciência tradicional ao poder dominante, cujas teorias são destinadas a impedir a transformação da sociedade e garantir a conservação do estado de coisas. Em

sua concepção, a psicologia necessita, com urgência, passar por um processo de desideologização, que lhe possibilitaria assumir uma posição política explícita, reconhecer sua responsabilidade histórica diante da realidade social dos países latino-americanos, defender interesses coletivos e definir possibilidades de ação com vistas a promover mudanças sociais. Por conseguinte, o compromisso político da psicologia crítica está relacionado ao projeto de transformação social e suas estratégias para concretizá-lo consistem em descobrir quais são as possibilidades dos indivíduos modificarem suas condições de existência – determinadas pelo sistema estabelecido e legitimadas pela ciência tradicional – e compreender de que forma podem transformá-las. A esse ramo da psicologia, não interessa estudar os processos de adaptação humana nem o suposto fenômeno da harmonia social, mas os meios de subversão da ordem. De acordo com essa perspectiva, a sociedade não é uma unidade harmônica nem uma totalidade uniforme, mas uma multiplicidade caótica e contraditória. Nela, as forças sociais não são harmoniosas, os interesses não são os mesmos para todos os grupos nem as necessidades dos diferentes setores são igualmente atendidas. A sociedade, portanto, é resultado de um conflito social, em que grupos – representantes de interesses opostos – enfrentam-se para fazer valer seus objetivos.

O objeto de estudo da psicologia social crítica é a ação humana, entendida como ideologia, pois resulta dos conflitos sociais, do jogo de forças contrárias e da rede de interesses antagônicos que perpassam a trama das relações sociais. Conforme Martín-Baró (2001), a ação humana encontra-se integrada a uma cadeia de vínculos interpessoais, significados culturais, símbolos históricos e determinações sociais. Só é possível analisar a ação humana como ideologia, se a realidade concreta e o contexto histórico forem considerados no processo de investigação. A psicologia não deve, por consequência, prescindir da história, da cultura nem da sociedade. Isolado do contexto sócio-histórico, o indivíduo torna-se uma abstração, uma ideia genérica, uma irrealidade; em suma, uma ilusão. Por essa razão, o sujeito da psicologia crítica é o indivíduo real, que vive em uma cultura específica, está situado em um mundo concreto e localizado em uma época histórica. De igual modo, para que o caráter ideológico da ação humana seja apreendido, não se deve ignorar o emaranhado de relações e forças sociais que constitui e compõe as formações culturais e a realidade concreta. Partindo do pressuposto de que o objeto de estudo da psicologia social é a ação ideológica, seu objetivo primeiro é fomentar processos de conscientização dos determinismos sociais

que definem os sistemas ideológicos e os esquemas de ação dos indivíduos. O conhecimento dos determinismos sociais e das relações de forças antagônicas desperta a consciência dos sujeitos para as razões de suas precárias condições de existência, podendo estimular ações coletivas com vistas à mudança social e à “libertação” popular. Como se pode perceber, Martín-Baró (2001) convida a psicologia social a assumir um compromisso ético com a verdade, fazer uma opção política e abandonar a pretensão de assepsia científica, além de explicitar as determinações sociais, apresentar os laços ocultos que unem os indivíduos aos interesses de classe e revelar as forças sociais que estão em jogo no conflito de grupos.

*A la psicología social corresponde desenmascarar los vínculos que ligan a los actores sociales con los intereses de clase, poner de manifiesto las mediaciones a través de las cuales las necesidades de una clase social concreta se vuelven imperativos interiorizados por las personas, desarticular el entramado de fuerzas objetivadas en un orden social que manipula a los sujetos mediante mecanismos de falsa conciencia (Martín-Baró, 2001: 48).*

### **Ação humana como ideologia**

A psicologia social crítica concebe a ação humana como ideologia, uma vez que a considera o ponto de articulação entre o indivíduo e a sociedade, a conexão entre os processos individuais e o fenômeno social, a expressão de sistemas de valores e significados construídos no cotidiano da vida social. De acordo com Martín-Baró (2001), a ideologia diz respeito a um conjunto de ideias, crenças e valores que penetra no psiquismo humano, acomoda internamente seus símbolos, torna-se um sistema de referência e orientação e conduz as ações dos indivíduos conforme seus interesses. Dessa forma, a ação dos homens, constituída por forças sociais e significados culturais, é sempre mediada pela ideologia vigente na sociedade. “*Los hombres viven sus acciones (...) en la ideología, a través y por la ideología. (...) la relación ‘vivida’ de los hombres con el mundo (...) pasa por la ideología, más aún, es la ideología misma*” (Martín-Baró, 2001: 17). Gerada nas circunstâncias externas, mais especificamente no espaço da cultura e da estrutura social, a ideologia é constitutiva da ação humana, representando os interesses das classes dominantes que experimentam, na dinâmica das

relações cotidianas, o conflito entre suas ideias, necessidades, desejos e intenções e aquelas dos grupos socialmente desfavorecidos. Impregnada na ação dos indivíduos, a ideologia reforça e defende os projetos e demandas das classes dominantes. Dessa maneira, como cenário das relações de forças antagônicas e como dispositivo que favorece e beneficia o poder estabelecido, a ação humana, inerentemente ideológica, adquire sentido social, não devendo ser concebida como um conjunto de atos individuais, mecanicamente realizados.

*(...) la acción humana es, por naturaleza, ideológica ya que está intrínsecamente configurada por las fuerzas sociales operantes en una determinada historia. La acción, cada acción concreta, simultáneamente plasma y configura ambas realidades, sociedad y persona, en un hacer que es al mismo tiempo hacerse y ser hecho* (Martín-Baró, 2001: 24).

Por intermédio de suas ações cotidianas, o indivíduo constrói a si mesmo e ao mundo social, mas também é construído por esse mundo, que possui uma história, uma cultura e uma multiplicidade de símbolos, significados e valores. A ação é significada e valorada pela ideologia, que reforça os códigos sociais e os símbolos culturais em vigor na sociedade. Além de ser considerada um mecanismo de justificação da ordem social e de orientação das práticas cotidianas, a ideologia também pode ser compreendida como esquemas cognitivos e valorativos que dotam de sentido a ação pessoal. Operados pelos indivíduos, os sistemas cognitivos são pessoais, mas suas redes de explicação e interpretação derivam das formações sociais. Então, a ideologia e, por consequência, a ação dos homens possuem uma dimensão social e pessoal, objetiva e subjetiva, não sendo meramente fenômenos sócio-históricos, provenientes do exterior, nem unicamente formas de pensamento, esquemas cognitivos ou atitudes pessoais, desenvolvidos internamente.

Segundo Martín-Baró (2001), as circunstâncias sociais e os sistemas culturais têm mais poder de determinar a ação humana do que o modo como as pessoas pensam, julgam, avaliam e sentem. Porém, embora os fatores objetivos sejam decisivos – e até preponderantes – na determinação do comportamento dos indivíduos, os fatores subjetivos também desempenham um papel fundamental, sendo indispensável articular

o que é exigido pela realidade social e o que é fixado pelo sistema de crenças e atitudes de cada sujeito. Ainda que não sejam o único nem o mais importante determinante da ação humana, as atitudes cumprem uma função relevante na orientação do comportamento e da percepção dos indivíduos. Na concepção de Martín-Baró (2001), as atitudes designam a interiorização dos esquemas sociais de significação e interpretação, que contribuem para estruturar o mundo social e são absorvidos pelos sujeitos no decorrer do processo de socialização. Elas são sistemas ideológicos que orientam a forma do sujeito agir, perceber e avaliar a realidade, reforçando e apoiando determinados interesses sociais. Em suma, um esquema atitudinal é a expressão individual de ideologias sociais que canalizam e legitimam as demandas, exigências e intenções dos grupos dominantes. Em outras palavras, as estruturas ideológicas, articuladas sob a forma de atitudes pessoais, apresentam importantes contradições, que funcionam como mecanismos de ocultação das verdades sociais para justificar a manutenção do sistema estabelecido.

Como se pode constatar, são múltiplas as funções desempenhadas pela ideologia e, dentre elas, podemos destacar as seguintes: fornecer aos indivíduos sistemas de referência para interpretar a realidade, desenvolver esquemas de ação em conformidade com as necessidades da vida cotidiana, justificar a estrutura social consolidada, apresentar os processos sociais como se fossem categorias naturais, ocultar o caráter histórico da vida em sociedade, dissimular as relações de dominação social e reproduzir o *status quo*. A análise da ideologia, proposta por Martín-Baró (2001), requer o exame metódico da função ideológica da ação humana, ou seja, dos interesses e valores sociais dominantes, subjacentes à ação dos indivíduos, que selecionam os comportamentos adequados ao propósito da dominação social e da legitimação da ordem estabelecida. A descoberta da função ideológica da ação humana também inclui “(...) *la necesidad de ubicar cada proceso psicológico en la totalidad de los procesos sociales*” (Martín-Baró, 2001: 20).

Para Martín-Baró (2001), muito mais que a execução de movimentos observáveis externamente, a ação dos homens refere-se à interioridade dos sujeitos que interfere na realidade objetiva e à exterioridade das ideologias sociais. Logo, a ação humana implica a relação dialética entre interioridade e exterioridade, subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade. Como expressão dos esquemas ideológicos, dos

significados sociais e das atitudes pessoais, a ação de cada indivíduo sofre a influência de “outros” concretos que vivem em um contexto histórico-cultural específico, e atende a interesses e valores dominantes socialmente. Nesse sentido, a ação não é mera realização de movimentos externos, mas modos de atuação, de natureza simbólica, que certamente geram impactos e efeitos políticos. A depender de uma série de fatores objetivos e subjetivos, o sujeito pode assumir posições e ações políticas muito distintas no que tange à sua relação com a ideologia social: ou se submete a suas determinações ou se dispõe a questioná-la de sorte a abandoná-la como sistema de referência e orientação. Não se deve, pois, considerá-lo mero fantoche da máquina ideológica. Embora sua ação seja determinada pela ideologia, ele tem condições, por meio do processo de conscientização, de romper com ela e transcendê-la. Conclui-se, portanto, que o indivíduo não se reduz à ideologia, podendo criar novos esquemas de ação que se oponham à estrutura ideológica dos grupos dominantes.

### **Características e Mecanismos da Ideologia**

Apoiando-se nas premissas do materialismo histórico e dialético, Martín-Baró (2004) defende a ideia de que a máquina ideológica não constitui o fundamento da estrutura social, mas um apoio importante para sua manutenção, ou melhor, um instrumento de sustentação do sistema instituído. Cabe às ideologias tornar as organizações sociais atrativas e razoáveis de modo a justificar sua existência e preservação. Os sistemas ideológicos realizam esse trabalho de justificação do poder constituído, reprodução da ordem social e legitimação das demandas dos grupos dominantes por intermédio de três mecanismos, quais sejam a universalização de interesses particulares, a negação das contradições sociais e a naturalização do presente.

No caso da universalização de interesses particulares, verifica-se que os valores e princípios das classes dominantes são transformados em valores universais e princípios coletivos. Interesses particulares assumem a forma de interesses coletivos e necessidades universais, como se representassem a coletividade e atuassem em benefício de todos os setores sociais. Esse procedimento de dissimulação do caráter particular das necessidades e projetos dos grupos dominantes torna legítimos seus interesses específicos, produzindo, assim, um efeito de aceitação. Já que a ideologia e os

interesses vigentes representam a sociedade em sua totalidade, então não há razão para contestá-los ou pô-los em questão. Outro mecanismo ideológico extremamente eficaz é a negação das contradições sociais, que se apoia na construção simbólica de um mundo imaginário e ilusório, marcado pela harmonia social, pela comunidade de valores e pela ausência de conflitos sociais e divergências políticas. A fim de esconder os antagonismos sociais, normalmente promove-se a separação das esferas econômicas e políticas, dando a impressão de que se trata de fenômenos independentes e distintos. As decisões políticas são, muitas vezes, mascaradas e assumem o *status* de decisões técnicas e assépticas, desprovidas de intenções políticas. As contradições sociais também são escamoteadas quando se adota, como sistema de interpretação da realidade, a psicologização de problemas de natureza sócio-política e econômica. Nesse caso, atribui-se aos indivíduos problemas cuja origem resulta do funcionamento da estrutura social e da dinâmica dos processos econômicos.

A naturalização do presente é outro mecanismo ideológico que transforma as organizações sociais e as conjunturas históricas em entidades naturais, apresentando-as como realidades que sempre existiram, independentes do homem e a despeito dele, não estando, portanto, sujeitas a qualquer tipo de modificação. De acordo com essa perspectiva, a história, a sociedade e a cultura decorrem de uma exigência da natureza e de um pressuposto da existência, que não devem ser questionados, dada sua condição de imutabilidade. A naturalização de processos históricos causa a perpetuação do presente, beneficiando àqueles que detêm o poder e que – evidentemente – não estão interessados em nenhuma espécie de mudança social. Ademais, esse mecanismo ideológico propicia a reificação e coisificação do sistema social. Como salienta Martín-Baró (2003), o processo de ideologização da realidade depende da naturalização do mundo, da sacralização da vida e da negação da história. Em forte oposição a essa tese, Zizek (1992) sustenta que o procedimento ideológico por excelência é a historicização, que converte eventos universais em históricos e, dessa forma, esconde o permanente núcleo do real, cuja característica essencial é reaparecer sempre, independentemente do sistema político, da formação social e da época histórica. O real é a expressão do desejo inconsciente, a falta fundamental constitutiva do ser humano, a dimensão não-simbolizável da realidade, que sempre retorna ao mesmo lugar, tornando evidente seu caráter universal e eterno.



Conforme Martín-Baró (2004), os mecanismos ideológicos de universalização dos princípios particulares, negação das polarizações, destruição da história e naturalização dos processos sociais só se realizam plena e satisfatoriamente em situações de rotinização da vida. A rotina corresponde à execução quase automática de uma série de atos repetidos que, na imediatez da vida cotidiana, se cristalizam e se estabilizam de sorte que não são submetidos à análise crítica nem passam por processos permanentes de reinvenção. Esses atos diários costumam institucionalizar-se e acomodar-se de tal maneira à realidade subjetiva e objetiva de cada indivíduo que não são nem percebidos, muito menos contestados. A rotinização das atividades ocorre em uma cultura comum, na qual as ações são pressupostas e naturalizadas, contexto adequado à propagação e consolidação das ideologias. O senso comum é, pois, o espaço privilegiado dos saberes, discursos e enunciados ideológicos, no qual sucedem experiências cotidianas imediatas, cuja repetição torna o mundo tão óbvio que parece naturalmente constituído, ocultando, dessa forma, o processo histórico de construção do sistema social e das ações humanas. A ideologia se sustenta nas ideias de pressuposição da vida, naturalização das coisas, imutabilidade da existência e negação da história.

As teses da pressuposição da realidade e da naturalização das coisas são um terreno fértil para reforçar valores e normas primordiais à reprodução da dinâmica social. Na rotina, em meio às interações e diálogos, os indivíduos reafirmam e reproduzem as crenças do sistema estabelecido, articulando e atendendo aos interesses das classes dominantes. Os símbolos, normas, crenças e ideologias de uma sociedade, em sua maioria, estão estabelecidos e consolidados, sendo difícil rompê-los, visto que respondem às demandas daqueles que estão no poder. Normalmente, os sujeitos, em suas atividades cotidianas, agem de modo a confirmá-los, reforçando a estrutura e o funcionamento da organização social. Via de regra, o sistema estabelecido oferece aos indivíduos uma margem de negociação e de possibilidade de ação a fim de viabilizar mudanças elementares que não atinjam seus fundamentos nem abalem suas estruturas, criando uma falsa sensação de transformação social. No entanto, alguns valores, interesses e ideologias, que constituem a base do sistema social, são inegociáveis, o que lhes garante permanecer intactos ao longo do tempo. Enquanto tudo estiver encoberto por esquemas ideológicos que promovam racionalizações e justificações bem como disseminem mitos e ilusões, a realidade continuará inalterada, reproduzindo-se segundo as aspirações da elite dominante.

## **Ideologia como Interiorização de Elementos Externos**

Antes de tornar-se um sistema subjetivo, interno e individual, a ideologia constitui-se nas relações sociais cotidianas como um fenômeno externo e objetivo, integrando-se posteriormente ao psiquismo dos sujeitos mediante o processo de interiorização (Martín-Baró, 1998b). Como estrutura sócio-política e elemento da realidade externa, a ideologia internaliza-se e passa a fazer parte da subjetividade dos indivíduos, convertendo-se em estrutura de caráter e componente psíquico. A máquina ideológica, pois, se configura nas situações sociais, nos processos históricos e no contexto das relações entre os homens, partindo da realidade objetiva e inserindo-se na realidade subjetiva, acomodando-se à mentalidade dos sujeitos por meio de um processo que se costuma denominar de psicologização ideológica (Martín-Baró, 1998a). Desse modo, a internalização transforma esquemas sociais em conteúdos psíquicos, fazendo com que os códigos simbólicos e as regras de comportamento da sociedade sejam parte integrante da interioridade de cada indivíduo. Ao pôr em prática a ideologia, o sujeito se coloca na condição de representante da realidade social, agindo em nome de uma sociedade, uma cultura e uma história específicas. Como componente do psiquismo humano, a estrutura ideológica determina os sistemas de pensamento, as modalidades de sentimento e as formas de ação das pessoas em suas relações cotidianas. “(...) *en la ideología las fuerzas sociales se convierten en formas concretas de vivir, pensar y sentir de las personas, es decir, la objetividad social se convierte en subjetividad individual y, al actuarla, la persona se realiza como sujeto social*” (Martín-Baró, 2001: 18).

De acordo com Zizek (1992), a natureza externa dos sistemas simbólicos fica evidente em sua capacidade de objetivar-se e materializar-se nas coisas do mundo social. Nossas crenças, pois, não estão dentro de nós, estão nos objetos externos. Aderimos inconscientemente a crenças que não nos pertencem nem estão localizadas em nós, mas encontram-se materializadas nas coisas externas. Na acepção zizekiana, a máquina ideológica, proveniente do exterior, é internalizada quando o sujeito, de forma inconsciente, a experimenta como uma ordem sem sentido, totalmente irracional e fracionada. Pascal (2004) refuta a ideia de que a internalização é total e absoluta. Em sua concepção, nesse processo, sempre há uma fresta, um resíduo, um resto de irracionalidade que, em vez de impedir a submissão do sujeito ao sistema ideológico, é

a condição para que isso aconteça. É precisamente a irracionalidade, o elemento sem sentido, a falta de lógica que garante a adesão inconsciente à máquina simbólica, produzida externamente. Entre o sistema ideológico externo e as crenças que foram internalizadas, há uma fresta, uma brecha, um resíduo irracional que mantém em curto-circuito as convicções subjetivas e os postulados sociais.

Um exemplo típico do processo de interiorização da ideologia social são as atitudes que, como estruturas subjetivas e pessoais, correspondem aos fenômenos sociais e aos sistemas ideológicos, articulados no psiquismo dos indivíduos. No contexto das relações sociais, os homens absorvem a máquina ideológica da sociedade, apropriando-se dela e convertendo-a em conteúdo psíquico e esquema atitudinal, que lhes orientam em sua avaliação da realidade e na realização de ações cotidianas. “(...) *el conjunto de actitudes fundamentales de las personas puede concebirse como la estructura que, en cada individuo, articula psíquicamente la ideología social. (...) las personas incorporan psíquicamente la ideología social en forma de actitudes, como un conjunto ‘psico-lógico’ de creencias y evaluaciones sobre el mundo*” (Martín-Baró, 2001: 294). A ideologia social, por conseguinte, possui um correlato psíquico, uma versão psicológica, um enraizamento subjetivo, que lhe confere consistência e força em sua função de conservação da ordem sócio-política. Uma organização social adquire solidez e durabilidade quando as determinações objetivas, por intermédio do processo de interiorização, passam a ser determinações subjetivas, tornando-se parte integrante do sujeito, elemento de sua subjetividade (Martín-Baró, 1998c).

A consolidação das formações sociais, a estabilidade dos regimes políticos e a reprodução da dominação dependem unicamente da internalização da ideologia social, designada por Martín-Baró (1998b) de colonização ideológica, processo por meio do qual a ideologia cria raízes na mentalidade dos indivíduos, transformando todo fenômeno histórico em um evento natural de modo a legitimar e preservar o estado de coisas da sociedade. Como dispositivo social e externo, a dominação não atinge resultados satisfatórios, uma vez que depende dos mecanismos de coerção, violência, repressão e vigilância, utilizados e coordenados por agentes externos. No entanto, ao internalizar-se e integrar-se à mentalidade das pessoas, a dominação ideológica não necessita de controle externo, pois atua como uma exigência interna ou uma

determinação subjetiva, conduzindo mentes e corpos e produzindo efeitos de submissão e obediência.

*(...) esta dominación [social] no logra su estabilización mientras no encuentra acogida en el mismo psiquismo de las personas, mientras no se vuelve concepción de la vida y, lo que es más, sentido común. La colonización social sólo logra echar raíces cuando se articula ideológicamente en la mentalidad de las personas y grupos, quedando así justificada con el sello de lo que aparece como una realidad no histórica sino natural (Martín-Baró, 1998b: 95).*

### **Polarização Social, Mentira Institucional e Desideologização**

Decorrente do conflito de interesses, a polarização, como observa Martín-Baró (2003), é um processo psicossocial característico das sociedades de classes, que promove o acirramento da oposição e a exclusão do “outro”, concebido como rival e inimigo. Esse fenômeno resulta de uma correlação de forças sociais, opostas e excludentes, que origina sentimentos de aversão e rechaço em relação ao opositor. A identificação com um dos pólos acarreta repulsa e ódio ao pólo contrário, sentimentos decorrentes da caracterização negativa e estereotipada do adversário, baseada em esquemas perceptivos simplistas, rígidos e distorcidos. Os indivíduos atribuem a seu grupo características exclusivamente positivas, ao passo que retratam o grupo oposto de forma absolutamente negativa. No contexto da polarização social, é comum os grupos elaborarem uma imagem estereotipada do inimigo, o qual passa a concentrar toda a maldade do mundo, justificando a violência, as ameaças e os ataques dirigidos contra ele, procedimentos que em outras circunstâncias seriam socialmente condenáveis.

Além de representar a encarnação do mal, o inimigo serve ainda para intensificar os laços de solidariedade e confiança entre os membros do grupo. A polarização social proporciona a dicotomia maniqueísta do mundo, ou seja, a divisão moral e ideológica dos indivíduos em bons e maus, amigos e inimigos, certos e errados bem como produz um fenômeno conhecido pelo nome de “imagem especular”, de acordo com o qual grupos caracterizam seus adversários mediante categorias sociais semelhantes, porém invertidas. Os regimes políticos, muitas vezes, utilizam os mecanismos da imagem especular e do estereótipo do inimigo, porque desempenham funções políticas favoráveis aos interesses do poder estabelecido, como a legitimação de

ações violentas destinadas a combater aqueles que supostamente representam uma ameaça constante ao sistema, o fortalecimento da identidade do grupo e dos laços de confiança entre seus membros e a possibilidade de mobilização social em prol da conservação do *status quo*.

*El enemigo político sirve para encarnar la causa de todos los males sociales y para justificar, en consecuencia, aquellas acciones en su contra que de otro modo resultarían éticamente y políticamente inaceptables; el enemigo permite también afirmar la propia identidad grupal, reforzar la solidaridad y control al interior del endogrupo, y ser esgrimido como amenaza permanente para movilizar los recursos sociales hacia los objetivos buscados por el poder político establecido (Martín-Baró, 2003: 143).*

A polarização é um traço característico das relações que estabelecem entre si as distintas classes sociais. De modo geral, os grupos dominantes elaboram categorias ideológicas que caracterizam negativamente as camadas marginalizadas da população, conferindo-lhe uma identidade estereotipada e ideologizada. Essa falsa identidade negativa desempenha a função ideológica de mistificação da realidade e encobrimento dos reais projetos, interesses e intenções da elite dominante. Segundo Martín-Baró (2000), a polarização social mantém os grupos em posições absolutamente opostas, produzindo mecanismos de afirmação dos antagonismos e de incitação de sentimentos de hostilidade e ódio em relação ao opositor. As classes dominantes utilizam sistemas ideológicos rígidos e simplificados que estigmatizam os grupos dominados, convertendo-os em inimigos do sistema, o que contribui para justificar os abusos de violência e os desejos de destruição daqueles que supostamente ameaçam o regime político. Logo, a polarização é um processo de construção ideológica do inimigo, que gera ideologização da percepção, distorção do mundo assim como legitimação de práticas de opressão e exclusão, em outras ocasiões reprováveis do ponto de vista ético e social.

Além da polarização social, Martín-Baró (1998c) destaca outra estratégia ideológica empregada pelos grupos dominantes, a mentira institucionalizada, cuja função consiste em falsificar a realidade concreta, apresentar novas versões para os acontecimentos e elaborar um sistema de interpretação ilusório com vistas a satisfazer

as aspirações dos poderes estabelecidos. Para gerar efeitos de engano e ilusão, a mentira social mescla fantasia com realidade, obscurece aspectos importantes do real, lança luz sobre a ficção e trata a imaginação como se fosse realidade, evitando tudo que se aproxime da verdade. Entretanto, conforme Martín-Baró (1998c), os indivíduos não acreditam piamente nos discursos oficiais nem nas mentiras publicamente pronunciadas, visto que percebem a falta de correspondência entre o que se anuncia e o que se vive, entre a realidade difundida pelo discurso ideológico e a realidade vivida no contexto das relações cotidianas. Contudo, suas precárias condições de existência e, muitas vezes, suas urgentes necessidades físicas lhes impedem de refletir criticamente sobre si mesmos e sobre as circunstâncias reais de sua vida. Nesse contexto, a psicologia social pode representar uma relevante ferramenta de reflexão crítica e análise da realidade social, criando condições que propiciem a desideologização do discurso oficial e o desmascaramento da mentira institucional, o que desencadeará o aparecimento da verdade e a revelação dos interesses sociais subjacentes às proposições ideológicas.

A análise da mentira institucionalizada, proposta e desenvolvida por Martín-Baró (2003), mostra-se superficial, apresentando pontos de incongruência e contradição. Se por um lado afirma que as pessoas não acreditam cegamente nas mentiras que acompanham os pronunciamentos públicos; por outro, sustenta que esse fenômeno adquiriu tamanha generalidade nas sociedades latino-americanas e se encontra tão integrado ao tecido social que inclusive seus autores passaram a acreditar em sua veracidade. As mentiras são tão reiteradas e propagadas no contexto das relações cotidianas que se convertem em verdades, inclusive para aqueles que as produziram. *“La mentira ha llegado a impregnar de tal manera nuestra existencia, que terminamos por forjarnos un mundo imaginario cuya única verdad es que precisamente se trata de un mundo falso y cuyo único sostén es el temor a la realidad, demasiado ‘subversiva’ para soportarla”* (Martín-Baró, 1984: 182). Os meios de comunicação de massa, atrelados ao poder estabelecido, normalmente são responsáveis pela veiculação e validação do discurso oficial que, sob a máscara da neutralidade, formalidade e oficialidade, esconde a mentira institucional, a qual constrói versões e interpretações dos fatos favoráveis às demandas e projetos dos grupos dominantes.

Logo, Martín-Baró desenvolve uma imagem ambivalente do homem, concebendo-o ora como um sujeito astuto e sagaz que percebe o mundo à sua volta ora

como um ser ingênuo e alienado, que ignora as artimanhas ideológicas. A nosso ver, Zizek (1992) resolve, com categoria, essa contradição ao abordar a questão do cinismo e da ironia nas sociedades contemporâneas. Suas reflexões reforçam a tese de que atualmente as pessoas captam e apreendem o que acontece ao seu redor, não se deixando ludibriar por mentiras ideológicas, mas agem como se nada soubessem<sup>18</sup>. Um traço típico da razão cínica é fingir que nada percebe e agir sob a interferência da ideologia, mesmo quando se reconhece perfeitamente suas fraudes, enganos e adulterações. Para Zizek (1992), nas sociedades contemporâneas, a falsa consciência é ilustrada e esclarecida. Os homens vivem de acordo com valores falsos e contraditórios, não porque estão sendo enganados ou manipulados, mas porque o cinismo lhes permite seguir parâmetros sociais distorcidos e agir como se não conhecessem sua natureza dissimuladora. A contradição entre os discursos sociais e as práticas cotidianas é de conhecimento dos indivíduos que, ironicamente, aceitam essa situação sem constrangimento. Conforme Zizek (2003), os sujeitos respondem às interpelações subjetivas e executam seus mandatos simbólicos, apesar de não levá-los a sério. O poder dominante e totalitário não se preocupa mais em escamotear todos os seus interesses nem espera que os indivíduos levem a sério suas construções ideológico-argumentativas. Sua única intenção é garantir que eles ajam segundo suas orientações, mesmo não concordando racionalmente com elas, de sorte que seus objetivos sejam alcançados e as relações de dominação sejam mantidas. Não devemos, pois, atribuir à ingenuidade, ignorância ou estupidez, determinadas decisões e ações dos indivíduos. O sujeito cínico, muitas vezes, finge que não conhece a ideologia dominante para a qual presta serviço, escondendo-se atrás da suposta ignorância.

A tese do cinismo, no entanto, não nega totalmente a premissa da mentira institucional, sendo possível articulá-las, ainda que sejam paradoxais. O presente trabalho opõe-se à pressuposição de que os sujeitos ignoram os estratagemas ideológicos, acreditando em postulados absurdos e mentiras descabidas, aderindo-lhes de forma ingênua e acrítica. Múltiplas ideologias sociais são detectadas e reconhecidas, mesmo que essa identificação não interfira no modo como os sujeitos agem nem

---

<sup>18</sup> Segundo Sloterdijk (2004), na sociedade atual, a ideologia funciona predominantemente como expressão do cinismo, que reconhece as mentiras ideológicas, mas ainda assim reforça comportamentos ditados por elas. Enquanto Marx expressa seu conceito de ideologia por meio da frase: “eles não sabem o que fazem, mas fazem”, Sloterdijk (2004) define o cinismo ideológico mediante a expressão: “eles sabem muito bem o que fazem, mas mesmo assim o fazem”.

produza modificações significativas na sua forma de proceder. Entretanto, há proposições ideológicas que foram tão propaladas e circularam tanto pela sociedade que ganharam *status* de verdade. Mesmo que os indivíduos desconfiem de sua veracidade, elas estão tão fortemente enraizadas em seu psiquismo que fica difícil desmenti-las. Martín-Baró defende que a mentira institucionalizada impõe uma visão de mundo e uma representação deturpada da realidade, alienando as consciências e obscurecendo as percepções. Nesse sentido, o autor atribui ao psicólogo social o papel de desconstruir as mentiras que se escondem atrás da formalidade do discurso oficial, revelando sua natureza ideológica e denunciando os interesses sociais que as sustentam. Para Martín-Baró (1998c), cabe à psicologia social investigar as dimensões ideológicas do comportamento humano, ou seja, a maneira como a ação do indivíduo articula e operacionaliza os interesses específicos das classes dominantes. A principal função dessa área do conhecimento é denunciar todo tipo de ideologia a fim de anular seus efeitos de sustentação, justificação e legitimação da ordem estabelecida e das relações de dominação. Dito de outra forma, a psicologia social crítica deve favorecer a desideologização da vida cotidiana de maneira a desmontar a mentira social e desmascarar os discursos ideológicos que justificam a dominação, naturalizam a violência, restabelecem a normalidade e a ordem das coisas, neutralizam as possíveis rupturas e encobrem os interesses de classe sob o manto dos pronunciamentos públicos e das mentiras oficiais.

### **Um caso típico de ideologia: o fatalismo na América Latina**

Na América Latina, a ideologia racionaliza a violência e a exclusão além de tornar comuns as precárias condições de existência de boa parte da população, garantindo, dessa forma, a preservação do sistema social e o favorecimento dos grupos dominantes (Martín-Baró, 1998b). Ao assegurar a reprodução das estruturas sociais, os enunciados ideológicos dão a falsa impressão de que o tempo histórico está congelado, a sociedade é imutável e o destino, inevitável. Em função do processo de ideologização, os povos latino-americanos vivem como se estivessem à margem da própria história, não fossem capazes de conduzir a própria vida e não pudessem controlar o próprio destino, sujeitando-se às determinações externas e assumindo atitudes fatalistas. Como quadro de referência ideológico, o fatalismo gera sentimentos de desesperança,



impotência e resignação bem como comportamentos de conformismo, passividade e submissão, pois defende que é impossível modificar o destino inevitável e fatal dos indivíduos. A força da ideologia fatalista aumenta consideravelmente com o apoio das crenças religiosas, cuja tese central está relacionada à ideia de que o destino dos homens é determinado e controlado por Deus, não sendo possível transformá-lo, uma vez que a vontade divina é definitiva e irrevogável.

Uma estratégia ideológica comumente utilizada para explicar e justificar as péssimas condições de vida dos povos latino-americanos é a psicologização do fatalismo, que converte a estrutura fatalista em traço de caráter e elemento da personalidade, responsabilizando os próprios indivíduos por sua situação de segregação social e desintegração cultural. Nesse sentido, os sujeitos marginalizados, em virtude de sua conduta fatalista, gerariam a própria exclusão e pobreza. O fatalismo, portanto, resultaria do psiquismo dos indivíduos e não do funcionamento das estruturas sociais, econômicas e políticas. “(...) *lo psíquico sería el fundamento de la estructuración social y no viceversa*” (Martín-Baró, 1998b: 86). Contrapondo-se às teses psicologizantes, Martín-Baró (1998b) enuncia que a atitude fatalista é desencadeada e, continuamente, reforçada pelo funcionamento dos sistemas sócio-políticos. O fatalismo não é um atributo individual nem uma estrutura de origem psíquica, mas a ideologia social que os indivíduos absorvem e internalizam em suas experiências diárias. Logo, as formações sociais e os regimes políticos condenam as pessoas ao imobilismo e à inércia, quando lhes demonstram por meio de suas vivências cotidianas que seus esforços são inúteis, sendo absolutamente improvável que produzam transformações efetivas no sistema social vigente.

O fatalismo, por conseguinte, origina-se das estruturas sócio-políticas, passando posteriormente por um processo de interiorização que o converte em componente do psiquismo humano. Cabe indagar por que o comportamento fatalista não é internalizado por todos os membros da sociedade, sendo uma característica específica dos segmentos populares. Segundo Martín-Baró (1998b), as organizações sociais definem traços de caráter, tendências de comportamento e construções ideológicas com vistas a garantir sua manutenção. Como as sociedades latino-americanas são divididas em classes, os regimes sociais reforçam diferentes esquemas comportamentais, sistemas de pensamento e conjunto de crenças para cada classe social.

Em outras palavras, podemos afirmar que as sociedades de classes estimulam e reforçam diferencialmente padrões comportamentais e formas de pensamento em cada grupo social. Logo, os sistemas de conhecimento e interpretação da vida cotidiana são diferenciados e específicos de cada classe social. O fatalismo corresponde, pois, a esquemas de comportamento e redes de significado, reforçados pelas estruturas sociais apenas nas camadas marginalizadas dos países latino-americanos, favorecendo, desse modo, as relações de dominação-submissão e a estabilidade da ordem social.

Como observa Martín-Baró (1998b), o fatalismo é um importante instrumento ideológico utilizado pelas classes dominantes para gerar comportamentos de resignação e subserviência, dispensando o uso de técnicas de coerção, repressão e violência, o que torna mais eficaz o processo de dominação social. Ao conceber o mundo como produto de forças externas, a ideologia fatalista oculta a verdade e cria a falsa impressão de que nada pode ser feito para modificá-lo, gerando, assim, desesperança, passividade e submissão. De acordo com sua tese central, o destino dos homens foi traçado pela natureza ou por Deus desde o nascimento, não lhes restando nenhuma alternativa senão aceitar sua sorte, renunciar aos sonhos e enfrentar a vida com paciência e tolerância. Com o auxílio das crenças religiosas, o fatalismo transforma os processos históricos em eventos naturais ou desígnios divinos, confirma a impotência humana frente às forças externas, põe em evidência a inevitabilidade do destino e a imutabilidade da sociedade, além de utilizar em seu sistema ideológico símbolos absolutos e abstratos. A religião, portanto, contribui significativamente para fortalecer as atitudes fatalistas, servindo como um dos instrumentos mais importantes e eficazes dos poderes dominantes para a perpetuação do sistema estabelecido, a justificação da dominação social e a condenação de qualquer tipo de reivindicação que almeje mudanças estruturais na organização da sociedade.

*Dada la religiosidad de los pueblos latinoamericanos, la confluencia de fatalismo y creencias religiosas constituye uno de los elementos que más contribuye a garantizar la estabilidad del orden opresor. Cuando la definición del propio destino se asume casi como un artículo de fe, la sumisión frente las condiciones de la vida se interpreta como obediencia a la voluntad de Dios y la docilidad social se convierte en una virtud religiosa, todo aquello que podría afectar los núcleos fundamentales del ordenamiento social es excluido como objeto de cambio. De este modo, el fatalismo proporciona a las clases dominantes una eficaz punta de lanza para la defensa de sus intereses de clase (Martín-Baró, 1998b: 98).*

## **Ideologia e Sistema Político**

Todo regime político é constituído por um *corpus* ideológico, sem o qual não tem condições de alcançar regularidade, estabilidade e permanência. Além de fornecer aos homens ferramentas de interpretação da realidade que lhes permitam fazer um diagnóstico do mundo social, político e econômico, a ideologia possui um caráter prático, servindo como instrumento de orientação das decisões e das ações humanas (Martín-Baró, 1998a). As crenças ideológicas, portanto, cumprem uma função interpretativa, oferecendo aos sujeitos elementos para interpretar e diagnosticar cada situação da vida cotidiana, e uma função deliberativa, orientando os indivíduos em suas decisões e ações diárias. A ideologia, como sistema interpretativo e deliberativo, promove uma série de compensações, ajustes e regulações para racionalizar os excessos e abusos dos regimes políticos com o propósito de legitimar seu funcionamento e assegurar sua preservação. Conforme Martín-Baró (1998a), a ideologia funciona como a estrutura de um regime político assim como o regime político é a expressão de uma ideologia. Isso não significa que todos os indivíduos de uma sociedade vivam em conformidade com as exigências e demandas da ideologia social nem que o regime político apresente com clareza a ideologia que o rege. Por isso, mais importantes do que os indivíduos, são as relações sociais mediadas pela ideologia e os sistemas de interpretação disponíveis na sociedade, por meio dos quais os sujeitos conhecem e vivem a realidade cotidiana.

Há três razões que corroboram a tese da ideologia como estrutura de um sistema político ou regime de governo. A primeira razão está relacionada à concepção de ideologia como totalidade, unidade de sentido e sistema de significação. O funcionamento da totalidade ideológica depende das relações entre as partes que a constituem, as quais atuam como elementos estruturadores e estruturados. A segunda razão diz respeito à capacidade da ideologia de conservar os sistemas sócio-políticos, a despeito das transformações que eventualmente possam atingi-los. Mediante regulações e compensações, a estrutura ideológica integra o novo na ordem social estabelecida e no sistema de relações constituído, evitando, assim, rupturas efetivas. Vale salientar que a relatividade da ideologia decorre da situacionalidade e da historicidade das relações do homem com seu mundo. Para Martín-Baró (1998a), a ideologia resulta de uma situação social e histórica, de uma circunstância espacial e temporal específica. Os esquemas

ideológicos impõem limites às transformações sociais, integrando e assimilando apenas aquelas modificações que não ameaçam a continuidade do regime político, negando sua dimensão cultural, social e histórica.

A terceira razão refere-se à capacidade de auto-regulação da ideologia, que lhe permite fechar-se sobre si mesma de maneira que as interferências externas sejam impedidas de pôr em risco a estabilidade e permanência do sistema sócio-político. A ideologia, por conseguinte, protege a ordem estabelecida da intervenção de forças desestruturantes ou dissociativas, capazes de gerar mudanças significativas nos esquemas comportamentais, nas formas de pensamento e nas organizações sociais. *“En este sentido, toda ideología tiende a hacerse totalitaria, a penetrar cada vez más en la intimidad de los grupos y de los individuos, llegando hasta a determinar su pensamiento, sus necesidades y sus aspiraciones”* (Martín-Baró, 1998a: 59). Ao internalizar as ideologias favoráveis ao regime político como se fossem ideias pessoais e desejos particulares, os indivíduos contribuem, sem o perceber, para o fechamento do sistema social, a restrição das possibilidades de transformação e a continuidade da ordem estabelecida. Em resumo, como estrutura de um regime político, a ideologia funda uma totalidade social, assimila as mudanças de modo a preservar o funcionamento do sistema e fecha-se sobre si mesma a fim de evitar a emergência de uma novidade significativa e impedir a possibilidade de modificação da realidade.

Dessa forma, a ideologia desempenha funções relacionadas à estruturação dos regimes políticos, à configuração do mundo, à organização da vida e à adaptação dos indivíduos às condições sociais de existência, ainda que sejam precárias e desumanas (Martín-Baró, 1998a). Enquanto no plano social a ideologia serve de base de sustentação dos regimes políticos, no plano individual funciona como suporte da subjetividade humana, ou melhor, como estrutura de caráter. Na esfera pessoal, ela desempenha a função de consolidação da unidade de sentido e manutenção da rede de significados de cada indivíduo, propiciando sua integração ao contexto social e impedindo mudanças em sua estrutura de caráter. Para que nada se modifique na dinâmica das relações cotidianas e na configuração das organizações sociais, é necessário que os sujeitos se adaptem e se acomodem às exigências e demandas que o mundo lhes apresenta. O *corpus* ideológico requer dos homens a acomodação às condições materiais impostas pelo regime sócio-político, ao passo que exige das

sociedades a assimilação das transformações históricas a fim de que a continuidade do sistema seja assegurada. A permanência de um regime político depende, portanto, de sua capacidade de assimilação dos fenômenos externos e da capacidade dos homens de acomodação aos eventos internos.

### **Religião, Ideologia e Política**

Ao discorrer sobre as questões sociais que caracterizam as múltiplas realidades da América Latina, Martín-Baró não se furta à difícil tarefa de analisar as relações entre religião e política. O autor aproxima essas duas esferas, aparentemente distintas e separadas, por intermédio do fenômeno da ideologia. O caráter político da religião, mais precisamente da conversão religiosa, pode ser apreendido mediante o exame das dimensões ideológicas do comportamento humano, ou seja, das forças sociais e dos interesses políticos enraizados no psiquismo dos indivíduos e articulados nas ações cotidianas. Segundo Martín-Baró (1998d), a psicologia social possui ferramentas adequadas à compreensão dos aspectos políticos da experiência religiosa, porquanto sua especificidade reside na análise dos elementos ideológicos da ação humana, ou melhor, na correlação de forças políticas e sociais que o comportamento dos indivíduos representa, reforça e favorece. Como já foi dito anteriormente, Martín-Baró (1998d) entende a ideologia como a interiorização de forças políticas, interesses sociais e aspirações da classe dominante de maneira que passam a integrar o psiquismo dos sujeitos, determinando e orientando suas ações na esfera das relações cotidianas.

*La ideología no puede reducirse a un conjunto de ideas y valores, más o menos orientadores de la existencia de las personas, sino que debe verse como la materialización y articulación psíquica (en los esquemas cognoscitivos, en el marco de referencia valorativo, en los hábitos comportamentales y, por tanto, en el estilo de vida) de las fuerzas sociales que se hacen presentes en cada persona (Martín-Baró, 1998d: 229).*

A psicologia social crítica não concebe as forças sociais nem os comportamentos humanos como entidades naturais e absolutas, mas como fenômenos históricos. Apenas considerando e analisando a historicidade desses fenômenos, é

possível compreendê-los verdadeiramente e apreender seus componentes ideológicos. A psicologia tradicional ignora e nega o caráter histórico, político e ideológico da conversão religiosa, tratando-a unicamente como um ato individual, fruto de vontade pessoal. Conforme Martín-Baró (1998d), o psicólogo social deve examinar as dimensões ideológicas da conversão religiosa, ou seja, as forças sociais concretas mobilizadas nesse processo, os grupos sociais favorecidos, os interesses de classe atendidos e os efeitos políticos de alienação ou conscientização produzidos pela conversão. Nesse sentido, a conversão religiosa não pode ser considerada unicamente uma decisão individual nem uma prática interpessoal, mas especialmente um processo social e político, visto que a adesão a um segmento religioso interfere nos conflitos sociais, nas disputas políticas e nos jogos de poder. Presente nos interstícios do tecido social, o poder, uma vez internalizado pelos indivíduos, torna-se um valioso instrumento da ideologia religiosa, que legitima e justifica a dominação social. Para Martín-Baró (1998d), o crescimento vertiginoso da conversão religiosa na América Latina, sobretudo nos segmentos pentecostais, tem favorecido os grupos que estão no poder, servindo como instrumento político de alienação e contribuindo para a conservação da ordem vigente.

Nos países latino-americanos, a disputa religiosa representa um dos maiores conflitos ideológicos de que os sistemas sociais e os regimes políticos se utilizam estrategicamente para evitar a instabilidade da sociedade constituída e assegurar a perpetuação dos grupos dominantes no poder. Há, pois, forte relação entre práticas religiosas e comportamentos políticos. Como sugere Martín-Baró (1998d), os posicionamentos políticos dos sujeitos dependem do tipo de religiosidade que possuem. As religiões não produzem comportamentos políticos uniformes, podendo dar origem a posições conservadoras ou progressistas, dependendo do sistema simbólico, do conjunto de crenças, dos preceitos morais e dos códigos de conduta que apresentam. Seja quando produz comportamentos conservadores seja quando produz comportamentos progressistas, a conversão religiosa possui uma funcionalidade política, gerando múltiplos e diferentes impactos na esfera da vida pública. A dimensão ideológica da religião refere-se ao impacto político da conversão religiosa, que envolve os conflitos de interesse entre as diferentes forças sociais que compõem as sociedades de classe. As religiões verticalizadas dão origem à alienação e ao conformismo, ao passo que as religiões horizontalizadas estimulam a conscientização e a mobilização política em

nome de mudanças estruturais. Embora não negue sua importância na vida individual, a análise ideológica compreende a conversão religiosa como um fenômeno social e político, investigando seus impactos sócio-políticos na realidade histórica e na disputa de poder entre as forças sociais. A depender das premissas ideológicas que defende, a religião pode servir aos grupos dominantes como importante instrumento político, funcionando como uma espécie de dominação silenciosa que exige a resignação dos indivíduos frente às adversidades da vida e às intempéries do destino.

## CAPÍTULO IV

### Metodologia

#### **Instrumentos Metodológicos**

A presente pesquisa utilizou como recursos metodológicos entrevistas semi-estruturadas e análise de documentos. A entrevista é um instrumento metodológico que permite ao sujeito, em certa medida, controlar o volume e o tipo de informação fornecida. Os indivíduos que dominam a arte da retórica e do discurso político, certamente, tem habilidade para selecionar o que deve ser mantido sob sigilo e o que pode ser divulgado. A informação, antes de ser transmitida, passa por um crivo racional, que a filtra e a modifica. Por essa razão, para complementar as entrevistas, preencher as lacunas e esclarecer as incongruências, decidiu-se examinar alguns discursos políticos pronunciados em plenário, emendas constitucionais, projetos de lei, relatórios das reuniões da “bancada evangélica” e sites oficiais de cada parlamentar. Vale ressaltar que esses documentos e discursos, em função de seu caráter público, estão à disposição de qualquer cidadão no site da Câmara Federal.

As entrevistas, realizadas em Brasília, ocorreram em dois momentos distintos: entre os dias 26 de maio e 06 de junho de 2008 e os dias 15 e 26 de junho de 2009. No total, participaram da pesquisa 42 sujeitos (parlamentares federais, suplentes, deputados distritais, ex-parlamentares e assessores legislativos). Antes de começar a etapa das entrevistas, foi aplicado um roteiro-piloto em deputados distritais do DF para avaliar a qualidade do instrumento, o que nos possibilitou fazer alguns ajustes necessários. Tendo em vista a conturbada agenda de compromissos dos sujeitos entrevistados, elaborou-se um roteiro curto, com perguntas abertas, que serviu apenas de guia, não engessando o diálogo nem impedindo a interlocução. Como estratégia metodológica, delimitou-se uma amostra representativa do conjunto de deputados evangélicos, com base nos seguintes critérios: filiação partidária, denominação evangélica, número de mandatos, tipo de atuação parlamentar, poder de influência na “bancada evangélica”, representatividade no cenário político e prestígio no campo religioso. Como a “bancada evangélica” possui uma diversidade significativa de tendências ideológicas, políticas, religiosas e partidárias, a amostra visava abranger essa pluralidade. Porém, a



complexidade do campo exigiu da pesquisadora uma postura flexível para rever as estratégias e alterar os procedimentos metodológicos previamente definidos.

### **Descrição do Campo**

As entrevistas com os deputados federais escolhidos foram agendadas com antecedência, junto à equipe de assessores. No entanto, todos os agendamentos, sem exceção, foram cancelados. Por se revelar contraproducente, essa estratégia foi logo abandonada e substituída por outra: a abordagem direta dos sujeitos. Alguns parlamentares foram abordados nos corredores do Congresso ou em seus gabinetes. Outra estratégia adotada foi solicitar o auxílio da Frente Parlamentar Evangélica e das Lideranças dos Partidos na Câmara Federal. Por meio dos partidos, obtivemos os melhores resultados em termos de quantidade de entrevistas. Nenhum deputado contatado pelas assessorias das lideranças partidárias recusou-se a participar da pesquisa, colocando-se à nossa total disposição. No caso do PMDB, do DEM e do PTB, as próprias secretárias entraram em contato com os gabinetes parlamentares e agendaram as entrevistas com os sujeitos, as quais ocorreram nas salas de reunião dos partidos. Diante dos imprevistos e dificuldades do campo, os procedimentos metodológicos foram constantemente revistos e modificados. Por conta dos inúmeros compromissos de alguns parlamentares e do assédio demasiado da mídia, não foi possível entrevistar sujeitos que constavam na amostra delimitada, o que nos fez abandonar essa estratégia, substituindo-a pela amostragem aleatória.

As entrevistas que ocorreram nos gabinetes dos deputados ou nas sedes dos partidos ganharam em qualidade, pois em virtude do silêncio, da tranquilidade e da ausência de interrupções puderam ser prolongadas e aprofundadas. Além desse contexto favorável, houve situações adversas, inusitadas e imprevisíveis, às quais tivemos que nos ajustar. Algumas entrevistas foram realizadas nos lugares mais inadequados e em condições bastante desfavoráveis: 1) nos corredores do Congresso, em meio ao intenso trânsito de jornalistas, congressistas e manifestantes; 2) durante as votações nas comissões, em meio aos discursos dos parlamentares e 3) na lanchonete do Congresso, em meio a calorosas conversas sobre as discussões, negociações e votações do plenário. Nessas ocasiões, os deputados, que normalmente me tratavam como jornalista,

apresentavam respostas rápidas, objetivas, repetitivas e padronizadas. Além disso, eram interrompidos por celulares, cumprimentos e assessores, os quais lhes apressavam por conta de outros compromissos. Apesar de considerar que algumas entrevistas ficaram superficiais, resolvemos aproveitar todas as oportunidades que surgiram, deixando para depois a decisão de descartar o material que não contribuisse com a pesquisa.

Os deputados autorizaram a gravação das entrevistas e a utilização dos seus próprios nomes no texto. Graças ao caráter público das questões abordadas nas entrevistas e das respostas que forneceram, não sentiram necessidade de terem suas identidades preservadas. Apenas os assessores e o ex-parlamentar solicitaram o uso de nomes fictícios a fim de que não fossem identificados. Quanto ao termo de consentimento, a grande maioria dos sujeitos optou por não assiná-lo. Preferiram gravar um consentimento verbal em vez de deixar suas assinaturas registradas no documento. Como são figuras públicas, temem assinar papéis, uma vez que suas assinaturas têm um peso político.

### **Metodologia de Análise**

A metodologia utilizada para a análise do material coletado, designada “Hermenêutica de Profundidade”, foi desenvolvida por John Thompson com o propósito de agregar diferentes métodos de análise. Esse referencial metodológico privilegia a interpretação e a compreensão das construções simbólicas. Para serem compreendidos, os sistemas ideológicos requerem o trabalho da interpretação, que consiste no desvelamento dos sentidos subjacentes, mobilizados e articulados pelas ideologias. Todo campo de pesquisa ou fenômeno observado possui, de antemão, formas de compreensão e esquemas interpretativos, construídos nas relações cotidianas. Segundo Thompson (2002), o pesquisador, antes de formular sua interpretação da realidade, deve considerar a “hermenêutica da vida cotidiana” que, em outras palavras, significa o modo como os indivíduos interpretam e compreendem suas relações cotidianas. Entretanto, a pesquisa não deve restringir-se à interpretação das crenças e valores que circulam nas trocas diárias. A “hermenêutica da vida cotidiana” é uma fase preliminar do trabalho de análise. Além dessa, Thompson (2002) propõe outras três fases, que não podem ser concebidas como etapas isoladas que seguem uma sequência, mas como dimensões analíticas, constitutivas da “Hermenêutica de Profundidade”.

A análise sócio-histórica postula a compreensão dos determinantes históricos das formas simbólicas e das condições sociais de produção, circulação e recepção da ideologia. Os símbolos são construções sócio-históricas, cujos sentidos são produzidos em determinado contexto social e transmitidos ao longo da história. Qualquer investigação que pretenda alcançar certo nível de profundidade deve considerar a dimensão sócio-histórica dos sistemas simbólicos e ideológicos. Além dessa fase, pode-se destacar a análise formal ou discursiva, mediante a qual se opera um exame da organização interna e das características estruturais das formas simbólicas assim como de seus padrões formais e das relações de comunicação entre os interlocutores. Os sistemas simbólicos só são transmitidos e recebidos porque possuem uma estrutura interna articulada, elementos formais e códigos partilhados socialmente. Nessa etapa da análise, os discursos são fracionados provisoriamente e transformados em categorias analíticas, que possibilitam a identificação dos componentes ideológicos da trama discursiva. O exame dos depoimentos dos deputados entrevistados nos permitiu definir as seguintes categorias de análise: 1) Comportamento político e estratégias de ação; 2) Mobilização político-religiosa; 3) Cosmovisões religiosas e Ideologias políticas; 4) Mito da unidade orgânica; 5) Negação do antagonismo; 6) Liberdade religiosa e Laicidade do Estado; 7) Representação política.

Após a definição das categorias analíticas e a compreensão de cada fragmento do discurso, Thompson (2002) propõe a articulação de todos os elementos fracionados, dando origem a uma nova totalidade discursiva. A fase final da metodologia de análise é a interpretação/reinterpretação da ideologia, que explicita a associação entre as relações de dominação e os sentidos que as formas simbólicas articulam. Enquanto a fase anterior corresponde à análise propriamente dita, no sentido da quebra, divisão e desconstrução dos elementos formais do discurso, essa última fase é um trabalho de síntese criativa, pois possibilita a construção de um sentido que permite compreender as estruturas cristalizadas de poder. Nesse momento, realiza-se também a síntese entre os resultados da análise sócio-histórica, os resultados da análise formal ou discursiva e os sentidos construídos na interpretação/reinterpretação. O investigador, portanto, deve unir todas as partes do processo analítico com vistas a configurar um novo arranjo simbólico por meio da elucidação dos sentidos e da crítica da ideologia.

### Perfil dos Deputados Federais (Participantes da Pesquisa)<sup>1</sup>

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Andréia Zito	PSDB	PSDB	RJ	Batista	37	Primeiro	Superior Incompleto	Estudante de Direito	Deputada Estadual (1999-2003; 2003-2007)	Participou de algumas Comissões Permanentes e Especiais como titular: Trabalho, Administração e Serviço Público; Crise Econômico-Financeira; Lei da Anistia e Representação Proporcional da Mesa.
Antônio Bulhões	PMDB	PRB (01/10/09)	SP	IURD	43	Primeiro	Superior Incompleto	Administrador, apresentador de televisão, bispo evangélico e teólogo <sup>2</sup>	Bispo da Igreja Universal; foi durante nove anos apresentador do Programa “Fala que eu te escuto” da Rede Record.	Integrou como titular as seguintes comissões: Educação e Cultura; Seguridade Social e Família; PEC nº 003/07 - Férias Coletivas, Juízos de Tribunais; PEC nº 366/05 - Concurso para Juiz de Paz.

<sup>1</sup> As Informações que constam nessa tabela foram extraídas do livro “Deputados Brasileiros: repertório biográfico, 53ª Legislatura – 2007/2011”, produzido pelo Centro de Documentação e Informação da Câmara Federal.

<sup>2</sup> Os dados referentes à profissão foram fornecidos pelos próprios parlamentares.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Antônio Carlos Chamariz (Suplente)	PTB	PTB	AL	Assembleia de Deus	55	Primeiro	Ensino médio	Empresário	Foi ex-menino de rua	Não constam informações nos arquivos da Câmara Federal.
Antônio Cruz	PP	PP	MS	Assembleia de Deus	61	Terceiro	Superior Completo (Graduação em Medicina)	Médico	Vereador (1989-2001)  Presbítero da Assembleia de Deus	Foi titular das seguintes comissões: Constituição e Justiça e Cidadania; Defesa do Consumidor; PEC nº 306/00 - Plano Nacional de Cultura; PL nº 3.884/04 - Contratos para Consórcios Públicos; PL nº 4.874/01 - Estatuto do Desporto.  Foi membro titular das CPIs da Biopirataria e do Extermínio do Nordeste.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Bispo Gê Tenuta (Suplente)	DEM	DEM	SP	Renascer	53	Primeiro	Superior Completo (Graduação em Teologia e Comunicação, Publicidade e Propaganda)	Comunicólogo em televisão, teólogo, empresário e comunicador de rádio	Deputado Estadual (2003-2007). Importante Bispo da Igreja Renascer.	Integrou como titular as comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Segurança Social e Família; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.  Foi membro titular da CPI do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes.
Bispo Robson Rodovalho	DEM	PP (30/09/09)	DF	Sara Nossa Terra	56	Primeiro	Superior Completo (Licenciatura em Ciências Físicas e Naturais/ Bacharel em Filosofia/ Especialização em Fundamentos da ressonância nuclear magnética)	Bispo Evangélico, comunicador, empresário, escritor, professor de teologia e professor universitário	Fundador e diretor-presidente da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra.  Apresentador e Produtor Executivo do Programa Nacional de Televisão “Sara Nossa Terra”	Foi secretário do trabalho no Distrito Federal, no início da 53ª legislatura.  Na Câmara Federal, participou como titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.  Idealizou e presidiu a Frente Parlamentar da Família.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Carlos Willian	PTC	PTC	MG	Maranata	55	Segundo	Superior Completo (pós-graduação <i>latu sensu</i> em Administração Pública)	Advogado	Vereador (2001-2003). Vice-líder do PMDB em 2005.	No Congresso Nacional, foi membro titular da CPMI dos Correios.  Na Câmara dos Deputados, participou como titular das seguintes Comissões Permanentes e Especiais: Finanças e Tributação (Terceiro-Vice-Presidente); Fiscalização Financeira e Controle; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Legislação Participativa (Primeiro-Vice-Presidente); PEC nº 92/95 – Escolha de Ministro do STF; PEC nº 457/05 - Aposentadoria Compulsória; PEC nº 544/02 - Tribunais Federais Regionais; PL nº 146/03 - Licitações e Contratos; PL nº 4.874/01 - Estatuto do Desporto; Reforma do Judiciário.  Foi integrante da Comissão de Controle do Tráfego Aéreo.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Chico de Abreu (Suplente)	PR	PR	GO	Assembleia de Deus	54	Primeiro	Superior Completo (Graduação em Pedagogia).	Professor	Foi vice-prefeito da cidade de Aparecida, Secretário Municipal de Educação, Secretário Estadual de Cidadania e Trabalho e Deputado Estadual (2003-2007) <sup>3</sup> .	Foi membro titular das Comissões de Desenvolvimento Urbano e da Lei da Anistia.
Cleber Verde	PRB	PRB	MA	Assembleia de Deus	39	Primeiro	Superior Completo (Bacharel em Direito)	Político, professor, servidor público e vendedor autônomo.	Vereador e Fundador do Partido dos Aposentados da Nação (PAN) em São Luiz do Maranhão	Integrou como titular as Comissões de Direitos Humanos e Minorias (Terceiro Vice-Presidente); Segurança Social e Família (Terceiro Vice-Presidente), PEC nº 277/08 - Desvinculação das Receitas da União; PEC nº 495/06 - Criação de Novos Municípios. / Foi membro titular da CPI da Subnutrição de Crianças Indígenas.

<sup>3</sup> Dados obtidos na entrevista com o deputado.



Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Elizeu Aguiar (Suplente)	PTB	PTB	PI	Batista	—	Primeiro	Superior Completo	Empresário	Vereador (2001-2005; 2005-2008).	Não constam informações nos arquivos da Câmara Federal.
Fátima Pelaez	PMDB	PMDB	AP	Assembleia de Deus	52	Quarto	Superior Completo	Socióloga	Vice-líder do bloco PFL/PTB em 1995; vice-líder do PSDB em 1997; vice-líder do bloco PSDB/PTB em 2000 e 2001.	Foi titular das Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; Direitos Humanos; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, Violência e Narcotráfico; Segurança Social e Família (Segunda Vice-Presidente); Trabalho, Administração e Serviço Público; Turismo e Desporto./ Foi membro titular das CPIs “Prostituição Infantil e Escravidão de Menores na Fronteira com o Paraguai” e “Adoção e Tráfico de Crianças Brasileiras”. Foi relatora da CPI “Extermínio de Crianças e Adolescentes” e presidente da CPI “Mortalidade Materna no Brasil”.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Flávio Bezerra	PMDB	PRB (01/10/09)	CE	IURD	50	Primeiro	Superior Completo (Graduação em Educação Física)	Bispo evangélico, empresário, pescador e professor de educação física.	Foi delegado do Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Atividades Subaquáticas e Afins/ É pastor da Igreja Universal.	Integrou como titular as Comissões da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Relações Exteriores e de Defesa Nacional.  Presidente da Frente Parlamentar da Pesca.
Francisco Rossi	PMDB	PMDB	SP	Comunidade de Carisma	71	Terceiro	Superior Completo (Graduação em Direito)	Advogado e Empresário na área de comunicação.	Perfeito de Osasco (1973-1977; 1989-1993); Deputado Federal Constituinte; Secretário Estadual de Educação e Turismo.	Participou como titular das Comissões de Constituição e Justiça (Primeiro Vice-Presidente); Defesa do Consumidor; Turismo e Desporto.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
George Hilton	PP	PRB (01/10/09)	MG	IURD	40	Primeiro	Superior Completo (Graduação em Ciências Sociais/ Está cursando a Faculdade de Negócios Internacionais)	Animador, apresentador de televisão, radialista e teólogo.	Deputado Estadual (1999-2003; 2003-2007); vice-presidente da bancada do PRB na Câmara Federal; Pastor da IURD.	Foi membro titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; Relações Exteriores e Defesa Nacional; Lei da Anistia e PEC nº 272/00 - Registro nos Conselhos (Tercейо-Vice-Presidente).
Geraldo Pudim	PMDB	PR (30/09/09)	RJ	Segunda Igreja Batista	51	Primeiro	Superior Incompleto (Está fazendo o curso de Direito).	Administrador Público e Técnico em Edificações	Vereador Constituinte Interino (1992-1994); Vereador Constituinte (1998-2000); Vice-prefeito Constituinte de Campos dos Goytacazes (2001 - 2004).	Participou como titular das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, da PEC nº 22/99 que autoriza o divórcio após um ano (Segundo-Vice-Presidente); PL nº 3.960/08 – Criação de Cargos no Banco Central.  Membro das seguintes Frentes e Grupos Parlamentares: Evangélica; Ambientalista; Amazônia para sempre; PDV; Defesa do Artesão; Vigilantes Sanitários e Municipalismo.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Gilmar Machado	PT	PT	MG	Batista	49	Terceiro	Superior Completo (Graduação em História)	Professor	Um dos fundadores do PT em Minas Gerais/ Vice-líder do PT (2003-2004)/ Deputado Estadual (1991-1995; 1995-1999)/ Vice-líder do Governo Lula no Congresso Nacional	Foi titular das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Educação, Cultura e Desporto (Primeiro Vice-Presidente); Fiscalização Financeira e Controle; Legislação Participativa; Turismo e Desporto; Crise Econômico-Financeira - Sistema Financeiro de Mercado; PEC nº 20/95 - Parlamentarismo; PEC nº 203/95 - Propriedade de Empresas Jornalísticas e de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens; PEC nº 306/00, Plano Nacional de Cultura; PEC nº 601/98 - Direitos Sociais; PL nº 3.198/00 - Estatuto da Igualdade Racial; PL nº 3.582/04 - Programa Universidade para Todos./ Foi segundo presidente da CPI “Denúncias do FUNDEF” e segundo vice-presidente da Conferência Mundial de Combate ao Racismo.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Henrique Afonso	PT	PV (01/10/09)	AC	Presbiteriana	46	Segundo	Superior Completo (Graduação em Pedagogia)	Professor	<p>Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (1991-1995); Vereador (1997-2000); presidente do movimento dos sem-teto (1998-2000); pastor da Igreja Presbiteriana.</p>	<p>Foi membro titular das seguintes Comissões: Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Educação e Cultura; Finanças e Tributação; Seguridade Social e Família; PEC nº 200/03 - Servidores de Rondônia; PL nº 3.582/04 - Programa Universidade para Todos; PL nº 4776/05 - Gestão de Florestas Públicas./ Foi integrante das CPLs da Biopirataria e dos Planos de Saúde.</p> <p>É membro das Frentes Parlamentares: Evangélica; em Defesa da Vida e da Família; Contra a Legalização do Aborto; Ambientalista; pela Vida e contra o Aborto; do Ensino Superior; pela Reforma Política com Participação Popular; de Apoio à Pesquisa Agropecuária; em Defesa dos Povos Indígenas.</p>

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
João Campos	PSDB	PSDB	GO	Assembleia de Deus	48	Segundo	Superior Completo - Graduação em Direito/ Especialização em Direito Constitucional	Delegado de Polícia de Classe Especial	Segundo vice-presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus Ministério Vida Nova/ Pastor evangélico	Foi integrante das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (Terceiro-Vice-Presidente); Direitos Humanos e Minorias; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Presidente, Primeiro-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente); Viação e Transportes; PEC nº 227/04 - Reforma da Previdência; PEC nº 487/05 - Defensoria Pública (Segundo Vice-Presidente); Reforma do Judiciário (Terceiro-Vice-Presidente); PEC nº 549/06 - Carreiras Policiais; PL nº 3.638/00 - Estatuto do Portador de Necessidades Especiais./ Foi membro titular das CPIs das Escutas Telefônicas Clandestinas, do Tráfico de Armas e do Tráfico de Órgãos Humanos.  É presidente da Frente Parlamentar Evangélica.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
João Oliveira de Sousa	DEM	DEM	TO	Assembleia de Deus	59	Primeiro	Superior Completo (Graduado em Administração de Empresas)	Administrador de Empresas	Deputado Estadual Interino (10/03-16/12/1992); Prefeito Constituinte (1993-1996); Deputado Estadual Constituinte (1999-2002/2003-2007).	Integrou como titular as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Fiscalização Financeira e Controle (Primeiro Vice-Presidente); Legislação Participativa; Minas e Energia.
Jusmari Oliveira <sup>4</sup>	PR	PR	BA	Assembleia de Deus	48	Primeiro	Superior Completo (Graduada em Letras - Universidade Estadual da Bahia)	Agricultora, comerciante e educadora.	Vereadora (1988-1999/1992/1996); Deputada Estadual (1997-1998/1999-2003/2003-2007).	Foi membro titular das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Direitos Humanos e Minorias; PEC nº 495/06 - Criação de Novos Municípios.  Participou como titular das CPIs do Sistema Carcerário e da Comissão de Denúncia de Abusos Sexuais de Adolescente em Cella no P.A.

<sup>4</sup> Renunciou ao mandato de deputada federal para candidatar-se à prefeitura do município de Barreiras, na Bahia, conquistando o cargo de prefeita da cidade.

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Idade</b>	<b>Mandato</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Dados Biográficos</b>	<b>Atividades Parlamentares</b>
Leonardo Quintão	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	36	Primeiro	Superior Completo (Graduado em Administração de Empresas e Economia - Universidade da Flórida Central).	Administrador de Empresas e Economista.	Vereador (2001-2003); Deputado Estadual (2003-2007).  Em 2008, candidatou-se à prefeitura de Belo Horizonte e obteve 40,88% dos votos válidos contra 59,12% de Márcio Lacerda (PSB).	Integrou como titular as Comissões de Fiscalização Financeira e Controle (Terceiro-Vice-Presidente); Viação e Transportes; Crise Econômico-Financeira - Sistema Financeiro de Mercado; PL nº 6.264/05 - Estatuto da Igualdade Racial; PLP nº 01/07 - Limite de Despesa com Pessoal. / Foi membro da CPI da Crise do Sistema de Tráfego Aéreo.
Major Fábio (Suplente)	DEM	DEM	PB	Batista	41	Primeiro	Ensino médio/Especialização no Centro de Ensino da PMPB; Curso de Formação de Oficiais AMP/PE.	Policial Militar	Foi candidato a vereador (2000), a deputado federal (2002 e 2006) e a prefeito (2004). Só conseguiu a terceira suplência para deputado federal.	Foi integrante titular das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Trabalho, Administração e Serviço Público; Crise Econômico-Financeira - Serviços e Emprego; PEC nº 59/07 - Polícia Portuária Federal.



Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Mannato (Carlos Humberto Mannato)	PDT	PDT	ES	Maranata	54	Segundo	Superior Completo (Graduado em medicina)	Médico	Deputado Federal (2003-2007); vice-líder do PDT (2003-2004-2005); Professor de Medicina da Santa Casa de Misericórdia (1987-1994); Diretor-presidente do Hospital Metropolitano (1997-2000).	Foi membro titular das Comissões de Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle; Seguridade Social e Família; PEC nº 228/04 - Reforma Tributária; PEC nº 334/96 - Nepotismo (Presidente); Proposições Referentes a Assuntos da SERASA; PL nº 4.846/94 - Consumo de Bebidas Alcoólicas; CPIs da SERASA e do Tráfico de Órgãos Humanos.
Natan Donadon	PMDB	PMDB	RO	Batista	44	Segundo	Superior Completo	Funcionário Público	Condenado a 13 anos de prisão por desvio de verba pública da Assembleia Legislativa de Rondônia por meio de uma licitação fraudulenta.	Participou como titular das Comissões da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional; Minas e Energia; Crise Econômico-Financeira - Serviços e Emprego; PL nº 4.776/05 - Gestão de Florestas Públicas; PEC nº 334/96 - Nepotismo; PEC nº 548/02 - Coligações Eleitorais (Terceiro-Vice-Presidente).

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Neucimar Fraga <sup>5</sup>	PR	PR	ES	Batista	45	Segundo	Superior Incompleto (Está curso administração de empresas)	Autônomo	Foi cobrador de ônibus e líder comunitário do Bairro Soteco, no Espírito Santo.  Vereador (2000-2002), Deputado Federal (2003-2007); vice-líder do bloco PL/PSL (2005); vice-líder do PL (2005-2006).	No Congresso Nacional, atuou na CPMI da Compra de Votos e da Emigração Ilegal. Na Câmara, foi integrante das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; Fiscalização Financeira e Controle; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (Segundo-Vice-Presidente); Seguridade Social e Família; Viação e Transportes; ALCA - Área de Livre Comércio das Américas; PEC nº 308/04 - Polícias Penitenciárias; PEC nº 333/04 - Câmara de Vereadores (Terceiro-Vice-Presidente); PL nº 4.530/04 - Plano Nacional de Juventude; CPIs do Tráfico de Armas (Terceiro-Vice-Presidente), do Tráfico de Órgãos Humanos (Presidente) e do Sistema Carcerário (Presidente).

<sup>5</sup> Renunciou ao mandato de deputado federal em 2008 a fim de concorrer às eleições para a prefeitura do município de Vila Velha no Espírito Santo, conquistando o cargo de prefeito da cidade.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Onyx Lorenzoni	DEM	DEM	RS	Luterana	57	Segundo	Superior Completo (Graduado em Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria).	Empresário e Veterinário	Deputado Estadual (1995-1999/ 1999-2003); Deputado Federal (2003-2007); vice-líder do PFL (2003). Foi o primeiro líder do DEM na Câmara dos Deputados. Atualmente, é vice-líder do partido na Câmara, vice-presidente nacional do Democratas e presidente regional no Rio Grande do Sul. Também foi sub-relator da CPI dos Correios. .	Foi integrante das Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Presidente); Constituição e Justiça e de Redação; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Direitos Humanos e Minorias; Educação e Cultura; Finanças e Tributação; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Trabalho, Administração e Serviço Público; Crise Econômico-Financeira - Agricultura (Segundo Vice-Presidente); MSC 183/04 - Convenção da ONU Contra a Corrupção; PEC nº 40/03 - Reforma da Previdência (Primeiro-Vice-Presidente); PEC nº 334/96 - Nepotismo; PL nº 2.401/03 - Biossegurança; CPIs dos Correios, do Externo no Nordeste e da Pirataria.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Pastor Manoel Ferreira	PTB	PR (01/10/09)	RJ	Assembleia de Deus	79	Primeiro	Superior Completo (Graduado em Direito pela PUC-SP e em Teologia pela Faculdade Teológica Batista de São Paulo).	Advogado e Pastor Evangélico	<p>Recebeu a liderança do Ministério da Assembleia de Deus Madureira em 1986; já foi presidente de diversas instituições e movimentos religiosos, como o Conselho Nacional de Pastores do Brasil, a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil e na América do Sul e a Conferência Pentecostal Sul-Americana. Foi indicado ao prêmio Nobel da Paz na edição 2008.</p>	<p>Integrou como titular as seguintes Comissões: Constituição e Justiça e Cidadania; Direitos Humanos e Minorias (Terceiro-Vice-Presidente); PEC nº 272/00 - Registro nos Conselhos; PL nº 6.264/05 - Estatuto da Igualdade Racial; Lei da Anistia e CPI da Subnutrição de Crianças Indígenas.</p> <p>Foi presidente da Frente Parlamentar Evangélica no ano de 2007.</p>

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Pastor Pedro Ribeiro (Suplente)	PMDB	PR (01/10/09)	CE	Assembleia de Deus	65	Segundo	Superior Completo (Graduado em Teologia pela Faculdade de Teologia Antioquia Internacional).	Pastor Evangélico, Teólogo, Missionário e Radialista.	Capelão e Secretário Executivo da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal.	Atuou como titular nas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; Defesa do Consumidor; Educação e Cultura; Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Direitos Humanos e Minorias; Acidente na Base de Alcântara; CPI do Tráfico de Órgãos Humanos (Segundo-Vice-Presidente e Relator).
Ricardo Quirino (Suplente)	PR	PR	DF	IURD	47	Primeiro	Ensino Médio	Radialista e Pastor Evangélico.	Pastor da Igreja Universal.  Ficou na suplência em duas legislaturas (2007-2011; 2011-2015).	Participou como titular das Comissões de Direitos Humanos e Minorias; PEC nº 445/09 - Defensoria Pública do Distrito Federal; PL nº 1476/07 - Altera a lei de seguridade social; Políticas Públicas de Combate às Drogas; Trabalho Terceirizado. /É presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Estudante Universitário.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Sabino Castelo Branco	PTB	PTB	AM	Assembleia de Deus	47	Primeiro	Superior Incompleto (Direito)	Empresário e Apresentador de televisão.	Vereador por três mandatos e apresentador do Programa “Bronca no ar”, em Manaus.	Foi membro das Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; Trabalho, Administração e Serviço Público (Primeiro-Vice-Presidente).
Sergio Antonio Nechar	PV	PP (30/09/09)	SP	Assembleia de Deus	60	Primeiro	Superior Completo (Graduado em medicina na Universidade de Marília).	Administrador de Empresas e médico	Vereador Interino (1997-2000); Presidente da Unimed de Marília (1990-2000); Coordenador do Departamento de Cirurgia da Faculdade de Medicina de Marília (1990-1991).	Participou como titular das Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Defesa do Consumidor.

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Idade</b>	<b>Mandato</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Profissão</b>	<b>Dados Biográficos</b>	<b>Atividades Parlamentares</b>
Silas Brasileiro (Suplente)	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	67	Quarto	Superior Completo (Graduado em Administração de Empresas).	Empresário	Prefeito de Patrocínio (1989-1992); Deputado Federal (1994-1999/ 1999-2003/2003-2007); Secretário Estadual da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (2004-2006); Diretor Executivo do Conselho Nacional do Café (2007); Secretário Executivo do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	Integrou como titular as Comissões de Defesa do Consumidor, meio ambiente e minorias (presidente); Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Vice-presidente); Sistema Nacional Antidrogas; Reforma do Código Florestal; PL nº 2401/03 - Regulamentação da Política Nacional de Biossegurança (presidente); PL nº 167/00 - Estatuto da Terra (vice-presidente); Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização./Relator do Estatuto do Idoso e do FUNCAFÉ; Coordenador da Comissão Especial de alongamento do FUNCAFÉ; Presidente e Fundador da Frente Parlamentar em Defesa das Centrais de Abastecimento Interno, Bancada de Apoio ao Agronegócio do Café.

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Takayama	PSC	PSC	PR	Assembleia de Deus	63	Segundo	Superior Incompleto (Não concluiu os cursos de Ciências – Universidade Católica – nem o de Letras – Universidade Federal do Paraná).	Professor, Empresário e Ministro Evangélico.	Pastor auxiliar da Igreja Evangélica Assembleia de Deus do Paraná; Vereador (1989-1993); Deputado Estadual (1996-1999/ 1999-2002); Deputado Federal (2003-2007); Delegado do PMDB em Curitiba (1990); Vice-líder do PSB (2003); Vice-líder do PMDB (2003-2004).	Atuou como titular das Comissões de Agricultura e Política Rural; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Constituição e Justiça e Cidadania; Minas e Energia; Relações Exteriores e Defesa Nacional (Primeiro Vice-Presidente); PEC nº 272/00 - Registro nos Conselhos.



Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Zequinha Marinho	PMDB	PSC (01/07/09)	PA	Assembleia de Deus	52	Segundo	Superior Completo (Graduado em Pedagogia na Universidade Estadual do Pará).	Pedagogo e Técnico em Contabilidade.	Deputado Estadual (1997-1998/ 1999-2002); Deputado Federal (2003-2007).	<p>No Congresso Nacional, participou como titular da Comissão do Orçamento.</p> <p>Na Câmara Federal, foi integrante das seguintes Comissões: Amazônia e Desenvolvimento Regional (Segundo-Vice-Presidente); Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional; Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; Finanças e Tributação; Fiscalização Financeira e Controle; Relações Exteriores e Defesa Nacional; PEC nº 272/00 - Registro nos Conselhos; PEC nº 306/00 - Plano Nacional de Cultura; PEC nº 366/05 - Concurso para Juiz de Paz; PEC nº 487/05 - Defensoria Pública; PL nº 2.109/99 - Patrimônio e Incorporações Imobiliárias; PL nº 4.874/01 - Estatuto do Desporto.</p>

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Idade	Mandato	Escolaridade	Profissão	Dados Biográficos	Atividades Parlamentares
Wasny de Roure <sup>6</sup> (Suplente)	PT	PT	DF	Não divulgou sua filiação religiosa.	60	Segundo	Mestre em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais e Oxford (Inglaterra).	Economista	Foi Secretário da Fazenda do GDF na gestão de Cristovam Buarque; três mandatos como deputado distrital e dois como deputado federal.	Não assumiu o mandato nessa legislatura.

---

<sup>6</sup> Cabe salientar que não foram incluídos nessa caracterização os deputados distritais Leonardo Prudente, Rubens Brunelli e Bispo Renato Andrade; o ex-deputado federal Fernando Gonçalves, o jornalista Renato Tavares e os assessores parlamentares Elias Castilho e Damares Alves.

## CAPÍTULO V

### **Organização, Composição e Mobilização da Frente Parlamentar Evangélica**

O presente capítulo abordará a história da constituição da Frente Parlamentar Evangélica, suas formas de funcionamento, suas atividades formais e informais, as razões de sua existência, as funções de seus integrantes, as estratégias de mobilização, os dispositivos de ação, as ideologias religiosas e os mecanismos políticos que, na realidade, reproduzem as práticas correntes na Câmara Federal. Na última década, verificou-se uma profusão de frentes parlamentares no Congresso Nacional brasileiro, o que deu origem à elaboração do Ato 69/2005, destinado a regulamentar o processo de criação e registro das frentes na Secretaria Geral da Mesa Diretora da Câmara. Na 53ª legislatura, foram registradas em torno de 100 frentes, algumas das quais inexpressivas, pouco atuantes, sem propostas definidas e com pautas muito genéricas ou demasiado específicas, evidenciando, assim, certo esvaziamento programático. A título de ilustração, destacaremos as frentes presididas por deputados evangélicos: Frente Parlamentar em Defesa dos Aposentados e Pensionistas (Cleber Leite); Frente Parlamentar da Pesca e Aquicultura (Flávio Bezerra); Frente Parlamentar em Defesa da Capoeira (Marcio Marinho), Frente Parlamentar em Defesa dos Garimpeiros (Cleber Leite); Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida (Robson Rodovalho) e Frente Parlamentar Evangélica (João Campos)<sup>19</sup>.

As frentes são grupos constituídos por parlamentares de diferentes siglas partidárias que defendem interesses comuns. Não assumindo compromisso ideológico e político com seus partidos, muitos deputados se associam para fazer valer interesses pessoais, profissionais, religiosos e econômicos. O surgimento excessivo das frentes, por conseguinte, decorre em certa medida da fragilidade do sistema partidário brasileiro, que não apresenta coerência ideológica nem programas políticos claros e não exige de seus integrantes comprometimento com as ideologias do partido. Como associações civis suprapartidárias, as frentes, para instalar-se na Câmara, devem recolher assinaturas de um terço dos integrantes do Poder Legislativo Federal, o que corresponde a 198

---

<sup>19</sup> Dados extraídos do site da Câmara Federal: <http://www.camara.gov.br/internet/deputado/frentes53.asp>, acessado em 20 de dezembro de 2010.

congressistas. A cada legislatura, as frentes devem ser novamente instaladas e registradas na Secretaria Geral da Mesa, dado que alguns parlamentares que as integram não se reelegem, sendo necessário redefinir sua nova composição. Cada frente precisa ter um representante, responsável por conduzir suas atividades e fornecer informações à Mesa. Ela pode utilizar o espaço físico da Casa para realizar eventos e reuniões desde que não comprometa o trabalho legislativo. Não lhe é permitida a contratação de pessoal nem a solicitação de passagens aéreas.

A Frente Parlamentar Evangélica ganhou existência formal e oficial em 18 de setembro de 2003, sendo presidida pelo então deputado federal Adelor Vieira (PMDB/SC), seu principal idealizador. Ao longo da 53ª legislatura, período em que se desenvolveu a pesquisa de doutorado, a quantidade de integrantes cresceu significativamente, passando de 43 para 65 congressistas. Os parlamentares provieram de 14 legendas partidárias distintas. No primeiro ano dessa legislatura, a Frente teve como presidente o deputado federal Manoel Ferreira (PTB/RJ)<sup>20</sup>, sendo seguido pelo parlamentar João Campos (PSDB/GO), que permaneceu no cargo até o final do mandato.

*Quando nós chegamos aqui no primeiro mandato em 2003, de pronto procuramos identificar quem era evangélico, que parlamentares eram evangélicos. Identificamos cinquenta e poucos deputados. Isso, claro, espalhado – como é hoje – nos mais diversos partidos. Eu acho que é difícil um partido aí que não tenha pelo menos um parlamentar que seja evangélico. E nós passamos a entender que era importante que nós nos organizássemos para que, naqueles temas que dizem respeito à igreja, nós pudéssemos agir de forma articulada, independentemente dos partidos. Aí, surgiu a ideia, portanto, da criação da Frente Parlamentar Evangélica em 2003. Essa foi uma idéia, inclusive, do deputado Adelor Vieira, que estava aqui na legislatura anterior. Aí, nos congregamos e criamos a Frente Parlamentar Evangélica. Desde o primeiro momento, eu procurei estar muito presente nas atividades da Frente Parlamentar Evangélica e a Frente instituiu aqui na Casa a articulação do trabalho parlamentar, mas ela também estimulou com que os deputados evangélicos tivessem ao mesmo tempo uma atividade espiritual aqui na Casa, vamos dizer assim. Não é uma atividade religiosa, mas uma atividade espiritual, já que não está vinculada a nenhuma religião, a nenhuma denominação religiosa. (...) A gente não mistura a atividade missionária aqui dentro da Casa com a atividade parlamentar, nós temos clareza de que são coisas distintas. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

---

<sup>20</sup> Nos capítulos de análise, registramos o partido político ao qual o deputado federal estava filiado quando foram realizadas as entrevistas.

Conforme depoimento de Elias Castilho<sup>21</sup>, assessor parlamentar, a constituição da Frente recebeu o incentivo do GAPE (Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica), que considerava a atuação dos deputados muito dispersa em função de sua desagregação. Acreditava-se que, com a criação da frente, os congressistas desenvolveriam ações mais articuladas, organizadas e integradas. Segundo Damares Alves, assessora jurídica, a formalização da Frente Parlamentar Evangélica deu origem à organização e sistematização das atividades e à construção de estratégias de atuação mais eficazes. Desde então, estipulou-se a distribuição das proposituras entre os parlamentares e assessores de modo que cada um ficasse incumbido de acompanhar projetos de lei referentes a determinada temática, sempre de interesse da comunidade evangélica. Ademais, os deputados deveriam liberar seus assessores para fazer o mapeamento das proposições e selecionar aquelas consideradas mais ameaçadoras à ordem moral e aos bons costumes com o propósito de segui-las ao longo de todo o processo de tramitação legislativa.

*Nos últimos anos, a Frente começou a atuar de forma mais efetiva nas questões legislativas. De 2003 pra cá, ela foi mais organizada, porque até então ela era muito informal. Eu acompanho a Frente desde 1998. Desde 1998, eu acompanho as demandas, mas atuava de uma forma muito desorganizada e informal. A gente acompanhava as demandas de um modo muito solto, a gente ficava ali meio que apagando incêndio. De 2003 pra cá, com a formalização da Frente como instituição, houve a divisão de assuntos por parlamentares. Por exemplo, quem é o parlamentar que entende da questão indígena? Então, tudo que diz respeito à questão indígena, acabou ficando mais concentrado naquele parlamentar e no grupo dele. Qual é o parlamentar que entende de direito, que entende de direito penal? Ai, a gente canalizava naquele [parlamentar]. Então, a gente tinha o referencial em temas e a gente começou a dividir esses temas entre os parlamentares e a discutir com eles. E nós montamos em 2003 um grupo chamado GAPE, Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica, onde cada parlamentar evangélico liberava um assessor e esse assessor acompanhava as demandas e a gente discutia. Por exemplo, violência contra a mulher. Qual é a posição que nós temos que ter nesse projeto? A gente se reunia semanalmente, quinzenalmente, para discutir a nossa posição e como nós iríamos ajudar os nossos deputados na elaboração de votos, pareceres, acompanhamento de proposições. O grupo funcionou até mais ou menos final de 2006, quando houve a nova eleição e depois ele não existiu mais de um modo formal. O Grupo de Assessoria Parlamentar Evangélica trabalha, mas hoje é um grupo informal. A Frente continua formalizada e o grupo é informal. Ai, a gente começou em 2003 a mapear as demandas e acompanhá-las quase que diariamente. [Antes, não havia esse mapeamento?] Havia sim, mas de uma forma desorganizada. E é por isso que às vezes os parlamentares evangélicos eram surpreendidos com matérias aprovadas. Eles iam se dar conta quando estava na hora da votação. Com o surgimento do grupo de assessoria e com o grupo se articulando mais... Isso não quer dizer que a gente não fazia isso antes de 2003. Eu fazia desde 1998, outro fazia, mas era uma pessoa fazendo assim e, quando encontrava uma situação, saía correndo atrás de quem quisesse defender. Ai, a gente começou, assim, a*

---

<sup>21</sup> Foi autorizada a utilização do nome legítimo do sujeito no trabalho.

*acompanhar todas as demandas que entram semanalmente. (Assessora Jurídica Damares Alves<sup>22</sup>, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

A inauguração oficial da Frente assegurou a criação de uma secretaria executiva que passou a concentrar e formalizar as ações. Conquistou-se uma estrutura física na Câmara Federal para sediar a nova associação que, antes, não existia formalmente. Tudo ocorria na informalidade. As reuniões aconteciam nos gabinetes dos deputados, a transmissão de informações era precária e a organização das atividades não seguia nenhum procedimento racional. A Frente, uma vez instalada oficialmente, requereu o estabelecimento de cargos administrativos, a composição de uma diretoria e a definição de funções e atribuições para cada um de seus componentes. Foi ainda instituído o cargo de capelão, atribuído ao deputado federal Pedro Ribeiro (PMDB/CE), encarregado de executar tarefas relacionadas à organização de reuniões e eventos de cunho religioso e à convocação dos congressistas para participar das atividades realizadas pela frente. Embora a maioria dos integrantes da diretoria desconheça suas funções específicas, a formalização da frente aglutinou os parlamentares, fixou os objetivos da organização e racionalizou os processos de intervenção.

*(...) a secretaria executiva não existia e foi criada nessa legislatura agora. Nós não tínhamos estrutura reconhecida no Congresso Nacional e hoje nós temos. Fora os gabinetes dos parlamentares, tem a secretaria executiva que funciona aqui para estar realmente dando suporte não só aos parlamentares, mas também aos estudantes, jornalistas, pastores, padres, como eu já te falei. Aqui a gente recebe os cristãos de todas as denominações, esse é também um objetivo nosso. Antes, a Frente funcionava exatamente nos gabinetes. As nossas reuniões eram nos gabinetes dos parlamentares e também nos espaços da Casa. Era assim que funcionava a Frente antes. Com a criação da secretaria executiva, nós podemos mais. Qual é a minha função na secretaria executiva? Assessorar os deputados, receber pastores, receber jornalistas, receber estudantes que vieram pra cá, tentar audiência com os parlamentares. O meu trabalho é esse. Eu faço também o agendamento de pastores de Brasília e dos próprios parlamentares. A secretaria executiva também faz esse trabalho junto com o nosso capelão, o pastor Pedro Ribeiro. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

*Eu continuo como capelão, como secretário executivo da Frente Parlamentar Evangélica, fazendo meu papel de pastor na Casa, esperando assumir [o mandato] a qualquer instante. Eu dirijo os cultos, faço a escala dos deputados, o que prega e o que dirige o culto, celebro uma vigília na terceira quarta-feira do mês, sou presidente do capítulo da ADHONEP aqui dentro. Toda área eclesial e espiritual é comigo e essa coisa toda de sistematizar os projetos e mandar para os deputados, elaborar correspondências sobre os eventos que têm aqui. Agora mesmo vamos ter no dia 25 de [junho] um evento. A previsão é de termos aqui pelo menos uns*

---

<sup>22</sup> Damares Alves concedeu-nos autorização para utilizar seu nome legítimo na tese.

*cem líderes evangélicos do Brasil. É um evento grande onde se juntou o Silas Malafaia, nós e a FENASP<sup>23</sup> – que é um órgão aí presidido pelo Jorge Linhares – para colocar na presença deles [os líderes evangélicos] esses problemas, que eles orem, que eles se incomodem, que eles vejam essas questões, que eles saibam o que estamos fazendo. Tudo isso passa por mim. (...) Digamos que o esforço de um, o esforço de outro, a gente junta tudo, eu preparo um documento, marco a reunião e é analisado: “está bom esse documento?”. “Está”. Aí, vamos. Tudo parte daqui. Sempre com a certeza de que a gente precisa fazer a coisa andar. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

Além do trabalho de capelania e orientação religiosa, a Frente recorre à assistência jurídica de seus assessores parlamentares e colaboradores cristãos a fim de analisar os projetos de lei do ponto de vista judicial, visando encontrar brechas e contradições judiciais que os impugnem. Diante de proposições atentatórias ao pudor evangélico, busca-se comprovar a inconstitucionalidade de suas afirmações de sorte a impedir sua tramitação e promover seu engavetamento. Os deputados evangélicos, sobretudo os mais experientes no exercício do mandato parlamentar, começam a substituir o discurso excessivamente religioso, que caracterizava os congressistas de outrora, por um discurso mais adequado ao universo legislativo. Em seus pronunciamentos e declarações, utilizam argumentações políticas e demonstram uma maior preocupação com questões de natureza social. Contudo, na prática legislativa, a maioria dos integrantes da frente não parece empenhada em atender às demandas sociais do país, atendo-se às pautas religiosas e morais. Logo, as assertivas jurídico-sociais dos parlamentares evangélicos nada mais são do que meras ideologias, que servem apenas para esconder o caráter religioso e corporativo de suas ações. Segundo Marx (2001), os sistemas ideológicos escamoteiam as reais intenções daqueles que estão no poder, garantindo, assim, sua perpetuação.

*A crítica que é feita à bancada evangélica ainda é que ela não deve ficar só na sua zona de discussão no sentido corporativista. A bancada evangélica precisa discutir a fome, ela precisa discutir juros altos, ela precisa discutir o problema econômico do país. Atualmente, ela se pauta mais pela questão religiosa e, dentro dos seus blocos partidários – aí ela já é mais fragmentada, os deputados com as suas representações –, eles discutem. Mas eu acho que o país precisa saber o que a igreja pensa dos modelos sociais e econômicos do Brasil.*

---

<sup>23</sup> A FENASP, Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política, desenvolve atividades em nível nacional com o propósito de afirmar, defender e preservar os valores cristãos.

(**Jornalista Renato Tavares**<sup>24</sup>, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).

*Como a bancada não vale regimentalmente, isso já é uma espécie de dificuldade que [os parlamentares evangélicos] encontram, porque você não pode fechar questão, porque no plenário ela não vale... Então, de certa forma, isso atrapalha bastante. Como as outras discussões estão disseminadas dentro dos seus blocos partidários, nas respectivas filiações, elas acabam sendo contempladas, mas nem por isso... Nós, por exemplo, citamos a Igreja Católica, ela está aqui dentro com a bancada católica, mas ela tem a campanha da fraternidade. A campanha da fraternidade escolhe um tema da sociedade, dentro das convenções da Igreja Católica, e ali eles discutem o quê? Os problemas sociais. E o segmento evangélico vai chegar nesse ponto também, mas quando ele tiver essas representações aqui dentro, quando houver mais comunicação entre essas representações, aí sim, a bancada evangélica vai funcionar de uma forma mais ampla. (**Jornalista Renato Tavares**, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

De acordo com o regimento interno da Câmara Federal, apenas os partidos políticos detêm poder decisório nos processos de votação que ocorrem no plenário, podendo exigir de seus filiados compromisso político-ideológico com a sigla partidária. As frentes parlamentares podem fazer pressão e interferir nas votações, mas em hipótese alguma determinar como seus integrantes devem votar nem requerer deles obediência. Nesse cenário, as decisões e discussões políticas ficam restritas às legendas partidárias, sendo excluídas do debate fomentado pela Frente Parlamentar Evangélica, que se dedica especialmente às temáticas religiosas e morais.

*(...) regimentalmente ela não vale. Do ponto de vista regimental, ela não pode tomar nenhuma posição ou decisão: “ah, a Frente vota dessa forma”. A Casa não funciona assim. Você tem os blocos partidários. Porém, o que a bancada evangélica é capaz de fazer são os movimentos éticos. São movimentos sociais que acabam repercutindo lá fora. Então, nós temos aqui, por exemplo, os temas éticos que causam grande discussão. Esses temas, na verdade, a bancada trata muito bem, porque são princípios que esses parlamentares defendem. À medida que eles vêm aqui, eles não podem de forma nenhuma passar por cima desses princípios, porque eles estariam negando a sua própria base, aquela base que os trouxe pra cá. (**Jornalista Renato Tavares**, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

Nas entrevistas, alguns parlamentares preocuparam-se em estabelecer a diferença entre o sentido político das frentes parlamentares e das bancadas partidárias. Segundo suas colocações, as frentes correspondem a organizações pluripartidárias,

---

<sup>24</sup> Nesse caso, o participante da pesquisa não consentiu em divulgar seu nome legítimo. Por essa razão, adotou-se um nome fictício, visando manter sua identidade em sigilo.



constituídas, portanto, por indivíduos de diferentes partidos que se articulam para defender interesses específicos. Já o termo “bancada” está associado às legendas partidárias, que propõem discussões políticas, definem pautas ideológicas e orientam o posicionamento dos seus filiados durante as votações legislativas. Nesse sentido, verifica-se nos discursos dos deputados uma demarcação que separa as discussões religiosas do debate político. As discussões religiosas ocorrem na Frente Parlamentar Evangélica, ao passo que o debate político situa-se no espaço das siglas partidárias.

*Bancada é nome próprio que dá nomenclatura a partidos políticos. Então, bancada se refere a legendas políticas, bancada do PMDB, bancada do PT, bancada do PDT. Quando existem essas comunidades que são interlegendas, aí surgem as frentes, as frentes parlamentares. Elas envolvem parlamentares de qualquer legenda, de qualquer partido, formando uma frente para defender e representar determinado assunto ou determinado segmento. Aí, tem a Frente da Saúde, a Frente da Educação e nós temos também a Frente Evangélica. (Deputado Antônio Cruz (PP/MS), entrevista concedida no dia 04/06/2008, no corredor da Câmara Federal).*

*(...) bancada está ligada a partido e aqui se organiza exatamente o debate, os acordos... As lutas políticas são entre partidos políticos, né? Daí, existe a bancada do PT, a bancada do PSDB... e a Frente Parlamentar Evangélica não é bancada, até porque a Frente Parlamentar Evangélica aglutina vários deputados de vários partidos políticos; por isso que é uma Frente que está acima dos partidos políticos. E a bancada, não. A bancada tem diretrizes, objetivos comuns, como também na Frente nós temos; mas no âmbito das discussões de projetos de leis e de medidas aqui, você vai ver o ponto de vista da bancada e não da Frente. A Frente vai se organizar dentro do conjunto dos seus interesses, mas sem influenciar, por exemplo, se o Henrique vai defender... Por exemplo, nessa questão da emenda 29, eu tenho um posicionamento, o João Campos que é o nosso presidente, tem outro posicionamento. Nós vamos ver aquilo que nos unifica, que são questões relativas à Palavra de Deus, às igrejas, aos projetos de lei que ferem a Palavra de Deus, que contrastam com os nossos princípios. Essas matérias vão ser pauta da Frente Parlamentar Evangélica e vai ter evidentemente influência quando essas leis estiverem em tramitação nas comissões ou mesmo no plenário. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

*Nós não temos bancada evangélica na Câmara, nós temos uma Frente Parlamentar Evangélica, que se reúne para cultivar. Nós temos um culto toda semana aqui na Câmara, todas às quartas-feiras. Mas enquanto bancada nós não atuamos, porque nós somos membros de partidos diferentes e cada partido se posiciona de forma diferente em relação às votações do Congresso Nacional. Então, a bancada evangélica não se posiciona, por exemplo, a respeito da votação da CPMF, a respeito da votação da reforma tributária. Nós temos uma posição que nos une quando se trata de assuntos que ferem alguns princípios religiosos e morais, que nós entendemos necessária a nossa intervenção. (Deputado Neucimar Fraga (PR/ES), entrevista realizada em 04/06/2008, nos corredores da Câmara Federal, a caminho do plenário).*

## **Atividades da Frente Parlamentar Evangélica**

Nas entrevistas, todos os parlamentares fizeram referência aos cultos que ocorrem às quartas-feiras na Câmara Federal, em um dos plenários das comissões, promovidos pela Frente Parlamentar Evangélica, com o objetivo de gerar comunhão espiritual, desenvolver um trabalho de evangelização, assegurar a integração de seus membros, transmitir informações sobre o cotidiano das votações e dos projetos de lei, encaminhar alguma decisão e articular estratégias de ação. Trata-se, pois, de uma reunião religiosa e de um espaço de articulação política. Os deputados, no entanto, só fazem menção ao caráter religioso desses encontros, minimizando sua finalidade política. Além dos cultos, são realizados quinzenalmente vigílias e mensalmente almoços da ADHONEP<sup>25</sup> (Associação de Homens de Negócio do Evangelho Pleno), para os quais os parlamentares evangélicos devem levar um convidado a fim de ouvir mensagens cristãs e testemunhos de vida, tocantes o suficiente para fazê-los se converter. A Frente Evangélica realiza inúmeros eventos religiosos, de cunho evangelístico, com vistas a ampliar o tamanho do grupo e aumentar seu poder de pressão e de barganha. Desse modo, pode-se asseverar que as reuniões religiosas, em última instância, fazem parte de uma estratégia política.

*Ao chegar aqui – eu vim como missionário – nós instituímos o culto semanal. Eu sou o capelão desde que chegamos aqui. Então, celebramos cultos todas as quartas-feiras, fazemos vigílias, eu sou o fundador e presidente do capítulo da ADHONEP aqui no Congresso Nacional. Fazemos um esforço evangelístico. Hoje mesmo, o deputado Paulinho Pereira, passando pela aflição da possibilidade de ser cassado, mandou perguntar se podia vir ao culto. Quase todos os aflitos que nunca vêm ao culto e não são evangélicos, quando se sentem pressionados, correm para o culto, têm esperança de que no culto Deus está presente e opera, o que é uma verdade. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*[A bancada evangélica] é uma bancada de deputados que acima de tudo tem uma prática aqui nessa Casa, primeiro de continuar louvando a Deus. As quartas-feiras, a bancada se reúne em algum dos plenários de comissão, onde se faz nossas orações, nosso culto de louvor a Deus de forma especial [sic]. (Deputado Cléber Verde (PRB/MA), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

---

<sup>25</sup> A ADHONEP é uma associação religiosa e evangelística, de origem norte-americana, que promove cafês da manhã, almoços, jantares, reuniões e eventos em lugares requintados para um público socialmente favorecido, formado por empresários, profissionais liberais, autoridades políticas, em suma, homens bem-sucedidos economicamente.

*Existe aqui na Câmara, toda quarta-feira, às quinze pras nove, um culto evangélico, que ocorre geralmente no plenário dois. Então, nesses cultos das quartas-feiras, já tem um espaçozinho para fazer alguns comentários, para fazer alguns anúncios, algumas informações, discutir algumas coisas e, se for necessário, marcam-se reuniões para tratar especificamente de determinados assuntos. (Deputado Natan Donadon (PMDB/RO), entrevista concedida no dia 03/06/2008, na sala de reunião da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*Nós trazemos pessoas, convidamos para o almoço, tentamos buscar pessoas e salvamos vidas. Nós fazemos um trabalho aqui de conversão, de converter as pessoas através da palavra. (Deputado Carlos Willian (PTC/MG), entrevista concedida em 24/06/2009, durante uma sessão de votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário Dez da Câmara Federal).*

*Nós, como cristãos, temos que divulgar o Evangelho. Cada Frente aqui tem um segmento, tem um objetivo. Um dos objetivos da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional é trazer o Evangelho de salvação, de comunhão. Então, realmente [esse] é também um grande objetivo e nós temos trabalhado... Por sinal, há fatos dentro do Congresso Nacional de parlamentares que não eram cristãos e que hoje estão conosco somando, porque entenderam que verdadeiramente isso também é bom para a sociedade, para o Brasil, para a sua vida. Muitos realmente – não só deputados, mas servidores da Casa – têm somado conosco nesse trabalho de [divulgação do] Evangelho aqui na Câmara Federal. (...) a gente pode até falar um pouco do trabalho [que fazemos] também com os servidores, dos cultos que nós também organizamos, das reuniões que a Casa conhece. Eu estou há 15 anos aqui. Quando eu cheguei, já existia esse trabalho. Eu cheguei aqui em janeiro de 1995. Temos os trabalhos todas as segundas, quartas e sextas que realizamos com os funcionários, tanto da Câmara quanto do Senado, o TCU. E esse trabalho é segunda, quarta e sexta, no nosso horário de almoço, claro, sempre respeitando o regimento da Casa. A gente organiza e dirige os cultos dos funcionários, mas também temos as missas com os nossos irmãos católicos, que são realizadas dentro do Congresso Nacional. Há também cultos na Presidência da República e em todos os Ministérios. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

*Nós começamos essa nova legislatura realmente com trinta e poucos evangélicos. Caímos bastante, mas já estamos com quase 48. Ganhamos 18. São pessoas convertidas no trabalho que nós desenvolvemos aqui. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).*

Além do trabalho de evangelização, a Frente ainda realiza algumas atividades junto aos parlamentares evangélicos que não participam de suas reuniões e eventos, visando agregá-los de maneira a aumentar a coesão de seus membros e a força da associação. Constantemente, envia correspondências aos gabinetes, divulgando os eventos e convidando os deputados a participar deles. Em alguns casos, faz contato pessoal para favorecer a persuasão e garantir a aproximação. Ademais, recebe os recém-chegados na Câmara e fornece-lhes orientações, buscando aproximá-los dos demais participantes. São formas de abordagem destinadas a ampliar a integração de seus componentes e fortalecer o grupo. Não se deve esquecer que, no Congresso Nacional, o

tamanho das bancadas e dos segmentos é decisivo nas negociações e nos lobbies. Se à primeira vista a abordagem parece religiosa, no contexto legislativo ela adquire uma conotação política, dado que a articulação dos integrantes da Frente Parlamentar Evangélica aumenta o poder de influência do grupo, proporcionando-lhe algumas conquistas.

*O aumento [da bancada evangélica] se deu e está se dando em razão de que, embora muitos não tenham vindo como titulares, Deus preparou um time que ficou na primeira escalação – eu não entendo muito de futebol, mas eu acho que é isso –, deixando muitos [como] primeiros e segundos suplentes. À medida que por uma razão ou outra os deputados [titulares] foram saindo, outros deputados começaram a chegar. Ao chegarem, nós já vamos mantendo contato. Quando eu digo “nós”, é principalmente eu, como secretário executivo da Frente e capelão, e o deputado João Campos, como presidente da Frente. Nós vamos já mantendo contato, dando as boas-vindas, convidando para o culto, sempre convidando para participar das reuniões, quando a gente tem uma reunião ou outra para tratar de uma emenda, tratar de um projeto que tramita, e isso vai fortalecendo a nossa aliança. Pelo menos aqueles que têm boa vontade ficam sabendo que a gente tem esse esforço, que a gente exerce essa boa vontade de querer nos manter fortalecidos, pensando do mesmo jeito. Então, eu acho que é isso que... Além de aumentar o número, já somos 60 deputados federais e senadores, a Frente vai tendo uma atuação cada vez mais firmada em razão dessa constante abordagem que a gente faz, nos certificando do nosso trabalho, convidando... Por exemplo, aqui o meu gabinete envia para cada deputado... A cada terça-feira, o Timóteo [secretário do deputado Pedro Ribeiro] envia para cada deputado evangélico, para todos eles, um aviso dizendo que o culto é amanhã, às 8h45, quem vai dirigir é o deputado Carlos Willian e quem vai pregar é o deputado Leonardo Quintão. E se tem alguma novidade, a gente diz. Então, é um contato constante. Por exemplo, no próximo dia 08 de julho, vai haver o novo almoço da ADHONEP, já que julho tem recesso a partir do dia 15. Então, eu envio convite para todos os deputados da Casa e enfatizo, com mais força, para os deputados evangélicos e levo os convites [pessoalmente]. Então, isso, nem que o deputado... Tem alguns que a gente nem aborda mais, infelizmente, porque a gente vê que eles estão noutra. Espero que seja em Deus, mas pensando de outra forma. E a gente respeita isso, fica tratando com todo carinho. Quando eles aparecem, a gente recebe muito bem. Mas na verdade é um time, que é menos da metade, que de fato está entrosado. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

**[O senhor disse que resolveu participar da Frente Parlamentar Evangélica. Por que razão? A Frente te procurou?]** *Isso, os convites são feitos via e-mail, eles fazem o convite normalmente para participar dos cultos, sem nenhum propósito político. Na verdade, todos os convites que eu recebi, via e-mail, era sempre para participar do culto que acontece aqui às quartas-feiras pela manhã, mas nunca veio um convite com cunho político: “olhe, venha que nós vamos decidir isso, isso e isso. E é claro que numa conversa com um e com outro a gente acaba se inteirando daquilo que a Frente pensa, daquilo que a Frente está defendendo, daquilo que a Frente está envolvida. Mas os convites nunca foram feitos nesse sentido. Eu realmente fui [convidado] para o culto. (Deputado Ricardo Quirino (PR/DF), entrevista concedida em 25/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

De acordo com o deputado Gilmar Machado (PT/MG), apesar da formalização da Frente e das diversas atividades destinadas à unificação do grupo, o trabalho desenvolvido ainda é muito disperso, desarticulado e fragmentado em virtude da distribuição do parlamentares pelos mais diversos partidos políticos. Em sua concepção, não há, pois, uma atuação orgânica, formal e focada. Apesar da existência oficial da Frente Parlamentar Evangélica, suas ações não são estratégica nem racionalmente planejadas, ocorrendo no improviso e na informalidade.

**[Como a Frente Parlamentar Evangélica atua?] É muito solta, né? Todo mundo é de partidos distintos. Basicamente funciona assim: temos uma reunião toda quarta-feira, um culto de oração, a cada quinze dias [temos] uma vigília e reunimos basicamente a cada quinze dias a coordenação da Frente para tirar pautas para a gente poder estar trabalhando [sic]. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), primeira entrevista, realizada em 04/06/2008, na Liderança do Governo na Câmara Federal).**

*Nós trabalhamos na informalidade, nós não somos uma coisa muito orgânica. Basicamente, o que fazemos é registrar. Nós fazemos uns registros, catalogamos, às vezes mandamos correspondências para informar o que está acontecendo. Basicamente é isso. (...) Nós temos também o departamento jurídico que mapeia todos os projetos que dizem respeito à igreja, que nos interessa debater, discutir, pra gente se posicionar. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do Governo na Câmara Federal).*

### **Objetivos e Estratégias de Ação**

O principal objetivo da Frente Parlamentar Evangélica é garantir o acompanhamento e a avaliação de todos os projetos de lei em tramitação na Câmara Federal a fim de evitar a aprovação daqueles considerados um “acinte” à moralidade cristã. Conforme as declarações dos parlamentares, é preciso manter-se em estado de alerta e atenção, visto que a cada instante são elaboradas novas proposições, algumas totalmente contrárias aos princípios cristãos. A “vigilância” deve ser absoluta e a observação constante. Qualquer distração pode gerar a aprovação de propostas legislativas que “ameaçam a vida”, “desestruturam a família” e “atentam contra a moral”, gerando, assim, desordem e caos. A frente desempenha uma função policial, dado que fiscaliza, inspeciona e vistoria as proposições de modo a impedir a modificação da legislação, assegurando a conservação da ordem social. Sua atuação política, por conseguinte, está voltada à afirmação e defesa dos valores cristãos, à

valorização da família tradicional assim como à preservação da moralidade e dos bons costumes. Trata-se, pois, de um trabalho de resistência aos avanços sociais, às reivindicações dos movimentos progressistas e à transformação da sociedade. Nesse sentido, podemos atribuir à ação dos deputados evangélicos o caráter ideológico, tendo em vista o esforço que empreendem para impedir que inovações sejam incorporadas ao código legislativo. Segundo Martín-Baró (2001), a ideologia se articula aos interesses das classes dominantes, promovendo a conservação do *status quo* e a reprodução dos sistemas constituídos. Dessa maneira, a Frente Parlamentar Evangélica, ao atuar no sentido da manutenção dos princípios e valores socialmente consolidados, favorece os grupos dominantes, dado que reforça sistemas simbólicos convencionais que funcionam como sustentáculo das estruturas sociais.

*A Frente atua fazendo uma filtragem de todos os projetos que aparecem aqui para ver se eles estão em consonância ou, pelo menos, não agridem a palavra de Deus. Então, nós temos cuidado para que nós não permitamos que sejam aprovados preceitos, leis, decretos que vão entrar em contradição com a nossa fé, que é a fé bíblica, que é boa pra todo mundo, é boa até para quem não acredita. A palavra de Deus é boa até para quem não crer nela assim como a água é boa para todo mundo, ou até quem não gosta de beber água e tem que beber, assim é a palavra de Deus. Então, nós atuamos no sentido de preservar para que o país tenha uma conduta legislativa e, sobretudo, executiva que pelo menos se aproxime dos parâmetros bíblicos. Essa é a principal finalidade da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. (Deputado Antônio Cruz (PP/MS), entrevista concedida no dia 04/06/2008, no corredor da Câmara Federal).*

*O trabalho da Frente é mais especificamente esse: monitorar todos os projetos que, de alguma forma, impactam essa questão moral e espiritual da sociedade. Entendeu? Estamos focados exatamente nisso. É como se fosse, digamos assim, uma turma das igrejas evangélica e católica, porque os católicos também fazem parte e atuam... É como se fosse um plantão de monitoramento. Eles olham e ficam ligados, porque em que pese ser uma Casa democrática, aqui tem muitas ideias meio malucas, pouco convencionais. E parte do nosso trabalho é exatamente esse. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

*A bancada – como bancada e até mesmo os deputados isoladamente – acompanha todos os projetos que estão aí, principalmente os que já estão em pauta para votação, para que a gente se intere do teor para que a gente possa posicionar o voto. Então, nós acompanhamos todos os projetos. Evidentemente que há reuniões e tal [nas quais] se discute e se divulga como que a bancada evangélica se posiciona... Então, seria mais ou menos isso aí. (Deputado Natan Donadon (PMDB/RO), entrevista concedida no dia 03/06/2008, na sala de reunião da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*(...) eu diria que a Frente, com os projetos que têm cunho religioso, ela tem uma participação efetiva. Todo projeto de cunho familiar, que envolve a família, ela tem um trabalho efetivo nisso. A Frente Parlamentar Evangélica defende muito os direitos da família, os direitos das pessoas, o direito de livre expressão e muitos direitos humanos também. (Deputado Leonardo*

**Quintão** (PMDB/MG), entrevista realizada no dia 17/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).

*Eu acho que nós temos que ser um pouco mais agressivos na defesa de princípios e de modos, mas a bancada sofreu alguns desfalques na legislação passada. E isso, de certa forma, a gente viu que hoje é que ela está ganhando corpo e, possivelmente, mais possibilidades de realização do seu trabalho. Ela está se expandindo, ganhando força em decorrência dos temas que estão em pauta. Por exemplo, há cerca de oito ou dez dias atrás nós sepultamos aquele projeto do aborto por 33 a zero. Isso foi um trabalho forte da Frente. (Deputado Manoel Ferreira (PTB/RJ), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*[A Frente atua] mais na defesa... É uma atuação periódica para se defender de propostas que de vez em quando aparecem na Casa, que tentam ferir princípios bíblicos, religiosos e morais, onde nós não nos omitimos e nos manifestamos [sic]. Mas nós não temos uma atuação conjunta em termos de bancada para negociar com o governo, para criar uma dificuldade pra colher uma facilidade, como fazem as outras bancadas aqui da Casa. (Deputado Neucimar Fraga (PR/ES), entrevista realizada em 04/06/2008, nos corredores da Câmara Federal, a caminho do plenário).*

*A Frente Parlamentar Evangélica tenta segurar a barra na questão legislativa pra que a porteira não abra de repente e o gado não espane todo. (...) Tem algumas coisinhas que estão por aí que o segmento evangélico-católico tem interesse que freie, segure e outras que andem e avancem, porque favorecem e é bom pra sociedade, são pilares que sustentam as questões cristãs, morais, éticas e tal. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

*A bancada tem uma guarda montada para preservar os seus princípios. Aí, ela é inquestionável, implacável, ela trabalha mesmo no acompanhamento desses projetos que têm a ver com a igreja, que hoje são mais de trezentos aqui na Casa. Nesses projetos, a bancada é infalível, ela acompanha tudo. Passou de uma comissão pra outra, a bancada está acompanhando junto com seus representantes, diariamente. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*É toda hora vigiando um projeto desses maus, que correm silenciosamente para ver se nos driblam. Então, nosso trabalho é levantar na rede de computação, é acompanhar com um assessor e com outro onde estão os projetos ruins para a gente barrar. E também propor bons projetos para melhorar a situação da nação. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*Nós da bancada estamos vigilantes. É uma bancada que está atenta aos projetos que atentam contra a vida, que atentam contra a moralidade, os bons costumes, enfim... Nós temos acima de tudo a certeza de que não estamos agindo dentro de um preconceito nem discriminação, mas valorizando a família em primeiro lugar. A valorização da família e da vida é algo essencial e inerente a toda bancada. São defesas que fazemos aqui, que eu acho que é uma bandeira da bancada evangélica. A defesa da vida... Não sei se você sabe, mas recentemente conseguimos inclusive evitar a aprovação de um projeto que atentava contra a vida e de outro ligado justamente a algumas ações que atentavam também contra a moral. Portanto, a bancada evangélica tem procurado consolidar projetos que busquem principalmente a valorização da família. (Deputado Cléber Verde (PRB/MA), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*(...) nós estamos sempre vigilantes às matérias que são dos nossos interesses, que vão contra os nossos costumes e vão contra a palavra de Deus. (Deputado Carlos Willian (PTC/MG), entrevista concedida em 24/06/2009, durante uma sessão de votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário Dez da Câmara Federal).*

O grupo de assessoria da Frente Parlamentar Evangélica é imprescindível nesse processo de acompanhamento e mapeamento das proposições que estão tramitando no Congresso Nacional. De acordo com o depoimento de Damares Alves, o trabalho dos assessores é ininterrupto e ocorre em tempo integral. A eles, compete fazer o mapeamento e a seleção dos projetos de lei que interessam à “causa” cristã a fim de segui-los diuturnamente para combatê-los em todas as fases do processo legislativo. Após a realização dessa análise minuciosa, a assessoria elabora um relatório acerca do transcurso das proposições, indicando aquelas que foram votadas, aprovadas, bloqueadas ou engavetadas e sinalizando o seu encaminhamento. As informações obtidas nessa pesquisa são transmitidas à secretaria executiva da frente e a cada um dos parlamentares evangélicos. Segundo os assessores, esse trabalho só é possível graças ao sistema de informação da Câmara Federal, responsável pela transparência dos trabalhos legislativos assim como pela divulgação das proposições e do seu trajeto nas comissões da Casa, o que facilita a checagem de tudo. Damares declarou que é necessário examinar de forma diligente e cuidadosa o texto dos projetos de lei, cuja aparência esconde profundas armadilhas, destinadas a despistar os “vigias” de plantão: *“Essas propostas, em sua grande maioria, têm uma cara muito boa. Mas quando a gente vai ler nas entrelinhas...”*<sup>26</sup>. Para auxiliá-la na leitura subliminar das proposições, ela convoca inúmeros advogados cristãos e, após receber seus pareceres jurídicos, define quais projetos devem ser criteriosamente acompanhados com vistas a barrar sua aprovação.

*A formação do GAPE se desfez, mas o pessoal continua unido. Por exemplo, nós, assessores, que fazemos esse trabalho somos muito amigos e trabalhamos em parceria diária, noturna, pela madrugada adentro... (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Nós temos uma pessoa que é responsável por fazer o acompanhamento dos projetos e fica full time analisando os projetos, as matérias que vão entrar em pauta, o que está sendo votado e assim por diante. Essa pessoa nos dá esse referencial, nós entramos mais a fundo nesses projetos e conversamos com a Frente Parlamentar sobre a ação que nós devemos ou não tomar. (Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).*

---

<sup>26</sup> Trecho extraído de uma entrevista concedida por Damares Alves ao deputado federal Robson Rodovalho, em seu programa “Domingo da Fé”, na rede Gênesis de Televisão, em janeiro de 2010: <http://deputadorodvalho.blogspot.com/2010/01/dra-damares-alves-em-entrevista-no.html>, site acessado em 26 de dezembro de 2010.



*Deixa eu te mostrar aqui a agenda. A gente pega tudo que está acontecendo na Casa e a gente informa com cuidado. No plenário, nós identificamos que nessa semana o Plano Nacional da Juventude tinha que ter uma atenção especial. Aí, identificamos [que] na Comissão de Planejamento Familiar estava em pauta a questão dos recursos educacionais, materiais e científicos necessários ao planejamento familiar, vasectomia e laqueadura de trompas para maiores de 21 anos. Nós vimos aqui outra coisa interessante: proibida a propaganda e o anúncio de serviço de sexo. A gente acompanha a votação que vai acontecer na Câmara dia a dia. As demandas relativas à igreja, aos direitos humanos (nós tínhamos essa do combate ao infanticídio), à educação (nós tínhamos a questão do ensino domiciliar), a gente separa. A gente vê a pauta de todas as comissões – do plenário da Câmara e do Senado – e [define] quais as demandas que a gente tem que ficar atento nessa semana. Depois, a gente faz o relatório do que foi votado, do que foi aprovado e do que não foi. Eu vou só dizer uma coisa pra você para terminar sua entrevista. Ontem, eu estava lendo e, por um acaso – aquelas luzes que acontecem –, eu vi um projeto de lei chamado “liberdade de expressão”, do Antonio Palocci. Aí, eu fui ler o projeto e fiquei assustada, porque o projeto modifica o artigo 20 do código civil, que fala que uma coisa pessoal sobre tua vida só pode ser divulgada com o seu consentimento. O Palocci quer mudar esse artigo, dizendo o seguinte: “aquilo que for do interesse coletivo, eu vou publicar, você autorize ou não”. Por exemplo, eu sou filha de um pastor e meu pai tem um filho fora do casamento. Isso é um assunto meu e da minha família. Eu não quero divulgar isso na minha biografia. Aí, ele acha que como eu sou uma pessoa pública, o povo tem que saber que meu pai tem um filho fora do casamento. Mas vindo do Palocci... Aí, a gente vai lembrar que ele, como ministro, perdeu o cargo porque divulgaram o sigilo bancário do caseiro. Você lembra da história... O que o Palocci quer? Quer se livrar de uma acusação, alegando... Como eu poderia ligar esse fato ao projeto de lei dele? O caseiro estava envolvido numa grande confusão, era interesse da coletividade e eu tinha que divulgar a conta bancária dele. Você está me entendendo? Então, o projeto... Eu comecei a ler e pensei: “será que eu estou vendo pêlo em ovo?”. Eu fico tão preocupada. Aí, o que eu fiz? Eu pego o projeto e mando para o grupo de apoiadores: “por favor, leiam esse projeto de lei”. Aí, determinada pessoa do grupo leu e escreveu: “esse processo é um absurdo, um retrocesso, um acinte à lei de imprensa”. Já me deu a opinião dela. Aí, vem outro: “não se deve publicar biografia não autorizada que macule a imagem da pessoa; um exemplo, o livro sobre o Roberto Carlos, cantor”. Cada um já começou a apresentar sua posição pra mim ter uma ideia formada [sic]. Já tem advogados mandando [sua opinião]... Outro projeto de lei [diz respeito ao] Estado financiando o crime. Nós descobrimos ontem [que] um deputado quer que a mulher que aborte em caso de estupro ganhe três salários mínimos de prêmio. Que prêmio? Porque abortou a criança fruto do estupro? Aí, o pessoal acha que é o Estado patrocinando o crime. Eu sempre mando esses projetos para o pessoal ler. Eu tenho dessas coisas da gente estar conversando todo mundo junto. Entendeu? Tem advogados, procuradores da República, o pessoal que precisa estar antenado para nos dar informações. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*A gente tem um sistema hoje muito bom na Câmara, que é o sistema de tramitação de projetos, que tem palavras-chave que a gente acompanha semanalmente. Por exemplo, liberdade de expressão. Tudo que diz respeito à liberdade de expressão, nos chama a atenção e a gente vai ver o que eles querem com liberdade de expressão. É uma proposta boa? É uma proposta que respeita a liberdade de expressão, mas também a liberdade religiosa? É uma proposta que defende a liberdade de expressão, mas não estaria fazendo apologia à pornografia, à pedofilia? Então, a gente lê aqui e avalia... [Que outras palavras-chave vocês utilizam?] Família, direito da mulher, respeito à cultura, religião, tudo que diz respeito à religião, tudo que diz respeito à criança, ao jovem, ao adolescente, ao preconceito, à discriminação, à violência. Então, essas palavras-chave nos chamam a atenção... (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Como a Câmara tem a estrutura que tem e hoje, claro, é direito de todo cidadão acompanhar os processos de tramitação dos projetos de lei, então é através desses recursos disponíveis nos*

*gabinetes que a gente consegue acompanhar as origens, [fazer] o acompanhamento, ter acesso ao parecer de cada um. São esses os instrumentos que a gente utiliza dentro do Congresso Nacional. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

Conforme o depoimento de alguns deputados, outro objetivo da Frente Parlamentar Evangélica é inviabilizar a regulamentação de qualquer impedimento legal ao crescimento e funcionamento das igrejas e inibir a aprovação de leis que ponham em risco a liberdade de expressão e de culto. O discurso evangélico costuma reforçar a tese descabida de que a liberdade religiosa no Brasil pode ser ameaçada por algum ato político. Trata-se de uma ideologia persecutória e conspiratória, desprovida de racionalidade e coerência, que serve apenas para justificar as pretensões políticas da Igreja Evangélica. Essa estratégia ideológica consiste na construção de um inimigo invisível e imaginário contra o qual se deve lutar para garantir a própria sobrevivência. Thompson (2002) denomina esse procedimento de “expurgo do outro”, que proporciona a integração do grupo em nome do combate ao suposto adversário, considerado perigoso e ameaçador.

*Eu acho que o ponto principal que os evangélicos têm que defender é esse: não deixar [passar] leis que prejudiquem o funcionamento das igrejas, o direito e a liberdade de expressão. Como o homossexual quer a liberdade, como o negro quer a liberdade, como tem as cotas, eu acho que o maior ponto que o evangélico tem que lutar é evitar que as leis que estão sendo elaboradas prejudiquem a sua doutrina. “Não. Nós vamos obrigar os templos religiosos que de manhã e de tarde abram para ser creche”. Espere aí... O que é isso? Quem construiu fomos nós com o dinheiro dos nossos dízimos. Então, nós não temos que aceitar isso. (Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

*(...) a Frente Parlamentar Evangélica funciona também como uma espécie de escudo para proteger a liberdade de crença e de culto, que já foi consagrada pela Constituição. (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*(...) estamos sempre atentos aqui, buscando exatamente essa vigilância para que a igreja mantenha a sua liberdade de expressão e possa continuar desenvolvendo seu trabalho de evangelização. (Deputado Takayama (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).*

*Eu diria o seguinte: a nossa [posição] defensiva é como a do karatê. Eu já pratiquei esse esporte e sei. Você fica ali plantado, acompanhando cada movimento para que você se defenda do golpe que vem quebrando, mas na mesma hora você ataca de forma explosiva. Se você não atacar explosivamente, você não consegue vencer. (...) nós estamos sempre na vigilância,*

*estamos sempre na espreita para não deixar passar essas coisas, porque a todo instante eles jogam novos projetos, principalmente o movimento gay. O movimento gay joga... Tudo que é proposta eles querem entrar. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE) segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

A vigilância, prescrição tão corrente entre os evangélicos, sugere que todos se mantenham em estado de atenção, criando um clima de ameaça e pressupondo que algum episódio desfavorável venha a ocorrer. Recomenda-se que estejam prevenidos para não serem pegos de surpresa quando forem atacados, podendo, assim, se defender. Nesse contexto, reforça-se a ideologia da guerra entre o bem e o mal, a luz e as trevas, o certo e o errado, que polariza e divide o mundo em duas categorias opostas e adversárias. Para Martín-Baró (2003), a polarização ideológica corresponde à divisão maniqueísta da realidade com base na criação de um inimigo que legitima ações arbitrárias, justifica excessos e intensifica laços de solidariedade e compaixão. Cabe ao bem enfrentar o mal com todas as suas armas e dominá-lo. Esse discurso beligerante serve de justificação para o interesse dos evangélicos pelo ingresso na política partidária. Logo, a disputa política assume ares de guerra espiritual.

*O fluxo da Casa é esse: enquanto tem a gente pra ser contra certo tipo de ação, tem outros implementando as ações. Ontem, o governo oficializou a troca de sexo por conta do SUS e aí aparece o Ministro morto de feliz anunciando, enquanto tem milhares de pessoas na fila para [fazer] outro tipo de operação. A gente precisa estar aqui pra lutar contra esse tipo de coisa. Isso sempre vai existir. É a luta do bem e do mal, é a luta do sim e do não, do negro e do branco no sentido da escuridade e da claridade. Vai ser sempre assim... (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

[Deputado Robson Rodovalho: **Conta para o nosso telespectador como é a luta que nós enfrentamos no Congresso Nacional em relação ao número de projetos de lei contra a Igreja. Quem está do lado de cá acha que existe uma paz perene, uma paz estável, que não precisa nem de cristão na Câmara, no Senado, na Política, que tudo vai continuar bem do jeito que está. Explica pra gente, Damares]** *É uma luta diária. Eu digo que [uma luta] de hora em hora. Em todos os dias e em todos os instantes surgem propostas de lei, propostas legislativas, contrárias à vida humana e à família. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida ao deputado federal Robson Rodovalho, em janeiro de 2010, na rede Gênesis de Televisão).*

Para vencer essa luta diária, considerada por muitos uma batalha espiritual, os parlamentares evangélicos mais atuantes, especialmente o capelão e o presidente da

frente, utilizam expedientes políticos comuns na Câmara Federal: informam a seus pares os projetos de lei que estão em tramitação, os convocam a participar das votações, lhes orientam a assumir determinadas posições, procuram convencê-los a votar conforme suas orientações e definem estratégias de ação, comumente, para bloquear ou engavetar proposições. Embora a frente não possa “fechar questão” nem penalizar o congressista que não vota de acordo com suas instruções, ela costuma divulgar seu posicionamento, indicar o voto e persuadir o deputado a acatar sua indicação. Além disso, para fazer valer seus objetivos, ela encaminha à comissão onde está ocorrendo a votação a maior quantidade possível de parlamentares evangélicos, munidos de argumentos jurídicos e dispostos a fazer pressão.

*A partir do momento que a gente identifica algum projeto que, do ponto de vista dos segmentos religiosos, deve ser aprovado ou, do ponto de vista dos segmentos religiosos, especialmente o segmento evangélico, precisa de ajustes ou não pode ser aprovado, a Frente convoca os parlamentares e passa toda uma orientação: “esse projeto aqui está na pauta da comissão tal ou vai para o plenário. Ele precisa ser aprovado porque ele significa isso, isso e isso. Ele não pode ser aprovado porque do nosso ponto de vista ele contraria os princípios bíblicos, os princípios cristãos, ou ele pode ser aprovado, mas tem que ter uma emenda aqui, senão...”. Então, a função do presidente da Frente é convocar os deputados, orientá-los e estabelecer qual é o procedimento político que nós vamos adotar naquele momento para alcançar o nosso objetivo. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

*Um exemplo clássico é a questão do aborto. Há 17 anos nós tínhamos aqui na Casa um conjunto de projetos para a legalização do aborto no país. A Igreja Católica é contra e o segmento evangélico é contra. Nós defendemos a vida, nós defendemos a vida. Em alguns momentos, governos anteriores tentaram estimular essa votação, mas a presença de parlamentares cristãos na Casa terminou dificultando isso. Nesse governo do Presidente Lula, nós tivemos um grau de dificuldade maior, porque esse é um governo abortista, que defende o aborto claramente, de forma aberta, sem nenhum constrangimento, quer o presidente da república, quer o ministro da saúde, Temporão. Então, nós tínhamos um grau de dificuldade maior. Mas nós fomos conversando e estabelecendo a nossa estratégia, quem é que vai para a comissão, quantas pessoas a gente tem que ter na comissão e assim por diante. Quando a estratégia estava montada, nós ajudamos a articular para que o projeto fosse pautado na Comissão de Seguridade Social. Nós achávamos que teríamos um placar apertado. Acreditávamos que íamos ganhar, mas com um placar apertado. E Deus que é fiel e que é o senhor da vida fez com que os projetos fossem rejeitados na Comissão de Seguridade Social por unanimidade dos votos, por maioria absoluta, o que pra nós foi uma surpresa, mas que revela a fidelidade de Deus. Foram na sequência à Comissão de Constituição e Justiça, onde nós também tínhamos toda uma articulação. Por isso, não demorou a ser pautado e lá quase que eles teriam sido derrotados também por unanimidade, me parece que apenas seis deputados votaram contrariamente à nossa posição. Uma vitória extraordinária, mas a partir exatamente disso, da Frente Parlamentar Evangélica, que termina chamando, orientando, estabelecendo as estratégias e os procedimentos. Por quê? Nesse caso, não dá pra agir segundo a orientação dos partidos. Cada partido tem uma orientação, que nem sempre vai combinar com a posição do*

segmento religioso, evangélico e católico. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).

(...) Nós temos esses soldados... Eu acho que hoje nós estamos na casa de – somos um grupo pequeno, mas atuante – uns onze [assessores], divididos em comissões. Os onze estão divididos por comissões. Eu, por exemplo, acompanho três comissões, Seguridade Social e Família, Direitos Humanos e Amazônia. Tudo que tem ali que diz respeito a alguma demanda que nos interessa eu estou acompanhando. **[E vocês conversam...]** Dia e noite. Deixe eu te contar uma coisa. Eu vou te falar de um projeto de lei que diz respeito à homofobia, que é um assunto que a gente acompanha. O senador Paulo Paim aprovou um projeto de lei que penaliza o preconceito e a discriminação no Brasil. Um projeto de lei perfeito, do jeito que a gente sonha, porque nós também queremos o combate à discriminação e ao preconceito. Essa é uma luta nossa. Só que aí, quando ele chega na Câmara, nós estávamos brigando contra outro [projeto] que está no Senado, que é o famoso PLC 122, que tem a senadora Fátima Cleide na relatoria. Aquele PLC lá é complicado. Nós apontamos 16 vícios inconstitucionais nele. Ele tem 16 vícios inconstitucionais e ele é injurídico. Ele não passa juridicamente. O que aconteceu? Quando esse projeto perfeito do Paulo Paim chegou, que nós lemos, na hora pensamos: “puxa, é isso que a gente quer. A gente quer o fim do preconceito, mas sem a criminalização da homofobia, da forma como eles querem”. Aí, a gente divulgou uma nota para os nossos parlamentares de que nós tínhamos que votar todos a favor do projeto de lei do Paim. A votação seria quinta, vamos supor uma quinta-feira, nós já tínhamos divulgado essa informação para todo mundo, só que na noite anterior a relatora mudou o voto do parecer do Paim. Simplesmente, mudou. O que ela fez? É a Janete Pietá. Ela tinha apresentado um voto dizendo: “excelente o projeto do senador Paim. Vamos votar”. Na noite anterior à votação, não foi bem na noite, foi num período em que ninguém leria, foi assim: no último dia antes do recesso, ela muda o voto e o projeto vai à pauta no primeiro dia após o recesso. Então, acreditou-se que nesse período ninguém leria e nós já tínhamos dado voz de comando pra todo mundo votar a favor. Havia até mobilização na internet a favor desse projeto. Nesse período, ela muda o voto, dizendo o seguinte: “sou a favor do Paim, mas nesses termos...”. Aí, ela transcreve o PLC pra cá. Ela apresentou um substitutivo grave que, inclusive, dizia o seguinte: “a literatura considerada homofóbica seria recolhida antes do inquérito policial”. Isso quer dizer que se eu fizesse um Boletim de Ocorrência dizendo que seu livro é homofóbico, antes de começar o inquérito policial ou ter o julgamento de que realmente ele é homofóbico, já seria recolhido. A gente acha que isso aí é uma violação dos direitos, porque uma coisa é eu acusar que o teu livro é homofóbico, outra é eu provar e o ônus da prova é de quem acusa. Certo? Qual é a literatura considerada homofóbica pelo movimento [gay] atualmente? É a bíblia. Eles acreditam que as duas palavras mais homofóbicas, classificadas por eles, são sodomitas e efeminados. E essas duas palavras estão onde? Na bíblia. Então, nós entendemos que aquele artigo, uma vez aprovado, abriria brechas para que a bíblia fosse recolhida. E nós tínhamos dado voz de comando para todo mundo votar naquele projeto. Mas a gente não leu. Quando foi na noite anterior à votação, por um acaso, era por volta de duas horas da manhã, eu me lembro que eu estava no MSN com o Paulo e resolvemos ver o relatório: “vamos olhar o voto”. Quando a gente abre, o voto está mudado. Aí, tivemos que na madrugada fazer uma mobilização com os assessores e parlamentares. Antes de chegarem na Casa, eles [deveriam] mandar para os seus gabinetes um e-mail de alerta para que não votassem, porque a votação seria de manhã. Então, esse alerta é quase que de hora em hora. A gente se fala o tempo todo. **[Qual foi o resultado desse processo?]** Indo pra comissão, houve uma manifestação de toda bancada, de quem estava ali, contra a atitude dela de mudar o voto sem comunicar a ninguém e mudar o voto pra pior. Ela viu que a pressão era grande. Então, ela retirou e até hoje não botou de volta nem o voto antigo, nem o atual nem criou um novo. Nós estamos dia e noite olhando esse projeto. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).

Nas votações importantes, os deputados Pedro Ribeiro (PMDB/CE) e João Campos (PSDB/GO) conversam pessoalmente com cada congressista evangélico, inclusive com aqueles que não participam dos eventos religiosos nem das discussões polêmicas envolvendo questões morais. Uma forma de abordá-los é tratá-los como se estivessem próximos, como se fossem atuantes e fizessem parte do grupo. Apesar de distantes, quando convocados a votar segundo a recomendação da frente, costumam atender prontamente à solicitação. De acordo com alguns depoimentos, embora não sejam atuantes, são comprometidos com a causa evangélica de sorte que geralmente votam em conformidade com a indicação da frente. Para o capelão da organização, é necessário desenvolver um trabalho de conscientização junto a esses deputados, fornecendo-lhes informações importantes acerca do conteúdo dos projetos de lei e da natureza das votações. Em sua concepção, por conta do distanciamento, muitos deles estão alienados e não conhecem as proposições que negligenciam os princípios cristãos e interessam às igrejas evangélicas. Os parlamentares da Igreja Universal são os que menos participam das atividades promovidas pela Frente Parlamentar Evangélica, seguindo provavelmente orientação da cúpula eclesiástica. Contudo, geralmente votam com o grupo, exceto quando a pauta envolve o tema do aborto, ao qual são favoráveis.

*Por exemplo, tem certo deputado que cumprimenta a gente e essa coisa toda, a gente sabe que ele é evangélico porque ele se identifica como evangélico, mas não vai ao culto, não vai ao almoço da ADHONEP, não vai à vigília que a gente faz também aqui, mas tem uma votação séria. A votação do divórcio instantâneo que passou na semana passada... Como você sabe, a primeira votação só obteve quinze votos “não”. Isso por falta da nossa mobilização e de conscientização, porque você sabe que muitas vezes o deputado vota seguindo o partido. Ele vê a direção do líder e vota com o partido. E às vezes vota uma coisa inapropriada ou inadequada com sua própria postura e foi o que aconteceu na primeira votação do divórcio instantâneo. Muita gente desapercebida. Graças a Deus, eu perdi essa votação. Eu estava pela Casa, mas perdi a votação. E o que aconteceu? Só quinze votos “não”. Quando nós nos mobilizamos... Aí, na hora de uma votação dessas, nós falamos normalmente, tranquilamente como se aquele irmão, aquele deputado que nunca comparece, nós o tratamos como se ele estivesse conosco todos os dias: “amado, você sabe, tem votação tal, assim, assim, assim. Você certamente votará conosco”. Ele diz: “não, tranquilo”. Então, na hora das grandes votações, das coisas complicadas, nós vamos a eles normalmente como se eles estivessem conosco todos os dias e eles também nos tratam bem, porque no final tem o respeito e a consideração. A pessoa que é evangélica não pode ser contra a gente, que tanto se esforça. Não pode. Ele pode até não querer se envolver, mas ele não critica, ele não é contra, embora ele nunca faça. Então, a gente se relaciona assim e vai indo bem. No final, é uma Frente poderosa. Nós passamos de 15 votos para 88. Só perdemos por sete votos. (...) É assim que a gente faz: mantém os acesos bem próximos para serem tições que tenham brasas flamejantes e aqueles que estão um pouco mais distantes, a gente sopra e põe juntinho para se aquecer. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

**[Existem deputados evangélicos que são mais distantes e não têm tanto envolvimento com a Frente Parlamentar Evangélica. Como a Frente atua ou trabalha com esses parlamentares?]** *As vezes, eles participam pouco, mas quando se precisa e vai atrás, eles respondem bem. Eles quase não vão às reuniões, quase não vão aos cultos, mas eles são. Então, quando a gente necessita, a gente mapeia, localiza, chama e eles respondem a esse chamativo. Na hora da votação, eles comparecem. Tranquilo, sem problema. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

*Nós sabemos que [em] nenhum segmento 100% [de seus integrantes] acompanham... Então, nós temos essa dificuldade também. Quando existe uma matéria muito polêmica, a gente tenta envolvê-los. De que maneira? Indo ao gabinete, conversando... Os parlamentares sentam com os colegas parlamentares e procuram conscientizá-los. É claro que a gente respeita, a Frente é suprapartidária e interdenominacional, nós temos deputados de todos os partidos, de todas as denominações. Então, realmente a gente tem essa dificuldade, mas na hora de votar fechado num projeto polêmico, a gente faz um trabalho mais intenso e tem um resultado mais eficiente. Nesse caso, sempre a gente tem uma resposta satisfatória, é notório, a sociedade tem visto e acompanhado o impedimento de grandes projetos, [que] são impedidos aqui exatamente porque existe a Frente Cristã no Congresso Nacional. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

*Mesmo que o parlamentar não seja envolvido com a Frente, ele é envolvido com a causa. Deixe eu te dar um exemplo bem claro. O deputado Arolde de Oliveira não participa das reuniões da Frente. Mas se ele estiver numa comissão e ali está sendo discutido o tema da pornografia, a gente senta ao lado dele e diz: “deputado, tem que pedir vista” e ele ouve. Todos os parlamentares recebem com muito bons olhos a nossa atuação nesse sentido, porque eles sabem que nós estamos antenados. Do mesmo jeito que eles recebem as nossas orientações... Os parlamentares nos ouvem, mesmo aqueles que não querem ser filiados à Frente Parlamentar Evangélica, sabem que... Porque, assim: os parlamentares às vezes deixam de ser parlamentares, mas a gente continua aqui e a história da gente passa de um pro outro. Então, eles sabem que o nosso interesse é a causa, é a demanda. Mesmo aqueles que não participam ativamente da Frente, ou pedem sugestões ou nos ouvem ou nos acompanham [nas votações]. Todos são ligados a essas pautas. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Eu repito: mesmo aqueles que não estão ligados à Frente, são comprometidos com a causa. [Na hora em que são convocados, eles atendem...?] A causa. Sim, atendem. [Inclusive os parlamentares da Igreja Universal?] Sim, sim. A única coisa que a gente diverge com relação à Universal ainda é a questão do aborto. Aí, a gente não conta muito com eles, não. Mas no caso de todas as outras demandas, quando precisa, a gente vai lá, fala com eles e mostra: “é essa a tendência, é esse o melhor caminho”. Agora, os deputados da Universal hoje têm uma assessoria própria, muito boa dentro dos seus gabinetes. Existe esse cuidado de ter bons assessores. É isso aí. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*A gente tem conseguido bons resultados. Eu acho que tem a ver com essa aliança que é firmada, porque não é muito difícil quando você fala com alguém que é tão convicto como você, que às vezes não se envolveu nem votou igual a você, porque não estava sabendo. Como ele não é ligado, ele não sabe. Mas quando a gente chega e faz a abordagem dizendo que precisa de apoio, ele está pronto. Então, quer dizer, a nossa... Graças a Deus, nós somos uma bancada pequena, aqueles que realmente trabalham são poucos, mas em razão da credibilidade que a gente alcançou e do espírito que está pronto daqueles que não se envolvem, quando a gente fala, eles nos atendem. Eu acho que aí está o nosso mistério. Além do mais, nós temos alguns assessores que são muito importantes. Eu citaria a doutora Damares, o doutor Paulo Fernando e o capitão Nery, que são assessores muito ativos, que nos munem de informações. De repente,*

*eu estou no gabinete, pego um expediente desse daqui e vejo o aviso do capitão Nery dizendo que amanhã vai entrar o projeto tal em tal canto. Então, eu já pego minha assessoria, mando ligar para os deputados e passar e-mail: “olha, amado, amanhã tem o projeto tal. Não deixe de ir...”. É por causa dos poucos que se envolvem que as coisas acontecem, porque eles se envolvem de corpo e alma. E é em razão da [nossa] credibilidade e do espírito dos demais que não se envolvem, que é o mesmo, que a gente se torna forte. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

Como estratégia de ação, os parlamentares se inscrevem nas comissões mais importantes para a preservação dos valores cristãos e da moralidade sexual, quais sejam: Comissão de Constituição e Justiça, Seguridade Social e Família e Direitos Humanos. Há, portanto, uma distribuição dos deputados pelas comissões mais relevantes a fim de acompanhar o andamento das atividades e o encaminhamento dos projetos, sobretudo daqueles que contrariam os “preceitos bíblicos”. Nas ocasiões em que esses projetos são votados, a secretaria executiva da frente envia e-mail para cada parlamentar e solicita sua presença na comissão. Inclusive aqueles que não a integram são convidados a comparecer para se manifestar e argumentar com o propósito de convencer os presentes. Busca-se reunir o maior número de parlamentares evangélicos para pressionar seus pares e criar um clima de vitória triunfal. Como a quantidade de deputados evangélicos não é expressiva, utiliza-se a estratégia do barulho para causar impacto e dar a impressão de volume. Procura-se intimidar o “adversário”, enchendo a sala de aliados e se colocando de forma estridente. A Frente também se preocupa com a escolha do relator, responsável pela elaboração de um parecer favorável ou contrário à propositura. Quando um projeto é encaminhado para determinada comissão, logo se prepara um requerimento reivindicando a relatoria.

**[Nas Comissões, como é que a Frente trabalha e articula os deputados presentes?] Por exemplo, nós procuramos aquelas comissões que são mais relevantes para a sociedade, [como] Constituição e Justiça, Seguridade Social e Família, Direitos Humanos. Ai, nós somos alguns titulares e alguns suplentes. Se a votação é muito séria, a gente faz tudo para os suplentes assinarem cedinho, para adquirirem voto no lugar do titular, o primeiro que faltar, para que a gente multiplique os votos da gente. Então, na comissão a gente procura... Agora mesmo, na Seguridade Social e Família, nós estávamos numa reunião muito importante, não fomos à sessão – os poucos que somos da comissão – e passou uma modificação da lei Maria da Penha, que prevê que os namorados que batem nas namoradas – hoje são muitos casais formados de namorados – também sofram a penalidade prevista pela lei Maria da Penha. Além disso, incluíram nessa visão os casais gays, os namorados gays como namorados efetivos. Se**



*estivéssemos lá, não teríamos certamente deixado passar ou lutado muito para não passar. O que acontece? Perdemos... O projeto veio para a [Comissão de] Constituição e Justiça. Eu já entrei com um requerimento, antes do projeto chegar lá, pedindo a relatoria. Então, eu estando com a relatoria e mobilizando os companheiros da comissão e até os que não são... Porque você sabe que o deputado que não é da comissão não pode votar, mas pode falar, se manifestar. Às vezes, uma palavra levanta a consciência dos demais. Então, a gente procura – como eu disse, já que somos poucos – tocar a trombeta e reunir o máximo ali perto naquele momento pra gente ganhar. Você vê o caso aí... Graças a Deus, hoje o movimento GLBT já reconhece que nós atrapalhamos eles aqui. Eles dizem que não podem andar com muita celeridade, porque nós estamos no encalço. É como o aborto, é como esses demais [projetos]... (**Deputado Pedro Ribeiro** (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*A gente sempre está na defensiva. Veja bem. Foi transformada a secretaria da pesca em Ministério da Pesca. Ao chegar aqui numa segunda-feira, eu tomo conhecimento [de] que uma deputada – Iriny Lopes – tinha entrado com uma emenda à MP que tinha vindo do governo, para que fosse estabelecido, criado, dentro do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, um Conselho Nacional de Cidadania de gays, lésbicas, bissexuais e transexuais. Tudo isso dentro de um projeto que ia modificar a secretaria da pesca. Nós nos mobilizamos, eu entrei rapidamente na Comissão Especial que foi criada para esse fim, eu e o deputado João Campos. O presidente era um evangélico e havia mais três na comissão. O relator era um amigo do Ceará. E eu pressionei e disse que ele não acatasse a emenda, senão nós não íamos deixar passar o projeto. Como os pescadores estavam em cima, ele teve que abrir mão. Só que quando nós chegamos na comissão, a própria MP do governo já previa no seu artigo 24 a criação desse conselho. Aí, tivemos que outra vez voltar à carga, para que ele não acolhesse ou retirasse o artigo 24. Então, terminamos aprovando a criação do Ministério da Pesca, sem esse penduricalho de ali criar um Conselho Nacional de Cidadania do [grupo] LGBT. Então, nós estamos sempre na defensiva. Quando a gente descobre, corre pra lá. Esse foi um dos casos desse ano. (**Deputado Pedro Ribeiro** (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Por exemplo, a questão do aborto no ano passado foi interessante. Estava caminhando... Parece que o projeto de lei estava na [Comissão] de Seguridade Social e Família, alguma coisa assim, e nós conseguimos botar como membros da comissão todos que eram contra o projeto, colocamos todos. E os que eram a favor do projeto, só eram oito. Nós colocamos 33 [parlamentares contra]. Aí, como os oito acharam que se saíssem não dava quórum, pegaram e se retiraram na hora da votação. Ganhamos de 33 a zero. Foi uma lavagem. Então, a mobilização é assim: você mapear os seus possíveis aliados nas comissões, como qualquer outro trabalho, quem pode defender seu ponto de vista e atuar ali dentro, dando informação, respaldo, orientação ao deputado que vai votar aquele projeto, mostrando pra ele os dois lados, o lado correto e o lado errado. Via de regra, tem dado certo. (**Deputado Zequinha Marinho** (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

**[Como a Frente Parlamentar Evangélica atua para impedir a aprovação dos projetos contra os quais os senhores se colocam?]** *Por exemplo, atua no curso da tramitação. Eles chegam e vão para uma comissão. Naquela comissão tem um relator e aquilo é votado. O que você faz quando você...? E não é só isso. Qualquer Frente Parlamentar aqui dentro atua dessa maneira: vai pra comissão, tenta convencer os pares, [escolhe] um relator bom, um camarada com uma argumentação boa que defende o seu ponto de vista. Você tenta articular para que ele seja o relator. Está me entendendo? Usa a articulação interna. As comissões são todas assim. No dia da votação... Por exemplo, a questão do aborto aqui na Comissão dos Direitos Humanos, nós ganhamos. Foi uma pancada pesada. A gente já tinha feito lobby e todo pessoal que nós mobilizamos, membro da comissão, foi lá pra dentro discutir o projeto. Eles pisaram um pouco na bola, nós botamos 33 e eles botaram oito ou nove, um negócio assim. Foi uma*

*porrada! (...) É esse o jogo político daqui de dentro. Você defende isso na tribuna, etc., etc... É o jogo daqui. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

Como se pode perceber, os deputados evangélicos estão totalmente inseridos no jogo político. Ao longo da experiência parlamentar, eles aprenderam a utilizar as estratégias e procedimentos que caracterizam as disputas e negociações no espaço do Poder Legislativo, alcançando, assim, êxito em suas demandas político-religiosas. Eles passaram a adotar os mesmos expedientes políticos da Casa. “(...) nós tivemos que aprender isso na raça. Foi um aprendizado de como os outros movimentos se articulavam...” (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009). A assessoria, por conhecer o regimento interno da Câmara, foi indispensável nesse processo de integração. Ao ingressar no Congresso Nacional, os primeiros deputados evangélicos, sobretudo os pentecostais, se portavam como se estivessem em suas igrejas: liam a bíblia e apresentavam argumentações religiosas para refutar as proposições, tentando persuadir a audiência com um discurso ideológico inadequado para aquele contexto. Os assessores, de posse do conhecimento jurídico, constitucional e regimental, começaram a orientá-los a fazer uso de estratégias legislativas para interromper votações, bloqueá-las temporariamente, obstruí-las ou adiá-las, ganhando, assim, tempo para definir mecanismos de resistência eficazes e convincentes. A assessoria fornece aos deputados argumentos de natureza jurídica e política para que possam enfrentar os oponentes no debate legislativo e angariar os votos de que necessitam para fechar a pauta favoravelmente. É notável que, nesses espaços, os parlamentares evangélicos tenham substituído provisoriamente o discurso religioso pelo discurso político. Além desse trabalho, os assessores ainda monitoram as propostas legislativas espalhadas pelas diversas comissões parlamentares. Cada um deles fica encarregado de acompanhar as atividades de determinadas comissões, sendo incumbidos de convocar os congressistas em momentos emergenciais, mantê-los informados, elaborar dispositivos de ação e construir contestações plausíveis.

*O que nós temos hoje? Um grupo de assessores evangélicos e católicos, que trabalham monitorando as proposições dia e noite. De que forma a gente trabalha? Além de melhorar as propostas ou de derrubar as propostas ou de criar novas propostas, a gente tem conhecimento do regimento interno, das manobras regimentais. Por exemplo, a gente sabe a hora de pedir*

vistas a um projeto. Então, a gente leva o parlamentar para pedir vistas naquele projeto, naquela hora, naquela comissão. (...) Por exemplo, eu estou na Comissão de Seguridade Social e Família – eu vou te dar um exemplo prático – e lá tem um projeto de lei que distribui seringas e agulhas descartáveis para dependentes químicos. Nós entendemos que esse projeto mereceria ser discutido. Será que o Brasil...? [A chefe de gabinete foi interrompida por uma ligação telefônica]. *Aí, o que acontece? Na hora que a gente viu aquela proposta, a relatora apresentou um voto favorável e aí a gente questiona: “será que nós estamos em condições financeiras de tirar dinheiro do SUS para custear seringas e agulhas descartáveis para dependentes químicos, sob a alegação de que é redução de danos?”. Eu até entendo que é uma proposta boa, mas se nós não tivéssemos mais nada onde gastar dinheiro na saúde. Mas num país em que as crianças morrem de malária, as crianças morrem desnutridas, nossos velhos não têm acesso a uma cirurgia de catarata, nossas mulheres morrem no parto ainda nos dias de hoje, será que nós temos que desviar, desviar não, remanejar dinheiro de programas de assistência básica à saúde, para os dependentes químicos? E será que dar seringas e agulhas [descartáveis] vai realmente reduzir os danos? O consumidor de droga tem dinheiro pra comprar a droga e não tem dinheiro pra comprar a agulha e a seringa? Nós estaríamos beneficiando...* *Aí, a gente entende, assim, que nós estaríamos sendo colaboradores do narcotráfico. Eu imagino lá no morro o cara vendendo uma pedra de crack e já te dando uma agulha de cortesia, porque ele conseguiu no SUS de graça pra distribuir. Então, é uma demanda que requer o mínimo de debate para entender se ela vai ter eficácia no Brasil. No dia [em] que essa proposta estava em votação, o que nós fizemos? O que eu fiz, eu? Quem é o parlamentar que poderia pedir vista desse projeto agora? Eu não tinha nenhum ali na comissão sentadinho. Eu tenho uma lista de parlamentares que a gente considera pró-vida, pró-família, a gente os chama de pró-vida, pró-família; não que os outros sejam pró-morte, por favor... Mas é assim que a gente os chama carinhosamente, pró-vida, pró-família. Eles são mais sensíveis a essas questões. Por exemplo, eu não teria como naquele momento ali chamar o deputado ACM Neto, porque ele está tão ocupado com os números, com a economia, tal. Então, quem é o parlamentar que estaria preocupado com isso? Eu tenho uma lista. O que a gente faz? O parlamentar não está na comissão. *Aí, você liga: “deputado, o senhor vem correndo aqui agora?”.* *Aí, o deputado vem correndo: “fazer o quê?”. “Não dá tempo de explicar, pede vista ao projeto tal”. “Excelência, eu quero vista do projeto tal”. A gente interrompe a votação. Assim, ganhamos tempo pra gente sentar com ele ou com outro deputado: “olha, vamos apresentar uma modificação nesse projeto?”. Ou, então, assim, a gente quer derrubar o projeto, a gente está ali na Comissão, a gente sabe quem é contra e quem é a favor e faltam dois votos. A gente vai catar os dois votos. A gente faz o trabalho também ali... O parlamentar senta e tem que discutir [com seus pares], mas não tem argumento. A gente vai lá e diz: “fale isso”. Às vezes, o deputado chega no meio de uma discussão e não sabe o que aconteceu lá atrás naquela proposta. Eu estou lá, já sei o que foi dito e falo: “deputado, tal parlamentar disse isso e o senhor tem que argumentar dessa forma”. Ou, então, alguém pede vista de um projeto que regimentalmente já não cabe mais vista. Eu vou lá com o código: “deputado, segundo o artigo tal, não cabe mais vista”. Então, a gente está ali dando essa assessoria. Só ao meu deputado? Não, a todos que a gente considera pró-vida, pró-família. Às vezes, não são nem pró-vida, pró-família, mas é um parlamentar que está ali. Eu não tenho nenhum pró-vida, pró-família por perto e peço: “deputado, por favor, pede vista. Deputado, por favor, pede pra tirar de pauta hoje”. Então, a gente faz esse trabalho nos bastidores com relação às propostas. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).**

Com base no que foi exposto acima, é indubitável que a atuação da Frente Parlamentar Evangélica tem um caráter predominantemente combativo ou, como alguns deputados preferem dizer, defensivo. Sua ação visa combater proposições consideradas um insulto à moral cristã e à ordem pública ou, em outras palavras, defender-se de

ataques à integridade, à decência e aos bons costumes. Embora alguns deputados atribuíam-lhe um viés propositivo, sua postura é fortemente reativa, não se dirigindo à formulação de proposições, mas à aniquilação daquelas que lhe ameaçam. A Frente não possui uma bandeira a ser defendida nem um foco de atuação estabelecido. Certamente, a dificuldade de definir propostas decorre da dispersão dos parlamentares evangélicos por diferentes partidos políticos com matizes ideológicos muito distintos. Além disso, de acordo com o presidente da Frente, a quantidade volumosa de projetos que atentam contra os princípios cristãos inviabiliza a dedicação à elaboração de propostas legislativas com o selo do segmento evangélico. O deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE) alegou ainda que a intensa agenda de atividades na Câmara Federal e o curto período de tempo em Brasília também impedem o envolvimento da Frente com a criação de proposições que carreguem a sua marca. A organização, no entanto, apoia os bons projetos de lei, empenhando-se, articulando esforços e unindo forças para aprová-los. Por consequência, deduz-se que, para esse grupo, mais importante do que criar é preservar. Em seu cotidiano, dedica-se mais à conservação da moralidade cristã do que à construção de projetos inovadores e transformadores, o que reforça a tese de que a ação dos parlamentares evangélicos é profundamente ideológica.

**[A Frente tem uma postura propositiva ou não?]** *Nós estamos um tanto quanto descuidosos disso daí em razão de sermos de muitos partidos e pertencermos a muitas comissões diferentes. Tem uns partidos que são de oposição e outros que são de situação. Então, nós temos feito o seguinte: apoiado as boas proposições ou proposições. A gente se junta e vota a favor daquilo que é bom para a nação, embora a gente já tenha planejado a questão do aposentado, da criança, do idoso. O problema é que o nosso dia é muito curto, nossa semana são só de três dias, ou melhor, dois dias e meio, que é a terça, a quarta e a quinta até ao meio dia e começo da tarde. Aí, já tem as bases, tem tudo e o tempo fica muito curto. Então, a gente não tem [muitas propostas]... (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*A gente sempre acompanha [os bons projetos] e vota a favor. Falta uma bandeira mais firmada, em razão do tanto que se espalha a nossa bancada. A gente consegue juntar, quando a gente fica na defensiva... (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

**[A Frente Parlamentar Evangélica tem alguma agenda propositiva ou não?]** *Ela trabalha mais em prol desses projetos que já estão tramitando na Casa. Não tem nenhum projeto que seja encabeçado pela Frente, proposto pelos parlamentares [evangélicos]. Eu diria que a Frente trabalha mais na defesa do que no ataque, vamos dizer assim... (Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), entrevista realizada no dia 17/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).*

*É o seguinte: nós temos uma agenda positiva, mas ela é mais reativa, porque a quantidade de projetos que aparecem na Casa por iniciativa de parlamentares e por iniciativa do governo que contrariam os princípios cristãos, é muito grande. Aí, você termina absorvendo 80% do seu tempo para acudir a essas situações, reagir a essas situações. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

Em suas declarações, alguns parlamentares sustentaram que a Frente não apresenta uma postura meramente combativa, assumindo um papel ativo no sentido de formular projetos de interesse nacional. De acordo com o deputado Henrique Afonso (PT/AC), as propostas defendidas pelo segmento evangélico na Câmara Federal são o combate à dependência química, à pornografia infantil, ao infanticídio e à pedofilia. A nosso ver, essas bandeiras ainda estão em fase de definição e dizem respeito ao trabalho desenvolvido por esse parlamentar, não representando efetivamente demandas articuladas, trabalhadas e elaboradas pela Frente Parlamentar Evangélica. É fato que já começam a surgir tentativas, ainda incipientes, de defender bandeiras e formular políticas públicas a partir das diretrizes e dos objetivos estipulados pela associação. Segundo Damares Alves, a Frente, leia-se a assessoria, não se contenta apenas em refutar projetos inconcebíveis do ponto de vista cristão, esforçando-se para criar novas propostas e aperfeiçoar aquelas que estão em tramitação.

**[A Frente Parlamentar Evangélica tem uma agenda de construção de propostas?]** *Tem. Tem, sim. Nós temos dentro daquilo também que nos limita e que a gente percebe que nós podemos colaborar com o processo de transformação do Brasil. Uma delas que pode ser antiquada e antipática, mas que nós vemos como uma necessidade para o Brasil é um Programa Nacional de Ajuda e Combate à Dependência Química no Brasil. Hoje, nós não temos isso. Nós não temos um programa nacional que cuide de jovens e adolescentes, até mesmo adultos, que são viciados. Hoje, nós sabemos que a maioria dos trabalhos de recuperação de dependentes químicos é feita pelas igrejas, seja católica, espírita ou evangélica. Infelizmente, a gente percebe que não há muito interesse nesse âmbito e nós estamos lutando para que isso aconteça. Outra [proposta] é um Programa Nacional de Combate à Pornografia Infantil no Brasil. Nós temos um Programa Nacional de Combate à Homofobia, mas não temos um Programa Nacional de Combate à Pornografia. Nós já fomos [conversar] com o secretário extraordinário de direitos humanos, vamos [falar] também com o Ministro da Saúde... O Brasil hoje é campeão mundial de pornografia infantil. (...) A pedofilia é uma coisa horrorosa, crescente no Brasil, que nos deixa assim muito temerosos em relação ao tipo de sociedade que nós estamos caminhando, com pessoas amanhã – daqui a dez, quinze, vinte anos – frustradas, traumatizadas, porque foram abusadas na infância e o Brasil nunca teve um programa de combate a isso, mas nós já estamos lutando [para conseguir]. Já estamos com uma CPI [a CPI da Pedofilia], que o senador Magno Malta está conduzindo. E a nossa expectativa é que isso possa culminar em um programa nacional, que [repercuta] nas redes de*

comunicação e nas escolas, que a gente possa oferecer isso também. Estamos pedindo também a aprovação de um projeto de lei que criminaliza, não os índios, mas a pessoa que sabe que uma mãe vai sacrificar uma criança porque ela nasceu deficiente... Que essa pessoa seja punida por omissão de socorro. Não o índio, porque é uma questão cultural complexa, mas o que nós queremos é que hoje não aconteça mais isso. **[Nesse caso, quem seria punido?]** Um agente da FUNASA, um antropólogo, um missionário. Às vezes, tem missionário lá que sabe que a mãe vai sacrificar e não faz nada. A criança nasceu gêmea, [o missionário] sabe que nessa cultura o primeiro filho vive e o segundo é destinado à morte, porque ele representa o mal. O missionário sabe que a [criança] vai pra cova e não faz nada, não comunica às autoridades. Nós não queremos que prenda o pajé, não queremos que prenda a mãe, porque isso é uma questão cultural e nós temos que respeitar. Agora, nós queremos que salvem a vida dessa criança. **(Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).**

Nós temos inúmeras demandas propositivas, muita, muita coisa. **[Você poderia citar alguma?]** Sim, claro. Por exemplo, a pedofilia. Apesar de ser a CPI da pedofilia que está propondo muita coisa, você tem que entender que o senador Magno Malta faz parte da bancada evangélica e tem todo um apoio e respaldo nosso. Ele tem todo um corpo técnico, mas tem todo um respaldo daqui. Há muita influência nossa nas legislações lá. Dentro da Câmara, muitas propostas de combate à pedofilia são de autoria nossa. Eu vou citar um exemplo. O projeto de lei que proíbe o condutor escolar [de] receber carteira de motorista escolar, se tiver respondido [por] crime contra a honra, qualquer crime sexual. Era uma falha no Código de Trânsito. O cara vai lá, entra no DETRAN, faz um teste pra receber uma carteirinha de condutor escolar, mesmo tendo ficado preso cinco anos [por crime] de pedofilia. Aí, a gente vai dar na mão desse cara um monte de criança. Então, esse é um exemplo. Nós temos muitas propostas. A gente tem influenciado [a CPI da pedofilia]... **(Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).**

Nosso trabalho não é somente combater, é melhorar. Por exemplo, há uma preocupação muito grande nossa, na bancada evangélica, [com] a violência contra a criança. Então, o que a gente faz? A gente melhora as propostas que estão surgindo. Nosso trabalho também é de melhorar as demandas que existem ou de criar demandas, criar projetos de lei. Então, a gente acompanha... Às vezes, tem um projeto de lei que é perfeito, mas falta um ajuste. O que a gente faz? A gente trabalha naquele projeto, independente de quem seja o autor, pra gente melhorar aquela proposta. **(Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).**

A despeito da alegação de alguns entrevistados, verifica-se que o enfoque da Frente não corresponde à produção de propostas legislativas. Não se observou nenhuma ação coletiva destinada à formulação de projetos de lei. Na realidade, cada deputado evangélico elabora suas proposituras e muitas delas não estão relacionadas à fé cristã, não tendo, portanto, nenhuma vinculação com a Frente Parlamentar Evangélica. Desse modo, não se deve associar esses projetos individuais aos propósitos de uma associação formal, que congrega indivíduos com diferentes perspectivas ideológicas em torno de um interesse específico. Não se trata, pois, de propostas coletivas ou institucionais, encabeçadas pela Frente. Nesse sentido, pode-se asseverar que, do ponto de vista da elaboração de proposições, as ações dos deputados evangélicos são dispersas,

pulverizadas, pontuais e individuais. Em contrapartida, nos casos de combate às leis “indecorosas”, suas ações são organizadas, articuladas, coesas e focadas.

*[A Frente Parlamentar Evangélica] é mais reativa. A parte propositiva fica mais no âmbito individual, porque eu acho que aí parte de cada parlamentar, porque eles são representantes não só de um meio, mas de um estado. Então, por exemplo, nós temos o João Campos, temos o pastor Pedro [Ribeiro]... O pastor Pedro é de Fortaleza. As necessidades que ele tem como evangélico são diferentes das necessidades dos evangélicos de São Paulo. Essa parte de ação pró-ativa é mais independente. Agora, quando há necessidade de um apoio em relação a essas leis que foram colocadas em votação, nós nos unimos para ajudá-los nisso. (Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).*

*A Frente tem uma agenda propositiva sim, no momento em que você propõe – por exemplo – uma legislação que trate da questão do álcool. Aí, você está trabalhando a questão dos valores também. Ela tem uma questão propositiva, sim. Mas também tem o trabalho de cada parlamentar, né? Cada parlamentar tem uma forma de agir, tem uma forma de pensar, mas com certeza tem pontes que são comuns a todos. (Deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP), entrevista concedida no dia 18/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).*

### **Formas de Mobilização**

Além do trabalho de mobilização realizado entre os parlamentares evangélicos, a Frente Parlamentar Evangélica se articula com deputados católicos e espíritas da Câmara Federal para ampliar sua base de apoio e seu poder de reivindicação assim como mobiliza a liderança evangélica e a sociedade civil, instigando-as a participar ativamente do processo legislativo e a exercer pressão em determinadas votações. Sua atuação, portanto, envolve mobilizações internas e externas. Há muito o poder de articulação política dos deputados evangélicos é reconhecido por seus pares, dada a coalizão de forças que conseguem produzir. Dentre suas estratégias de mobilização, uma das mais eficazes é a união com outros segmentos religiosos da Casa em defesa dos valores morais. No espaço legislativo, a composição com outros grupos, muitas vezes oponentes em outros contextos, é um dispositivo de sobrevivência política, que amplia seu poder de reivindicação. Nesse caso, a disputa religiosa é substituída pela aliança política. Logo, na Câmara Federal, entre católicos, evangélicos e espíritas, a relação é de natureza muito diferente da que ocorre na sociedade. Na Casa, são aliados políticos, ao passo que fora dela são concorrentes religiosos. A integração dos parlamentares evangélicos com os demais grupos religiosos, sobretudo com os católicos, visa

aumentar a densidade política da Frente, tornando-a poderosa e com maiores possibilidades de negociação. Trata-se, pois, de um procedimento destinado a adquirir poder de maneira que os parlamentares do baixo clero se sintam em condições de se impor ante a autoridade das lideranças partidárias. Só desse modo a Frente Parlamentar Evangélica passaria da condição de “minoría” para a condição de “maioría”. Uma maioria em nome do decoro, da decência, da integridade e da tradição.

*A gente não percebe uma mobilização por parte dos outros segmentos religiosos aqui no Congresso como tem a mobilização da bancada evangélica. (...) Eu tenho certeza [de] que os católicos são atuantes dentro da sua concepção, os espíritas também são atuantes dentro da sua concepção. Agora, os evangélicos são mais organizados, são mais unidos. (Deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ), entrevista concedida em 03/06/2008, na ante-sala de uma comissão da Câmara Federal).*

*Eu até tenho uma ideia de nos juntarmos, de nos fortalecermos com os católicos comprometidos com projetos sociais, porque a Igreja Católica é muito bem posicionada contra o aborto, muito bem posicionada contra tudo isso que eu falei, contra o alcoolismo, contra o alcoolismo nem tanto, mas contra a questão dos homossexuais, essa coisa toda. Os valores bíblicos, os princípios do evangelho, a Igreja Católica também tem. Eu tenho até um projeto que não partiu da minha cabeça. Um deputado soltou uma frase e eu peguei essa frase e propus a ele criar um movimento nacional chamado “O nome que nos une”. Eu me emociono [Nesse momento, o deputado Pedro Ribeiro começou a chorar]. “O nome que nos une” é Jesus. Então, por esse Jesus que quer o melhor, a vida, nós queremos nos unir para que nossa Frente não seja de 50 ou 60, mas que seja de 200 a 300, com os católicos de boa vontade, os católicos que têm compromisso. Muitos não têm. E aí nós seremos um movimento social poderosíssimo. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

**[Então, aqui na Câmara há articulação entre representantes de diferentes segmentos religiosos...]** *Há, sim. E é muito forte. Para você ter uma ideia, há um parlamentar aqui que fica pesquisando algumas questões sobre o aborto e ele é católico, o Doutor Paulo. A função dele é diariamente fazer essa pesquisa e eu o acompanho para depois decidir se devo levar ou não pra Frente Parlamentar, mas ele é católico. [Você acha que os membros desses diferentes segmentos religiosos se dão melhor aqui dentro do que lá fora?] Muito melhor, muito melhor. Porque aqui a necessidade deixa de ser algo disputado no altar, no púlpito ou na igreja. Ela existe no mesmo local e se nós olharmos por uma ótica do momento, nós somos minoria e é preciso se articular. Aqui são votadas leis muito importantes e muitas delas são, infelizmente, desumanas. Existe um apelo muito forte por parte das organizações para que algumas leis sejam aprovadas, que entram até financeiramente com uma carga violenta e se nós não nos unirmos, essas coisas que podem trazer grandes prejuízos ao povo tendem a prevalecer. (Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).*

*Na verdade, esses princípios que são defendidos pela igreja, hoje com o crescimento do segmento evangélico junto com o segmento católico, é a maioria na Casa. Quando a questão é ética cristã, o Parlamento é maioria. [Católicos e evangélicos se articulam...] Sim. Essa é uma estratégia. Na questão do aborto, nós vimos aqui católicos, evangélicos, espíritas, as mais diversas denominações e formas de expressão religiosa se uniram em Brasília num grande ato contra o aborto. E essas são também algumas estratégias, porque a defesa da vida, toda*



*religião apoia. (...) Você acaba dialogando mais, dialogando com outras religiões, dialogando com outros segmentos. E se apoiam a sua causa, futuramente se exigirem um retorno, você também apoia, como a Igreja Católica, que a bancada aqui é muito forte, a bancada evangélica, a bancada da família que foi criada também. Essas são as estratégias. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*(...) a Frente Parlamentar Evangélica é interessante, porque ela desenvolve um trabalho que comunga inclusive temas que também são de interesse da Igreja Católica. Há hoje um amadurecimento no aspecto religioso e na atuação política no sentido de uma boa convivência. Aqui, não há muito aquela posição fundamentalista, igual lá no Oriente Médio, que é um confronto e a questão política interfere muito na questão religiosa. O brasileiro tem um amadurecimento de saber atuar. Tem temas que são de interesse da Igreja Católica e a Frente Parlamentar Evangélica atua em conjunto, participa daquela discussão, assim como também tem temas que são de interesse da Frente Parlamentar Evangélica e que membros da Igreja Católica também atuam juntos. Então, o Brasil, nessa questão de religiosidade e política, é muito pacífico. (Deputado Chico de Abreu (PR/GO), entrevista concedida no dia 25/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

Na Câmara Federal, católicos e evangélicos convivem pacífica, amistosa e harmoniosamente, sobretudo porque ambos os segmentos religiosos defendem os mesmos valores e princípios cristãos: a valorização da vida, a preservação da família heterossexual e da relação conjugal monogâmica bem como a liberdade de crença. Como a maioria das pautas não se refere às doutrinas denominacionais nem aos dogmas institucionais, os parlamentares evangélicos e católicos costumam convergir, o que contribui para firmar laços de solidariedade e compromisso entre ambos os grupos. Durante as entrevistas, percebeu-se que alguns congressistas foram extremamente cautelosos ao abordar matérias que despertam divergências com a ala católica do Congresso Nacional. É patente como se preocupam em preservar a relação de respeito que estabelecem com os parlamentares da Igreja Católica, evitando qualquer tipo de confronto. A fim de estreitar os laços e fortalecer a Frente Parlamentar Evangélica, alguns deputados católicos foram, inclusive, convidados a integrá-la, tornando-se membros efetivos da associação.

*(...) o que importa não é a questão da doutrina, porque cada um tem uma forma de doutrina, uma forma de obedecer, mas o importante é aquilo em que nós acreditamos, os valores que nós defendemos. Ai, se juntam... É possível juntar pessoas de diferentes religiões, tanto é que estamos pensando em fazer um grupo de católicos e evangélicos aqui. Tem um grupo que está trabalhando nesse sentido. Então, eu acho que é a questão de você respeitar. Eu vou respeitar. Se eu penso diferente de você, eu respeito o seu pensamento, mas eu não sou obrigada a aceitá-*

lo como um pensamento único. (**Deputada Fátima Pelaes** (PMDB/AP), entrevista concedida no dia 18/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).

*(...) é bom ressaltar que a gente age sempre de comum acordo com a bancada católica, porque a defesa da vida, da família, da liberdade religiosa e de outros valores, a Igreja Católica defende com a mesma intensidade. Nós não estamos discutindo aqui dogmas religiosos, doutrina de uma igreja e de outra. Então, a gente age de forma conjunta. (Deputado João Campos* (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).

*(...) eu queria aproveitar pra dizer o seguinte: desde o primeiro momento [em] que surgiu essa questão do acordo [Brasil x Santa Sé], nós assumimos a seguinte postura e eu disse isso ontem com muito cuidado: “gente, nós temos um relacionamento não só respeitoso com os parlamentares da CNBB, mas harmonioso, amistoso, a gente combina as ações”. (...) Então, eu tive o cuidado de, desde o primeiro momento [da reunião], dizer: “gente vamos ter cuidado pra não permitir que a coisa tome outro rumo, de enfrentamento entre evangélicos e católicos. Não tem nada a ver. Vamos preservar as nossas relações”. (Deputado João Campos* (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).

É incontestável o investimento da Frente nas composições e coalizões políticas, dentro da Câmara Federal, para coibir os esforços de seus supostos adversários em prol da liberalização da vida social. Contudo, seus mecanismos de mobilização não se encerram aí. Os assessores evangélicos, especialmente, investem sobremaneira na mobilização de grupos da sociedade civil, que apoiam a “causa evangélica” e fazem pressão em importantes sessões das comissões parlamentares. A assessoria da Frente divulga o cotidiano das votações a setores da sociedade civil, interessados nas discussões morais, visando promover conscientização e fomentar a mobilização e a participação política dos cidadãos evangélicos e católicos. Por conta da atuação dos assessores, algumas organizações não governamentais, associações, entidades e instituições cristãs participam do processo legislativo, acompanhando as votações, pressionando os deputados a representar seus interesses, examinando proposições e contribuindo com a discussão religiosa a partir de premissas jurídicas, constitucionais e políticas. Os parlamentares evangélicos, para atender a suas demandas, dependem da mobilização e participação da sociedade civil, uma vez que, sozinhos, não têm poder para enfrentar o colégio de líderes e fazer valer suas reivindicações. Reconhece-se, portanto, a importância dos grupos organizados da sociedade no monitoramento das proposituras, na cobrança dos deputados por uma postura ética e moral e na garantia dos fundamentos cristãos da vida. Segundo Damares Alves, observa-se na Frente uma espécie de inversão dos papéis políticos do parlamentar e da sociedade civil: são os

deputados evangélicos que estão saindo do Congresso Nacional para mobilizar as igrejas e lideranças religiosas, tradicionalmente apáticas e omissas. Um exemplo desse processo é a Jornada Nacional em Defesa da Vida e da Família, um fórum de discussão, idealizado pelo deputado federal Henrique Afonso (PT/AC), cujo objetivo central é percorrer todos os estados brasileiros para discutir junto com as entidades evangélicas os projetos de lei que estão em tramitação e afetam à vida humana e à família<sup>27</sup>. É uma forma de levar as pautas legislativas para as igrejas e organizações religiosas com vistas a mobilizá-las e trazê-las para a arena das discussões políticas.

*O que acontece hoje? Nós temos conquistado grupos apoiadores. Por exemplo, violência contra a criança. Nós identificamos no Brasil, nos últimos anos, diversos grupos evangélicos e católicos que trabalham em prol da proteção à criança. Então, quando tem uma demanda aqui na Casa que diz respeito à criança, o que a gente faz? Nós temos uma mala direta. A gente passa a demanda para esses grupos analisarem e estudarem e, as propostas e sugestões vêm de lá. Então, nós temos tido hoje um exército de apoiadores e isso tem nos feito fortalecer muito. Ou, então, o seguinte: eles tanto nos fortalecem como fazem a pressão. Olha, ontem, eu vivi um caso inédito, que está acontecendo exatamente agora. Nesse exato momento, agora, tem um grupo de pessoas lá no Rio com faixas, painéis e cartazes por causa de um projeto de lei. Ontem, a gente estava votando aqui o projeto de lei do infanticídio em áreas indígenas. É um projeto que há dois anos a gente luta. Tinha treze deputados no plenário, doze estavam a favor. Então, era quase que unânime. Dois anos de luta... E, na hora de votar, o deputado Chico Alencar, do Rio de Janeiro, pediu vista e a justificativa dele não tinha fundamento nenhum. Ele disse que queria debater mais o assunto. Depois de dois anos que o projeto está parado!? Ele não pensou nisso antes? Por que ontem que seria aprovada a lei que protege as crianças? Aí, ele pede vista... Só que esse projeto de lei tem sido acompanhado por um grupo muito grande, por vários segmentos. Na hora que se pediu vista, nós fomos contra o pedido de vista dele. A gente queria que a lei passasse. Eu cheguei no gabinete e comuniquei aos grupos que estavam aguardando o resultado da votação. Informei: “foi pedido vista sob tal argumento. Eu acho que cabe vocês conversarem com o parlamentar”. Ele já deve ter recebido uns seis mil e-mails hoje questionando porque ele pediu vista a uma lei que está totalmente certa. Eu recebi um e-mail nesse instante [comunicando] que estava indo um grupo de jovens, com rosto pintado, com apito, com panela pra frente do escritório dele, para conversar com ele. (...) Então, na hora [em] que a gente informa esses grupos, eles reagem. Eles reagem. **[Vocês divulgam.]** A gente divulga. O nosso papel aqui hoje é esse. E, na verdade, é um papel que o cidadão tinha que está fazendo, porque tudo é muito transparente. Mas o que acontece? Eu sei... Vamos supor... Por exemplo, o projeto de lei sobre pornografia. Eu conheço os grupos que trabalham no combate à pornografia no Brasil. Na hora [em] que tem uma demanda aqui, um seminário, a gente manda avisar e vem todo mundo aqui pro Seminário. Você entendeu? Na hora [em] que a gente tem que... O Aborto, a nossa luta contra o aborto foi uma luta grandiosa, mas cada vez que um projeto estava sendo votado, a gente mandava avisar. Aí, vinha aquele monte de gente acompanhar a votação. **[Vocês avisam aos setores interessados? Como é a estratégia de divulgação que vocês utilizam?]** Exatamente. Por exemplo, ontem eu avisei à Instituição ATINI que não houve a votação. A Instituição ATINI deve ter uma mala direta com dez mil pessoas e ela já manda para sua mala direta. Eu avisei ontem aos grupos pró-vida da CNBB e*

<sup>27</sup> Nos encontros, são abordadas temáticas variadas, que causam “danos” à vida e “desestruturam” à família, as quais estão em discussão na Câmara Federal: aborto, pornografia, pedofilia, homossexualidade, infanticídio e prostituição.

*eles já mandam para outras pessoas. Aí, acaba que, em questão de horas, uma informação aqui da Câmara tem sido multiplicada. E isso é bom, porque... O que acontece? No meio dessa mobilização, aparece um jurista aposentado que fala: “essa lei tem que ser aperfeiçoada”, aparece uma educadora que fez uma pesquisa, que tem uns dados e que já vai reforçar nossa luta aqui. Então, isso tem aparecido de que forma? A gente divulga e tem muitos sites. Nós temos sites apoiadores da nossa luta, muitos. Eu posso te dar alguns exemplos aqui: o site da ABASH, Associação Brasileira de Apoio ao Ser Humano; nós temos o site do Júlio Severo, que é um escritor-pesquisador; nós temos o site do FENASP, Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política; nós temos o site do VINAC, que é aquele Grupo da Consciência Cristã. Então, a gente manda pra esse pessoal que tem blog, tem site e a coisa se dissemina. Tem também a JOCUM, os sites de missões, os sites das igrejas. A gente acaba deixando eles muito informados. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Nós aqui disponibilizamos para os nossos líderes qualquer projeto polêmico que venha à pauta. A gente articula os Conselhos de Pastores, as Confederações, as Federações para que venham somar conosco. É a maneira legal que a gente usa para que realmente nosso objetivo seja alcançado e que a sociedade seja defendida, porque os parlamentares na maioria das vezes não são suficientemente capazes, porque dependem da orientação do colégio de líderes. Então, a gente tem que mobilizar a sociedade e, muitas vezes, a gente usa essa estratégia: convoca os Conselhos dos Pastores que têm acompanhado os trabalhos realizados no Congresso. E, claro, aqui é a Casa do povo; quando necessário, o povo tem que vir pra cá. Como os demais segmentos fazem, como os sindicatos reivindicam, então nós também fazemos. É um direito que nós aprendemos a usufruir dentro do Congresso Nacional, articulando, mobilizando... Realmente, o trabalho de mobilização é muito grande. (...) A gente traz o pessoal dos Estados, dos municípios e fazemos também a mobilização diretamente com os parlamentares, tanto os deputados quanto os senadores. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

*Quando você tem temas aqui dentro que conflitam com os interesses da igreja, vêm os grandes líderes das igrejas, mesmo que não tenham representações aqui dentro, eles vêm puxados por esses outros que já estão aqui. Você tem os deputados que mobilizam, você tem os assessores que mobilizam. São assessores que trabalham no dia a dia da Casa, que estão trabalhando no chamado GAPE, que é o grupo de apoio à bancada evangélica. Você tem os funcionários, os servidores, tem líderes, pastores e todo mundo hoje tem se mobilizado por essas causas. (...)Esse grupo [o GAPE] que trabalha na sua maior parte como voluntário – porque é pela causa mesmo – acaba alimentando a bancada evangélica e suas ramificações pelo Brasil afora. Isso faz com que haja aí uma grande mobilização. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*Esse despertar tinha que ser ao contrário, a igreja tinha que estar influenciando o Congresso Nacional, mas você pode observar que nos últimos três anos são os parlamentares evangélicos que estão motivando e despertando a igreja. Houve uma inversão. Tudo bem, amém. Hoje, são os deputados evangélicos que estão saindo pra falar nas igrejas: “por favor, nos ajudem”. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Agora no meu segundo mandato, nós conseguimos articular o que estamos chamando de Jornada Nacional em Defesa da Vida e da Família, onde nós estamos indo em todas as capitais e nas principais cidades do país inteiro e estamos debatendo com a sociedade, principalmente com os evangélicos, com as lideranças evangélicas, esses projetos de lei, políticas públicas que nós temos visto que têm afetado a vida, políticas públicas que têm realmente desestruturado, colaborado para desestruturar as famílias e etc. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

[Bispo Robson Rodovalho: **Como é que o povo de Deus pode fazer para nos ajudar nessa batalha na Câmara a favor dos valores da família e do Evangelho e também essa questão do infanticídio?**] *A primeira coisa que eu tenho a dizer, bispo, é que o povo evangélico é um povo inteligente e criativo. Os irmãos poderiam começar nos mandando boas sugestões de atuação. Nós temos grandes projetos de lei que nasceram dentro das Igrejas Evangélicas e dentro dos grupos de mocidade. Nem tudo que você pensou alguém já pensou, alguém já fez. Não. A tua ideia pode ser inédita. Manda pra nós. Segundo, esteja acompanhando... De que forma? Vamos começar a mandar e-mail para os parlamentares do seu Estado, os parlamentares da sua região, os parlamentares evangélicos. Acompanhe situações como reforma política. Se manifeste através de e-mail. Eu costumo muito falar, bispo, que documento tem um poder muito grande. Com relação à questão da pornografia, se as igrejas comessem a escrever, seus membros assinar, contestando, por exemplo, a questão da pornografia nas novelas, nos programas de televisão... Vamos estar escrevendo, nos manifestando em forma de abaixo-assinado, dizer para o Parlamento “olha, nós pensamos dessa forma”... A Igreja Evangélica, por muito tempo, se omitiu em manifestar sua posição. Então, vamos manifestar posição e acompanhar as demandas... Nós costumamos falar na bancada evangélica que está na hora, bispo, da Igreja legislar junto com os deputados evangélicos. Cobra-se muito, mas nós precisamos estar legislando junto com eles, ajudando e sendo parceiros deles em todas as lutas e todas as demandas [sic].* (**Assessora Jurídica Damares Alves**, entrevista concedida ao deputado federal Robson Rodovalho, em janeiro de 2010, na rede Gênesis de Televisão).

### **Pautas Religiosas**

Os parlamentares evangélicos se articulam em defesa da vida, da família, da liberdade religiosa e dos preceitos cristãos, debatendo pautas legislativas com base em pressupostos religiosos e morais, como o combate à descriminalização do aborto, à união civil entre pessoas do mesmo sexo, à transexualidade, à realização de cirurgias para mudança de sexo, à criminalização da homofobia, à legalização da prostituição, à pedofilia, ao abuso sexual, ao incesto, à pornografia, à prostituição infantil, ao infanticídio, à liberalização das drogas, à dependência química, à lei de biossegurança, à utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas científicas, à eutanásia e ao divórcio. Luta-se, portanto, pela moralização das condutas, pela preservação da “santidade” e pelo retorno às tradições morais, fazendo forte oposição à liberalização sexual e à flexibilização das regras sociais. Além do caráter religioso das matérias que interessam à Frente Parlamentar Evangélica, os deputados também se mobilizam para atender aos interesses institucionais das igrejas de maneira a favorecer sua expansão. Questões como alvará de funcionamento dos templos, isenção fiscal, doação de terrenos e concessão de redes de televisão e rádio fazem parte do rol de interesses das agremiações religiosas. Segundo depoimento de Damares Alves, as pautas legislativas

da Frente não se restringem às aspirações da liderança evangélica nem à conservação dos princípios cristãos, abrangendo-se de tal modo que atingem problemáticas sociais significativas como a defesa dos direitos das mulheres, dos idosos, das crianças e dos índios assim como o combate à violência doméstica. Entretanto, no cotidiano das atividades parlamentares, não se verifica o empenho da Frente em ampliar o debate em torno dessas matérias. Talvez, um ou outro deputado demonstre interesse por essas questões, não constituindo necessariamente uma causa evangélica.

*Nós temos sido torpedeados ultimamente por uma marcha que o mundo está promovendo e isso já existe em vários países, principalmente nos países europeus: essas leis que vão de encontro, isto é, que agredem a natureza da palavra de Deus, que é a bíblia, tais como a lei do aborto, a [criminalização da] homofobia, a união de pessoas do mesmo sexo, a legalização da promiscuidade como é o caso da prostituição. Então, nós temos o cuidado de preservar os princípios bíblicos, não permitindo que o país adentre nessa legalização, que seguramente vai trazer a antipatia de Deus e conseqüentemente a falta de bênção de Deus para o nosso país, como acontece em muitos países, principalmente os países europeus. Então, nós temos esse zelo de, como atalaias, fiscalizar e preservar [a nossa legislação] para que leis que afligem a santidade de Deus e a decência da palavra de Deus não sejam aprovadas. (Deputado Antônio Cruz (PP/MS), entrevista concedida no dia 04/06/2008, no corredor da Câmara Federal).*

**[Quais são os temas mais debatidos pela bancada evangélica?]** *Pedofilia, entenda-se também o abuso sexual, a prostituição infantil e o incesto. Pornografia, infanticídio, que é uma bandeira genuinamente da bancada evangélica, essa luta é da bancada evangélica, aborto, interrupção da gravidez em qualquer situação, homofobia, a gente tem levantado essa questão por conta da forma como tem sido colocada, de que a igreja evangélica é homofóbica. Querem pôr padres e pastores evangélicos... Então, a gente está atento a isso. Nós temos a questão das drogas, da violência doméstica e da liberdade religiosa. A gente tem buscado muito essa questão de garantia das liberdades religiosas. (...) Para resumir, nossas lutas são: Pedofilia, pornografia, aborto, infanticídio, violência doméstica, agora estamos indo para a eutanásia, defesa da mulher, abandono de idosos, são esses oito temas. Agora, nós estamos estudando como vamos trabalhar a questão do dependente químico. Esses são os temas-chave mesmo. A bancada tem se voltado muito a esses temas especificamente. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

**[Quais são as principais questões discutidas na Frente Parlamentar Evangélica?]** *A primeira são as proposições de leis que realmente afetam a vida, a família e as igrejas. Esses são debates e, dentre eles, hoje eu posso destacar três que têm sido assim, nesses últimos anos, objeto de nossas reflexões. A [proposição] do aborto, a lei que quer a legalização da interrupção da gravidez, o PLC 122 que está no Senado e criminaliza a homofobia e a questão da utilização de células-tronco embrionárias, que você sabe que terminou agora sendo rejeitada pelo Supremo Tribunal Federal; além de outras matérias que são de nosso interesse evidentemente, mas essas têm sido de [extrema importância]... Tem também a questão do infanticídio no Brasil, que é o sacrifício de crianças indígenas por questões culturais. Na verdade, são quatro [questões] e não três, que têm despertado mais as nossas atenções. Questões, por exemplo, como a própria estruturação das igrejas... Cuidados que nós temos tido com leis aqui que proíbem, que estão querendo cada vez mais dificultar o nosso exercício livre de culto, a questão da liberdade religiosa. Há muitos projetos de lei aí que criam muitas dificuldades para que as igrejas sejam criadas no Brasil. Outros projetos de leis que querem*

*tirar algumas liberdades que a gente tem do ponto de vista religioso. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

**[Quais são os interesses que o senhor comunga com os demais parlamentares evangélicos?]** *A ética, a ética. Você tem uns pontos... Primeiro, a ética; sobre todas as coisas, a ética. Agora, tem a questão da homofobia, tem a questão do homossexualismo. Essa questão do homossexual nós combatemos muito e enfrentamos uma resistência danada, porque existe uma forte tendência das pessoas liberarem isso de forma bastante abrangente. Eu sou contra o casamento gay, eu sou contra essas coisas que fogem dos princípios da vida cristã. Eu acho que a vida [conjugal] tem que ser formada por um homem e uma mulher e não por dois homens ou por duas mulheres... **[O que mais o senhor combate na bancada evangélica?]** Na bancada evangélica, eu estou mais nessa questão e na questão da ética e aí ela abrange tudo, a questão da moralização do mandato, do compromisso cristão. Por exemplo, temos hoje a questão das células-tronco. A Igreja Católica se coloca contra. Eu sou a favor que avance a ciência, avance a pesquisa para melhorar a vida das pessoas. Eu não tenho muito esse conceito de dizer que não. (Deputado João Oliveira de Sousa (DEM/TO), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

**[Deputado, quais são os principais temas discutidos pela bancada evangélica?]** *Veja bem, o que a bancada pega muito é a questão de não deixar o liberalismo tomar conta do país, esse é o maior problema, esse é um dos pontos cruciais. E outra coisa: os cultos livres nas praças, tem município que começa a proibir. Então, que Deus seja cultuado em qualquer lugar. Que não haja proibição. Essas são as coisas, mas o foco maior é em relação ao liberalismo, ao sexualismo liberal, à pessoa não guardar a honra. A honra que eu digo é a moralidade para poder submeter-se a um casamento. A junção da pessoa tem que ser pelo casamento, tem que ser pela família. É necessária a preservação da família. Então, essa coisa do liberalismo, dos pais liberarem seus filhos de qualquer maneira para ficarem no mundo, isso é contra os nossos princípios. (Deputado João Oliveira de Sousa (DEM/TO), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

**[Quais são as questões mais discutidas na bancada evangélica?]** *Eu acho que é a valorização da família, a valorização da vida, a defesa dos princípios éticos e morais da vida humana. (...) Há vários projetos políticos entre os deputados da bancada evangélica. Eles estão aí na defesa da criança, dos índios, vários outros projetos. Não me ocorre agora à mente. (Deputado Manoel Ferreira (PTB/RJ), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

A valorização da família tradicional é uma das premissas que mais mobilizam os parlamentares evangélicos, dado que a consideram o fundamento da vida humana. Acredita-se que nas sociedades contemporâneas as famílias enfrentam um agudo processo de desestruturação que desencadeia intensos problemas sociais. Desse modo, a desorganização familiar torna-se responsável pela desordem social. Esse mecanismo de racionalização nada mais é do que uma justificativa ideológica das condições de pauperização e marginalização das camadas populares. A ideologia promove uma espécie de deslocamento da real causa das mazelas sociais, associando-as à desarmonia familiar e escamoteando sua verdadeira determinação: os antagonismos e conflitos de

classe. Conforme Martín-Baró (2004), um dos mecanismos ideológicos mais eficazes é a negação das contradições sociais, que determinam a degradação do sistema dominante e a precarização das condições de vida das maiorias populares. A fim de negar os conflitos e divisões sociais, costuma-se atribuí-los a causas inverídicas e implausíveis.

*O primeiro princípio nosso é o compromisso com a família. A gente acredita que todas as mazelas sociais, todas as idiosincrasias da sociedade nascem na família. Quando a família falha, aí passa-se, transmite-se a responsabilidade para a escola, mas a escola não foi organizada nem instituída para substituir a família. A escola tem um papel diferente, mas a escola também está falhando, até porque a missão dela – com essa responsabilidade de substituir a família – ampliou muito e aí transfere-se essa responsabilidade para os centros de ações sociais, para os centros comunitários. Não é preciso dizer que ali é absolutamente falido. Então, falha a família, falha a escola, falha o centro social e aí quem não falha? Não falha a gangue, que adota a criança, o jovem e o adolescente, que o adota e treina ele para se tornar um marginal, profissionalizá-lo. Esse é o ciclo que temos visto no Brasil e tudo isso começa na família, é “estartado” pela família. (Deputado Robson Rodvalho (DEM/DF), entrevista concedida no dia 01/06/2008, na Igreja Sara Nossa Terra, após o culto).*

Outro objeto de discussão da Frente Parlamentar Evangélica é a manipulação de células-tronco embrionárias em investigações científicas. Essa matéria desperta controvérsias e divergências entre os parlamentares evangélicos, que demonstram não possuir conhecimento do assunto, apresentando explicações descabidas e irracionais para fundamentar suas crenças religiosas. Não obstante as divisões internas e a discrepância de posicionamentos, os congressistas evangélicos mais atuantes, em uníssono, divulgam a tese de que a produção de embriões humanos para fins de pesquisa científica é um ato contra a vida, pois compreendem que a vida se inicia no instante em que o espermatozóide fecunda o óvulo. Defende-se a utilização de células-tronco extraídas do cordão umbilical, da placenta e da medula óssea, alegando-se inclusive que suas propriedades curativas e restaurativas têm mais comprovação científica que as qualidades das células embrionárias. Dessa forma, verifica-se que os deputados evangélicos fazem uso de explicações supostamente científicas para corroborar suas ideologias religiosas. Embora reconheçam a importância das pesquisas e a necessidade de promover o desenvolvimento científico, sustentam que é indispensável criar restrições éticas à ciência, sobretudo, quando ameaça a vida e caminha na contramão da doutrina cristã.



*Outra bandeira que nós temos muito forte é a questão da preservação da vida. Agimos em prol do equilíbrio, do desenvolvimento da ciência, com responsabilidade, com ética, com respeito à própria vida. A gente acredita que é muito importante... Nós não podemos amordaçar a ciência. A gente acredita que é muito importante. Nós não podemos amordaçar a ciência. A ciência é algo que tem o seu valor. Ela é um princípio que precisa ser até venerado por todo bem que fez à humanidade, mas ela tem que trabalhar com ética, ela não pode se sentir soberana e absoluta. Nós não podemos dar o absolutismo a nenhuma vertente da nossa vida social, tudo isso tem que ser equilibrado. Essas são algumas das nossas bandeiras. [O que o senhor achou da aprovação do Supremo Tribunal Federal em relação às pesquisas com células-tronco?] Eu pessoalmente... Até onde eu entendo e eu já estudei muito, eu entendo que as células-tronco... Não existe hoje nenhuma pesquisa comprovada [de] que as células-tronco contribuem para a formação e o desenvolvimento dos tecidos celulares. Eu não consigo ver isso em lugar nenhum. Pelo contrário, o que nós estamos vendo é que são as células do cordão umbilical ou as células adultas as únicas apropriadas ao desenvolvimento. E elas não vieram de células embrionárias, não sacrificaram o embrião. Até porque, de acordo com a última pesquisa que eu vi, 100% das células embrionárias que foram experimentadas tiveram deformações, tiveram mutações e essas mutações trouxeram aberrações nos tecidos. Ou seja, eu acho que fizeram uma grande celeuma à toa, vai se gastar 25 milhões em pesquisa à toa e eu acredito que o que vai ter resultado são as pesquisas com células já formadas, que são as células da medula, que são as células do cordão umbilical. (...) Aliás, a meu ver, a ciência hoje é pautada, muito mais, por certo dogmatismo, ela é muito mais dogmática e reativa do que racional e madura. (Deputado Robson Rodovalho (DEM/DF), entrevista concedida no dia 01/06/2008, na Igreja Sara Nossa Terra, após o culto).*

*Uma coisa que a gente está esperando é o Supremo decidir – que está empatado em quatro a quatro – a questão das células-tronco. Como médico, eu acho que tem uma parte que tem que ser viabilizada em decorrência até das pessoas que necessitam disso, mas não com embriões novos. Eu sou contra você produzir um embrião para tirar as células-tronco pra você fazer uma pesquisa em cima disso. (...) Nós podemos utilizar as células-tronco dos cordões umbilicais, das medulas ósseas, enfim de tudo isso aí. (Deputado Sergio Antonio Neshar (PV/SP), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

Além dos debates éticos e morais, os deputados evangélicos trabalham em prol dos interesses corporativos de suas organizações eclesiais, viabilizando com mais agilidade e menos burocracia alvarás de funcionamento das igrejas, solicitando aos governos doação de terrenos, contestando a tributação dos templos, reivindicando isenção fiscal para as congregações e recebendo concessão de emissoras de rádio e televisão. Alguns estão empenhados em conseguir recursos do orçamento federal, distrital ou estadual para patrocinar as festas e manifestações religiosas, por eles intituladas de eventos da cultura sacra. Busca-se, por conseguinte, benefícios para as igrejas evangélicas, tidas como o “braço social” do Estado. De acordo com as declarações de alguns parlamentares e assessores, as denominações evangélicas atuam para atender às necessidades sociais da população, sanando, assim, as deficiências do Estado. Tendo em vista seu trabalho assistencial, os deputados reclamam a concessão de

privilégios às igrejas de sorte a garantir seu funcionamento, a execução de projetos sociais, a divulgação de suas ações e o crescimento de sua “obra”. Os discursos mais alarmistas e conspiratórios negam os reais interesses institucionais das organizações religiosas, justificando a importância da ação política dos parlamentares evangélicos pela absurda ameaça de fechamento dos templos e proibição dos cultos. Nesse cenário, cabe aos deputados proteger a comunidade evangélica de tão grave ameaça.

*A minha igreja tem uma coisa [interessante]: eles não pedem nada. Pedem apenas coisas institucionais. Então, eles não pedem cesta básica, não pedem material de construção, não pedem passagem aérea, não pedem nada. [Quais são os pedidos institucionais?] Por exemplo, queriam fechar aqui a igreja lá no Lago Sul, que existe há dez anos. Mas por que fechar a igreja que está lá há dez anos? Então, é uma coisa institucional. Aí, eu fui conversar: “por que isso?”. Não queriam dar os alvarás nas cidades-satélite. “Por quê?”. “Não, porque cada igreja tem que ter um CNPJ”. “Mas, gente, a Maranata é uma só. A Maranata não é igual à Assembleia de Deus que tem um monte. É uma... Então, o CNPJ é um no país inteiro”. Está vendo o que é uma coisa institucional? Em São Paulo, estavam cobrando ISS da igreja nas construções com mão-de-obra própria. É inconstitucional. Então, são essas coisas institucionais... (Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

**[Quais são as questões mais discutidas e os interesses mais defendidos por esse grupo?]** *No caso do segmento evangélico, aqui na Câmara Distrital, é a questão relacionada àquilo que beneficie de uma forma geral aquelas pessoas que têm uma fé, que frequentam uma igreja. Por quê? A igreja, de uma maneira geral, contribui para o social muito mais do que o próprio governo. Então, é importante que a própria igreja tenha algumas isenções, que a própria igreja tenha alguns benefícios para que possa continuar exercendo esse papel. Porque ninguém no Brasil, ninguém no mundo exerce um papel social maior do que a igreja. Então, é natural que a gente trabalhe para que o social da igreja seja implementado de uma forma muito grande... (Deputado Distrital Bispo Renato Andrade<sup>28</sup> (PR/DF), entrevista concedida no dia 27/05/2008, na ante-sala do plenário, na Câmara Distrital).*

Os parlamentares evangélicos demonstram, em seus discursos, preocupação com os problemas sociais do Brasil e interesse pelo debate econômico. Alguns chegam a afirmar que é de responsabilidade da Frente Parlamentar Evangélica formular políticas públicas capazes de promover a justiça social, garantir o exercício da cidadania e dissolver as desigualdades que assolam o país e criam um imenso abismo entre ricos e pobres. Desse modo, verifica-se que os congressistas evangélicos se apropriam de ideologias políticas que caracterizam os partidos mais progressistas e os movimentos

---

<sup>28</sup> Fundador da Igreja Episcopal Apocalipse e presidente da Federação Nacional das Igrejas Cristãs (FENAIC), o Bispo Renato Andrade não teve seu nome envolvido no escândalo do mensalão do DEM no Distrito Federal.

sociais de esquerda, esvaziando-as de seu sentido originário e distanciando-as do contexto de sua produção. Essa manobra ideológica oculta as verdadeiras intenções e aspirações do grupo de deputados evangélicos, criando a falsa impressão de que atuam em nome da transformação da sociedade, da distribuição de renda e do fim da exclusão social. Ainda que os parlamentares insistam em afirmar que o debate da Frente não se restringe à questão ética, moral e religiosa, observou-se exatamente o contrário: seu foco de discussão é a moralidade e a decência da sociedade com vistas à cristalização e perpetuação da ordem social. Alguns projetos de lei individuais podem até apresentar uma finalidade social, mas a Frente tem um enfoque essencialmente religioso. Há, portanto, um desvio de foco: desloca-se a atenção das questões políticas e sociais para as questões religiosas. A religião ganha mais importância que a política, procedimento decorrente da ideologia, que provoca uma espécie de deslocamento, escamoteando o que é relevante e substituindo-o pelo que é secundário.

*Porque na verdade a bancada evangélica não se restringe somente a... Nós buscamos também, dentre todas as nossas ações, privilegiar a questão social, o direito social, o amparo às pessoas. E tudo que é ligado ao cidadão e à família, nós estamos próximos, estamos tentando contribuir e colaborar, estamos nos irmanando. Por exemplo, um projeto de minha autoria, um projeto de autoria do deputado Manoel Ferreira, que foi presidente da Frente Parlamentar Evangélica no ano passado – hoje é o deputado João Campos de Goiás... Então, cada um com seus projetos, estamos procurando nos ombrear, ser parceiros para que possamos levá-los adiante no sentido de garantir a sua aprovação. E nem todos [os projetos] estão ligados basicamente ao caráter religioso, mas sim à questão social, de investimentos, de avanços, de aplicação de recursos, emendas que possam atender, por exemplo, ao deficiente físico, que possam atender aos idosos, que possam levar recursos às famílias brasileiras. Então, nós estamos muito ligados a essa temática, trabalhando e sempre vigilantes para não permitir que os projetos prejudiquem aos cidadãos de modo geral. (Deputado Cléber Verde (PRB/MA), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*Que fique claro que a bancada evangélica não está, nem tampouco os deputados, trabalhando somente voltada para a questão da religiosidade em si, mas também para a questão social, de direitos, de conquistas, de manutenção, correção e criação de leis que atendam aos interesses de todos. (Deputado Cléber Verde (PRB/MA), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*Nós não somos um bando de xiitas, que só estamos aqui para discutir projetos da igreja, mas para discutir problemas do Brasil com uma concepção. Por exemplo, esse projeto que o presidente Lula implementou – “minha casa, minha vida” – pra nós foi importante, porque trouxe pra dentro do projeto político do governo um debate que pra nós é muito caro, que é a questão da família. A Dilma tem trabalhado muito essa questão de que a casa é pra família e isso a gente sempre disse. Se você não reorganizar a família, você não tem condições, a sociedade vai ter muita dificuldade. Uma família precisa ter uma casa, precisa ter um lar onde os filhos possam ter uma cama, possam ter seus quartos, a sua individualidade. Isso tudo ajuda. Esse é o debate que nós fazemos. Não vamos fazer o debate só pelo lado moral, mas pelo lado*

*técnico e mesmo científico, de que a família se estrutura não só pelo lado espiritual – como nós acreditamos. O que nos interessa primeiro é ter uma sociedade estruturada, organizada. Como evangélicos, nos interessa, por exemplo, darmos a nossa contribuição para a sociedade.* **(Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do Governo na Câmara Federal).**

*Quando eu assumi [a presidência da] Frente Parlamentar Evangélica no ano passado, nós estabelecemos uma pauta onde nessa pauta estava incluído o seguinte: além do trabalho que a gente vem fazendo ao longo do tempo em defesa da família, em defesa da vida, em defesa da liberdade religiosa e dos valores cristãos, nós teremos como prioridade nos associarmos a toda luta de combate à corrupção no país, na atividade política e no serviço público. Eu acho que o segmento evangélico não pode ficar alheio a essa luta. Nós vamos inserir como bandeira nossa a defesa de aposentados e pensionistas do país, até porque isso tem absoluta harmonia com os preceitos sagrados. A bíblia diz que a verdadeira religião é aquela que cuida de órfãos e viúvas e quase todo o universo de aposentados e pensionistas é formado por órfãos, viúvas, idosos. Então, nós não podemos abrir mão dessa bandeira, nós temos que contribuir pra isso. Esse projeto, por exemplo, que há de ser votado agora, que estabelece a correção dos benefícios da previdência com o mesmo índice do salário mínimo e corrige a questão do fator previdenciário, tem o nosso integral apoio. A gente entende que isso faz justiça social, não é? Outra questão que nós estabelecemos como bandeira da Frente Parlamentar Evangélica também é a acessibilidade à justiça brasileira. É claro que nos últimos tempos isso vem avançando. Em alguns lugares, por programas próprios dos tribunais de justiça. E, de outra parte, o Parlamento deu uma contribuição na medida [em] que nós criamos os juizados especiais, inclusive os juizados federais, e na medida em que nós fizemos a reforma do judiciário através da emenda constitucional 45. Tudo isso vem contribuindo, mas é preciso avançar muito mais. As camadas mais pobres da população ainda têm uma dificuldade imensa em relação ao acesso à justiça. Eu acho que nós da bancada evangélica precisamos dar também essa contribuição.* **(Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).**

*Como eu lhe falei, a nossa atuação é voltada assim para o social, para o cuidado com as pessoas que precisam da gente. Nós sabemos que somos deputados federais do Brasil, mas a nossa preocupação é com aquelas pessoas que precisam. Você vê que uma pessoa de classe média, rica, não vai precisar do que o pobre precisa. O pobre precisa de trabalho, o pobre precisa de educação, o pobre precisa de saúde. Todos precisam, mas no caso deles é diferente, porque eles dependem do poder público. Um rico não precisa. O rico tem plano de saúde, tem segurança particular, tem motorista para seu filho, colégio particular, não se preocupa com essas questões. Agora, a classe menos favorecida, se a gente não estiver brigando por eles, para que aqui os projetos possam andar, para que leve esse benefício, que vire lei, que leve esse benefício pra eles... Então, a gente tem discutido muito isso e o principal é pedir a Deus para que possa abençoar todos aqui.* **(Deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), entrevista realizada no dia 18/06/2009, na ante-sala das Comissões, na Câmara Federal).**

*Então, eu acho que tem que ter essa luta e melhorar a questão da desigualdade para que o país seja menos desigual. Vamos melhorar para que o país seja menos desigual, vamos melhorar para que as coisas aconteçam em nossa sociedade, uma distribuição melhor de renda, uma melhor qualidade de vida. Eu acho que tem que ser por aí. Eu acho que sem misturar. Não temos que misturar. Você vai ver que a minha visão é um tanto diferente da dos outros.* **(Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).**

*Eu creio que os evangélicos têm que debater esses temas: a questão da vida, a questão do aborto, a questão da união de pessoas do mesmo sexo, a relação do Estado com a Igreja, a questão do ensino religioso nas escolas públicas. Eu não acho que não são relevantes os temas. Mas não são somente esses os temas que os evangélicos têm que tratar. Os evangélicos têm que*

*dar voz a outros temas. Nós, evangélicos, temos que defender a população excluída, temos que levantar bandeiras em relação aos desastres nacionais e internacionais, sejam climáticos ou não climáticos. Nós precisamos dar visibilidade a um Estado que tem interesse na população excluída, que não faz apenas políticas públicas para que outros vejam; [precisamos] trabalhar isso e refletir isso no orçamento, que é um tema bastante candente e que atua diretamente nessa temática. (Deputado Wasny de Roure (PT/DF), entrevista concedida em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*Agora, se você me perguntar em termos de matérias, sejam ligadas à economia, sejam ligadas às questões sociais, a gente não discute... a não ser que tenha alguma que a gente perceba a necessidade de ter um cuidado para que os princípios cristãos não sejam feridos. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

A nosso ver, o discurso do deputado federal Henrique Afonso (PT/AC) parece ser o que melhor ilustra o papel da Frente Parlamentar Evangélica no Congresso Nacional. Em sua concepção, as pautas políticas, econômicas e sociais não são objeto de debate e reflexão da Frente, cuja única preocupação consiste em proteger os valores morais e os interesses institucionais de qualquer tentativa de contestação. A título de ilustração, exporemos a seguir os projetos de lei de que os congressistas evangélicos mais se ocuparam nas atividades desenvolvidas na Câmara Federal, na legislatura de 2007-2011, evidenciando, assim, o que de fato interessa a esse grupo nos espaços de atuação do Poder Legislativo e em torno do que seus integrantes se mobilizam.

#### PLC 1135/91: Descriminalização do Aborto

Segundo declarações obtidas nas entrevistas, a maior conquista da Frente Parlamentar Evangélica, na legislatura 2007-2011, foi a rejeição do PL 1135/91 em duas comissões, com ampla margem de votos. O projeto de lei prevê a descriminalização do aborto e revoga o artigo 124 do Código Penal, que estabelece pena de um a três anos de detenção para mulheres que praticaram o crime de aborto. Primeiramente, ele foi apreciado na Comissão de Seguridade Social e Família, recebendo um parecer desfavorável do relator Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP). O relatório, contrário à proposição e à legalização do aborto, foi aprovado, por unanimidade, com um placar de 33 votos a 0. Os parlamentares que defendiam a descriminalização do aborto retiraram-

se do plenário, visto que não foram atendidos em sua solicitação de adiamento da discussão<sup>29</sup>.

Após a votação, o PL 1135/91 foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, sendo mais uma vez rejeitado pelo então presidente e relator deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que alegou a inconstitucionalidade e injuridicidade da matéria, uma vez que a Constituição garante a inviolabilidade da vida. O parecer da relatoria contou com a teatralidade de alguns deputados evangélicos, católicos e espíritas, que utilizaram recursos dramáticos e apelativos para sustentar suas argumentações, como bonecas, um caixão branco em tamanho pequeno e imagens de fetos abortados<sup>30</sup>. O relatório, desfavorável à descriminalização do aborto, foi aprovado por 61 votos a 4, mais uma votação expressiva, que denota a eficácia do lobby evangélico em sua articulação com outros segmentos religiosos.

Ao mencionar esses episódios, os parlamentares mostraram-se exultantes com a vitória que conquistaram, atribuindo-a ao poder de Deus e concedendo-lhe, assim, um caráter religioso. Além da capacidade de mobilização da Frente Evangélica, a natureza da matéria também foi decisiva para unir diferentes segmentos religiosos e setores da sociedade civil. A temática do aborto costuma aglutinar distintos grupos políticos e religiosos. De acordo com alguns depoimentos, houve muita pressão de grupos organizados e movimentos sociais em defesa da vida. Na ocasião das apreciações e votações, muitos militantes participaram das sessões e se manifestaram, exercendo seu poder de contestação. É evidente a importância desse tema nos debates encabeçados pela Frente Parlamentar Evangélica. Ele ocupa posição de destaque e garante a articulação e participação política da maioria dos deputados evangélicos, que se unem para derrubar proposições e medidas governamentais “pró-aborto”. Alguns criticam fortemente o Governo Lula por considerá-lo instigador de práticas “abortistas”. Em virtude de sua posição favorável à legalização do aborto, seu governo recebe o rótulo de assassino.

---

<sup>29</sup> Informações extraídas do site da Câmara dos Deputados, acessado em 09 de julho de 2008: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cssf/noticias/jorge-tadeu-mudalen-e-contra-a-legalizacao-do-aborto>.

<sup>30</sup> Dados obtidos por meio de consulta ao site Congresso em Foco, acessado em 09 de julho de 2008: <http://congressoemfoco.ig.com.br/Ultimas.aspx?id=23200>

*Na questão da legalização do aborto, nós contamos com o apoio da bancada dos católicos e até dos espíritas, que eles também se unem conosco. O nosso trabalho aqui é buscar parcerias, de alguém que pense como nós, para juntos a gente poder derrubar como foi o caso de um projeto outro dia na [Comissão de] Seguridade Social, que previa a regulamentação do aborto e, graças a Deus, uma mobilização grande de todos nós possibilitou que os deputados estivessem se posicionando contra e ganhamos com uma larga margem, quando estávamos com medo de perder. Então, a nossa função nesse caso é muito especial. Além do mais, nós temos que ter esse cuidado de demonstrar que nós não estamos agindo com fundamentalismo, nós não estamos agindo para defender a nossa religião, mas sim para defender princípios que são da vida... (Deputada Jasmari Oliveira (PR/BA), entrevista realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*As principais [discussões da bancada evangélica] são a vigilância em torno dessa gama enorme de projetos que pretendem instituir o aborto, porque o governo Lula, no que pese ser um governo bem sucedido na economia e em uma série de coisas – mudou o perfil da nação – é um governo abortista, é um governo assassino, é um governo que pretende instituir o aborto na nação. Tem aqui um projeto chamado 1135, de 1991, que recebeu a apensação de mais 16 projetos. Era um projeto perigosíssimo, que queria instituir o aborto desde o primeiro dia até o último em razão dos apensados. E nós nos levantamos aqui e Deus fez o milagre, Deus provou que está com nossos esforços, porque nós contabilizamos no dia da votação – foi agora há um mês atrás... Parece que foi em 17 de maio. Um mês atrás, não; foi agora há 15 dias – nós contabilizamos os votos e ganharíamos talvez por dois ou três votos. As discussões foram acaloradas, tão acaloradas que por volta de quatro horas após o início da sessão, os deputados debatendo, o PT e todos aqueles abortistas se aborreceram, saíram do plenário e nós ganhamos por 33 a zero. Então, nós aniquilamos esse pacote de projetos abortistas na nação. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*Na Comissão de Seguridade Social e Família, [estava em pauta] a legalização do aborto, que era um projeto que já estava aqui há 11 anos e não votava. Passa de legislatura pra legislatura e não se conseguia votar. A que eu atribuo essa grande vitória? Um grupo de cristãos mobilizados de todo o Brasil, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro, invadiram o Congresso Nacional – que é um direito do cidadão vir aqui, mostrar o que quer e o que acha – e fizeram um trabalho excepcional. Eu nunca vi isso aqui no Congresso Nacional. Eles foram de gabinete em gabinete pegar a posição de cada parlamentar. Eram pessoas de diferentes religiões, de várias denominações, católicos, espíritas, evangélicos. Eram cristãos que defendem a vida. (...) Não era um movimento evangélico nem da Frente Parlamentar Evangélica. Eram cidadãos que vieram de outros Estados e eu os acompanhei. Nós demos todo apoio. E o resultado foi exatamente de 33 a zero na comissão. Foi uma história que eu não [me] lembro se houve aqui outra assim, de uma abrangência tão polêmica, mas com resultado tão eficiente. Por quê? Eu acredito realmente que a sociedade mobilizada, organizada, conscientizada e estando aqui representada devidamente, esses objetivos e essas vitórias são alcançados. Foi uma grande vitória que a sociedade teve através dessa estratégia usada aqui no Congresso Nacional. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

*O problema mais debatido aqui durante a minha gestão foi de um projeto que já estava correndo na Câmara há 17 anos, que era o aborto, a legalização do aborto no Brasil. Nós conseguimos derrotar na Comissão de Seguridade Social por 33 votos a zero e na Comissão de Constituição e Justiça, nós derrotamos por 60 votos a 4. E foi sepultada definitivamente essa questão da legalização do aborto no Brasil. (Deputado Manoel Ferreira (PTB/RJ), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*A questão do aborto aqui na Comissão de Seguridade Social e Família, nós ganhamos. Foi uma pancada pesada. A gente já tinha feito lobby e todo pessoal que nós mobilizamos, membro da*

*comissão, foi lá pra dentro discutir o projeto. Nossos adversários pisaram um pouco na bola, nós botamos 33 e eles botaram oito ou nove, um negócio assim. Foi uma porrada! Eles até se retiraram da sala, mas o quórum permaneceu e o resultado foi 33 a zero. É esse o jogo político daqui de dentro. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

Na concepção dos deputados evangélicos, o aborto é um ato criminoso, por eles qualificado de assassinato e homicídio, uma vez que atenta contra a vida de um ser frágil e indefeso. Diante da condição de fragilidade e impossibilidade de autodefesa das crianças, a Frente Parlamentar Evangélica se nomeia defensora de sua vida e de sua integridade física, opondo-se ao aborto em qualquer fase da gestação. A justificativa para essa oposição se pauta na tese evangélica de que a vida humana tem início no momento da concepção, ou seja, no instante em que o óvulo é fecundado pelo espermatozóide. De acordo com essa perspectiva, não se deve comprometer a vida nem penalizar o bebê em nome do desejo “homicida” da mãe. Acredita-se, ainda, que a liberalização do aborto condenará a mãe à condição de assassina do próprio filho, o que lhe fará muito mal. Alguns deputados adotam posição tão extrema que repudia o aborto em qualquer situação, inclusive naquelas permitidas por lei, nos casos de estupro, risco de morte para a mãe e anencefalia. Apoiava-se ainda a manutenção da gravidez nos casos de incesto. Para sustentar posicionamento tão radical, os parlamentares asseveraram que a vida está acima de tudo e, por isso, deve ser defendida “com unhas e dentes” a despeito das manifestações em contrário.

*Eu sei que essa questão do aborto é extremamente polêmica, mas quem assistir a uma ultrassonografia – hoje com todos os instrumentos tecnológicos e modernos que nós temos –, quem estudar o desenvolvimento da criança desde a fecundação até o nascimento, não vai poder dizer que aquilo ali é um feto. Chamar aquilo de feto, de uma coisa, não pode. Cada vez que eu vejo uma criança em desenvolvimento, eu me emociono. O projeto 1135 que está agora na CCJ defende a interrupção da gravidez em qualquer fase do desenvolvimento da criança no ventre materno. Você matar uma criança de nove meses!? Que é isso? Uma criança de sete meses, você tira e ela vive. E dizer que isso ainda não é uma vida humana!? Quando a gente se insere numa luta como essa, em defesa da vida dessas crianças, porque elas não têm defesa e precisam de alguém que fale por elas... A Palavra de Deus diz: “abre a boca a favor do mudo”. A criança que está lá está muda, ela não tem como gritar, ela não pode se organizar. Somos nós que temos que nos organizar e lutar por ela. A nossa concepção é essa. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

*Às vezes, diante de alguns casos, a gente fica meio querendo pender para a legalização, porque a gente acredita que é um constrangimento, mas depois nós descobrimos logo, de imediato, que a vida é um dom de Deus, que só quem tem o direito de tirar a vida é Ele, é Deus. Então, seria*



*penalizar novamente a mãe que não teve direito a um pré-natal, que não teve direito à saúde pública, penalizá-la a ser uma homicida, a tirar a vida de um ser que está dentro do seu ventre. Então, seria penalizar a mãe que não teve nada, que faltou tudo pra ela, penalizá-la novamente a tirar a vida daquele ser. Porque abortar é exatamente matar alguém. Quando a polícia entra num confronto e naquele confronto tem que tirar a vida de um bandido, de um marginal, ela está abortando. Então, só muda o período. Aquele indivíduo ou é abortado depois pela polícia ou pela própria marginalidade ou é abortado pela mãe. Então, a mãe termina se transformando numa homicida. Além de todas as penas que ela paga, a falta de tudo, ela termina sendo penalizada com a vida do seu filho. Então, é dessa forma que eu acredito que a bancada evangélica vê, foi dessa forma que a bancada se posicionou e foi dessa forma que a gente venceu. Vencemos por 33 a zero. As pessoas contrárias se retiraram lá da audiência. Foi uma vitória onde tinha evangélico chorando, agradecendo a Deus, porque na verdade nós sentimos que foi uma vitória espiritual. (Deputado Major Fábio (DEM/PB), entrevista realizada no dia 04/06/2008, após o culto semanal, no Plenário das Comissões).*

*Nós temos aqui dentro, por exemplo, uma questão [importante] que diz respeito ao aborto. Nós entendemos pela bíblia, pela fé, pela nossa vivência, que não se deve abortar, que aborto é crime. A gente defende a vida. Só quem pode tirar a vida é quem dá a vida. Quem não tem vida pra dar não pode tirar a de ninguém. Não é verdade? Isso é taxativo, digamos assim, clássico pra gente. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

*Agora mesmo, eu acabei de anunciar o esforço de alguns parlamentares para permitir que qualquer mulher que foi engravidada por um parente [tenha o direito ao aborto]. Então, a justificativa parece muito plausível, é muito forte: “ah, mas o pai da criança é meu tio, é meu avô, é meu padrasto, é meu pai. Então, vamos abortar”. Parece até [um argumento] muito claro, mas quem pugna, quem luta em prol da vida não pode permitir tal coisa. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

Em torno da questão do aborto, observa-se uma confluência de posições, que comumente condenam sua prática. Entretanto, há pequenas divergências que envolvem a matéria, relacionadas especialmente aos casos autorizados por lei – situação de estupro, risco de morte da mãe e anencefalia. Os parlamentares mais radicais e ortodoxos reprovam o aborto em quaisquer circunstâncias, alegando que tudo é válido para preservar a vida, inclusive sacrificar a própria mãe. Como se pode constatar, nesse debate, a mulher é colocada à margem da questão, sendo totalmente desconsiderada e tendo seu poder de decisão negado. Há alguns deputados, no entanto, que são favoráveis à interrupção da gestação nos casos permitidos por lei. Nessas situações, recomenda-se abortar o mais rápido possível, evitando, assim, que o feto se desenvolva e que se configure um ato homicida.

*O aborto, eu sou contra. Eu sou contra o aborto, a não ser o aborto de alto risco. O aborto de alto risco... Eu acho que enquanto é um feto, é melhor sacrificá-lo do que a própria mãe. Então,*

só nessas condições. **[E no caso do estupro?]** No estupro, também eu fico bem machucado porque não há coisa pior do que você ter consigo, no seu ventre, uma criança formatada de uma agressão. Então, eu também não adoto que seja... Eu acho que naquela primeira hora, sentiu que vai engravidar, enquanto ainda está sangue, eu também concordo [com o aborto]. Mas não são todos [os evangélicos] que defendem essa posição. Os evangélicos concordam que a pessoa ganhe e tente educar. Eu me oponho porque eu tenho filha e eu tenho certeza [de] que eu tenho que falar com toda a seriedade que Deus me determina. Não é fácil um pai de família tolerar um assaltante, um maconheiro, um aidético, um pilantra chegar e fazer uma agressão dessas. Então, uma agressão às vezes acontece de gerar uma gravidez. Eu não sou hipócrita de falar uma coisa e fazer outra. Então, isso aí eu não comungo, não aceito e você tem que aproveitar antes que vire vida pra não ser um homicídio. Houve um estupro, você tem que fazer um exame minucioso rapidamente pra ver se está gerando vida. Se tiver gerando alguma... Eu não sei qual é o termo científico, mas quando começar a coagular o sangue, aí você já procura absolver e resolver essa situação. **(Deputado João Oliveira de Sousa (DEM/TO), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete, na Câmara Federal).**

Sou totalmente contrário ao aborto. Eu não vejo nenhuma razão a não ser... Não querendo partir para os extremos, eu sou contrário numa condição normal. Se tem risco para a mãe ou se o feto já está totalmente deformado e não vai ter condição [de viver], só vai vegetar, não vejo razão nenhuma pra isso. É por isso que eu te falo, o extremo é perigoso. O bom senso tem que prevalecer. **(Deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), entrevista concedida no dia 18/06/2009, em seu gabinete parlamentar).**

Os deputados iurdianos são os únicos que assumem posição contrária à Frente Parlamentar Evangélica quando o assunto é a legalização do aborto. O fundador da Igreja Universal declarou ser favorável à interrupção da gravidez, não apenas nos casos permitidos por lei, mas também nas situações em que a gestação é indesejada e os genitores não possuem condições econômicas e sociais de prover a criança. Assim, evita-se o aumento demográfico e a trágica consequência da miséria e da exclusão social. Para legitimar seu posicionamento, Edir Macedo ainda adota o discurso dos movimentos pró-descriminalização do aborto, salientando que à mulher não se deve negar o poder sobre o próprio corpo e o direito de escolher, não cabendo ao Estado interferir numa questão dessa natureza. “*O Brasil deveria se unir pelo direito da mulher de optar pelo aborto. Nossos governantes deveriam se empenhar para isso e não se curvar diante da pressão de alguns segmentos religiosos. Certamente, grande parte de nossas mazelas sociais diminuiria. Pense comigo: é melhor a mulher não ter filho ou ter e jogar o bebê na lata do lixo? (...) Vamos ser frios e racionais: é preferível a criança não vir ao mundo ou vê-la nos lixões catando comida para sobreviver?*” (Macedo *apud* Tavolaro, 2007: 224). Em consonância com seu líder, o deputado iurdiano Flávio Bezerra (PMDB/CE), elaborou o projeto de lei nº 4.725/2009, que determina a concessão de uma bolsa auxílio, no valor de um salário mínimo, no período

de três meses, para mulheres que fizeram aborto por terem sido vítimas de estupro. Essa proposição produziu no meio evangélico uma verdadeira celeuma. Como forma de contestação, muitos passaram a argumentar que o Estado não poderia financiar o crime. Vale ressaltar que mesmo os parlamentares iurdianos contrários à prática do aborto como método contraceptivo compreendem que a mulher está sendo criminalizada e penalizada pela omissão do Estado, que não cumpre sua função de formular políticas públicas voltadas ao planejamento familiar.

*Eu estou com um projeto aí que está sendo duramente criticado, sobre o aborto. Colocamos um projeto... Por exemplo, uma jovem foi estuprada, foi vítima de estupro e teve que abortar por questões psicológicas e tudo mais. No meu projeto, eu daria uma bolsa aborto pra ela. Você se coloque no lugar de uma moça, de uma jovem, que até a família pode chegar ao ponto de repudiá-la. É triste, mas se sabe que – se fosse fazer uma pesquisa na sociedade – as jovens que foram vítimas de estupro, de violência, às vezes são até rejeitadas pela própria família. E quem vai ajudá-las? Aí, no meu projeto, eu estou querendo dar uma bolsa aborto. Naqueles três meses [em] que ela tem que se recuperar, o governo ajudaria ela, porque ela está emocionalmente e psicologicamente prejudicada [sic]. E esse meu projeto já está sendo criticado. Eu sou a favor do aborto, sim. Eu sou a favor, porque eu me coloco no lugar de pai. E se eu fosse uma mulher... “Espere aí. De repente, eu fui violentada e vou ter que carregar o filho dessa violência?”. Não. **[E no caso de anencéfalos?]** Também é outra consideração. Você vai ter uma pessoa ali que não fala, é complicado. Então, é um tema muito debatido, muito polêmico. Eu, particularmente, eu – a minha pessoa – sou a favor do aborto. Que aborto? Não o aborto em casos de gravidez indesejável. Você é uma pessoa casada e diz: “ah, não vou mais querer, não”. Mas em alguns casos como, por exemplo, a mãe é vítima de uma doença que vai matar a criança, ela está doente e contaminada com o HIV. Aí, ela engravidou; naturalmente, esse bebê, esse feto já está com AIDS também e vai morrer. Para evitar esse sofrimento, eu não tenho nada contra [o aborto]. Outro caso: vítima de um estupro. Ela vai levar esse trauma para a vida toda? Nesses dois casos, eu sou a favor do aborto. Eu vejo assim. **(Deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).***

*A Igreja Universal aprova o aborto até certo ponto. É preferível evitar um filho antes de nascer do que lançá-lo à própria sorte em uma situação em que ele não fosse querido, em que ele não tivesse condições de viver. **(Ex-deputado federal Fernando Gonçalves<sup>31</sup>, entrevista concedida no dia 02/06/2008, em seu gabinete).***

*Por exemplo, a questão do aborto, que a Frente se colocou contrária. Eu, como evangélico, tenho um posicionamento, eu sou contrário ao aborto provocado, aquele aborto em que a moça engravida e depois procura uma clínica clandestina. Só que nós mesmos, enquanto sociedade, é que somos responsáveis por isso. Porque se a gente tivesse programas que começam dentro da casa, da família, e o Estado também promovesse uma ampla rede de orientação, a gente reduziria muito esse número de meninas novas que engravidam. Mas eu imagino que há situações... Eu, George – aí, eu não falo pela Frente Parlamentar Evangélica, isso é uma concepção minha – acho que em determinadas circunstâncias, o aborto tem que ser realmente uma via para a garota. Eu não posso conceber a ideia de que uma garota que é violentada de*

---

<sup>31</sup> Não foi autorizada a divulgação do nome legítimo do ex-deputado federal. Por isso, para identificá-lo, utilizou-se no presente trabalho um nome fictício.

*forma abrupta e perversa, que vai custar a superar esse trauma – isso quando consegue –, seja obrigada [a ter o filho] por um princípio de que você tem que valorizar a vida. Mas e a vida dela? Eu entendo que a vida é essencial e a mulher não deixa de ser... A vida, sobretudo, é ela. Ela é a vida. Em casos de gravidezes indesejadas, provocadas por estupro, o aborto deve ser uma alternativa. Na discussão sobre aqueles bebês sem cérebro, os anencéfalos, eu me pergunto: “pra que prolongar uma coisa que a gente sabe que é muito curta e sofrida?” (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

As mulheres da Frente Parlamentar Evangélica também se colocam contrárias à interrupção da gravidez. Para Fátima Pelaes (PMDB/AP), a questão a ser discutida não é a descriminalização do aborto, mas a omissão do poder público junto às mulheres que vivem em condições precárias de existência, sendo marginalizadas socialmente. Em sua concepção, o Estado não deve promover a morte, mas garantir a vida das crianças e de suas mães. Para tanto, é necessário desenvolver programas de atendimento à gestante, de cuidado à saúde reprodutiva da mulher, de orientação e planejamento familiar, além de fornecer às mães condições sociais satisfatórias de maneira que possam gerar seus filhos e cuidar deles. Nos casos de aborto legal, é preciso convencer as gestantes a não interromper a gravidez. Deve-se, pois, realizar um intenso trabalho de conscientização no sentido de formar pessoas radicalmente contrárias a procedimentos abortivos. O aborto, por consequência, deve ser rejeitado em qualquer circunstância, mesmo nos casos de estupro e violência sexual.

*(...) antes eu achava que a mulher tinha direito ao seu corpo, pelo aborto, que é uma coisa muito discutida. E hoje, não. Eu passei a fazer uma reflexão e eu vi que não, que nós não podemos colocar isso... O Sistema Público de Saúde não pode bancar uma situação dessa. Eu acho que nós temos que trabalhar para que as mulheres possam ter uma garantia de saúde, para que elas possam ter planejamento familiar, para que elas possam ter seus filhos. A partir do momento que engravidarem, mesmo não tendo condições, [devemos trabalhar] para que elas tenham condição de criar seus filhos. O Estado tem que garantir a vida e não a morte. O papel do Estado é garantir a vida, uma vida com saúde, com qualidade. Então, essa foi uma das grandes reflexões que eu fiz. Em relação à questão do aborto legal, que tem hoje e já é uma lei, eu acho que nós temos que trabalhar para conscientizar de que essa mulher que foi estuprada e enfrenta uma situação de risco de vida, que ela se conscientize disso, que seja uma opção dela, se ela quer ou não. Tem uma lei que garante, mas que ela se conscientize. Eu acho que o papel da igreja entra muito forte nesse sentido da conscientização, de saber que mesmo tendo uma lei, ela não [deve] fazer isso. Mas eu acho que no geral não dá para trabalhar nesse sentido inverso, nós temos que trabalhar para que a mulher tenha um planejamento familiar, para que as famílias tenham esse planejamento familiar, que é uma lei que eu trabalhei muito na época para aprová-la – a lei do planejamento familiar. Que a gente possa trabalhar para que as famílias tenham uma vida melhor e que elas não fiquem tão preocupadas: “poxa, vou ter mais um filho, não tendo condição de criar. Então, eu vou tirar”. É isso que precisa trabalhar.*

(Deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP), entrevista concedida no dia 18/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).

*(...) eu tenho propósitos na minha bandeira política que foram assumidos dentro da comunidade evangélica, mas que são também ligados a questões cristãs, humanas e principalmente... por exemplo, a defesa da vida, a luta pela vida, que consiste em combater a regulamentação do aborto. É uma questão que eu defendo com muita veemência, que vem dos meus princípios de mulher, de mãe e que também é assumido com a comunidade evangélica, mas também é assumido com toda a comunidade que tem esse compromisso. (Deputada Jusmari Oliveira (PR/BA), entrevista realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

### PLC 122: Criminalização da Homofobia

A temática da homossexualidade é a única que garante a unanimidade de pensamento e posicionamento dos parlamentares evangélicos. Diante desse tema, todos os deputados, pertencentes a denominações protestantes ou pentecostais, filiados a partidos da base aliada ou da oposição, assumem uma postura de resistência e combate, negando-se a admitir e aceitar qualquer matéria que beneficie esse grupo social, ao qual se opõem com veemência. De acordo com o relato de todos os entrevistados, sem exceção, o homossexualismo é uma prática pecaminosa, condenada por Deus, uma vez que contraria a natureza humana, destinada *a priori* à relação heterossexual, monogâmica e indissolúvel. Alguns responsabilizam as relações homossexuais pela desvalorização da família tradicional, pelas rupturas conjugais, pela deterioração da moral sexual e pela liberalização das condutas. Depreende-se que a união heterossexual é naturalizada, ao passo que o relacionamento homossexual é demonizado. Conforme Thompson (2002), a naturalização é um mecanismo ideológico que anula o caráter histórico dos fenômenos sócio-culturais, transformando-os em eventos inevitáveis e imutáveis. Por meio desse dispositivo, a relação heterossexual e monogâmica, resultado de contingências históricas e culturais, converte-se em algo natural, evidente e permanente. O homossexualismo, por sua vez, é retratado como uma prática antinatural, contrária à natureza humana e aos preceitos divinos. Para Martín-Baró (2003), a sacralização da vida e a negação da história são componentes do processo de naturalização, que desencadeiam a ideologização da realidade, visto que escamoteia sua dimensão histórica.

*A questão do homossexualismo. Nós até nos reunimos um tempo desses com o Toni Reis, que é o presidente da ABGLT para tirar algumas dúvidas. As pessoas dizem: “o evangélico é homofóbico, é radical”. Não, nós seguimos um princípio. Deus abomina, aborrece o pecado, mas ama o pecador. Isso é taxativo, isso é taxativo. O homossexualismo é complicado? É extremamente complicado e não é só para o evangélico, não. Esse negócio de casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma inversão do que Deus fez, do que a natureza colocou. Isso é horrível! O país que se mete por uma estrada dessa vai... Talvez, você não conheça a história, mas já ouviu falar que Sodoma e Gomorra foram liquidadas e varridas. E o problema lá era esse. Quando o homem inverte a ordem natural das coisas, ele está buscando pra si o fim da picada, o fim da vida. Nós não vimos futuro nisso, isso é abominável para a bíblia. Então, o casamento entre pessoas do mesmo sexo é uma coisa que o segmento evangélico, católico, cristão, luta para impedir que isso se torne uma lei. Aqui hoje tem, por exemplo, 28 projetos de interesse do segmento homossexual e, entre alguns, [destacamos] aqueles que legalizam a união civil entre eles. Então, a igreja tem interesse em manter o projeto em tramitação, mesmo que continue aí, mas o país não pode oficializar esse tipo de relação. Chancelar isso é dizer: “isso daqui está legal. Está tudo bem, nós concordamos com isso”. O mal pode existir, mas nós não podemos nos curvar ou concordar com ele. A questão da homofobia... A gente vê com preocupação algumas coisas nesse país nesse momento, principalmente tocadas pelo governo. O governo, coitado, não tem muita noção do que é certo e do que é errado nesse campo. Pode até entender de outras coisas, mas nesse campo aí são completamente perdidos. “Brasil sem homofobia” é um programa do Governo Federal para ser implantado. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

Alguns deputados evangélicos defendem a tese de que os homossexuais não sofrem discriminação, uma vez que são contemplados por políticas públicas, sendo tratados como cidadãos. Não há, pois, nenhuma espécie de violação dos direitos garantidos constitucionalmente nem restrição do acesso às políticas sociais. Nesse sentido, de acordo com o discurso evangélico, não é necessário “favorecer” o segmento gay com programas governamentais específicos, que satisfaçam demandas próprias desse grupo social. Costuma-se criticar de forma impetuosa as ações do poder público que visam atender às reivindicações políticas dos homossexuais, entendidas como privilégios concedidos a um grupo minoritário. O deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA) fez duras críticas aos programas sociais do Governo Lula, destinados a contemplar as demandas específicas das “minorias” discriminadas socialmente: os negros, as mulheres, os homossexuais e os sem-terra. Em sua concepção, atender às necessidades de grupos marginalizados significa conceder privilégios a “minorias”, negligenciando a “maioria” e instigando o confronto entre diferentes segmentos sociais. Produz-se, por conseguinte, uma inversão da realidade: artimanha tipicamente ideológica que transforma a reivindicação política de grupos desfavorecidos em fator determinante do conflito de classes. Na realidade, são as polaridades sociais que

originam as manifestações populares. A ideologia trata grupos desprestigiados como se obtivessem privilégios políticos, quando na verdade é a elite dominante do país a maior favorecida pelas políticas governamentais e programas econômicos, recebendo benesses e favores dos mais diferenciados governos. Ao criticar o confronto social supostamente decorrente da política de “privilégio das minorias”, o deputado Zequinha Marinho salienta que a Frente Parlamentar Evangélica trabalha em prol da harmonia coletiva, não inflamando os grupos sociais nem acirrando suas diferenças e oposições. Entretanto, a paz social nada mais é do que o silêncio, a passividade e a resignação diante de situações de discriminação, constrangimento e violência. Em outras palavras, a falsa estabilidade do sistema requer que o indivíduo abstenha-se do exercício da cidadania e da condição de sujeito político, não exigindo do Estado o cumprimento dos direitos garantidos pela Constituição.

*Por exemplo, eu estava presidindo a Comissão Especial que cria o Ministério da Pesca. Veja bem, a criação do Ministério da Pesca. Então, apareceu uma emenda – eu não vou citar a deputada – de uma deputada e essa emenda era para destituir a secretaria de discriminação e criar uma secretaria da cidadania de gays, lésbicas, prostitutas e homossexuais. Espere aí. Eu estou desfavorecendo a maioria e visando somente quem é gay, lésbica, prostituta e homossexual. Aí, foi um grande questionamento, a bancada evangélica entrevistou também e foi tirada essa emenda, porque estaríamos desprivilegiando a discriminação racial, a discriminação financeira porque o cidadão é pobre, todos esses segmentos, os portadores de necessidades especiais também seriam discriminados [sic]. Eles estavam vinculando a emenda do projeto somente a um segmento. Mas, em função da nossa manifestação, continuará a secretaria de discriminação em vez de substituí-la pela cidadania de um grupo específico. (Deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*Eu particularmente não acho que os homossexuais são discriminados, porque eles já são contemplados pelas políticas públicas, porque – querendo ou não – eles são homens e mulheres, não tem outro jeito. Na realidade, eles querem mudar o curso da história, alguns homens querem ser mulheres e algumas mulheres querem ter o papel de homens, mesmo sendo mulheres. Mas a natureza humana é essa, homens e mulheres, eles nasceram pra isso. Logicamente houve uma desvirtuação em cima de tudo isso. (...) Recentemente, tem um projeto que está sendo discutido na Casa com relação ao Ministério da Pesca, de se criar um Conselho onde os homossexuais estariam recebendo e defendendo seus interesses. Na realidade, eles vão sair de uma situação [em] que eles se dizem distanciados das políticas públicas para serem favorecidos exclusivamente. Eles estão pregando algo, estão dizendo que são discriminados, quando na verdade eu acho que as políticas públicas têm alcançado mais esse segmento... (...) Então, fica nessa política do menos favorecido, quando na realidade eles estão tirando proveito de uma situação, que eu acho que atrapalha mais do que ajuda. (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

*O programa “Brasil sem homofobia” é o mesmo programa que já foi trabalhado na Suécia, na Inglaterra e hoje se um padre ou um pastor, um sacerdote qualquer, falar que homossexualismo é pecado – e é pecado, a bíblia diz; não fui eu que inventei a bíblia, nem essa turma aí. Esse*

*negócio vem de algum tempo atrás – eles são processados e presos e não tem taxa de fiança. Quer dizer, não tem jeito, vai pra trás das grades e c'est fini, como dizia um camarada na televisão. Isso é um absurdo! Você vive numa sociedade onde o governo fomenta a questão do negro. Ai, você é mais cidadão do que o outro porque você é de cor. Você é mais cidadão do que o outro porque você é homossexual. Pelo amor de Deus, isso é o fim da picada. Não vá escrever desse jeito, mas eu queria que você entendesse o meu ponto de vista. É o sem terra, é o homossexual, é o negro, é isso, é aquilo. A sociedade não pode ficar... Você não pode estimular o confronto entre grupos. A solidariedade, a questão da paz social, essa coisa toda tem que ser buscada, nós defendemos isso e não esse tal de “fomenta daqui, fomenta dali”. Nós queremos uma sociedade justa, igualitária, solidária. Então, é isso que a Frente Parlamentar Evangélica defende, com todas as letras e sem pedir licença, isso faz parte da nossa missão. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

Logo, os deputados evangélicos deslegitimam as reivindicações políticas dos homossexuais, tratando-as como privilégios descabidos. Como legisladores, procedem de modo a reter qualquer proposição que beneficie a comunidade gay, simplesmente porque entendem o homossexualismo como um pecado grave. Estão sempre a postos, como soldados numa guerra, para combater seus maiores adversários no território do poder legislativo. Assumem uma postura beligerante que procuram justificar, apresentando os homossexuais como inimigos da sociedade, que afrontam a moralidade social e a ordem pública. Diante do PL 122/2006, de autoria da ex-deputada federal Iara Bernardi (PT/SP), denominado de criminalização da homofobia, os parlamentares evangélicos tiveram arroubos de irracionalidade e agressividade. Mostraram-se inconformados com uma proposição que considera crime qualquer prática discriminatória, ofensiva, vexatória, caluniosa e difamatória contra homossexuais, bissexuais e transgêneros. Esse projeto modifica a lei nº 7716/1989, que dispõe sobre crimes de discriminação motivados por questões de raça, cor, etnia, religião e procedência nacional, acrescentando a esse rol de crimes comuns preconceitos ocasionados por questões de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero. O projeto prevê detenção de um a cinco anos para ações homofóbicas, intimidatórias e constrangedoras que inibam o acesso de gays, bissexuais e transgêneros a restaurantes, bares, hotéis, órgãos públicos e instituições privadas, dificultem o ingresso em escolas e universidades, impeçam a contratação profissional ou restrinjam a manifestação pública da afetividade homoerótica. Ademais, determina-se que qualquer ato discriminatório



por intermédio dos meios de comunicação ou de publicação de livros pode resultar em pena de dois a cinco anos de prisão<sup>32</sup>.

A aprovação dessa proposta legislativa na Câmara Federal produziu alvoroço e estardalhaço entre os congressistas evangélicos, que mobilizaram seus pares e as lideranças cristãs para pressionar o Congresso Nacional. Segundo alguns relatos, esse projeto só foi aprovado porque sua votação ocorreu numa quinta-feira à tarde, quando os deputados já haviam regressado a seus Estados. Acredita-se que os “opositores” lançaram mão dessa manobra estrategicamente para favorecer sua posição, agindo de forma desleal, pois descumpriram o acordo interno que concentra as votações às terças e quartas-feiras, dias em que os deputados se encontram no Parlamento. Depois de aprovada na Câmara, a proposição foi encaminhada ao Senado, recebendo o parecer favorável da relatora Fátima Cleide (PT-RO), na Comissão de Assuntos Sociais. Nessa ocasião, a Frente Parlamentar Evangélica organizou uma grande mobilização a fim de bloquear o projeto e inviabilizar sua tramitação na Casa. Em 25 de junho de 2008, militantes, líderes e políticos evangélicos de todo Brasil foram a Brasília para protestar contra a aprovação dessa lei, considerada uma “verdadeira afronta aos bons costumes e à decência sexual”.

Não obstante a manifestação dos evangélicos, foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais o PL 122/2006 sob a forma de um substitutivo, que inclui no projeto crimes de discriminação contra idosos e deficientes físicos, além de reduzir as penalidades previstas para cada infração. Na sequência, a proposta legislativa foi encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, onde ocorreram audiências públicas, discussões intermináveis e debates calorosos. Contando com a resistência incansável e implacável dos senadores Magno Malta (PR-ES) e Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto passou por intenso processo de negociação. Inicialmente, os senadores propuseram o arquivamento da propositura; mas, em vista da pressão dos grupos antagônicos, dispuseram-se a sugerir modificações na redação do texto, solicitando a supressão dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”, o que descaracterizava a natureza da matéria, não recebendo, portanto, o apoio da

---

<sup>32</sup> Informações extraídas do Projeto de Lei 122/2006, que consta no site do Senado Federal, consultado em 13 de março de 2010: <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/pdf/PLC122.pdf>

relatoria<sup>33</sup>. Em decorrência do fim da legislatura, o PL 122/2006 foi arquivado em 12 de janeiro de 2011, atendendo à resolução do regimento interno do Senado Federal, que determina o arquivamento das proposições em tramitação na Casa há duas legislaturas. Contudo, o desarquivamento pode ocorrer, apenas uma vez, desde que seja apresentado um requerimento, assinado por um terço dos senadores, o qual será votado em plenário.

*Aqui na Câmara, o PL 122, que agora está no Senado Federal, foi enfiado goela abaixo numa quinta-feira à tarde, quando no acordo de líderes [ficou estabelecido que] não se vota nada no Congresso dia de quinta-feira. E era uma coisa totalmente polêmica. Que eu me lembre hoje, o pastor Pedro Ribeiro era o único ali presente, que tentou impedir, mas foi voto vencido. Então, foi uma grande derrota dentro do Congresso Nacional. É claro que, com isso aí, nossos parlamentares evangélicos foram penalizados, porque estavam aqui e deveriam ter votado, mas foi uma quebra de acordo. Foi uma grande derrota, a gente teve uma perda muito grande. [Você acha que foi uma quebra de acordo estratégica?] Sim, com certeza, sem dúvida. Porque há um acordo entre os líderes: “não, essa matéria não se vota principalmente numa quinta-feira”, quando o Brasil todo sabe que quinta-feira à tarde os parlamentares já estão de volta a seus Estados. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

*A estratégia que fez com que o projeto PLC 122 fosse aprovado no plenário da Câmara foi porque houve um desacordo, não cumpriram um acordo que tinha na Casa. Ninguém poderia imaginar que projetos conflitantes como esse fosse ser votado num dia em que a Casa está praticamente vazia. Foi uma votação que para alguns deputados não foi legítima, mas como foi uma votação em plenário, é claro que foi legítima. Não foi legítima do ponto de vista da frequência e do acordo que tinha na Casa. E acabou passando. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*Você tem o projeto da homofobia que está no Senado e a discussão está toda travada, porque passou aqui na Câmara a toque de caixa. Não foi discutido com a bancada. Havia um acordo de não serem votados projetos dias de quintas-feiras. Houve uma articulação do outro segmento e eles acabaram votando. Aqui na Câmara passou; lá no Senado a bancada evangélica firmou a guarda, está essa discussão toda e não se vota. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*A questão do projeto da homofobia que criminaliza qualquer tipo de ação, qualquer palavra, você não pode dizer nada... Num país onde o Estado de direito se diz consolidado, quer dizer, uma democracia estabelecida, você fala assim: “olha, eu acho que isso está errado” e já cometeu um crime. Isso é um atropelo das coisas. Então, a ação é essa: no dia 16 [de abril], nós tivemos a primeira reunião; no dia 25 [de junho], vamos ter mais uma. Nessa do dia 25, nós estamos articulando para que o segmento cristão-evangélico se manifeste diante do quadro*

---

<sup>33</sup> Dados obtidos na mídia eletrônica e no site do Senado Federal, consultados respectivamente em 30 de outubro de 2007 e 20 de novembro de 2009:

- a) [http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod\\_canal=21&cod\\_publicacao=27230](http://congressoemfoco.uol.com.br/noticia.asp?cod_canal=21&cod_publicacao=27230)
- b) <http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=97470&codAplicativo=2&parametro=s=Discrimina%c3%a7%c3%a3o+contra+homossexuais>
- c) <http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=97213&codAplicativo=2&parametro=s=Discrimina%c3%a7%c3%a3o+contra+homossexuais>

posto, numa posição oficial, através de um documento. Na primeira vez, nós visitamos aqui o presidente da Câmara, visitamos o presidente do Senado, os presidentes das Comissões de Direitos Humanos tanto da Câmara como do Senado, a CCJ da Câmara, no sentido de conversar com eles para expor a situação: “olha, nós viemos aqui para mostrar o nosso ponto de vista. Como essa Casa é a Casa do debate, é a Casa da democracia...”. Graças a Deus, fomos muito bem sucedidos. No dia 25 de junho, a gente retoma isso, já com a posição oficial definida e assinada embaixo tanto pelas lideranças evangélicas do Brasil quanto pela bancada evangélica aqui do Congresso Nacional. (**Deputado Zequinha Marinho** (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).

Outro projeto que criou muita polêmica foi o PL 122, que está denominado como crime de homofobia. Eu louvo primeiramente a Deus, mas também aos nossos parlamentares, porque foi uma estratégia que a Câmara usou aqui, eles empurraram [esse projeto] de goela abaixo, mas agora nós estamos atentos no Senado Federal. O PL 122, que está agora lá no Senado Federal, gerou assim uma grande preocupação, trouxe um grande despertar para a sociedade brasileira, pra ver que realmente se eles não saíssem de casa para vir à rua, para vir pra cá protestar e exigir os direitos [de] que a sociedade brasileira necessita, já teria sido empurrado de goela abaixo. Tanto é verdade que no final do ano, no dia 24 de dezembro, na Comissão Especial lá no Senado, o senador Magno Malta conseguiu uma grande vitória: impedir que fosse aprovado esse PL 122, exatamente às cinco horas e vinte da manhã de 24 de dezembro, só pra você ter uma ideia da estratégia. É verdade! É só buscar os documentos no Senado Federal que consta essa estratégia lá. Foi às cinco horas da manhã de 24 de dezembro, praticamente virando o ano... Todos os senadores estavam lá, houve um acordo de líderes e tal, mas eu louvo a Deus pela vida do senador Magno Malta, que foi quem Deus colocou ali para defender a sociedade brasileira, para impedir essa aberração, essa inconstitucionalidade, que é esse PLC122, que está na gaveta do Senado Federal. (**Assessor Elias Castilho**, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).

Como se pode perceber, a proposta de criminalização da homofobia gerou reações intempestivas e posicionamentos extremados entre os congressistas evangélicos que, com vistas a bloqueá-la, produziram argumentações ilógicas e irracionais, expressas em frases como: “O PL 122 dá poderes ditatoriais a uma minoria” (Deputado federal Robson Rodovalho – DEM/DF); “Esse projeto cria um império homossexual no Brasil, uma casta diferenciada...” (Senador Magno Malta – PR/ES)<sup>34</sup>. Assim, construções ideológicas fantasiosas proliferaram no meio evangélico, produzindo um efeito de integração e articulação. Divulgou-se que a nova proposta legislativa é uma forma de censura à pregação da “Palavra de Deus”, que pode gerar o confisco de todas as bíblias em território brasileiro e a necessidade de contrabandeá-las. Criou-se uma tese descabida e implausível de que o PL 122/2006, intitulado pelos evangélicos de “lei da mordaça”, é uma ameaça à liberdade religiosa e uma restrição à livre manifestação de pensamento e opinião. De agentes de discriminação transformam-

---

<sup>34</sup> Declarações colhidas na mídia eletrônica, acessada em 25 de junho de 2008: [http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?t=evangelicos\\_sao\\_contra\\_projeto\\_que\\_defende\\_homossexuais&cod\\_Post=110436&a=111](http://oglobo.globo.com/pais/noblat/post.asp?t=evangelicos_sao_contra_projeto_que_defende_homossexuais&cod_Post=110436&a=111)

se em vítimas de perseguição e preconceito. Os homossexuais, por sua vez, que sofrem diariamente situações de rechaço, violência, intolerância e difamação, são tratados como se estivessem exigindo um privilégio para sua categoria à custa da censura da comunidade cristã. Portanto, para a Frente Parlamentar Evangélica, essa proposição, uma vez aprovada, implantará no país uma ditadura gay, ferindo, assim, o mais importante princípio da democracia: as liberdades individuais. O discurso evangélico, pois, promove uma inversão ideológica da realidade, convertendo a proposta que garante a livre expressão homoafetiva em atentado à democracia e dispositivo em prol de um regime ditatorial. Nesse sentido, a ideologia atua para ocultar a posição totalitária e intolerante dos defensores da moral sexual, apresentando-os como arautos da democracia.

*Como evangélica, eu tenho um desafio muito grande aqui no Congresso, que é combater a discriminação que fazem contra os evangélicos, por exemplo, na questão da homofobia. Eu já disse um dia na Comissão de Direitos Humanos ao ministro Paulo Vanucchi, que é o secretário dos Direitos Humanos do nosso país, do Governo Federal, que está se confundindo muito as coisas. Quando algumas pessoas querem nos proibir de dizer, por exemplo, que nós achamos errado ser homossexual, eu acho que aí, sim, estamos na contramão da democracia porque eu quero ter o direito de dizer isso, porque eu creio nisso, eu li a bíblia e isso não quer dizer que eu sou fundamentalista, não. Eu seria fundamentalista se eu discriminasse o homossexual, se eu o impedisse de ter acesso ao trabalho, de ter acesso ao voto, de ter acesso à cultura, de ter acesso à educação, de ter acesso à saúde, se eu permitisse contra ele qualquer discriminação dele como cidadão. Isso eu não vou permitir nunca. Agora, eu quero ter o direito de dizer para o meu irmão que eu acho que ele é errado ao ser homossexual porque diante de Deus isso não é correto. Eu quero ter a liberdade de dizer: “essa é a minha crença”. Então, eu não posso dizer que isso ou aquilo é errado diante da minha crença religiosa? Devo permitir que todos digam, menos eu posso dizer? Eu acho que essa discussão está tomando um caminho completamente errado e eu tenho esse compromisso primeiro comigo mesma porque eu quero o meu direito de liberdade de falar, segundo com todos os demais que têm a mesma crença que eu. **[Qual o caminho que essa discussão está tomando, deputada?]** Bem, o caminho que essa discussão está tomando por muitos aqui na Casa é de que devem se calar as pessoas que dizem que ser homossexual é errado. Isso não. Eu quero o direito de dizer. Agora, o meu direito de dizer isso não me reserva o direito de discriminar ou de impedir o acesso de um cidadão homossexual ou de na sociedade discriminá-lo ou tratá-lo com detrimento moral ou qualquer coisa. O que nós queremos é poder continuar dizendo num programa de televisão: “meu irmão, a bíblia diz isso”. Nós queremos dizer isso e isso estão querendo nos coibir. (...) Então, essa discussão é perigosa e o nosso compromisso nessa Casa é poder estar mostrando isso. Nós não somos homofóbicos, nós não praticamos a homofobia, estão querendo praticar contra nós. Essa é a grande realidade. **(Deputada Jusmari Oliveira (PR/BA), entrevista realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).***

*Por exemplo, essa questão da homofobia... Se os homossexuais estão pleiteando o direito de se expressar, de se beijar em público, fazer o que bem entendem, eu acho que os evangélicos também têm o direito de se posicionar contra. Agora, o que eles pretendem é que se, amanhã ou depois, você critica um gesto livre, que com certeza... Bom, eu sou da velha guarda. Ver homem com homem se beijando aí na frente de todo mundo, dentro de um shopping, pra mim é um*

*negócio muito estranho. Eu não vou aplaudir, não vou defender, não vou estimular de jeito nenhum. Eu sou totalmente contrário. Eu acho que eles deviam se beijar, fazer o que eles quiserem entre quatro paredes, não na frente de todo mundo. Tem as crianças. Então, eu acho que você tem que ter o direito; no momento [em] que eles fizerem isso publicamente, você não vai agredir, não vai xingar, mas pode falar para a pessoa: “esse negócio aí está errado. Minha filha, pelo amor de Deus, não faça isso”. Até porque é bíblico, Deus ama o homossexual, mas abomina o homossexualismo. (...) Não tem problema você conversar com um travesti, conversar com um homossexual, agora estimular, não. (Deputado Francisco Rossi (PMDB/SP), entrevista concedida em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*A lei da homofobia, pra nós, é extremamente agressiva, porque ela me impede, inclusive, de exercer o meu papel de orientador. Eu sou contra qualquer tipo de discriminação e acho que a gente tem que respeitar a pessoa que optou por outra orientação sexual, mas eu não posso ser tolhido também de orientar aqueles que querem e que buscam em mim orientação, para mostrar que aquilo ali é contrário à minha natureza e à natureza de muitas pessoas. Então, existe uma lei hoje aqui no Congresso que quer amordaçar, que diz o seguinte: “eu não posso mais ensinar aos meus filhos que eles devem optar pelo princípio familiar e cristão que foi deixado por Deus, que é [o princípio] da família e do casamento”. Nesse caso, a Frente Parlamentar Evangélica funciona também como uma espécie de escudo para proteger a liberdade de crença e de culto, que já foi consagrada pela Constituição. (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*A questão da homofobia, por exemplo, nós não somos contra, até porque nós não somos homofóbicos. Agora, nós somos contra alguns pontos do projeto, que nós entendemos que aqueles pontos agredem a Constituição Federal na medida [em] que limitam a liberdade de expressão, a liberdade de crença e daí por diante. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

*Nós não somos homofóbicos como alguns querem colocar. Apenas temos a nossa posição. O fato de eu pensar de uma maneira diferente do homossexual não significa que eu seja homofóbico. Então, nós queremos tirar essa pecha ruim, que estão tentando imprimir em nós para nos colocar contra a opinião pública. (Deputado Takayama (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).*

### PEC 028/2009: Divórcio Direto

Promulgada no Congresso Nacional em 13 de julho de 2010, a PEC 028/2009, de autoria do deputado federal Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), suprime a exigência da separação judicial por um período superior a um ano e de comprovada separação de corpos por mais de dois anos, antes de iniciar o processo de divórcio. De acordo com a nova Proposta de Emenda Constitucional, os casais que desejam se separar podem recorrer logo ao divórcio sem precisar cumprir os requisitos prévios estabelecidos por lei, reduzindo, assim, custos financeiros com advogados, agilizando a separação e evitando a dilapidação do patrimônio por um dos cônjuges. Instituiu-se, pois, o divórcio imediato e direto, desburocratizando o processo de dissolução do matrimônio.

Importantes integrantes da Frente Parlamentar Evangélica lamentaram a promulgação dessa Emenda Constitucional, atribuindo a derrota à falta de informação dos deputados evangélicos e à ausência de articulação no caso específico dessa matéria. Entretanto, cabe ressaltar que a temática do divórcio imediato produziu divisões entre os congressistas evangélicos, o que impossibilitou a construção de um bloco coeso no momento da votação. Em oposição à recomendação da Frente, os parlamentares iurdianos votaram favoráveis à proposta de anulação da separação judicial e de desburocratização do divórcio. O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), no entanto, assumiu posição contrária, alegando que a rapidez do divórcio pode banalizar o casamento e comprometer a estabilidade conjugal. Segundo alguns depoimentos, essa proposição infringe o preceito cristão da indissolubilidade das relações conjugais e promove o enfraquecimento dos laços familiares, contribuindo para dissolver vínculos que deveriam ser permanentes. Nesse contexto, a separação judicial e a separação de fato receberam o apoio de muitos evangélicos, visto que representam um obstáculo ao divórcio, possibilitando a reconciliação dos cônjuges e a manutenção da estrutura familiar.

*Eu fiz parte de uma discussão muito polêmica, eu fiz parte de uma comissão que votou uma PEC que abolia a questão da separação judicial. E nessa PEC, que inclusive foi aprovado o texto que acaba com a separação judicial e vai diretamente ao divórcio, nós trouxemos num debate público representantes da Igreja Católica e representantes dos evangélicos para que promovessem o debate e houvesse um entendimento na Comissão Especial do posicionamento dessa PEC que acabava com o instituto da separação judicial indo diretamente ao divórcio. O que acontece? Hoje, são diversos casais que já estão separados, que já estão casados entre aspas com outra pessoa e ainda não conseguiram ultrapassar a barreira burocrática com relação à questão do divórcio. Então, houve um entendimento naquele momento de liberar. Por quê? Veja bem, a pessoa já está separada, já está vivendo com outra e qual seria a única forma de ela conseguir regulamentar a sua situação? Seria através da concessão do divórcio, embora a concepção da igreja seja o casamento eterno e indissolúvel. (...) A Igreja Católica bateu pesado. Inclusive os evangélicos também bateram pesado com relação a isso, mas como a Casa é uma casa plural, a Comissão Especial aprovou o texto abolindo o instituto da separação judicial e agora vai a plenário. Ai, no plenário, evidentemente vai falar alto a concepção religiosa de cada um, mas ela está pronta para ser votada no plenário. (Deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ), entrevista concedida em 03/06/2008, na ante-sala de uma comissão da Câmara Federal).*

*Agora mesmo nós votamos uma matéria aí e perdemos, mas [assumimos] uma posição muito clara com relação ao divórcio. Nós, como evangélicos, achávamos que melhor seria dar um tempo para que as pessoas pudessem [se] reconciliar e não facilitar a coisa pra sair de uma vez, porque isso desarticula tudo, desarticula a esposa, o esposo, os filhos, a família como um todo. (Deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), entrevista concedida no dia 18/06/2009, em seu gabinete parlamentar).*

*Só vou te dar um exemplo: essa questão do divórcio que foi votada recentemente, a facilidade do divórcio... A gente prega a questão da família, a gente acha inclusive que a família é uma instituição que ao longo do tempo pela própria mídia, pelos próprios programas de televisão que têm avançado nas famílias brasileiras, a gente vê que o casamento tem se tornado algo muito banal. Aí, a Casa apresenta um projeto que facilita a separação. Em vez de demorar um ano, você hoje pode naturalmente se separar. Teve uma briga, a primeira briga, aquele momento tenso, você vai e resolve rápido: “estou separado”. Então, na primeira votação na Casa, nós tivemos apenas 15 votos. **[Por que razão, deputado?]** Eu acho, às vezes, que é pela falta de informação do que está sendo votado. Isso acontece na Casa. Outra razão é que também não houve aquela articulação a priori. Mas quando ocorreu a segunda votação, parece que nós perdemos por cinco votos. Então, você vê que já houve uma diferença na segunda votação, porque os deputados se articularam e começaram a perceber e a pensar: “Isso daí de alguma forma vai nos atingir. Então, vamos fazer essa defesa”. E por muito pouco nós não derrotamos essa matéria. **(Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).***

*Às vezes, nós nos entristecemos, porque existem alguns grupos que se denominam evangélicos, mas em determinados momentos são mais políticos do que evangélicos, sem citar quem são. Por exemplo, nesse caso da lei do divórcio, foram oito parlamentares de um determinado segmento [a Igreja Universal] que votaram a favor da lei e contra a gente. Não votaram com a gente. Oito do mesmo segmento. Isso nos entristeceu... **(Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).***

*No nosso entendimento, biblicamente você tem o divórcio; em determinados casos você pode fazer a carta de divórcio e não tem problema nenhum. Outros já entendem que isso desintegra a família. Então, há uma divergência que é religiosa e ao mesmo tempo é política. Como nós estamos governando para o país... Já que estamos governando para o país, nós entendemos que tínhamos que votar [favorável]. Então, a Frente votou rachada nesse processo. Uma parte votou a favor, outra parte votou contra. **(Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).***

### *Acordo Brasil x Santa Sé*

Um dos processos legislativos que causou mais frenesi nos parlamentares evangélicos foi o acordo firmado entre o Brasil e a Santa Sé, no dia 13 de novembro de 2008, que foi encaminhado à Câmara Federal para ser aprovado no plenário em regime de urgência. Como dispositivo legal de reconhecimento do estatuto jurídico da Igreja Católica e de homologação das práticas já adotadas no país, o acordo internacional reconhece os direitos da organização católica de desempenhar sua missão espiritual e apostólica em território nacional; lhe concede poder para construir, transformar e fechar entidades eclesiais; garante o benefício da isenção fiscal e tributária para instituições com fins assistenciais, filantrópicos e solidários; convoca o Estado a contribuir com a preservação dos bens, propriedades e símbolos católicos, considerados patrimônio histórico, cultural e artístico do Brasil; regulamenta a ação assistencial da igreja nos hospitais, presídios, internatos, asilos e estabelecimentos fechados; prevê o ensino

religioso facultativo nas escolas públicas, no nível fundamental; determina que o casamento ministrado segundo o ritual católico tem validade civil; assegura o sigilo da função sacerdotal; compromete o Estado com a concessão de espaços urbanos destinados às práticas religiosas, previstos no Plano Diretor da cidade; estabelece a entrega de visto permanente ou temporário para bispos, sacerdotes e todos aqueles que irão desempenhar sua missão religiosa no país; define que a relação entre os ministros, os fiéis e a igreja é de natureza religiosa e voluntária, não configurando, portanto, um vínculo empregatício<sup>35</sup>.

Todas essas determinações deixaram os deputados evangélicos perplexos e injuriados. A princípio, contestaram o requerimento de urgência e exigiram que o documento passasse pelas comissões parlamentares, no tempo regulamentar, a fim de que fosse objeto de discussão. Tendo em vista a dificuldade da matéria, uniram esforços, articularam-se e pressionaram as lideranças partidárias, requerendo-lhes que negassem o pedido de urgência da cúpula católica. Resolveram obstruir estrategicamente as votações para evitar que o acordo fosse aprovado sem a necessária tramitação nas comissões permanentes. Argumentaram a favor da realização de audiências públicas para debater a temática, antes de encaminhá-la à decisão final. Cedendo à forte pressão evangélica, os líderes das siglas partidárias na Câmara Federal rejeitaram provisoriamente a urgência da pauta e o acordo passou a tramitar na Comissão de Relações Exteriores, onde recebeu parecer favorável do relator, o deputado federal Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), sendo aprovado por 23 votos a 7. Dentre os parlamentares evangélicos que integraram a comissão e votaram contra o relatório, podemos destacar o Pastor Pedro Ribeiro (PMDB/CE), Andre Zacharow (PMDB/PR), Takayama (PSC/PR), George Hilton (PP/MG) e Bispo Gê Tenuta (DEM/SP). Os deputados católicos continuaram encaminhando, à Mesa Diretora da Casa, requerimentos de urgência para acelerar a aprovação do projeto, que tramitou com agilidade pelas Comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público; Educação e Cultura bem como Constituição e Justiça, recebendo apreciação favorável dos respectivos relatores: deputado Luiz Sérgio (PT/RJ), Chico de Abreu (PR/GO) e Antonio Carlos Biscaia (PT/RJ). Em menos de seis meses, o acordo foi aprovado no

---

<sup>35</sup> O acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé foi consultado no site do Palácio do Planalto: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7107.htm), acessado no dia 30 de outubro de 2009.



plenário da Câmara dos Deputados e encaminhado ao Senado. Como se pode observar, a despeito das manifestações dos políticos evangélicos, o projeto terminou tramitando na Casa em regime de urgência constitucional<sup>36</sup>.

*É o seguinte: a Casa é muito dinâmica, como é a atividade política. Por exemplo, há duas semanas atrás, o deputado Gilmar me liga e ele é vice-líder do Governo no Congresso Nacional e é integrante da Frente mesmo, autêntico, participa de tudo... Ele me disse: “deputado João Campos, olha, é o seguinte, eu fui informado [de] que o requerimento de urgência vai entrar agora à tarde e nós vamos ser atropelados. Você podia vir para o plenário e a gente faz um acordo aqui de pelo menos revisar uma audiência pública”. Eu falei: “não é possível”. Tudo verdade o que ele tinha dito. O que é que eu fiz? Fui para o plenário. Eu olhei assim [ao meu redor] e tinha dez, quinze deputados da Frente Parlamentar Evangélica no plenário. Chamei cada um e reuni todo mundo: “vem cá, fulano. Vamos fazer uma rodinha ali. Olhe, está acontecendo isso, isso e isso. Nós não vamos aceitar, não”. Então, pegamos o líder do governo: “Henrique Fontana, vem cá. Aqui está a Frente Parlamentar Evangélica. Está acontecendo isso, isso e isso. Nós não vamos aceitar. Vamos pedir verificação aqui no plenário, o voto vai ter que ser nominal e nós vamos derrubar esse requerimento de urgência aqui do plenário. E tem mais, o que justifica essa urgência, Fontana? Vocês estão contra todas as religiões do país e a favor da Igreja Católica? Vocês estão tomando partido da Igreja Católica?”. “Não. O presidente Lula é a favor de todas as religiões e quer que tenha um entendimento...”. “Mas o que você está fazendo em nome do governo não é entendimento, não; é atropelar. Nós não vamos aceitar e vamos tornar isso público. E isso não é bom pra ninguém. Vai ter uma briga religiosa aqui dentro e vai ser ruim para o governo, porque nós vamos dizer que o governo tomou partido”. Ele ficou constrangido e falou: “é o seguinte, eu vou segurar o requerimento, enquanto vocês conversam”. “Então, está seguro?”. “Está seguro”. “Ok”. Fui no José Aníbal: “Zé Aníbal, você assinou o requerimento de urgência?”. “Ainda não”. “Então, não vai assinar. Você é meu líder e eu sou o presidente da Frente Parlamentar Evangélica. É assim, assim, assim...”. “Não. Então, fique tranquilo. Eu não assino”. Fui no líder do PTB: “Jovair [Arantes], você assinou?”. “Assinei, João. Ninguém tinha falado nada. Eu achei que estava tudo certinho”. “Então, é o seguinte, você assinou, mas você vai bloquear”. “Não, tudo bem, conte comigo”. Fui em outro líder e a mesma história. (...) Com o Henrique Alves nós falamos no dia, mas depois falamos de novo, porque tinha esse fato novo. Nós cercamos... E foi por isso que a Igreja Católica concordou em fazer acordo conosco. Gente, nós somos 54 deputados evangélicos. A bancada aumentou... Um morreu, o suplente que assume é evangélico. O outro se elege prefeito e o suplente é evangélico. Ai, aumentou... [risos]. Veja, nós somos 54 deputados evangélicos. Quais partidos têm 54 deputados aqui? PSDB, PT e PMDB. Eu acho que é só. Você pega um partido aqui de cinco deputados, se ele quiser amarrar a votação aqui no plenário, amarra. Agora, nós somos 54 deputados e vamos deixar isso aí passar? Ah, não dá. Não é? Não dá. **(Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).***

*O papa quer urgência nesse processo, porque o Brasil é um dos principais países católicos do mundo e logicamente isso teria repercussão não só na quantidade de membros, como também na questão financeira, porque a oferta e o trânsito de recurso dentro da igreja aqui é um dos maiores do mundo e interfere também nos recursos da Santa Sé [sic]. Então, interessa que o Brasil faça o acordo logo para que eles possam ser isentos de uma série de contribuições para que possam canalizar para a igreja. Não tenho nada contra, mas queremos também que... Se isso vai ser dado ao clero católico, que seja dado também ao clero evangélico. É só isso. **[No***

<sup>36</sup> Informações obtidas no site da Câmara Federal, consultado em 30 de outubro de 2009: <http://www.camara.gov.br/internet/jornalcamara/default.asp?selecao=materia&codMat=50179>

**caso específico do acordo entre o Brasil e a Santa Sé, como a Frente Parlamentar Evangélica tem atuado?]** *Nós estamos bloqueando as votações. Aceitamos votar desde que sejam debatidas essas questões. Queremos debater melhor essas questões. Por exemplo, por que nós vamos voltar a forçar o ensino religioso nas escolas? Aí, o ensino religioso não... O aluno não pode ser forçado ou ser trabalhado em cima de uma religião. Nós achamos que a escola dominical deve ser dada na igreja. A escola não é o espaço [adequado] para isso. A família tem que trabalhar a questão do ensino religioso. Com o acordo da Santa Sé, volta o ensino religioso nas escolas. [Há espaço nesse momento para essa discussão?] Esse é o problema. Eles queriam votar sem debate e isso aí nos incomoda. É por isso que o espaço que a gente tem é o da obstrução para forçar um diálogo. [Qual a expectativa que o senhor tem em relação ao acordo?] Vai passar o acordo... Nós não vamos conseguir. Nós, evangélicos, não temos ainda apoio nem nos interessa criar um atrito do Brasil com a Santa Sé. Sabemos da importância da Igreja Católica no Brasil, mas queremos mostrar que nós também existimos e que queremos tratamento igual. Podemos hoje ainda ser minoria, mas é uma minoria que cresce ano a ano. Queremos também começar a ter espaço na sociedade. [É a questão da busca da isonomia...]* *A gente sabe que é muito difícil, mas nós estamos apenas dizendo que isso é um erro do governo, porque no governo tem gente que é cristã, que é espírita, que é uma série de coisas ou até ateu e todos têm direito. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).*

Percebendo que seria praticamente impossível impedir a votação do acordo ou modificar substancialmente suas cláusulas, os parlamentares evangélicos decidiram produzir um documento semelhante com vistas a garantir a equidade de direitos entre as religiões. Sentindo-se preteridos pelo governo, protestaram contra o tratamento especial concedido à Igreja Católica e os privilégios políticos de que goza, a despeito da laicidade do Estado brasileiro. Alguns congressistas, assumindo o habitual discurso persecutório, conjecturaram que, por meio desse tratado, a Igreja Católica pretende retomar seu *status* de religião oficial, adquirindo o monopólio religioso da nação e ocupando posição hegemônica. De acordo com essa tese pouco plausível, seu principal objetivo é transformar o Estado laico em Estado confessional, inclinado a atender demandas religiosas, especificamente católicas. Nesse contexto, os deputados evangélicos colocaram-se de forma obstinada em defesa da liberdade religiosa, da pluralidade de cultos, da separação entre Igreja e Estado e do laicismo da vida pública, combatendo, assim, a inconstitucionalidade do projeto. É no mínimo contraditório que os evangélicos, conhecidos pelos constantes ataques dirigidos a outros credos, assumam a defesa da livre expressão religiosa. No entanto, esse discurso democrático, pluralista e republicano tem um caráter ideológico, visto que coloca a Frente Parlamentar Evangélica na condição de representante dos interesses de todas as religiões, angariando apoios e justificando sua missão político-religiosa de combater os privilégios da Igreja

Católica. Na realidade, o que está em jogo são seus próprios interesses, mas não faria nenhum sentido exigir igualdade de condições e desconsiderar os outros segmentos religiosos. Certamente, essa postura ameaçaria a legitimidade de sua ação.

Por consequência, exige-se isonomia no tratamento que o Estado dispensa a todas as religiões. Diante da impossibilidade de anular o acordo internacional ou alterar suas proposições, optou-se por elaborar um documento similar de proteção às demais confissões religiosas, garantindo, desse modo, a equidade entre os credos e preservando o caráter laico do Estado. Intitulado de “Lei Geral das Religiões”, o [PLC 5598/2009](#), de autoria do deputado federal George Hilton (PP/MG), é idêntico ao acordo internacional, firmado entre o Brasil e a Santa Sé. Praticamente todos os artigos foram extraídos e copiados *ipsis literis* do documento católico. Acrescentaram-se apenas resoluções sobre a livre manifestação religiosa; a proteção aos locais de culto; a inviolabilidade das crenças; a igualdade de condições para todos os credos; a garantia do exercício religioso nas praças e logradouros, desde que não comprometa a ordem pública; e a instituição da capelanía militar nas Forças Armadas Brasileiras. O Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), relator da matéria, também requereu regime de urgência na tramitação da propositura, que foi apreciada, em plenário, por uma Comissão Especial. Em 26 de agosto de 2009, dia em que foi aprovado o acordo internacional, o projeto de lei nº 5598/2009 recebeu parecer favorável e foi encaminhado ao Senado<sup>37</sup>.

*É o caso desse momento agora em que a gente está tratando de um acordo internacional e nós entendemos que ele privilegia uma religião. Ele é um instrumento que poderia ter um caráter mais – essa é a expressão que a gente tem utilizado muito nas discussões que a gente tem tido – equânime, ele poderia atender de uma forma mais equânime, sem favorecer ninguém. Nós não somos contrários [a] que a Igreja Católica seja beneficiada com esse tratado. Eu até acho que ela foi a grande precursora para nós. Eu, por exemplo, me sinto hoje mobilizado a buscar e fazer como ela fez. Tanto é que tem uma proposta nossa que estende todos aqueles – eu não chamo de privilégios – reconhecimentos do Estado também para as outras instituições [religiosas]. (...) Então, eu acho que a Frente Parlamentar não pode ter um caráter confessional dentro de qualquer poder, até porque essa Casa aqui é a Casa do povo brasileiro. Qual é a religião do povo brasileiro? (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Eu me levantei fazendo discursos muito fortes falando sobre a inconstitucionalidade. Pelo parecer de um procurador, de um professor de Direito, dos 20 artigos da concordata ou do acordo, 17 são inconstitucionais. A reunião privada ou na presidência da Comissão de*

---

<sup>37</sup> Acompanhamos a tramitação do PLC 5598/2009 pelo site da Câmara Federal, acessado em 17 de setembro de 2009: [http://www.camara.gov.br/sileg/Prop\\_Detalhe.asp?id=441559](http://www.camara.gov.br/sileg/Prop_Detalhe.asp?id=441559)

*Relações Exteriores com o bispo da Igreja Católica – Dom Geraldo, presidente da CNBB – e outros, eles teimam em afirmar que não é inconstitucional, que está em conformidade com as leis brasileiras. A nossa luta é para mostrar a inconstitucionalidade e com isso não referendarmos. É uma luta nossa, é dos espíritas, é dos ateus, é de todos os demais segmentos de expressão religiosa. O relator, Bonifácio de Andrada, começou a nos dizer: “então, vamos criar em paralelo uma lei geral das religiões. Que tal? Por que não se pensa nisso?”. Embora meu coração fosse contra em razão de entrarmos no trem da alegria, aderindo à inconstitucionalidade só porque não íamos perder os nossos direitos... Ou parecia que consertava a questão da laicidade, porque juntava todo mundo do mesmo jeito. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Nós, preocupados em não deixar passar [o acordo entre o Brasil e a Santa Sé], começamos a pedir audiência pública na Comissão de Relações Exteriores. Fizeram várias escaramuças... Quando eles viram que a consciência nacional se levantava contra esse acordo, a Igreja Católica muito poderosa manipulou e trabalhou para que saísse da Comissão onde estava – de Relações Exteriores – sem ser apreciado e entrasse com um requerimento de urgência, urgentíssima, no próprio plenário. [Já ia direto para a votação...] Direto. Graças a Deus, alguém aqui me avisou e nós nos mobilizamos. Eu e o deputado João Campos fomos a cada líder e a maioria dos líderes já tinham assinado. Os que não haviam assinado, disseram que não iam assinar. Mas era ordem do palácio. Então, o líder do governo, o Henrique Fontana estava monitorando isso aí. Mas o deputado Manoel Ferreira, presidente da grande Igreja de Madureira no Brasil todo, que sempre ajudou o presidente Lula, juntou-se a nós e mais uns três e nós fomos ao Henrique [Fontana]. O deputado [Manoel Ferreira] falou forte e ele [Henrique Fontana] sugeriu que conversássemos com o Carlos Hauly, que era quem estava conduzindo o movimento católico. E fechamos um acordo [de] que se nós fizéssemos um documento que [nos] representasse e [nos] satisfizesse para votarmos paralelamente, então, ele ia esperar. De fato, ele foi lá e retirou [o requerimento de urgência]. Estava na mão do Michel [Temer], o Michel concordou e foi retirado. Tudo bonitinho. Só que... o que nós teríamos de peça para isso? Felizmente, nas mãos do deputado George Hilton tinha um parecer que ele queria dar, uma relatoria ao PL1553 do doutor Talmir, que prevê a regulamentação dos parágrafos 6º, 7º e 8º do artigo 5º da Constituição, que trata do assunto. Então, dava perfeitamente para fazer, como ele fez. Só que enquanto fazíamos, eles entraram outra vez com a urgência urgentíssima. Aliás, tentaram entrar, mas o deputado Lincoln Portela e o deputado Jovair [Arantes], líder do PTB, se levantaram contra e eles não entraram na hora. No dia seguinte, nos mobilizamos e fomos à Comissão de Relações Exteriores e o presidente estava revoltado, dizendo que não era justo passar para a Comissão dele sem ser apreciado. Aí, nós nos juntamos ao coro do presidente e conseguimos jogar para o dia primeiro de julho não mais do que uma reunião pública aberta, uma sessão pública aberta, trazendo dois convidados, um é representante do Itamarati e o outro é a doutora Roseli Fischmann, para que no dia primeiro estejamos lá debatendo isso. Aí, ficaria tudo suspenso. Só que quando chegamos ao plenário, já estava lá outra vez. Enquanto nós tratávamos desse acordo, já tinham colocado outra vez no plenário. [O senhor conseguiu cadeira na Comissão de Relações Exteriores?] Consegui. [E o deputado João Campos também?] Não, o João Campos não conseguiu, porque só tinha uma vaga e eu já tinha conquistado. Aí, o que aconteceu? Os próprios deputados que estavam na comissão com quem havíamos feito o acordo para o dia primeiro levantaram-se contra – dessa vez não foi eu. Quando eu cheguei já tinha acontecido. Graças a Deus, a equipe aumentou – e, por enquanto, está certo de que não mexerão com esse acordo até o dia primeiro de julho para esse nosso debate. Mas temos que estar alertas, porque vem a diretoria da CNBB falar com o presidente, aperta o presidente e o presidente cede. A pressão católica é grande, muito grande, muito grande. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Na hora que nós falarmos: “nosso projeto está pronto”, nós vamos fazer um requerimento de urgência igual o que foi feito pra eles. Aí, os dois requerimentos vão ser votados no plenário.*

*Votou a urgência dos dois em plenário, aí pode colocar os dois projetos pra votar em plenário. Nosso compromisso é esse. Mas aquilo que eu disse ontem: temos que monitorar 24 horas, porque na verdade a Igreja Católica só está fazendo isso porque está percebendo nossa força. Se a gente descuidar, eles atropelam a gente.* (**Deputado João Campos** (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).

Logo que chegou ao Senado, em 02 de setembro de 2009, o acordo internacional entre o Brasil e a Santa Sé recebeu outra denominação, Projeto de Decreto Legislativo - PDL 716/2009, e foi rapidamente encaminhado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sendo apreciado favoravelmente pelo relator Fernando Collor de Mello (PTB/AL). Depois de aprovado na comissão, o decreto legislativo foi despachado para o plenário a fim de ser votado em regime de urgência. Em 07 de outubro de 2009, a proposição foi aprovada pelo Senado, sendo promulgada pelo Presidente da República em 11 de fevereiro de 2010<sup>38</sup>. O projeto de lei elaborado pelos parlamentares evangélicos ([PLC 5598/2009](#)) chegou ao Senado Federal exatamente no mesmo dia do documento regulador do acordo entre o Brasil e a Santa Sé, sendo imediatamente encaminhado à Comissão de Educação, sob a relatoria do senador Inácio Arruda (PcdoB/CE). Após a realização de audiências públicas, o relatório favorável do senador foi aprovado e, na sequência, a proposta legislativa, agora denominada PLC 160/2009, foi despachada para a Comissão de Assuntos Sociais, que designou como relator da matéria o senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA)<sup>39</sup>. Ao final da legislatura 2007-2011, a proposição permanecia em pauta na Comissão de Assuntos Sociais, não tramitando em caráter de urgência. Certamente, o período eleitoral contribuiu para desacelerar os trabalhos legislativos. Os parlamentares evangélicos, no entanto, atribuem a demora da tramitação à perseguição de que são alvo. O discurso persecutório e conspiratório, mais uma vez, é acionado. O fim da liberdade religiosa é anunciado como ameaça iminente. Os privilégios em benefício dos adversários são alardeados. Esses sistemas simbólicos, tão pronunciados pela “bancada evangélica”, são estratégias ideológicas que legitimam suas ações políticas no espaço do Poder Legislativo. Conforme Thompson (2002), a legitimação é uma das operações mais eficazes da ideologia, dado que converte determinados comportamentos e discursos em algo legítimo, justo e coerente, garantindo, dessa forma, a obtenção de alianças e minimizando as reações contrárias.

---

<sup>38</sup> O acompanhamento do processo de tramitação do PDL 716/2009 se deu pelo site do Senado Federal, consultado em 13 de outubro de 2009:

[http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=92932](http://www.senado.gov.br/atividade/Materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92932)

<sup>39</sup> Dados obtidos no site do Senado Federal, acessado em 15 de dezembro de 2010: [http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p\\_cod\\_mate=92959](http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=92959)

## **Críticas à Frente Parlamentar Evangélica: dificuldades e problemas**

Embora os nomes de alguns deputados constem no cadastro da Frente Parlamentar Evangélica, verifica-se que, no cotidiano legislativo, não se envolvem com o grupo, não participam efetivamente de suas atividades nem militam politicamente em prol de sua causa, optando pelo distanciamento e pela discrição, quando o assunto é religião. Alguns não se identificam com as estratégias de ação e as ideologias da Frente, ao passo que outros se opõem ao enfoque meramente religioso da atuação parlamentar. Há ainda aqueles que criticam o uso político da religião e o uso religioso da política, preferindo separar ambas as esferas. Em suas concepções, deve-se estabelecer uma segura delimitação entre o ritual religioso e a prática parlamentar, não permitindo que haja uma interferência direta e mútua entre esses distintos setores da vida. Apesar de serem evangélicos, seus mandatos políticos não são orientados nem definidos por suas crenças religiosas. Conforme os depoimentos da liderança da Frente Parlamentar Evangélica, são poucos os congressistas que se envolvem com a militância política e desenvolvem uma participação consciente de maneira a contribuir com a causa evangélica, a qual consiste na preservação da vida, na proteção à família e na conservação da doutrina cristã. Embora a maioria apoie as decisões e deliberações do grupo evangélico, são poucos os que se envolvem com a militância. Alguns justificam a ausência pela falta de tempo, uma vez que as demandas legislativas da Casa são intensas, inviabilizando sua participação política em defesa do sistema ideológico e dos interesses do grupo. Outros, por sua vez, não se envolvem diretamente com a política evangélica, pois preferem manter a independência em suas atividades legislativas.

*Se você me perguntar se todos se envolvem com a Frente Parlamentar Evangélica, eu digo que não. São poucos, na verdade, que têm um envolvimento efetivo, que têm uma militância dentro da Frente Parlamentar Evangélica. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

*Quando eu falo da distância de alguns parlamentares, não é na hora que você chama pra responsabilidade de defender um determinado projeto ou mesmo da gente encaminhar algum projeto. A distância se dá mais nos encontros. Então, fica limitado aos cabeças, aos líderes da bancada e mais oito ou dez deputados. Eu acho que essa discussão poderia ser bem mais ampliada, mas não é por falta de divulgação, não. Na realidade, é porque... eu tenho sentido que alguns deputados, por uma razão ou outra, têm afazeres que não lhes permitem estar presentes. (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

*Olha, eu sou membro de uma igreja evangélica, não sou pastor, não tenho nenhuma formação teológica. Então, eu sou apenas um membro da Frente Parlamentar Evangélica, mas não tenho nenhuma relação assim... Eu tenho um pouco de receio de formação de guetos, de um negócio assim. É claro que eu não posso dizer: “olha, eu não apoio”, mas minha atuação é zero junto à bancada evangélica. Eu voto alguns temas, a questão da homofobia, a questão do aborto, mas eu acho que a gente não deve misturar muito as estações, sabe? (Deputado Francisco Rossi (PMDB/SP), entrevista concedida em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*Às vezes, o deputado novo que chegou aqui, em função daquele episódio [da CPI dos Sanguessugas], mas também em função de falta de informação, achava que a Frente Parlamentar Evangélica tinha uma visão estritamente espiritual do Parlamento e que a gente só via as coisas aqui do ponto de vista espiritual e religioso e isso não era positivo. Então, ele preferia ficar um pouco distante. Na medida [em] que ele ia tendo uma informação do nosso trabalho, dos resultados que estão sendo alcançados em função dessa articulação da Frente Parlamentar Evangélica, aí ele se agrega e se agrega pra valer. Graças a Deus! (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

**[Como é sua relação com a Frente Parlamentar Evangélica?]** *A minha relação é uma relação de respeito. Eu não sou aquele membro de estar junto ali, muito, esse negócio. Eu tenho muito respeito, mas não sou muito próximo, porque no mandato passado teve muita distorção. Quando eu vi que estavam acontecendo essas distorções, eu falei: “não dá pra mim. Não dá pra mim”. (Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

**[Como é sua relação com a Frente Parlamentar Evangélica?]** *Eu sou membro, não atuante, apoio a maioria das deliberações, procuro ajudar, mas eu não tenho, assim, uma vinculação forte. (...) Tem uma coisa que é importante, independente de alguns excessos que já aconteceram no passado, acontecem no presente e vão acontecer no futuro do ponto de vista da ação das igrejas... Mas não há nenhuma dúvida de que os valores cristãos, os fundamentos, e principalmente os valores do convívio são muito importantes e a falta deles aqui é que faz com que esse Parlamento seja tão mal visto. Existir um grupo de parlamentares que professa esses valores e trabalha pela reafirmação deles é uma coisa muito importante. Eu acredito nisso. (Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).*

**[Como é sua relação com a Frente Parlamentar Evangélica?]** *Boa. É que eu, como presidente da Comissão de Trabalho e mais outros afazeres que têm aqui, a gente não tem muito tempo. A gente fica do Estado pra Brasília e de Brasília para o Estado. Do Estado a gente vem pra Brasília e chega aqui já de manhã, vem direto pra comissão, aí tem os projetos aqui, tem as discussões, eu faço parte de outras comissões. Então, às vezes, você não tem muito tempo para participar da Frente Evangélica, mas sempre que eu posso, eu estou lá. O Bispo Manoel Ferreira é do nosso partido, é o bispo da minha igreja, da Assembleia de Deus Madureira. Então, eu tenho procurado sempre estar próximo. (Deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), entrevista realizada no dia 18/06/2009, na ante-sala das Comissões, na Câmara Federal).*

**[Como é sua relação com a Frente Parlamentar Evangélica?]** *É de independência. Eu me relaciono bem, eu respeito, mas logicamente tem muita coisa [com] que eu não concordo. Muita coisa [com] que eu não concordo. [O senhor se sente parte ou não?]* *Eu diria quase que não, porque na verdade muitas vezes a religião é usada até em pronunciamentos. Tem pronunciamentos que você vê que no fundo, no fundo, são demagógicos e eu detesto demagogia, sabe? Eu acho que não pode usar um instrumento como esse. Então, eu não uso a*

religião. **(Deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG))**, entrevista concedida no dia 18/06/2009, em seu gabinete parlamentar).

*Eu tenho uma relação distante com a Frente. Eu acho que ela desenvolve um trabalho legal, mas infelizmente a grande realidade é que nós temos evangélicos, religiosos, que se aproveitam da política. Então, acaba que um trabalho como esse termina sendo distorcido. Se fosse levado a sério, eu acho que até seria muito legal, mas como infelizmente muitos se aproveitam da política para fazer um trabalho para a religião, e vice-versa, acaba fugindo realmente do objetivo.* **(Deputada Andréia Zito (PSDB/RJ))**, entrevista concedida no dia 23/06/2009, no restaurante do Plenário).

O deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), que na ocasião da entrevista estava em seu quarto mandato na Câmara Federal, fez um balanço da atuação dos políticos evangélicos no Congresso Nacional. De acordo com sua avaliação, entre os anos de 1996 e 2000, o grupo desenvolveu um trabalho intenso e sério, adquirindo prestígio e notoriedade no cenário público. Suas ações eram coerentes e independentes. Não se faziam conchavos políticos nem negociação de votos. De acordo com o parlamentar, a partir do ano 2000, o grupo modificou sua orientação e passou a empregar, no processo legislativo, metodologias questionáveis do ponto de vista ético; porém, habituais no jogo político que caracteriza as relações na Câmara dos Deputados. A título de ilustração, cabe ressaltar que na legislatura 1999/2003 a “bancada evangélica” apresentou um crescimento expressivo e a Igreja Universal conseguiu atingir o maior número de parlamentares na Casa. Ademais, nessa ocasião, o então Bispo Carlos Rodrigues ingressou no Congresso Nacional, liderando a “bancada iurdiana”. Desde então, iniciaram-se as negociações em troca de cargos, emendas, verbas e benefícios políticos. O grupo cresceu muito e procurou funcionar como uma legenda partidária, o que deu origem a escândalos e à redução da “bancada evangélica” na legislatura seguinte. Segundo declaração do deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), na atual legislatura, os parlamentares estão mais precavidos e diligentes, buscando agir com bom senso e equilíbrio, evitando os excessos e rejeitando qualquer possibilidade de negociação, o que lhes possibilita desempenhar suas atividades com maior independência.

**[Como o senhor avalia a atuação da Frente Parlamentar Evangélica no decorrer de todos esses anos?]** *Na verdade, no início foi muito bom, quando ela começou realmente a trabalhar... Ela tinha uma expressividade grande, existia realmente uma coerência grande. Eu acho que o melhor período da Frente Evangélica foi de 1996 a 2000. Foi o melhor tempo dela, um dos*



*períodos mais ricos. Depois, mudou-se muito de orientação, direção. Aí, tivemos aqueles problemas dos bispos, que trouxe um constrangimento grande [sic]. Aí, ela desarticulou muito e se perdeu bastante. Agora, eu estou sentindo que está numa fase boa. Eu estou sentindo uma fase muito boa agora e isso é muito gratificante. [O que seria essa fase boa?] Bom senso, equilíbrio, sem extremismo, sem nenhuma negociação, defendendo aquilo que efetivamente é o melhor. (Deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), entrevista concedida no dia 18/06/2009, em seu gabinete parlamentar).*

**[O senhor disse que, entre 1996 e 2000, a Frente teve uma atuação interessante, importante e rica. Em que sentido?]** *No sentido de trabalhar com a razão e não com a emoção. Quer dizer, não tentar fazer nenhum tipo de troca, eu acho que isso é muito importante. Ela manteve a independência, manteve um nível de relacionamento muito bom – eu acho que isso foi extraordinário – e votou como parlamentar, isso é muito importante. “Vamos formar um bloco de oposição ao governo?”. “Não, não, de forma nenhum”. Cada um livremente fazia a escolha daquilo que era melhor na votação das matérias. É o que está acontecendo hoje. Nós votamos em bloco, quando é uma matéria comum, é um sentimento comum. Mas há uma independência muito grande. Então, eu estou sentindo um momento muito rico da Frente e isso é muito gratificante. Um momento de maior maturidade... Voltando àquela época, que foi a época realmente mais negra, o que a gente via muito era o seguinte: “nós temos uma bancada grande. Nós vamos trabalhar essa bancada, mas o que nós vamos receber em troca disso daqui? O que nós vamos propor como benefício por isso daqui?”. Era quase um partido. “O governo vai liberar alguma coisa pras nossas bases?”. Esse tipo de coisa eu repugno. (Deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), entrevista concedida no dia 18/06/2009, em seu gabinete parlamentar).*

Para o ex-deputado federal Fernando Gonçalves, o grande problema do segmento evangélico na Câmara Federal é sua dupla subserviência, de caráter religioso e político. Grande parte dos parlamentares evangélicos, sobretudo aqueles pertencentes às denominações pentecostais, cujos mandatos foram conquistados com o apoio de suas igrejas, estão submetidos às determinações da liderança eclesiástica. É o caso da Igreja Universal que, por ser peça-chave na eleição de seus candidatos oficiais, define parâmetros de ação e diretrizes que orientam o exercício do mandato parlamentar, mantendo os deputados sob seu comando. Além da subserviência religiosa, há ainda uma espécie de subserviência política, decorrente da falta de conhecimento dos parlamentares acerca do processo de tramitação legislativa. O despreparo político de boa parte dos congressistas evangélicos os torna dependentes da orientação da Frente. Damares Alves também faz menção ao desconhecimento legislativo dos deputados pentecostais e protestantes que chegam ao Congresso. De acordo com seu relato, esse problema decorre do processo de escolha dos candidatos, que normalmente são lideranças eclesiásticas, imbuídas de carisma religioso, mas desprovidas de habilidade política e conhecimento regimental. Logo que ingressam no Parlamento, costumam atuar como pastores, apresentando um desempenho legislativo absolutamente pífio.

Com a formalização da Frente Parlamentar Evangélica, os deputados menos habilidosos passaram a ser assessorados em seu trabalho na Casa, obtendo conhecimentos básicos sobre o funcionamento do Parlamento e adquirindo malícia nas discussões e negociações legislativas. Além de salientar a inabilidade política de muitos congressistas, Damares questiona a apatia, omissão e displicência da igreja ao longo de sua história, o que contribuiu para a livre aprovação de projetos de lei anticristãos, aumentando hoje o trabalho do grupo evangélico na Câmara Federal. Em sua concepção, atualmente a igreja está mais consciente do seu papel político na sociedade brasileira e os políticos evangélicos que integram a Frente estão se preparando melhor para participar do processo legislativo de forma mais eficaz.

*O problema da bancada evangélica é a subserviência. Uma dupla subserviência. Subserviência à liderança que o indica e subserviência por inadequação intelectual. Portanto, a pessoa está sempre se sentindo mal, uma autoavaliação crítica e a pessoa sempre se sente um pouco deslocada. (Ex-deputado Federal Fernando Gonçalves, entrevista concedida no dia 02/06/2008, em seu gabinete).*

*Os evangélicos eram apáticos. Por que eles eram apáticos? Eu vou te explicar um fenômeno político comum. O pastor resolve sair candidato a deputado e o pastor não tem conhecimento nenhum na área jurídica. Aí, ele é eleito pelo povo porque ele tem uma empatia, uma simpatia e é um homem santo. Mas o Congresso não está precisando de homens simpáticos e santos. (...) Então, é o seguinte: mandam pra cá homens simpáticos, homens inteligentes, homens com empatia, mas nenhum homem capaz. O que acontece? Eles vinham pra cá e não se identificavam como parlamentares, como legisladores. Eles chegavam aqui e não conseguiam ser bons legisladores. (...) A manobra regimental, a batalha legislativa, requer conhecimento, habilidade. Você está entendendo? Aí, o que acontecia? Eles não conseguiam escrever um bom projeto de lei. Quando escreviam um bom projeto, não conseguiam ir até o fim e aprovar. Eles não conseguiam fazer um voto em separado. Não é que eles erravam porque eram corruptos ou não eram comprometidos. Não é isso. Eles até tinham boa vontade, tinham boa intenção, mas não tinham preparo. Com a formação da Frente Parlamentar Evangélica, mesmo aqueles que vieram despreparados, eles acabam influenciados [por seus pares]. Por exemplo, um deputado não sabe nada sobre índio. Aí, aquele que sabe sobre índio já conversa com ele, já explica. Eles andam muito juntos, próximos um do outro. Mesmo aqueles que não têm capacidade de legislar, têm encontrado nos colegas respaldo. Eles têm encontrado nessa assessoria técnica respaldo. (Assessora Parlamentar Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Eu vou te falar como pastora, como evangélica. Nós estamos brigando hoje no Supremo Tribunal contra a manipulação de células-tronco embrionárias. Nós fomos para o Tribunal porque a Câmara aprovou. Por que a Câmara aprovou a manipulação de embriões congelados? A bancada evangélica votou a favor da manipulação [de células-tronco embrionárias], a maioria. Isso foi um horror pra mim na época, eu chorei muito, porque eu não concordo em manipular embriões congelados. Isso aconteceu em 2003, 2004. Por que manipular embriões congelados? O argumento dos deputados evangélicos era o seguinte: “Ah, vai descartar mesmo”. Tá. Vai descartar porque estão congelados. Onde estava a igreja evangélica há vinte anos atrás que permitiu congelar embriões no Brasil? Você está me*

*entendendo? Nós estamos correndo agora para apagar incêndios, quando nós tínhamos que ter evitado o incêndio. Nós nos omitimos com relação às regras de reprodução humana. Há países no mundo que aceitam a reprodução in vitro, mas não aceitam que congelem embriões. Por que nós não pensamos nisso? A igreja permitiu... Eu acho que hoje a igreja está mais atenta. Antes não havia informação... Antes, não se tocava em determinados assuntos. Eu vejo que se nós tivéssemos vivendo hoje a constituinte, nós teríamos uma constituição mais saudável, porque nós teríamos gente mais atenta para escrever uma constituição mais adequada à nossa realidade. Mas está aí e agora nós temos que correr atrás do prejuízo.* (**Assessora Jurídica Damares Alves**, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).

Outra característica da Frente Evangélica criticada por alguns de seus integrantes diz respeito à restrição de suas pautas, discussões e ações parlamentares. O debate proposto pela maioria dos deputados evangélicos limita-se à temática religiosa e moral, excluindo-se, de seu rol de preocupações, questões de natureza política, econômica e social. Desse modo, temas de interesse nacional, mais abrangentes e relevantes ao desenvolvimento do país, não são abordados nas discussões evangélicas. Verifica-se, na Frente, um fenômeno de despolitização ou privatização da política, responsável por retirar a política do lugar que lhe é próprio. Portanto, afasta-se da esfera legislativa o debate político, que coaduna com os interesses da sociedade civil, dando relevo e importância à religião e à moral como se fossem indispensáveis à vida pública. O privado adquire *status* de coisa pública. Como manobra da ideologia, o que é secundário e particular substitui o que é imprescindível e universal, tornando-se prioridade nacional. Ocorre, por conseguinte, a universalização de interesses específicos que, segundo Thompson (2002), são aceitos de forma automática e acrítica, dada sua natureza supostamente genérica.

*(...) eu acho que a bancada precisa amadurecer, precisa fazer uma autoreflexão do ponto de vista da questão social e do ponto de vista de quem participa da bancada, o parlamentar que veste realmente a camisa.* (**Jornalista Renato Tavares**, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).

*A bancada precisa buscar a sua identidade. Que identidade é essa? Na verdade, ela não pode ficar aqui só discutindo as questões corporativas. Ela tem que discutir, por estar na casa do povo, as questões sociais. Ela é muito corporativista, porque ela se une... Todos os momentos [em] que você vê hoje a bancada unida é pela questão do aborto, da homofobia, das células-tronco, enfim, são bandeiras éticas. As bandeiras éticas unem a bancada, mas você nunca vai ver a bancada unida para discutir os juros altos ou para discutir a fome, não que ela não discuta. Ela discute pulverizada, dentro das suas agremiações partidárias. Mas ela precisa... Os evangélicos precisam ir às ruas, os evangélicos precisam lutar contra a corrupção.*

(Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).

### **Considerações Finais**

Os processos de despolitização do debate legislativo e privatização da política são indispensáveis à existência da Frente Parlamentar Evangélica. Para sobreviver à heterogeneidade de seus membros, pertencentes a uma multiplicidade de partidos e denominações eclesiais, a Frente escamoteia suas divergências partidárias, ideológicas e políticas, produzindo em torno da temática religiosa a falsa sensação de aglutinação, coesão e integração. A política, por consequência, instalaria o dissenso, a divisão e o conflito, pondo em risco a existência do grupo. Dessa forma, depreende-se que a “bancada evangélica” só funciona efetivamente quando há consenso, o que se consegue unicamente trazendo à baila assuntos relacionados à religião e à moral. O debate limita-se, pois, a questões que mantêm os parlamentares unidos e articulados. Nesse contexto, observa-se entre eles uma relação de cortesia, gentileza e camaradagem. Trata-se de um “clube de cavaleiros”, que se reúnem apenas para tratar de poucos assuntos, sob uma perspectiva religiosa, reduzindo, desse modo, sua margem de ação. Não obstante o caráter político e público de muitas proposições, a discussão evangélica no Congresso Nacional as transforma em questões religiosas e morais. Abole-se a política do debate legislativo, negando, assim, as múltiplas divergências entre os deputados evangélicos, filiados a siglas partidárias antagônicas em suas ideologias, relacionadas a problemas sociais, políticos e econômicos. De acordo com Mészáros (1993), a fim de ocultar as divisões e conflitos sociais, a ideologia propaga o mito da “unidade orgânica” e da “totalidade integrada”. Uma de suas funções primordiais consiste em esconder as contradições, apresentando a realidade como uma totalidade harmônica, homogênea e uniforme em defesa de interesses coletivos (Chauí, 2008).

*Nós podemos ter divergências em termos de plenário, em termos de debate sobre matérias que não condizem com nossas crenças, mas quando as matérias e os assuntos são de interesse da nossa comunidade, de nós que somos evangélicos, aí, com certeza, nós estamos mais do que unidos na palavra de Deus. (Deputado Carlos Willian (PTC/MG), entrevista concedida em 24/06/2009, durante uma sessão de votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário Dez da Câmara Federal).*

*Na realidade, aqui nós procuramos não defender exclusivamente igrejas ou bandeiras de igreja, aqui nós temos nos unido. Pra você ter uma ideia, o presidente João Campos é da Igreja Assembleia de Deus Madureira; o outro que ajuda muito o presidente e que eu poderia chamá-lo de um coordenador responsável, o pastor Pedro Ribeiro, é da Assembleia de Deus de Missão. A Assembleia de Deus Madureira saiu de dentro da Missão. Teoricamente, poderíamos dizer: “Ah, tem que ter briga”. Mas não tem. Nós temos lá batistas, temos universal, temos presbiterianos, temos metodistas, temos assembleianos, há um pouco de todos. Mas nas discussões, quando tratamos das questões aqui da Casa dentro do nosso grupo, nós evitamos bandeira religiosa, nós colocamos nossas opiniões, pensando mais no Reino do que propriamente em ideologia de igreja “a” ou de igreja “b”. E com relação aos partidos, é claro que nós respeitamos a importância de cada um, mas não se divide. Por exemplo, o PTB tem uma grande bancada, nós temos aí talvez uns nove deputados evangélicos. Não sei bem ao certo, mas é por aí, com os suplentes que assumiram. Mas mesmo assim, a gente não pensa assim: “o PTB tem uma força maior”. Não, nós não fazemos essa divisão. Todos somos iguais, a discussão é única, é pra todos e nós buscamos sempre interagir na informação para que possamos contemplar a todos. (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

*A Frente tem divergências relacionadas a questões religiosas que a gente não deixa aflorar porque senão a gente não consegue produzir, trabalhar. Tem coisas que são específicas de cada igreja. Então, cada um fica na sua igreja numa boa, mas aqui nós somos uma Frente Parlamentar Evangélica que tem outro caráter. Nem por isso é nossa orientadora, mas ela tem orientações distintas. Isso acontece na parte religiosa e na parte política também. Tem coisas que não dá pra... Uns vão mais intensamente, outros vão menos intensamente, depende muito da visão que a pessoa tem da igreja. Por exemplo, muita gente está batendo no governo por distribuir camisinha nas escolas. Na nossa linha, a criança tem que ser orientada, é papel do Estado também. Então, não tem problema... Às vezes, há divergências que são religiosas, mas ao mesmo tempo são também políticas. Aí, a gente começa a ter... Então, o que a gente faz? Isso daí não entra na pauta, não é um trabalho conjunto, cada um faz o que achar melhor. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).*

*A nossa relação com todo mundo é muito amigável, uma relação de parceria, mas a Frente é pluripartidária. Todo mundo lá tem um partido diferente. O que nos une lá é o ideal, a fé, a crença, a forma de ver o mundo e a sociedade, o que é certo e o que é errado. Por exemplo, eu estou no PMDB e o outro está no PSOL. Então, partidariamente nós vamos divergir, porque somos de extremos diferentes, mas quando tratamos da questão bíblica, espiritual e moral está todo mundo do mesmo lado, todo mundo pensa do mesmo jeito, todo mundo defende o mesmo interesse e assim por diante. [Então, o senhor está dizendo que há mais divergências políticas do que religiosas?] É. No caso da nossa divergência partidária... Por exemplo, eu sou do PMDB e sou da situação, mas lá dentro da Frente tem camarada que é do PSDB e é oposição ao governo, mas nós não temos nada a ver com isso. Nós estamos ali dentro defendendo os interesses do nosso segmento e, acima de tudo, da sociedade... (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

**[Quais são as maiores divergências religiosas e políticas entre os integrantes da Frente Parlamentar Evangélica, deputado?] Não... Do ponto de vista religioso, a gente não tem dificuldade alguma, porque a Frente congrega só deputados evangélicos, embora das mais diversas denominações, mas há uma identificação muito grande entre as denominações evangélicas. E as questões políticas, nós não levamos elas pra dentro da Frente Parlamentar Evangélica. Então, reforma política, voto em lista, financiamento público [de campanha] e outras questões, a gente não leva isso pra dentro da Frente Parlamentar Evangélica, porque isso não serviria de elemento agregador. Isso criaria dificuldades. E aí, veja, eu sou do PSDB e nós temos alguns deputados que são do PT e participam ativamente da Frente Parlamentar**

*Evangélica. Então, a gente se respeita. Quando eu assumo uma postura mais dura, fora da Frente Parlamentar Evangélica, lá no plenário, eu faço uma crítica mais dura ao PT ou ao governo do presidente Lula, o deputado evangélico do PT faz o contraponto, me respeitando, sabendo que ali já é uma atividade partidária. Ele sabe que eu estou no meu papel de deputado de oposição e isso não nos atinge no âmbito de atuação da Frente Parlamentar Evangélica. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

**[Na Frente Parlamentar Evangélica, existe uma grande diversidade denominacional e partidária. Há muitas divergências?]** *De jeito nenhum... Quando nos reunimos em defesa dos princípios da família, das convicções de fé, é unidade total, une-se 100%. Agora, em nossas reuniões, nós nunca tratamos de assuntos de interesse, assim, de ordem partidária. Aí, cada um segue a sua própria orientação partidária. Não há nenhum tipo de imposição. (Deputado Manoel Ferreira (PTB/RJ), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

## CAPÍTULO VI

### Democracia, Estado Laico e Representatividade Política

Nesse capítulo, discutiremos a questão da democracia, da laicidade do Estado, da representação política, do sistema partidário brasileiro e das dificuldades do processo legislativo a partir dos dados extraídos dos discursos dos parlamentares evangélicos, articulados a fundamentos teóricos. Em muitos depoimentos, a democracia foi abordada apenas quando se reivindicou a preservação da liberdade religiosa e a proteção constitucional do laicismo estatal<sup>40</sup>. A democracia, pois, aparece em sua relação com as religiões, mesmo quando se reclama a conservação do secularismo político. Além de associá-la ao pluralismo religioso e à laicidade do Estado, os deputados evangélicos, em sua maioria, reduzem-na às formalidades institucionais, que correspondem ao sufrágio universal, ao voto secreto, à garantia de concorrência eleitoral, à realização de eleições livres e honestas, à elegibilidade de qualquer cidadão aos cargos públicos, à divisão tripartite dos poderes, à representação política, ao pluripartidarismo e à possibilidade de alternância dos partidos no poder (Ansaldi, 2007; Cansino, 1999 e Linz, 1993).

*Nós somos, graças a Deus, um país livre e, inclusive, nós aceitamos essa [diversidade]. Pra nós, essa é uma das grandes conquistas da democracia no Brasil e nós lutamos por isso, pela separação entre o Estado e a Igreja. E isso nós não queremos que volte. Esses acordos não podem voltar. Quando o Estado começa a aceitar o ensino religioso, começa a atender a igreja, ele começa a fazer algumas concessões que depois podem nos trazer transtornos no futuro. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).*

*A democracia no Brasil é recente, mas segue todas as regras constitucionais: nós temos eleições periódicas, todos devem votar, qualquer um pode ser candidato, é o povo que escolhe o seu representante. Se o governante for corrupto, ele pode ser retirado do poder. Você não lembra o que aconteceu com o Collor? O impeachment fortaleceu a nossa democracia. A gente tem ainda o Parlamento que fiscaliza as ações do executivo e cria leis mais adequadas para o nosso país. O Judiciário também controla o poder do executivo. Eu acho que a gente está caminhando para uma democracia mais sólida. Nós estamos fazendo o dever de casa. A gente tem seguido os procedimentos democráticos (Deputado Antônio Carlos Chamariz (PTB/AL), entrevista concedida em 17/06/2009, no Plenário Dez das Comissões).*

---

<sup>40</sup> Ainda nesse capítulo, analisaremos a concepção de liberdade religiosa e Estado laico, presente nas declarações dos parlamentares evangélicos, assim como as razões que os motivam a defender esses princípios democráticos.

*A nossa democracia está se firmando. A cada quatro anos, o povo vai às urnas votar, escolher o seu representante. É o povo que escolhe... Há algo mais democrático do que isso? A gente tem cumprido direitinho essa norma constitucional. Outro elemento que eu considero muito importante é o voto secreto. Isso garante a liberdade dos cidadãos na hora de votar e os protege de qualquer forma de pressão ou coerção. Além disso, com o desenvolvimento das urnas eletrônicas, as fraudes diminuíram consideravelmente. Podemos dizer que o voto do cidadão comum está sendo respeitado em todos os sentidos, o que não acontecia antes. (Deputado Major Fábio (DEM/PB), entrevista realizada no dia 04/06/2008, após o culto semanal, no Plenário das Comissões).*

*O Brasil ainda não tem um sistema democrático forte e estável, mas caminha nessa direção. Aqui existem inúmeros partidos políticos que disputam livremente as eleições e são escolhidos pelo povo, que é soberano no ato de votar. (Deputado João Oliveira de Sousa (DEM/TO), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Eu acredito plenamente na democracia. O Brasil é um país democrático. A gente tem honrado o ritual da democracia: a população em peso participa dos pleitos eleitorais e escolhe seus representantes, a escolha política do povo é respeitada, os resultados eleitorais estão mais transparentes e limpos depois da instalação das urnas eletrônicas. O sistema eleitoral no Brasil se modernizou muito, ficou mais rápido e eficaz. As atividades parlamentares também estão mais transparentes e honestas. Tudo pode ser acompanhado pelo eleitor. Eu acho que o nosso sistema político está cada vez mais democrático (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).*

Desse modo, pode-se constatar que a democracia, na perspectiva dos parlamentares evangélicos, restringe-se ao cumprimento de procedimentos formais como a credibilidade das eleições, o multipartidarismo, o sufrágio livre, secreto e pessoal, o reconhecimento da vitória do candidato mais votado, a transparência do processo de contagem de votos, a isenção e independência dos tribunais eleitorais, a possibilidade de recorrer em casos de fraude e a periodicidade das eleições. Conforme Rosenmann (2001), a concepção formalista e institucional da democracia estabelece que, para ser genuinamente democrático, um sistema político precisa respeitar os regulamentos formais e os trâmites institucionais previstos pela Constituição Federal, não se preocupando com o abstencionismo político e ignorando a reduzida participação cidadã. A compreensão procedimental e instrumental da democracia elimina a possibilidade de conceber a política como disputa entre desiguais, como luta entre dominantes e dominados. De acordo com Osorio (1999), a ênfase nos procedimentos democráticos – pleitos eleitorais, sistema partidário e separação dos três poderes – encobre os interesses sociais subjacentes aos conflitos políticos, negando, assim, a correlação de forças que atravessa a sociedade.



O Estado é retratado como uma instância neutra e racional, que organiza a dinâmica social de modo a harmonizá-la e pacificá-la. Anula-se a tese do Estado como campo de interesses antagônicos, que favorece as aspirações das classes dominantes a partir das quais racionaliza e organiza o sistema social. Sob o disfarce da neutralidade, são construídas premissas ideológicas que escamoteiam as polarizações sociais e requerem a autonomia da política, afastando-a da vida cotidiana e transformando-a em uma entidade supostamente transcendental e abstrata, gerando, dessa forma, uma espécie de despolitização da política e formalização do regime democrático. Desvincula-se, assim, a democracia das contingências sociais e dos processos históricos, fazendo-a transcender à realidade concreta e reduzindo-a a um conjunto de princípios, regras e procedimentos formais. Nessa acepção, a complexa teoria da democracia limita-se à tecnologia eleitoral, ao ritual das urnas e ao simples ato de votar, sendo exercida pela população de forma intermitente e pontual.

De acordo com Rosenmann (2001), o capitalismo avançado e a ideologia neoliberal instrumentalizam a democracia em defesa dos interesses econômicos dos grupos dominantes, convertendo-a em um mero conjunto de regras formais e procedimentos eleitorais, o que a esvazia de seus conteúdos políticos e sociais. A democracia aparece como um simulacro, uma retórica e um espectro, como um valor universal, desprovido de materialidade e desligado do sistema sócio-político. Os parlamentares evangélicos, em sua maioria, ao discorrer sobre o regime democrático brasileiro, não fazem referência à realidade social, às condições de miserabilidade de parte da população, às acentuadas desigualdades, à pobreza, às elevadas taxas de analfabetismo, às injustiças sociais, à concentração de renda e à violência estrutural que assolam o nosso país. Desvincular a democracia de seu substrato sócio-político e das precárias condições de existência das maiorias populares é uma forma de ideologização. Negar sua articulação com uma ordem social específica e um projeto concreto de dominação política é uma forma de ideologia. Logo, nas declarações dos deputados evangélicos, aparece uma democracia sem carne, sem corpo, sem vida e sem atores políticos.

De algum modo, ao neutralizar e despolitizar o sistema democrático, boa parte desses congressistas atende aos interesses econômicos do capitalismo, fortalecendo a economia de mercado e reforçando a ideologia neoliberal. A democracia mostra-se

independente da exploração econômica, da dominação social e das ideologias políticas, destacando-se como um regime neutro e imparcial, que supostamente representa as demandas de todos os cidadãos. Nesse contexto, suas funções ficam reduzidas à esfera econômica. É de sua responsabilidade potencializar o desenvolvimento da economia, a racionalidade do mercado e o consumo da população, perdendo, dessa forma, a vitalidade política. Segundo Puga (2005), o neoliberalismo promoveu a minimização do Estado, convertendo-o em uma instituição obsoleta, incompetente e desnecessária, além de substituir os valores tradicionais da democracia burguesa (liberdade, igualdade e fraternidade) pelos valores da economia de mercado (lucro, competitividade, competência e consumismo). Em decorrência da privatização das empresas públicas, o Estado foi perdendo espaço de intervenção, ao passo que o mercado foi ganhando poder e prestígio. Nas sociedades contemporâneas, a economia controla a política e o capital explora as camadas socialmente desfavorecidas, extorquindo-lhes o pouco de que dispõem. Sob o manto da ideologia neoliberal, surge a tese do pensamento único, da linguagem unívoca, do fim das diferenças ideológicas entre a esquerda e a direita, do abandono da luta pela igualdade em nome das liberdades individuais. O mundo não parece mais dividido politicamente. Defende-se a ideia de que todos estão ideologicamente unidos em torno do projeto neoliberal. Em meio às riquezas e aos lucros gerados nas relações de produção e consumo, acentuam-se as desigualdades sociais e a concentração de renda. O abismo entre pobres e ricos se aprofunda. A excessiva riqueza de poucos contrasta com a intensa pobreza de muitos.

Resta-nos fazer a seguinte indagação: é possível a instauração e consolidação da democracia em sociedades que apresentam níveis extremos de pobreza e exclusão social? Como salienta Velasco (2007), as misérias sociais e as desigualdades persistentes não geram a ruptura dos regimes democráticos, mas debilitam seu funcionamento. Limitada em suas funções e reduzida aos dispositivos procedimentais, a democracia não tem condições de interferir na desigual distribuição do poder econômico e político, revelando-se frágil, superficial e instável. Se por um lado a pobreza maciça e a desigualdade extrema dificultam a participação popular, favorecem o clientelismo político e enfraquecem a democracia; por outro, a fragilidade e a instabilidade do sistema democrático reforçam as práticas políticas conservadoras e mantêm as condições de vida precárias. A resistência da democracia em sociedades injustas e desiguais decorre da dominação oligárquica e colonial, do clientelismo, do

populismo, do caudilhismo, da personificação política, do carisma do líder, dos mecanismos de distribuição de favores e dos oligopólios midiáticos. Trata-se, pois, de uma democracia personificada, tutelada e reformista (Velasco, 2007).

Rosenmann (2001), por sua vez, sustenta que a democracia não pode ser exercida em situações de exploração econômica, injustiça social e violência estrutural, sobretudo porque nessas condições os cidadãos não conseguem participar livremente dos processos políticos, permanecendo à margem das decisões públicas. Em sua concepção, a democracia não é compatível com nenhuma forma de exploração e dominação, muito menos com a penúria, a fome e o flagelo social. Em consonância com essa tese, Puga (2005) conclui que não há compatibilidade entre a democracia e a economia de mercado, pois o mercado é uma organização econômica que produz desigualdades sociais, enquanto a democracia é um sistema político que defende a igualdade de direitos dos cidadãos. Logo, em sociedades que enfrentam situações de miséria, exclusão social e distribuição desigual das riquezas, não há um regime democrático *ipsis litteris*, mas simplesmente um conjunto de procedimentos eleitorais que não ameaçam a ordem estabelecida. Cabe questionar qual é o valor político da democracia se não é capaz de resolver os problemas da desigualdade social e da injustiça estrutural. Para os neoliberais, a democracia nada mais é do que uma técnica de controle político, uma forma de racionalidade administrativa e um sistema de gerenciamento de conflitos, que serve para anular as polaridades políticas e instaurar o pacto social sem que seja necessário transformar as macroestruturas sociais. Segundo Figueredo (1999), esse processo de racionalização democrática denomina-se governabilidade, cuja função consiste em promover a contenção das demandas sociais, a domesticação da política (Fontes, 2007) e a institucionalização da democracia, transformando-a em uma espécie de regime racional, tecnocrático e eficiente, desprovido de natureza política, social e ideológica.

A democracia, por conseguinte, aparece desligada das contingências sociais e políticas, correspondendo a uma técnica administrativa e eleitoral. Em contextos de acentuada pobreza, as eleições ganham mais importância que a participação popular nos processos decisórios. Strasser (2000) enuncia que as mazelas sociais servem mais à instrumentalização do eleitorado e à instalação do ritual democrático que ao exercício pleno da cidadania ativa. Cabe salientar que os canais diretos de participação coletiva

nos processos democráticos vão muito além dos pleitos eleitorais. O fenômeno eleitoral é cada vez mais desprezível quando comparado às manifestações sociais e à participação coletiva (Figueredo, 1999). Entretanto, nas sociedades que priorizam as formalidades democráticas, verifica-se que o cidadão político equivale ao sujeito votante, o que na realidade corresponde à liquefação da cidadania e à negação do pleno exercício da atividade política. O sufrágio universal afasta o povo do centro das decisões governamentais, já que sua função cidadã restringe-se ao ato de votar. Vive-se, pois, uma democracia sem sujeitos, sem atores democráticos, sem cidadãos. Conforme Damas (2007), uma democracia legitimamente política postula a participação coletiva e o controle cidadão sobre o funcionamento do poder público. Poucos parlamentares evangélicos fizeram referência à importância da participação popular ao longo dos mandatos eletivos, compreendendo a democracia para além dos rituais institucionais e dos dispositivos formais.

*Eu acho que essa Casa não funciona sozinha sem a mobilização da sociedade. Nos últimos anos, eu acho que a gente evoluiu muito. É por isso que eu acredito na educação... Porque a educação prepara o cidadão não somente para votar e ter consciência do voto, mas efetivamente governar, até seguindo o princípio constitucional de que o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido. Eu acrescentaria uma coisa: [o poder] deve ser exercido, sobretudo, pela participação popular. Eu percebo o seguinte: nós temos avançado à medida que a sociedade evolui, inclusive com a participação dos estudantes, da classe estudantil, sobretudo dos fóruns que estão sendo criados em todo país pelas faculdades, pelas universidades. Tudo isso tem feito com que a gente tenha uma perspectiva mais otimista de futuro. Talvez a minha geração ainda não veja isso, mas eu acho que a gente está iniciando um processo de evolução, de mentalidade em que realmente a sociedade entende que ela tem que participar. Não basta delegar aos parlamentares uma procuração para que eles nos representem. É preciso acompanhar passo a passo e ser também um instrumento de avanço, que favoreça as mudanças que precisam ser feitas. **[Então, o senhor acha que há uma maior participação política da sociedade civil?]** Sim. Eu acho que a redemocratização é boa, sobretudo por isso. Eu ouvi o comentário de uns chineses, há poucos dias atrás, de que eles não têm interesse pela democracia, porque a democracia só atrapalha na ótica deles. Imagine o Brasil do tamanho que é... É verdade que nós somos bem menores do que a China em população, mas um país como o nosso, tão plural, com uma diversidade cultural tão grande, com uma miscigenação tão grande... Os chineses, não. Eu acho que eles têm pouquíssima diversidade de raça, são todos da cor amarela, digamos assim, mas o Brasil, não. O Brasil não poderia sobreviver sem a democracia. E a redemocratização, a partir de 1988 e 1989, foi capitaneada pelo movimento estudantil, os caras-pintadas, aquela coisa toda, o “fora Collor”, se bem que isso foi mais na frente, mas mesmo nas “Diretas Já”, a participação do movimento estudantil foi importante. Eu acho o seguinte: de lá pra cá, sem dúvida, a criação de alguns institutos como o Ministério Público, alguns órgãos que fiscalizam as ações dos políticos, a mídia também tem importância, apesar de que eu tenho sérias discordâncias em relação a seu comportamento, às formas como alguns setores da mídia agem, mas eu acho que tudo isso é resultado de mudanças, de amadurecimento. Inclusive, se você pegar os índices de combate ao analfabetismo e à evasão escolar, você vai ver que... Mais uma vez eu volto à tese de que*

*educar é a melhor forma da gente evoluir e amadurecer uma nação.* (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).

Como se pode verificar, o deputado George Hilton (PP/MG) declara que a vitalidade da democracia reside na plena participação dos cidadãos e em seu envolvimento nas decisões públicas. O povo, portanto, deve governar, exercendo o poder de que dispõe. De acordo com Sartori (2003), na democracia, o povo é titular de um poder; porém, essa titularidade não lhe garante o exercício de sua soberania. A passagem da titularidade ao exercício do poder se dá por meio de um mecanismo democrático conhecido pelo nome de representação. A representação, segundo Sartori (1988), consiste em uma ficção destinada a justificar a transmissão do poder e o abismo que separa a titularidade do exercício da soberania. Ao transferir seu poder àqueles que foram designados para lhe representar, o povo fica sem nenhum poder. O deputado George Hilton (PP/MG) esclarece que a função política do povo não se restringe à delegação do poder mediante o voto, mas envolve a plena participação na gestão pública. No processo de transferência do poder, o povo não deve se distanciar de seus representantes sob pena de ser governado de forma autocrática e tirânica. *“(...) lo que cuenta, al final, más que la ‘ida’, es el ‘regreso’ del poder. Se este trayecto no es vigilado, si en el proceso de transmisión del poder los controlados se sustraen del poder de los controladores, el gobierno sobre el pueblo corre el riesgo de no tener ninguna relación con el gobierno del pueblo”* (Sartori, 2003: 41).

Para que o governo seja genuinamente do povo, a democracia precisa responder às demandas sociais, políticas, econômicas e culturais, promovendo o bem comum, privilegiando o interesse público, preservando os direitos dos cidadãos e combatendo mazelas sociais como a fome, a miséria, a exclusão, o analfabetismo, a escassez, a concentração de renda, a corrupção e a violência. Devemos, portanto, pensar a democracia não como um modelo teórico, metafísico e abstrato, mas como um sistema concreto e real, que interfere na vida cotidiana dos sujeitos de sorte que lhes proporcione condições mais dignas e humanas de existência. O governo do povo requer que a democracia funcione horizontalmente, garantindo ampla participação nos processos eleitorais, deliberativos e decisórios, a salvaguarda das liberdades civis, a proteção dos direitos humanos, a pluralidade ideológica, a igualdade política, o exercício da cidadania e o desenvolvimento integral da condição humana. Pilares

básicos dos regimes democráticos, a igualdade e a liberdade permitem aos homens o exercício legítimo da soberania política, a dissolução das desigualdades sociais e econômicas, a equidade de direitos e oportunidades e a multiplicidade de manifestações culturais, religiosas, políticas e ideológicas. Os deputados evangélicos costumam associar a democracia aos princípios da liberdade e da isonomia, mas sempre sob a ótica da religião. Descartando a política, compreendem a liberdade como pluralismo religioso e a isonomia como igualdade de tratamento entre católicos e evangélicos.

### **Liberdade Religiosa e Laicização do Estado**

Os parlamentares evangélicos, em uníssono, defendem a liberdade religiosa e o laicismo político, corroborando o princípio constitucional que estabelece a separação entre a Igreja e o Estado. Adotam, portanto, um discurso republicano e democrático em nome do livre exercício da fé e da autonomia da ordem política. Entretanto, a árdua defesa da democracia assume ares corporativistas, uma vez que atende aos interesses específicos desse grupo político, apresentando efeitos limitados. A Frente Parlamentar Evangélica desempenha a função de guardiã da liberdade de expressão e de culto desse segmento religioso, considerada profundamente ameaçada pelo poder da Igreja Católica, pela suposta intervenção do Estado e pela secularização das leis. Defende-se, pois, a liberdade das igrejas evangélicas em sua relação com o Estado. No entanto, não se verifica preocupação com a liberdade política do aparelho estatal. De acordo com os deputados entrevistados, a igreja não pode ser tolhida em sua liberdade de consciência e em seu direito à livre manifestação no espaço público. Contudo, impõe-se aos demais cidadãos a restrição de sua liberdade ética em nome da preservação de um sistema normativo particular, próprio de um grupo religioso.

*(...) nós temos a visão clara de que uma coisa é o Estado e outra coisa é a Igreja. O Estado tem que ser laico, não pode defender nem uma igreja nem outra. Então, essa é uma coisa que a Frente tem que defender. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), primeira entrevista, realizada em 04/06/2008, na Liderança do Governo na Câmara Federal).*

*Por exemplo, esse acordo da Santa Sé, que foi feito entre o Governo e o Vaticano, que prioriza muito o catolicismo e deixa a gente um pouco de lado, a gente também se preocupa em mostrar que o Estado é laico e que o Governo não pode assumir nem o lado exclusivamente dos evangélicos como também não seria racional assumir o lado especificamente católico. Como nós somos uma nação onde temos a liberdade de culto, eu acho que isso aí tem que ser*

preservado. (**Deputado Elizeu Aguiar** (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).

*A questão do projeto da homofobia que criminaliza qualquer tipo de ação, qualquer palavra, você não pode dizer nada... Num país onde o Estado de direito se diz consolidado, quer dizer, uma democracia estabelecida, você fala assim: “olha, eu acho que isso está errado” e já cometeu um crime. Isso é um atropelo das coisas.* (**Deputado Zequinha Marinho** (PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).

*(...) existe uma lei hoje aqui [PLC 122] no Congresso que quer amordaçar, que diz o seguinte: “eu não posso mais ensinar aos meus filhos que eles devem optar pelo princípio familiar e cristão que foi deixado por Deus, que é [o princípio] da família e do casamento”. Nesse caso, a Frente Parlamentar Evangélica funciona também como uma espécie de escudo para proteger a liberdade de crença e de culto, que já foi consagrada pela Constituição.* (**Deputado George Hilton** (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).

*Nós temos tido cuidado com leis aqui que proíbem, que estão querendo cada vez mais dificultar o nosso exercício livre de culto, a questão da liberdade religiosa. Há muitos projetos de lei aí que criam muitas dificuldades para que as igrejas sejam criadas no Brasil. Outros projetos de leis que querem tirar algumas liberdades que a gente tem do ponto de vista religioso.* (**Deputado Henrique Afonso** (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).

*(...) a base da minha ideologia é o lado cristão onde eu procuro através dele lutar contra algumas questões como, por exemplo, a mudança do Código Civil, que remetia na legislatura passada a igreja a uma condição de associação. Os desdobramentos seriam muito ruins para a igreja, porque como associação, ela a qualquer momento poderia sofrer a ingerência do Estado ou de um juiz ou do Ministério Público. E a igreja... Então, nós procuramos nesse novo Código Civil deixar bem claro que o Estado é laico e a igreja, a pessoa que tem a sua fé, não pode ser tolhida no seu direito de consciência.* (**Deputado Takayama** (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).

Reivindica-se, pois, a liberdade religiosa em benefício de um grupo e não em nome da democracia, uma vez que não se postula a expansão da liberdade a outros âmbitos da vida social e pessoal. Observa-se que, para os deputados evangélicos de modo geral, a liberdade religiosa é um direito *sui generis* que reflete a importância da religião. Contudo, sua concepção de liberdade é restrita, dado que só inclui o livre exercício da fé. O direito à liberdade religiosa não concederia ao indivíduo uma liberdade mais ampla, que lhe permitisse decidir por si mesmo questões de importância ética, relacionadas à vida privada, como o direito ao aborto, à relação homossexual, à realização de pesquisas com células-tronco, ao divórcio e à eutanásia. Preserva-se, portanto, a liberdade religiosa e coíbem-se as liberdades individuais. Segundo Dworkin (2008), em um Estado genuinamente laico, atribui-se um valor especial à liberdade e não à religião. A liberdade religiosa é decorrência da proteção às liberdades humanas,

sobretudo à liberdade ética, que corresponde à livre decisão e à responsabilidade pessoal. Desse modo, cada um deve assumir a responsabilidade pessoal por suas convicções éticas, morais e religiosas.

Entretanto, na perspectiva da maioria dos congressistas evangélicos, a liberdade consiste apenas na tolerância à manifestação das múltiplas crenças religiosas. Restringe-se a liberdade dos indivíduos de tomar decisões em suas vidas privadas e nega-se a responsabilidade de cada um por suas convicções pessoais, valores éticos e princípios morais. De acordo com Dworkin (2008), em uma democracia laica, cabe aos cidadãos fazer suas próprias escolhas, tomar decisões que lhes pareçam adequadas e viver de acordo com elas, não sendo tutelados por outrem nem sofrendo sanções por conta da desobediência. Em sua concepção, os valores religiosos, éticos e morais pertencem à esfera individual da consciência. Por essa razão, pode-se considerar inconstitucional qualquer lei que restrinja a liberdade de decisão das pessoas frente a questões de natureza moral, ética e religiosa. Dworkin (2008) declara que uma sociedade verdadeiramente laica defende as liberdades individuais e proíbe qualquer forma de controle ético e imperativo moral. A liberdade tão propalada em um regime democrático requer que cada indivíduo detenha a responsabilidade pela criação dos próprios valores éticos, morais e pessoais.

Todavia, para os parlamentares evangélicos, a liberdade está unicamente associada à religião e o laicismo resulta da liberdade de crença. Nessa acepção, a laicidade perde seu caráter político, ganhando uma dimensão exclusivamente religiosa. Na ocasião em que o acordo entre o Brasil e a Santa Sé veio à baila na Câmara Federal, o discurso a favor do Estado laico, do pluralismo religioso e da democracia invadiu o território da “bancada evangélica”. Abandonaram-se provisoriamente as premissas religiosas e adotaram-se argumentações políticas em nome da religião. Em benefício das igrejas evangélicas, defenderam-se a laicidade do poder estatal e a diversidade de crença. Surgiram denúncias contundentes acerca dos privilégios da Igreja Católica e da subserviência do Estado frente a suas exigências. Teses alarmistas prenunciavam o perigo do retorno ao confessionalismo estatal, o que geraria a oficialização de uma religião e a concessão de privilégios exclusivos. Embora descabido, é notável o pavor dos evangélicos de que a Igreja Católica regresse à sua condição anterior, voltando a usufruir do *status* de religião oficial. Temem, desse modo, retornar ao lugar de



insignificância social. Por isso, fazem uso do poder político para reafirmar seu prestígio religioso e exigir um tratamento igualitário por parte do Estado.

*Aí, eu cheguei, outro deputado evangélico também, e falamos: “ líder, olha, esse acordo aí do Brasil com a Santa Sé não pode ser votado assim, não. Isso ofende a Constituição. O Estado é laico”. Aí, ele retrucou: “não, mas é o Brasil e o Vaticano”. “Não. Não é o Brasil e o Vaticano, não. É o Brasil e a igreja, a Santa Sé. Não são dois Estados, não. O Estado é laico”. “Ah! Então, é assim?”. “É. E tem mais, privilegia a Igreja Católica”. Ele já mudou de posição, independente de religião. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

*Então, veja, o acordo é firmado entre o governo brasileiro e a Santa Sé, a Igreja Católica, e não entre o governo brasileiro e o Vaticano, entre os dois Estados. O acordo, de fato, privilegia a Igreja Católica, é como se sinalizasse, se abrisse o caminho para que o Estado brasileiro volte a ser um Estado confessional. A laicidade é filha gêmea da democracia, porque significa liberdade, pluralidade religiosa, liberdade de culto e de crença, diversidade de culto. Isso é democracia. Na medida [em] que você tem uma sinalização no sentido contrário e caminha contra a democracia, contra a liberdade, isso não é bom para o país. O Brasil já viveu essa experiência no Império. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

Além da liberdade religiosa, os entrevistados fizeram menção ao princípio da isonomia que, segundo Puga (2005), é o grande pilar da democracia. Os parlamentares questionam a exclusividade dos privilégios concedidos à Igreja Católica e reivindicam receber do Estado os mesmos benefícios políticos. Para justificar suas reivindicações, costumam apelar ao princípio da isonomia, requerendo do governo igualdade de direitos, oportunidades e formas de tratamento. Entretanto, como se pode constatar, reclamam-se os privilégios e direitos católicos apenas aos evangélicos e não a todas as religiões. Dessa forma, estendem-se os favores do poder público a mais um segmento religioso, mantendo na exclusão as demais confissões de fé. Logo, a lógica do favorecimento dos credos hegemônicos e da marginalização das religiões minoritárias se mantém, comprometendo, assim, a laicização da esfera pública. Um estado verdadeiramente laico não deve favorecer nem beneficiar nenhuma religião. O deputado George Hilton (PP/MG) foi um dos poucos a destacar a incoerência de defender o laicismo estatal e postular a concessão de benefícios e vantagens governamentais apenas aos evangélicos, esquecendo-se dos demais segmentos religiosos.

*Ninguém tem nada contra nenhum acordo do Brasil com a Santa Sé, só que nós somos um Estado laico. Como o Estado é laico, nós queremos tratamento igual também, o mesmo tratamento que vai ser dispensado ao clero da Igreja Católica, nós queremos que seja dispensado ao clero do setor evangélico, já que nós somos um país com liberdade religiosa, temos que ter o mesmo tratamento. [Parece que a Santa Sé solicitou que a votação ocorra em caráter de urgência... É isso mesmo?] O papa quer urgência nesse processo, porque o Brasil é um dos principais países católicos do mundo e logicamente isso teria repercussão não só na quantidade de membros, como também na questão financeira, porque a oferta e o trânsito de recurso dentro da igreja aqui é um dos maiores do mundo e interfere também nos recursos da Santa Sé [sic]. Então, interessa que o Brasil faça o acordo logo para que eles possam ser isentos de uma série de contribuições para que possam canalizar para a igreja. Não tenho nada contra, mas queremos também que... Se isso vai ser dado ao clero católico, que seja dado também ao clero evangélico. É só isso. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).*

*Olha, eu tenho procurado pautar a minha ação – foi assim como deputado estadual e está sendo assim agora – na separação entre a Religião e o Estado. Se algum dia o Brasil perder essa laicidade, nós vamos transformar isso aqui numa China, numa Cuba talvez ou num Irã da vida. Eu acho que o Brasil, por ter essa característica de miscigenação, não pode jamais se permitir que o Estado venha a ter qualquer caráter confessional, mas eu acho que a Frente -- Parlamentar Evangélica tem uma importância fundamental. Por quê? O Congresso é um reflexo da sociedade. Se há uma Frente dita Parlamentar Evangélica é porque os evangélicos também estão dando sua parcela de contribuição para essas mudanças que o Brasil quer. Então, todas as vezes que um tema afetar, digamos assim, [envolver] áreas de interesse de defesa da vida, de preservação dos valores, do respeito, do combate à corrupção, aos desmandos, eu acho que nós, evangélicos, por natureza, temos uma colaboração muito grande a dar nesse aspecto aí. Agora, quando a Frente Parlamentar Evangélica ou Católica ou Espírita utiliza desse instrumento para trazer a religião e criar um sentimento... Você deve ter observado, porque você estava lá da última vez [O deputado fazia referência à reunião da “bancada” evangélica]. Eu, como evangélico, não concordei que a gente tivesse só duas associações que pudessem ter capelães. Eu entendia que deveria ter uma instituição que fosse ecumênica, que fosse aberta, que respeitasse a laicidade e favorecesse a todas as religiões, sem exceção (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Eu quero tirar uma dúvida, caros deputados<sup>41</sup>. Nós tivemos o cuidado na revisão do substitutivo do PLC 1553 [Garantia de livre exercício das religiões] de dar um caráter plural a todas as correntes religiosas que existem no país, porque a nossa grande queixa com relação ao Tratado da Santa Sé é que ele é específico da Igreja Católica e não pode ser emendado nem alterado. Ou é aprovado ou é rejeitado. O PLC 1553 beneficia, inclusive, a instituição católica, porque os direitos aqui se estendem a todas as instituições religiosas. A minha pergunta é a seguinte: no caso da capelania, a gente vê que polarizou muito aqui entre uma associação católica e uma associação evangélica. E se tiver alguma entidade que não é nem católica nem evangélica, ela pode se filiar, ela pode exercer a capelania? Como fica esse serviço extensivo aos demais credos religiosos, já que nosso país é um país tão plural e tem uma diversidade muito grande de credos e correntes religiosas? Embora eu seja evangélico e me sinta contemplado aqui, nós temos que pensar como legislador até para evitar que amanhã o projeto sofra qualquer tipo de ação de inconstitucionalidade, por entender que ele privilegiou apenas dois credos, digamos assim.(...) Eu repito: me sinto contemplado em ver que nós evoluímos, para benefício da nação, o trabalho evangélico, mas me causa certo desconforto, porque a gente está tentando no projeto 1553 corrigir o que a gente entendeu que seria uma coisa que privilegiaria apenas um segmento religioso. A título de sugestão, será que seria algum demérito [propor] que, em vez de*

---

<sup>41</sup> Discussão entre os parlamentares evangélicos acerca da formação de uma associação de capelania evangélica à semelhança do modelo católico.

*Associação Pró-capelania Militar Evangélica, pudéssemos utilizar o mesmo “E” na sigla e ela seria Associação Pró-capelania Militar Ecumênica? Não? Não pode? Eu acho que assim contemplaria qualquer pessoa que pudesse... Ou isso interferiria no estatuto da associação? Eu estou fazendo essas perguntas... E, de repente, alguém pode pensar: “pô, como é que pode um evangélico fazer uma pergunta dessa?”. Mas é porque eu entendo que o espírito da lei não pode deixar nenhuma margem para que amanhã a gente tenha, inclusive, a nossa atividade também questionada nos tribunais, considerada inconstitucional e impedida de continuar. (Declaração do **Deputado George Hilton** (PP/MG) na Reunião da Frente Parlamentar Evangélica, ocorrida em 06 de junho de 2009, sobre a questão da capelania nas instituições das forças armadas).*

Em um momento de crise de consciência, o deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE) designou de “trem da alegria” a proposta dos evangélicos de equalizar os benefícios e minimizar as desvantagens em relação à Igreja Católica, uma vez que suas reivindicações mantêm os privilégios, correspondendo exatamente àquilo que se critica. Porém, logo abandonou seu questionamento, aderindo à argumentação geral de que a conquista de direitos religiosos consolida o princípio constitucional da laicidade e fortalece a democracia. Para reforçar a credibilidade de sua argumentação, os parlamentares evangélicos alegaram a inconstitucionalidade da “concordata” entre o Brasil e a Santa Sé, denunciando seu caráter confessional e antidemocrático. Transferiu-se, pois, o “confronto” do campo dogmático-religioso para o campo racional-argumentativo. O discurso jurídico-político, dispositivo tão comum no contexto legislativo, tornou-se o grande aliado da “bancada evangélica” na disputa religiosa, o que lhes possibilitou ampliar o campo de interlocução com seus pares na Câmara Federal, conquistando, dessa forma, novas fontes de apoio e colaboração.

*Eu me levantei fazendo discursos muito fortes falando sobre a inconstitucionalidade. Pelo parecer de um procurador, de um professor de Direito, dos 20 artigos da concordata ou do acordo [entre o Brasil e a Santa Sé], 17 são inconstitucionais. Na reunião privada ou na presidência da Comissão de Relações Exteriores com o bispo da Igreja Católica – Dom Geraldo, presidente da CNBB – e outros, eles teimam em afirmar que não é inconstitucional, que está em conformidade com as leis brasileiras. A nossa luta é para mostrar a inconstitucionalidade e com isso não referendarmos. É uma luta nossa, é dos espíritas, é dos ateus, é de todos os demais segmentos de expressão religiosa. O relator, Bonifácio de Andrada, começou a nos dizer: “então, vamos criar em paralelo uma lei geral das religiões. Que tal? Por que não se pensa nisso?”. A princípio, meu coração foi contra em razão de entrarmos no trem da alegria, aderindo à inconstitucionalidade só porque não íamos perder os nossos direitos... Mas depois me pareceu que consertava a questão da laicidade, porque juntava todo mundo do mesmo jeito. É importante respeitar o caráter constitucional das leis. Só assim teremos razão. (Deputado **Pedro Ribeiro** (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

Segundo Rawls (1996), no debate político, os oponentes devem utilizar a razão pública e a argumentação jurídico-política para fundamentar suas ideias e fazer valer seus posicionamentos. Desse modo, para participar da discussão pública, as instituições religiosas devem apresentar suas convicções morais, ideológicas e teológicas por meio de razões políticas adequadas ao interesse comum, favorecendo, assim, o diálogo entre adversários e a resolução de assuntos de ordem pública. Em outras palavras, o debate político exige que as igrejas e comunidades de fé traduzam suas premissas teológicas e morais em valores políticos e argumentações públicas de sorte que sejam compreendidas por interlocutores que não partilham das mesmas crenças. Deve-se, portanto, adotar um discurso racional e transformar os pressupostos religiosos em princípios políticos a fim de construir um espaço de diálogo que possibilite a formulação de uma razão pública e a instauração do consenso entrecruzado em nome do bem comum. As doutrinas religiosas representam as convicções e crenças de um segmento específico da sociedade, não podendo tornar-se a referência de um fórum público, constituído por uma multiplicidade de vozes dissonantes. Não se deve, pois, esperar que diferentes atores políticos aceitem passivamente as argumentações teológicas, baseadas no fundamento da revelação e da obediência, reconhecidas apenas pela comunidade que as proclama (Rawls, 2001). Conforme declaração do deputado George Hilton (PP/MG), em sistemas democráticos, a linguagem religiosa precisa ficar circunscrita à congregação, não sendo, pois, adequada sua utilização no espaço legislativo, dado que representa os interesses de um grupo específico. A secularização do Estado delimitou as frágeis fronteiras entre o poder político e o poder religioso. Porém, não se pode perder de vista a importância das organizações eclesásticas para o desenvolvimento social e econômico da nação. As igrejas, nas palavras do pastor da IURD, são parceiras do Estado na promoção do bem comum, visto que realizam ações sociais e prestam serviços à comunidade, que são da responsabilidade e da competência do poder público. Por conseguinte, a religião não está excluída da esfera pública, sendo, inclusive, convocada a sanar as deficiências das políticas governamentais.

*Às vezes, a gente pega o discurso do púlpito e traz para dentro do poder e não entende que a gente vive em uma nação que tem 200 milhões de brasileiros e que cada cabeça tem um pensamento e é muito diverso. Então, vamos encarar a realidade: se a pessoa vai pra igreja, é porque ela quer aceitar o que é ensinado, o que é orientado; mas se ela não quer ir, ela tem que ter o direito de ser o que ela quer. E nesse aspecto, a gente poderia funcionar como uma mola também, já que as instituições religiosas... O Estado nem sempre tem uma sede ou um escritório*

*em determinada localidade, mas tem uma instituição religiosa lá. A gente seria, inclusive aí, grandes parceiros do Estado para promover uma política de saúde voltada à prevenção, a gente poderia funcionar como grandes parceiros na área de combate à criminalidade, a gente poderia ser grande parceiro do Estado para desenvolver as oficinas, você promover ações que venham a integrar a maior parte dessa população que não tem acesso aos bens, não tem acesso a serviços, não tem acesso muitas vezes a determinados direitos que a Constituição garante a ela. (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Preste atenção! Quem recupera mais indivíduos que estão desagregados do que as instituições religiosas? Elas são grandes parceiras do Estado. É por isso que eu acho que o Estado... O Estado não pode deixar de ser laico, mas ele não pode também fechar os olhos e não ver a importância que as instituições religiosas têm, o papel que elas exercem, sobretudo, do ponto de vista da economia também. Porque a cada indivíduo viciado recuperado, é menos dinheiro que o Estado vai gastar com a prevenção e o tratamento. (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

Em contraposição à tese da prevalência do discurso político na esfera pública e da transformação da linguagem religiosa em linguagem política, alguns parlamentares e assessores argumentam que não há possibilidade de separar totalmente as convicções religiosas da atividade parlamentar, visto que correspondem a formas de consciência que orientam suas ações em todas as esferas da vida. Desse modo, os princípios cristãos influenciam as decisões públicas e as deliberações legislativas, não sendo possível isolá-los nem afugentá-los no espaço da vida privada. De acordo com o depoimento do deputado Henrique Afonso (PT/AC), as crenças religiosas, como qualquer outra ideologia, acompanham o congressista em todas as suas decisões, interferindo significativamente em suas práticas legislativas. Para a assessora jurídica da Frente Parlamentar Evangélica, Damares Alves, a religião caracteriza a sociedade brasileira, não sendo, portanto, recomendado extraí-la da esfera pública, uma vez que representa os interesses da maioria. Logo, faz-se apologia à presença da religião no espaço público em oposição à sua reclusão no mundo privado, argumento tão fortemente defendido pelos “profetas” da secularização moderna.

*(...) nós temos que ter cuidado para ver aquilo que nos unifica enquanto Frente Parlamentar Evangélica e que tenhamos um documento que possa ser realmente um contraponto substancial a essas coisas que têm acontecido aqui, que nós temos visto e que têm contrariado a Palavra de Deus e as igrejas, tendo sempre o cuidado de respeitar a questão da laicidade do Estado. Por causa dessa questão [a laicidade do Estado], temos sido muito acusados aqui de fundamentalistas pelos abortistas, pelas pessoas que defendem a livre expressão sexual e por outros tipos de movimento, que dizem que o Estado é laico e que nós não temos o direito de estarmos trazendo paradigmas religiosos para os nossos posicionamentos dentro das comissões*

*ou do plenário. Só que um marxista tem direito de ser norteadado pelos princípios marxistas, um trotskista tem direito de ser norteadado pelos princípios trotskistas, um neoliberal pode chegar aqui e colocar sua posição, por exemplo, sobre o programa de microcrédito no Brasil e tem uma visão extremamente neoliberal disso e ninguém questiona. Adam Smith pode influenciar os economistas, o pensamento para a economia de hoje. Agora, nós cristãos não podemos nos basear em São Tomaz de Aquino, em Santo Agostinho, que foram os precursores da filosofia cristã. Então, não tem como o Henrique cristão dizer assim: “agora, eu deixo de ser cristão, vou entrar no Congresso e nesse momento eu sou o Henrique petista, um socialista e o cristianismo não tem influência aqui”. Não existe isso... Quer dizer, se eu vou trabalhar uma matéria sobre o aborto, o que vai influenciar o meu posicionamento é a minha concepção de mundo hoje, é a minha concepção de homem, que é definida a partir dos paradigmas cristãos. Então, o meu posicionamento vai ser esse. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

*O Estado é laico. A laicidade do Estado quer dizer que ele não pode instituir cultos ou templos, mas nós somos um país cristão. Dizer que o brasileiro não é religioso... A religiosidade é inerente à natureza do brasileiro, seja qual for a fé que ele professe. O brasileiro não separa isso do dia a dia. Não tem como separar a atividade parlamentar, a atividade política da religião. Não tem. Mas o Estado não vai interferir na igreja nem a igreja vai interferir no Estado. Eu digo interferência; agora, influência tem. Os princípios cristãos que regem essa nação – e essa nação é cristã – têm influenciado no legislativo. Por exemplo, nós cristãos não aceitamos a pedofilia. Então, nós estamos influenciando nisso. Nós, cristãos, não aceitamos a pornografia nem a apologia à pornografia. Nós estamos influenciando na legislação. Que nós influenciemos com princípios cristãos a legislação desse país, influenciemos. Influenciemos bem. Isso é muito natural. Não sei se você assistiu um culto nosso aqui. Não só os cultos, as missas aqui também. Nós temos as missas no dia de quinta-feira. Os deputados católicos carismáticos se reúnem às quintas de manhã. Mas além das missas e dos cultos dos deputados, nós temos os cultos dos funcionários. A gente chega nas copas e a gente vê células dentro das copas, das copeiras e das faxineiras. Você vai debaixo das árvores e tem culto debaixo das árvores. Então, quando eles não conseguem se reunir na Casa, eles se encontram [embaixo das árvores]. Todos os dias, meio-dia, tem um culto na Câmara debaixo das árvores. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

Conforme Habermas (2006), o Estado liberal, defensor da liberdade de culto e da pluralidade de valores, não deve exigir que seus cidadãos estabeleçam uma rígida separação entre a religião e a política. Não se pode requerer dos crentes que defendam posições políticas com base em argumentos puramente racionais, privando-os, desse modo, de utilizar seus pressupostos teológicos nas discussões públicas. Cabe ao aparelho estatal prezar pela neutralidade ideológica de suas ações, mas também garantir a multiplicidade de crenças dos sujeitos políticos. O Estado pode até solicitar aos cidadãos que traduzam suas propostas de cunho religioso e teológico para uma linguagem política a fim de que sejam integradas ao debate público e articuladas às demandas de outros atores sociais, favorecendo, assim, a construção do consenso entrecruzado. Não deve, porém, exigir dos indivíduos que separem sua imagem pública

da identidade privada no momento em que participam das controvérsias políticas. Habermas (2001) declara que os cidadãos religiosos e as instituições eclesiais podem utilizar nos debates políticos uma linguagem específica, não sendo, pois, indispensável transformá-la para inserir-se na esfera pública. No entanto, salienta que é importante traduzi-la para uma linguagem universal a fim de que seja levada em conta nas negociações políticas.

Segundo os pressupostos habermasianos, a participação política das organizações religiosas caracteriza-se por sua presença nos fóruns de discussão pública e sua ausência nas instituições do Estado. Dessa forma, as igrejas e comunidades de fé não devem envolver-se com a prática legislativa, assumindo apenas uma participação pré-parlamentar. Isso porque dentro das instituições públicas não cabem argumentações de natureza religiosa, teológica, filosófica, moral e ideológica. Nesse cenário de disputa política, apenas o discurso racional e a razão pública são considerados dispositivos legítimos das controvérsias legislativas, dado que orientam as decisões parlamentares em benefício dos interesses coletivos. Os postulados religiosos, por sua vez, representam as aspirações de um segmento específico da sociedade, não correspondendo aos interesses da maioria dos integrantes da esfera pública. Contudo, segundo os sujeitos da presente pesquisa, a questão moral, arduamente defendida pela “bancada evangélica”, é responsável pela composição de uma maioria, que não compartilha necessariamente dos mesmos códigos religiosos. Os deputados e assessores entrevistados enunciam a existência de uma “maioria moral” na sociedade e no Congresso, que busca determinar os rumos da cultura nacional. Impõe-se, pois, a ditadura da maioria que, em nome do imperativo moral, defende a configuração de uma nação comprometida com a fé. Conforme declaração do jornalista Renato Tavares, a questão ética garante a construção de um consenso político, sendo, portanto, favorável ao bem comum e ao interesse público.

*Aqui na Câmara o projeto de criminalização da homofobia passou; lá no Senado a bancada evangélica firmou a guarda, está essa discussão toda e não se vota. Isso é bom até para o amadurecimento da democracia. Se a sociedade brasileira é composta por 92% de cristãos, ela quer a legalização da união civil? Ela quer a legalização do aborto? Agora, se o Congresso não está em sintonia com a sua população, que Congresso é esse? Aí, começa-se essa discussão. Na verdade, esses princípios que são defendidos pela igreja, hoje com o crescimento do segmento evangélico junto com o segmento católico, é a maioria na Casa. Quando a questão*

*é ética cristã, o Parlamento é maioria. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

Logo, a “bancada evangélica” converte os princípios cristãos em referência ética para toda a sociedade, criando, desse modo, uma suposta moral universal. Verifica-se, assim, a negação do pluralismo ético e a restrição das liberdades individuais. Os deputados evangélicos empenham-se obstinadamente para transformar seus códigos de conduta e sistemas normativos em proposições constitucionais de sorte que adquiram um valor legal e público. Dessa forma, os preceitos religiosos perdem a sua especificidade, ganhando um caráter universal e absoluto. A fim de generalizá-los, os congressistas sustentam que sua função consiste em promover o bem comum, gerando benefícios à totalidade social. Nessa perspectiva, os postulados da fé, específicos de uma confissão religiosa, convertem-se em autoridade moral da sociedade, servindo de parâmetro à coletividade e supostamente beneficiando o cidadão comum. Por conseguinte, a adesão à normatividade evangélica é retratada como uma forma de restrição das liberdades individuais em nome do interesse coletivo.

*Nós temos cuidado para que não permitamos que sejam aprovados preceitos, leis, decretos que vão entrar em contradição com a nossa fé, que é a fé bíblica, que é boa pra todo mundo, é boa até para quem não acredita. A palavra de Deus é boa até para quem não crer nela assim como a água é boa para todo mundo, ou até quem não gosta de beber água e tem que beber, assim é a palavra de Deus. (Deputado Antônio Cruz (PP/MS), entrevista concedida no dia 04/06/2008, no corredor da Câmara Federal).*

*A Frente Parlamentar Evangélica acompanha [os projetos], faz um acompanhamento, uma certa vigilância, mas também muito aberta, não é uma coisa fechada, radical, não. Ela trabalha dentro de um aspecto de convivência pacífica. O que se procura colaborar e construir são coisas que também são de interesse da sociedade, que são importantes para a sociedade. Nós não somos egoístas de lutar para que se construa uma coisa que só venha a nos beneficiar. Que nós sejamos beneficiados dentro de um contexto em que a sociedade também está sendo beneficiada. (Deputado Chico de Abreu (PR/GO), entrevista concedida no dia 25/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*(...) sempre que tem algum projeto de lei polêmico que vá de encontro à igreja, nós estamos prontos a defender. Defender não a igreja, mas defender o povo. (Deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), entrevista realizada no dia 18/06/2009, na ante-sala das Comissões, na Câmara Federal).*

*Tem algumas coisinhas que estão por aí que o segmento evangélico-católico tem interesse que freie, segure e outras que andem e avancem, porque favorecem e é bom pra sociedade, são pilares que sustentam as questões cristãs, morais, éticas e tal. (Deputado Zequinha Marinho*



(PMDB/PA), primeira entrevista, realizada em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede do PMDB na Câmara Federal).

*A Frente Parlamentar Evangélica se mobiliza pelo interesse comum. Se há alguma coisa que vai afetar o cidadão comum, que é contra os conceitos bíblicos referentes à família, contra os princípios morais também, então nós temos que nos unir rápido para defender e nós nos mobilizamos rapidamente por isso. E há uma união de fé, de pensamento.* (**Deputado Flávio Bezerra** (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).

*(...) nos achamos no direito de impedir o avanço daquilo que não consideramos correto para a sociedade.* (**Deputado Zequinha Marinho** (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).

Verifica-se que os parlamentares evangélicos tratam a moral cristã como uma verdade absoluta e um bem supremo, buscando o seu reconhecimento universal com vistas a propagá-la por todos os cantos da sociedade. Para Díaz-Salazar (2007), os fundamentalistas religiosos dedicam-se à moralização das leis e à normatização da política, empreendendo verdadeiras batalhas normativas no campo do poder legislativo em nome da preservação da moralidade religiosa. Defendem, pois, a regulação moral da ordem político-jurídica, negando autonomia à política e atribuindo à religião um importante papel de moralização do poder público. Ademais, transformam as convicções de uma doutrina de fé em uma moral universal, resultante da verdade revelada. Com base nas observações de Díaz-Salazar (2007), podemos asseverar que os deputados e líderes evangélicos assumem o monopólio da ética e da verdade, rechaçando qualquer sistema normativo antagônico e afirmando o universalismo de uma moral particular. Por consequência, opõem-se ao relativismo moral e à diversidade ética, ferindo os fundamentos básicos de um sistema democrático que sustenta cosmovisões plurais.

Uma sociedade pluralista não deve, pois, prestigiar uma cosmovisão religiosa, filosófica ou ética, dado que não é representativa da totalidade simbólica e da multiplicidade social. Por essa razão, não se admite a uniformização ideológica nem a padronização moral, o que comprometeria as bases da democracia. Para consolidar-se, o regime democrático precisa assegurar a pluralidade de crenças mediante a laicização do Estado, a autonomia do processo parlamentar, o direito de livre expressão dos cidadãos e a participação das instituições religiosas nos fóruns políticos. Segundo Díaz-Salazar (2007), nas últimas décadas, as comunidades de fé têm atuado diretamente na esfera

pública, o que contribuiu para intensificar os conflitos entre as convicções morais e as proposições legislativas dos sistemas democráticos. Os atores religiosos tendem a substituir as argumentações racionais por postulados morais. O Estado, no entanto, deve preservar sua linguagem política em nome da liberdade de consciência e da autonomia moral, assumindo uma posição neutra em questões de ordem religiosa, ética e ideológica. Logo, o aparelho estatal não deve se identificar com nenhuma moral, religião, ideologia ou ética, garantindo, assim, o pluralismo em todos os âmbitos da vida cotidiana, seja no espaço público, seja na esfera privada. Contudo, como salienta Díaz-Salazar (2007), existe uma ética universal mínima que constitui os fundamentos do Estado e define os parâmetros de conduta da sociedade civil. Decorrente do frágil consenso entre os atores sociais, esse universalismo ético mínimo corresponde a uma premissa provisória, sujeita a modificações constantes.

### **O caráter paradoxal da democracia**

Conforme Mouffe (2003), na atualidade, tudo é precário, provisório e instável. O advento da democracia moderna gerou a dissolução das certezas, o fim das garantias últimas, a extinção das velhas referências e a eliminação das teses definitivas, obrigando os sujeitos a definir constantemente novos caminhos para sua própria existência. Históricas por excelência, as sociedades democráticas possuem um caráter improvável e incerto, instável e indefinido, tendo como característica central a indeterminação política e social. A democracia, portanto, não é um processo natural e inevitável nem um estado definitivo e acabado, muito menos uma evolução previsível da humanidade; mas um movimento permanente e um trabalho que nunca chega ao fim, dada sua incompletude, precariedade e indeterminação (Bauman, 2008). De acordo com Keane (1992), afirmar que a democracia é um sistema mutável, imprevisível, inacabado e indeterminado é rechaçar as ideologias, cuja principal função consiste em negar a indeterminação e a temporalidade dos fenômenos por meio da adoção de princípios universais e absolutos. Embora sem êxito, as ideologias procuram restabelecer as certezas, anular as indagações e congelar o tempo histórico na imutabilidade do real. Todavia, a realidade insiste em mostrar sua vulnerabilidade e a democracia revela a incerteza de sua permanência.

*Defender la democracia contra estas y otras ideologías es dar la bienvenida a la indeterminación, la controversia y la incertidumbre. Es luchar en campo abierto, y con 'enfado generoso', contra cualquier ortodoxia arrogante que luche por las almas de los ciudadanos dentro de la sociedad civil y el Estado. Es estar preparado para la emergencia de lo inesperado y para la posibilidad de crear lo nuevo. Es reconocer la necesidad de continuar el proceso moderno de democratización, que sigue siendo incompleto, muy vulnerable y amenazado hoy por un mundo construido con un surtido de viejas y nuevas tendencias antidemocráticas (Keane, 1992: 283).*

Nesse mundo de incertezas, o poder também é indeterminado, não sendo encarnado na figura do rei nem incorporado por uma autoridade suprema. Lefort (2004) declara que o lugar do poder encontra-se vazio, uma vez que não é possível ocupá-lo. Ninguém pode exercê-lo plenamente nem assumi-lo de forma soberana e absoluta. Aos governantes, é proibido apropriar-se dele e absorvê-lo como algo particular. O poder não está em lugar nenhum nem pertence a ninguém. Por outro lado, está em todos os lugares, atravessando as relações humanas e movimentando-se pelo corpo social. Não se encontra concentrado em uma organização nem em um indivíduo, mas espalhado pela sociedade. Logo, sua marca primordial é a dispersão e não a centralização. Na democracia, o lugar do poder é vazio. Ninguém se assenta nele nem pronuncia uma palavra em seu nome. Trata-se de uma instância puramente simbólica, de um poder invisível e anônimo, que não possui materialidade. O mandato político representa seu exercício, limitado pelo tempo, pela formalidade das leis e pela institucionalização das práticas ritualizadas. Apesar de invisível e anônimo, a democracia não prescinde do poder nem almeja erradicá-lo, estimulando a proliferação das múltiplas relações que o contêm (Mouffe, 1999).

*(...) antes de ser político, eu pensava que o parlamentar, com a sua investidura política, a sua autoridade política, pudesse mais. Eu não sei quem é que ganha com isso, talvez os próprios políticos, fazendo passar essa imagem de que uma vez com um botón, uma vez com uma carteira parlamentar, com um mandato de quatro anos, esse homem se torna um super homem e eu vejo que não. Eu tenho visto isso no dia a dia. Podemos muitas coisas, mas não podemos tudo. Hoje eu vejo, por exemplo, que muitas propagandas políticas, na verdade, eram propagandas mentirosas, porque eu via prometerem coisas que... Antes eu não tinha esse discernimento e hoje eu vejo que eram mentiras. Porque se eleita fosse aquela pessoa, ainda que tivesse boa vontade, ela não teria autoridade para fazer tudo aquilo que prometeu. A gente não tem tanto poder assim. Onde está o poder? Quem detém o poder? Até parece que a gente pode tudo. Isso não é verdade! Eu gostaria de fazer um monte de coisa, de mudar a nossa realidade, mas eu não posso. Não tenho poder para isso. O poder não está em mim e também*

*não está nesse prédio aqui, como alguns pensam. O poder está em todos* (Deputado **Antônio Bulhões** (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).

A democracia radical e plural, preconizada por Mouffe (2003), reconhece a indeterminação da vida e as relações de poder que caracterizam os conflitos humanos e as disputas sociais. Como elemento constitutivo da sociedade, o poder não é suprimido por completo das interações nem abolido das tramas sociais. Aceitá-lo como parte da vida cotidiana significa renunciar à tese de uma sociedade plenamente harmônica e integrada. Sob essa perspectiva, a democracia liberal possui um caráter inerentemente paradoxal, visto que inaugura a tensão insuperável entre as liberdades individuais e a igualdade de condições. O antagonismo e o pluralismo são componentes intrínsecos à política, não sendo possível revogá-los. Nas sociedades democráticas, deve-se legitimar a oposição, afirmando a inevitabilidade dos conflitos como decorrência da multiplicidade de vozes dissonantes. O pluralismo implica a primazia da divisão e do antagonismo, intensificando as incertezas e refutando a ilusão da pacificidade. Privilegia-se a diversidade de crenças e faz-se objeção à uniformidade de pensamento. Para Mouffe (2003), nos regimes democráticos, o confronto entre adversários é ininterrupto, nunca se alcançando uma vitória definitiva. Dessa forma, a conciliação entre oponentes parece improvável.

Observa-se a permanência do pluralismo ideológico e o consequente conflito de interesses e convicções. É impossível eliminar o antagonismo político da esfera pública ou retê-lo na vida privada. Entretanto, os adversários podem estabelecer entre si acordos provisórios, que suspendam temporariamente o combate infundável. Segundo Bobbio (2001), a democracia não pode existir sem certas formas de consenso, o que não significa a eliminação dos conflitos. Um regime político baseado no consenso espontâneo depende do dissenso para subsistir. Somente ali onde o dissenso se manifesta livremente, o consenso é real. Fruto das regras do jogo político, o desacordo ideológico é imprescindível ao fortalecimento e amadurecimento do sistema democrático. Logo, ainda que o consenso seja necessário, os fundamentos da democracia moderna são a pluralidade de concepções, a liberdade de consciência, o antagonismo social, a discrepância ideológica e o dissenso normativo (Gargarella, 2001).

Contudo, o neoliberalismo nega a dicotomia social, a luta de classes, a divergência de interesses e o confronto político, criando, dessa forma, a utopia da harmonia e da integração. A eliminação do adversário político, das polaridades ideológicas e das relações de poder desencadeia a anulação da política. Ao escamotear os conflitos sociais e exigir a uniformidade de pensamento, a ideologia neoliberal dispõe de uma política pacífica e consensual, destruindo o antagonismo que lhe é intrínseco. Promove-se, assim, a neutralização da disputa, a desintegração da política e a degeneração da esfera pública. Nesse contexto, a política consiste em um campo de relações, totalmente neutro, que acolhe as demandas da sociedade civil e procura atendê-las de sorte a beneficiar igualmente todos os cidadãos (Mouffe, 2003). Faz-se apologia à ideia de comunidade e solidariedade com o intuito de reforçar o diálogo e garantir o consenso. Nos fóruns políticos, busca-se o consenso como resultado das deliberações racionais e imparciais (Elster, 2001). Privilegia-se a razão em detrimento da política. Esconde-se o pluralismo no âmbito privado a fim de isolar a política e neutralizar seus efeitos. Na perspectiva neoliberal, o mundo se mostra cada vez mais unidimensional e globalizado, propenso à articulação das divergências e às coalizões político-partidárias. A bipolaridade política das sociedades ocidentais parece superada. Muitos anunciam que as fronteiras entre a esquerda e a direita dissiparam-se, o que seria um indício do fim das ideologias e do surgimento de uma terceira via, que integra as diferenças em nome do consenso racional. Conforme Mouffe (2003), a política da terceira via é uma política de centro, que transcende a tradicional oposição entre a esquerda e a direita, sugerindo que os mais diversos interesses sociais podem ser articulados de modo a satisfazer as necessidades de todos os segmentos da sociedade, ricos e pobres, sem diferenciação. Sob essa ótica, ninguém sai perdendo. Não há vencedores nem perdedores. Todos são contemplados pelas políticas do Estado. O centrismo radical é, pois, uma política sem adversários.

*A gente tem que ter a tranquilidade, o equilíbrio emocional para que possamos falar não o que as pessoas querem que a gente fale, mas falar as coisas com carinho, com amor e conseguir através desse amor, desse carinho e desse equilíbrio que as pessoas compreendam a nossa vontade, o nosso desejo, entendeu? Que possam agregar, porque na verdade no cenário político a gente precisa agregar. As pessoas dizem: “os políticos não têm inimigos”. Na verdade, o político não pode ter inimigo. Ele tem que apresentar suas ideias, seus pensamentos, seus projetos, mas tentando agregar, porque senão ele não vai conseguir aprovar seus projetos, aprovar suas ideias (Deputado Major Fábio (DEM/PB), entrevista realizada no dia 04/06/2008, após o culto semanal, no Plenário das Comissões).*

Para Keane (1992), é a ideologia que oculta os antagonismos sociais característicos da democracia moderna, debilitando-a e impedindo-a de utilizar mecanismos adequados à mediação e resolução de conflitos. Lavalley (1999) ressalta que, além de impossível, não é recomendável diluir a multiplicidade dos interesses e as oposições daí resultantes, dada sua relevância para o fortalecimento do sistema democrático. Segundo Mouffe (2003), a erradicação das divisões sociais e a instauração de uma política do consenso são prejudiciais à consolidação da democracia. Em sua concepção, todo consenso é provisório, depende de dispositivos de coerção, exige alguma forma de exclusão e gera dominação ideológica (Przeworski, 2001), não sendo decorrência exclusiva da racionalidade. A autora faz objeção à centralidade da razão nos debates políticos, evidenciando a importância das paixões na esfera pública. Por consequência, as paixões não ficam retidas no contexto da vida privada, deslocando-se no espaço público e mobilizando afetos nas deliberações políticas, o que provoca a afirmação do pluralismo e a legitimação do antagonismo (Mouffe, 1999). Profundamente paradoxal, a democracia pluralista realça a dualidade social e a contradição inerente à política. Negar os paradoxos, silenciar os conflitos, tornar invisíveis as oposições, neutralizar os adversários, em vez de fortalecer o sistema democrático, o põe em perigo. Por essa razão, a democracia reconhece a bipolaridade política do mundo social, reafirmando a divisão entre a esquerda e a direita, restabelecendo as distinções partidárias e marcando as diferenças ideológicas tão fortemente negadas pela ideologia neoliberal.

*En vez de tratar de borrar las huellas del poder y la exclusión, la política democrática nos exige que las pongamos en primer plano, de modo que sean visibles y puedan adentrarse en el terreno de la disputa. Y el hecho de que esto deba considerarse como un proceso sin fin no debería ser causa de desesperación, ya que el deseo de alcanzar un destino final sólo puede conducir a la eliminación de lo político y a la destrucción de la democracia. En una organización política democrática, los conflictos y las confrontaciones, lejos de ser un signo de imperfección, indican que la democracia está viva y se encuentra habitada por el pluralismo (Mouffe, 2003: 49 e 50).*

Se por um lado os deputados evangélicos negam as divergências internas, neutralizam os debates públicos e preconizam o consenso político; por outro, reconhecem o pluralismo característico da democracia brasileira, legitimando a

diversidade nacional e a necessidade de preservá-la. Na realidade, o discurso em defesa da pluralidade simbólica, religiosa, cultural e filosófica possui uma funcionalidade ideológica, dado que escamoteia a principal intenção da Frente Parlamentar Evangélica: transformar códigos morais particulares, específicos de um sistema doutrinário e teológico, em uma normatividade universal. A argumentação racional em favor da multiplicidade social e da liberdade de expressão esconde a ideologia do consenso normativo, da universalidade ética e da padronização moral, intensamente defendida pelos legisladores evangélicos.

*Hoje, a sociedade brasileira é plural em todos os aspectos, religioso, cultural, filosófico, político e isso você tem que respeitar, todos os princípios básicos que norteiam a sociedade hoje. (Deputado Chico de Abreu (PR/GO), entrevista concedida no dia 25/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*O Brasil é um país plural e a nossa política também caminha nesse sentido. (Deputado Takayama (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).*

*(...) nosso país é tão plural e tem uma diversidade muito grande de credos e correntes religiosas. (Discurso do Deputado George Hilton (PP/MG), na reunião da Frente Parlamentar Evangélica, ocorrida no dia 16/06/2009).*

### **Críticas ao funcionamento da Câmara Federal**

O pluralismo ideológico é notável nos fóruns políticos e nas discussões intermináveis que ocorrem nas Comissões Parlamentares do Congresso Nacional. Inúmeras audiências públicas são requeridas de modo a aprofundar a compreensão da matéria em questão, enriquecer o debate e favorecer a deliberação, o que contribui significativamente para fortalecer a democracia. No entanto, esses dispositivos democráticos são responsáveis por lentificar e burocratizar a tramitação legislativa. De acordo com Bobbio (2001), contraditoriamente, a burocratização é uma consequência do processo de democratização. Lapassade (2008) salienta que a burocracia implica o enrijecimento dos fluxos de comunicação, a obstrução dos mecanismos de resolução de problemas e a morosidade nos processos de tomada de decisão. Os procedimentos democráticos, por conseguinte, geram a lentidão do trâmite legislativo, criando obstáculos à votação das proposições e provocando nos legisladores a sensação de impotência.

*Hoje, nós votamos esse negócio da pesca, que está tramitando aqui há 18 anos. Dezoito anos que o negócio estava rolando aí. O negócio da pesca, do deputado tal, autor tal, está aqui há 18 anos. Hoje, o deputado não está mais com a gente. Então, é assim, coisa de dez anos, doze anos. (...) Se alguém chegar pra mim e perguntar: “qual foi o projeto que o senhor já fez?” Bom... projetos eu tenho um monte. É claro que a maioria não vai ser aprovada, não vai passar pelas comissões, principalmente pela CCJ, porque a gente pensa uma coisa e no fundo não é. Mas... Não sei se em quatro anos eu vou ter uma lei de minha autoria. Não sei se isso é possível... (Deputado **Antônio Bulhões** (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

*A gente está trabalhando com tanta coisa aqui, mas como deputado de primeiro mandato a minha grande decepção é ver que tem projetos, por exemplo, de 1989, que ainda tramitam aqui na Casa. (Deputado **Geraldo Pudim** (PMDB/RJ), entrevista concedida em 03/06/2008, na ante-sala de uma comissão da Câmara Federal).*

*(...) em alguns aspectos, você acaba se decepcionando e em outros aspectos você sabe que pode mudar e fazer sua parte. [Qual foi sua maior decepção com o Congresso?] Talvez a morosidade no próprio processo legislativo de aprovação das leis, a quantidade de proposições... Algumas [proposições], diga-se de passagem, acabam limitando, tornando o processo muito lento. Tem também a falta de prioridade em relação às metas principais e necessidades do país. É um pensamento meu. Eu acho que alguns projetos que englobam uma prioridade ou que venham a trazer diretamente benefícios para a população deveriam ter uma prioridade nas votações. (Deputado **Ricardo Quirino** (PR/DF), entrevista concedida em 25/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

*(...) aqui, o projeto de um deputado não gira, não corre. É tudo lentamente. Esse projeto do aborto que nós derrubamos é de 1991, pra você ter ideia. Então, os fabricantes de bebida nem ligaram para os meus projetos, mas quando sai a MP [medida provisória], que é o governo que lança, que vai ser aprovado ou não, aí vem os lobbies. (Deputado **Pedro Ribeiro** (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*(...) a gente chega aqui no Congresso e não é como a gente imagina. A gente chega aqui e são 513. Primeiro que pra você ter uma oportunidade, pra você se expressar numa tribuna, é muito difícil. Eu tive a felicidade de ser presidente de uma comissão importante e daqui eu posso tentar fazer meus projetos andar, mas você sabe que aqui entram milhares de projetos diários, depois eles têm que passar pelas comissões. Às vezes, você termina o mandato e [seu projeto] não passou nem na metade das comissões. E isso dificulta muito... (Deputado **Sabino Castelo Branco** (PTB/AM), entrevista realizada no dia 18/06/2009, na ante-sala das Comissões, na Câmara Federal).*

*Como aqui é Colégio de Líderes e efetivamente nós vivemos no Regime Bicameral, é uma situação meio complicada pra mim essa morosidade. Eu fui vereador, fui vice-prefeito, mas sempre trabalhei em cargo executivo. Então, chegar no Congresso Nacional e ver a lentidão e a morosidade [do sistema legislativo] em relação a leis que ficam aí dez, vinte anos aguardando para ser votadas... A impressão que eu tive do Congresso Nacional no primeiro momento era que eu ia conseguir resolver tudo. Em poucos meses, eu entendi que pouco poderia resolver. Então, pra mim, foi uma grande frustração o Congresso Nacional, de quem chega pela primeira vez e percebe que [o Parlamento] não é aquilo que a gente esperava que fosse no que diz respeito à velocidade da votação e à aplicação... Somado a isso, [tem as] medidas provisórias, que é um preceito constitucional, que efetivamente foram criadas para ser uma excepcionalidade e virou regra. E o Congresso Nacional paralisado, porque qualquer situação hoje que o Brasil precise, o presidente da República pode editar através de medida provisória. Então, eu me decepcionei um pouco com o Congresso Nacional com o passar do tempo, mas eu acho que aqui é uma Casa extraordinária de ideias e é uma experiência que estou tendo na*



*minha vida que jamais eu vou poder esquecer.* (**Deputado Geraldo Pudim** (PMDB/RJ), entrevista concedida em 03/06/2008, na ante-sala de uma comissão da Câmara Federal).

Os deputados evangélicos declaram que, além da morosidade legislativa, a edição de medidas provisórias por parte do poder executivo contribui para minimizar sua importância e despotencializar suas funções, restringindo, assim, o espaço de atuação parlamentar. Sentem-se desprestigiados frente ao executivo e desprovidos de poder para aprovar as proposições, tomar decisões, executar medidas e resolver problemas que afetam cotidianamente a vida da população. As formalidades institucionais e os procedimentos burocráticos terminam por inibir suas ações, tornando-as incipientes e pouco expressivas. Nas entrevistas, os sujeitos, de modo geral, reclamam da falta de poder da maioria dos parlamentares da Câmara Federal, designados de baixo clero, que ficam à mercê de um grupo seleto de lideranças partidárias, responsáveis por definir posições ideológicas, orientar as votações e centralizar as decisões. Como integrantes do baixo clero, são submetidos às determinações do Colégio de Líderes, sentindo-se impotentes para agir livremente de modo a proporcionar mudanças significativas. Cintra e Lacombe (2007) esclarecem que esse colégio, composto por líderes da maioria, da minoria, das siglas partidárias, dos blocos parlamentares e do governo, dispõe de poder para indicar os membros da bancada que integrarão as comissões permanentes, auxiliar na organização das proposições a serem apreciadas pela Casa e orientar os deputados nas votações em Plenário.

*A maior dificuldade que eu vejo aqui na Câmara é porque muitas vezes algumas decisões são tomadas pelas lideranças e eu ainda estou sentindo uma grande dificuldade com isso aí. São 513 parlamentares e muitas vezes as decisões são tomadas por vinte e poucos deputados, que são os líderes dos partidos. Na realidade, a gente sente uma dificuldade com isso, mas a gente vai trabalhando, inclusive corre até os líderes para poder intervir para que não aconteça muitas vezes coisas que venham a prejudicar até e principalmente o povo cristão [sic].* (**Deputado Antônio Carlos Chamariz** (PTB/AL), entrevista concedida em 17/06/2009, no Plenário Dez das Comissões).

*Geralmente, [os nossos projetos] visavam o lado social... E, lamentavelmente, foram todos interceptados e barrados. Por quê? Não interessavam à liderança política, liderança da qual nós não fazíamos parte, porque representávamos o baixo clero. Na Câmara, existem os caciques e nós fazíamos parte daquilo que se costuma chamar de baixo clero.* (**Ex-deputado Federal Fernando Gonçalves**, entrevista concedida no dia 02/06/2008, em seu gabinete).

*A gente tem limitações. Eu tenho uma dificuldade de conviver com a política no seu dia a dia, eu lhe confesso. Porque às vezes a gente fica de mãos atadas, a gente quer fazer e não dá pra fazer. Eu venho da iniciativa privada, eu sou empresário do ramo da alimentação e na iniciativa privada você tem a caneta, você quer fazer, você faz. O poder público já é bem mais limitado. (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

*Talvez por já ter sido deputado estadual, a gente não teve um choque muito grande, mas a sensação inicial que a gente tem é de completa – digamos assim – frustração. Você se sente frustrado. Porque é uma Casa muito plural e muito dinâmica ao mesmo tempo em que há muitos temas que você acha que poderiam se tornar uma bandeira, mas você percebe que, às vezes, os grandes debates e as grandes discussões que deveriam interessar e deveriam pautar realmente essa Casa acabam ficando em segundo lugar. E você termina sem condições de agir (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Agora, eu estou aqui, super frustrado, porque o governo conquistou uma maioria aqui e não dá a mínima para deputado. Eu sou da base do governo, mas voto contra. Graças a Deus, eu não tenho um office boy, não tenho ninguém trabalhando no governo e estou livre para votar do jeito que eu quero, do jeito que eu achar melhor. Eu estou muito frustrado. Nesse governo, a gente não tem nenhum valor. (Deputado Francisco Rossi (PMDB/SP), entrevista concedida em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

Criticou-se ainda o tratamento que o governo dispensa aos congressistas cujos posicionamentos são contrários às suas orientações político-ideológicas. Conforme declaração dos entrevistados, aqueles que votarem em oposição às determinações governamentais não são agraciados em suas demandas e solicitações, não recebendo recursos de emendas parlamentares, comumente destinadas aos municípios e estados de cada legislador. Dessa forma, a oposição, que costuma contrariar as exigências do governo, não consegue obter verbas federais para implementar ações e realizar projetos, ficando impossibilitada de exercer plenamente seu mandato, que em certa medida é tutelado por mecanismos democráticos (Sartori, 2003). De modo geral, os deputados sentem-se reféns do poder executivo, assumindo no Parlamento uma postura subserviente e limitando suas possibilidades de intervenção.

*Nesse negócio da CPMF, eu votei contra o governo, eu fui contra a CPMF. Eu tinha três milhões em emendas no Ministério da Saúde e na semana seguinte me disseram: “olhe, não tem dinheiro”. Agora mesmo, tivemos oito milhões de emendas para destinar. Eu vi os outros, todo mundo com 100% e o meu, cinco milhões. Isso se sair... Aí, eu fui falar: “por que os outros da bancada ganharam e eu não?” e me disseram: “foi uma votação sua”. (Deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

*No meu segundo ano de mandato, eu era deputado de oposição, daqueles que fazia oposição mesmo e brigava dentro do partido para transformar o meu PFL da época – hoje o DEM – em um partido de oposição verdadeiro. Nós tínhamos uma pecha de fisiologistas, um horror! E a gente lutava para mudar. A gente achava que tinha tanta dignidade exercer um mandato parlamentar agindo como uma oposição ativa, séria e responsável quanto estar ao lado do governo arrumando benesse – é tão digna uma coisa quanto a outra – ou lutando por recursos para os municípios, as entidades, seja lá o quê... Por causa disso, eu não arrumava nada, emenda minha não era atendida pelo governo, tinha uma listinha negra lá na Casa Civil e tem até hoje. E eu não conseguia nada. Nada, nada, nada. Meus municípios, prefeitos, vereadores, coisa nenhuma... (Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).*

Os parlamentares evangélicos não reclamam apenas da ausência de poder; demonstram que estão inconformados com a passividade da Câmara Federal frente à avalanche de denúncias de irregularidade política, veiculadas pela mídia. Em sua concepção, os deputados ficam acuados com a onda de denunciismo e as revelações da imprensa, curvando-se a suas pressões ideológicas. O Congresso Nacional não refuta os procedimentos midiáticos, que promovem uma generalização descabida, associando todos os congressistas automaticamente à corrupção e difundindo uma imagem pejorativa e estigmatizada da classe política. De acordo com os depoimentos, a mídia faz tanto barulho que os parlamentares ficam intimidados, não conseguindo responder, à altura, às acusações. Queixam-se de que não há uma defesa formal da instituição, o que contribui para sedimentar o estereótipo do político leviano, imoral e desonesto.

*A frustração que eu tenho é que a gente é discriminado, a mídia bate muito na gente. Eu acho que a mesa diretora da Casa deveria dar respostas no mesmo nível. No caso do corte das cotas das passagens aéreas, aceitaram cortar por pressão da imprensa. E por que não punir aqueles que procederam de maneira considerada errada até pela própria mídia? Hoje, por exemplo, eu me vejo numa situação difícil... Se eu quiser ir com minha esposa para o Estado, eu não posso mais levar minha família e a minha família mora aqui comigo em Brasília. Então, quando eu vou para o Ceará, eu não posso mais ir com a minha esposa, não posso levar meus filhos. Eu tenho que fazer uma economia, tirar do meu próprio salário e pagar a passagem deles. Então, a gente se frustra ao ver a mídia falar tanta coisa, generalizando, e a gente fica aqui sem defesa. Porque quem tem que defender, no caso, são os diretores da mesa. São eles que têm que dar a devida resposta. (Deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*(...) a Câmara realmente é o lugar onde se desenha a sociedade brasileira, é muito importante, muito importante. O que a mídia muitas vezes percebe e fala sobre escândalos, eu nunca vi nada, não é algo visível, você não percebe aquilo. Se existe, existe de uma forma absolutamente imperceptível. A Câmara é um lugar de uma convivência muito decente, muito respeitosa, tanto do ponto de vista do homem como da mulher, em todos os níveis, absolutamente séria. Mas a*

*mídia só fala de fraude e corrupção, dando a entender que todo deputado é corrupto.* (**Deputado Robson Rodovalho** (DEM/DF), entrevista concedida no dia 01/06/2008, na Igreja Sara Nossa Terra, após o culto).

Além da excessiva divulgação de escândalos políticos nos meios de comunicação e do sentimento de impotência dos legisladores, a baixa representatividade da Câmara Federal também foi apontada como um sério problema do sistema político brasileiro. Como argumenta Ansaldi (2007), a crise de representatividade do Parlamento e das legendas partidárias reduz a credibilidade das instituições políticas, gerando perda de confiança na democracia moderna. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) salienta que uma reduzida representação política provoca o desinteresse do cidadão pelas discussões e deliberações legislativas, dada a ausência de identificação com os parlamentares eleitos. Dessa maneira, os sujeitos não se sentem representados, o que ocasiona a separação entre o Congresso Nacional e a sociedade, a despolitização da população e a redução da participação popular.

*Apenas nós e a Finlândia temos esse sistema maluco que elege pessoas. E aqui dentro tem 1/3 dos votos do país. Quem está aqui tem 1/3 dos votos do país. Então, 2/3 dos votos para deputado federal não estão aqui. Cria essa não identidade com o eleitor: “eu votei em tal deputado, mas o cara não se elegeu, se elegeu o outro. Eu não tenho nada a ver com isso aqui”. Então, tem esse distanciamento entre o Parlamento e a sociedade, o que é muito ruim.* (**Deputado Onyx Lorenzoni** (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).

## **Partidos Políticos**

É inegável a importância dos partidos políticos no processo de democratização da vida pública e das relações sociais, sendo responsáveis por aprofundar e salvaguardar a democracia. No entanto, nos regimes presidencialistas, desempenham um papel secundário na identificação dos problemas nacionais, nas decisões governamentais assim como na elaboração e implementação de políticas públicas (Cansino, 1999). Verifica-se que muitos abandonam a concepção pedagógica do poder e a plataforma programática, desfrutando do prestígio político para atender a interesses particulares, alcançando um alto nível de burocratismo institucional, reduzindo sua capacidade de mobilização espontânea da sociedade e aumentando os índices de corrupção entre os

dirigentes (Damas, 2007). Conforme Lechner (1999), os partidos políticos carecem de um discurso consistente, uma identidade ideológica, uma orientação programática e um projeto de nação. O sistema partidário brasileiro caracteriza-se pela subordinação dos partidos ao poder executivo, presença de lideranças carismáticas, personalização política, relações clientelistas com o governo, ausência de autonomia partidária, multipartidarismo polarizado e instável, fraca institucionalização, debilidade organizacional, ausência de vínculos estáveis com as clientelas políticas e os atores sociais, abstencionismo crescente, volatilidade programática e inconsistência ideológica (Cansino, 1999). Segundo o IPEA (2010), em decorrência de sua fragilidade institucional e da baixa representatividade política, os partidos utilizam como estratégia de sobrevivência as coligações nos distintos níveis de disputa eleitoral.

Em depoimento concedido à presente pesquisa, o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) tece críticas contundentes à situação atual dos partidos políticos no Brasil, ressaltando o esvaziamento ideológico, a vulnerabilidade programática, a falta de compromisso de seus filiados e a ausência de engajamento partidário. Nesse cenário, os partidos funcionam apenas como legendas eleitorais, perdendo sua relevância política e seu poder de interferir significativamente no exercício do mandato parlamentar. No caso dos candidatos evangélicos, as igrejas pentecostais ganham a cena, se fortalecem e cumprem as funções típicas dos partidos políticos, selecionando as candidaturas oficiais, patrocinando as campanhas eleitorais e apropriando-se dos mandatos. A eleição dos candidatos evangélicos depende mais das organizações religiosas do que das siglas partidárias, o que favorece o compromisso político com as instituições eclesiásticas e a indiferença em relação aos partidos. No período em que ainda não vigorava o estatuto da fidelidade partidária, os congressistas, logo após as eleições, trocavam continuamente de partido, evidenciando, assim, a falta de identificação partidária, compromisso ideológico e militância política. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) propõe a realização de uma reforma política que determine o voto em lista fechada, combatendo, assim, a fragilidade dos partidos, o personalismo político, a prevalência do executivo sobre o legislativo e a construção da maioria mediante a negociação dos votos. Em entrevista realizada por Rose Spina (2011) à revista *Teoria e Debate*<sup>42</sup>, Maria Victoria Benevides esclarece que a lista fechada favorece a utilização de um mecanismo

---

<sup>42</sup> SPINA, Rose. Sistema Político: que mudanças queremos? *Revista Teoria e Debate*. 91. Março/Abril, 2011.

de seleção de candidaturas mais criterioso, baseado em debates e prévias, o que fortalece os partidos políticos, exigindo-lhes coerência doutrinária e solidez programática.

*Um dos graves problemas que existem e que afetam o desempenho [parlamentar] é o seguinte: o deputado hoje, para se eleger, depende muito pouco do partido e depende muito de si mesmo e, no caso particular das igrejas, ele depende da igreja. Do ponto de vista do conteúdo ideológico, a maior parte dos representantes da bancada – primeiro – possuem fundamentos frágeis do ponto de vista do embate parlamentar porque não era uma pré-condição estar afinado com um pensamento doutrinário-ideológico, ter uma militância partidária. Normalmente, essas pessoas que são eleitas pelas igrejas são escolhidas dentro da congregação e, aí, se busca um partido onde teoricamente a matemática eleitoral é mais fácil, o cara é colocado lá dentro e assina uma ficha. Ele tem compromisso quase zero com o partido e compromisso absoluto com a igreja. Tanto que na época da infidelidade partidária oficial – porque nós já temos de um ano pra cá o instituto da fidelidade partidária – o número de trocas era impressionante. No mandato anterior, eu não quero cometer equívocos, mas eu acho que foram cerca de 175 parlamentares que trocaram de partido em quatro anos. Então, não tem a menor... Trezentas e sessenta trocas. Teve parlamentar que trocou seis vezes de partido. Não tinha a menor... Para onde é que o vento vai? É pra cá ou pra lá? Nós mesmos, quando eu cheguei aqui na bancada do PFL de então, eu era o único cara que tinha experiência de oposição de todo o partido, porque eu tinha enfrentado quatro anos do governo do PT no Rio Grande do Sul – o governador era o Olívio Dutra, que foi o ministro das cidades – e eu fui o líder informal da oposição na Assembleia Legislativa. Então, eu aprendi a fazer oposição. Eu cheguei aqui e ninguém sabia fazer. O único que tinha esse perfil era eu. Nós éramos 85 e nós terminamos o mandato que começou em 2003 com... quando nós fomos para a eleição em outubro de 2006, nós éramos 60. Foram embora 25. Desses, eu posso dizer que dois ou três saíram por motivos políticos, dentre um deles o atual prefeito do Rio. O resto tudo foi na base do mensalão ou do interesse local. A representação evangélica vem muito nessa linha, o compromisso mesmo é com a igreja, porque se a igreja disser: “está fora”, como já aconteceu, o cara fica sem mandato. Lembra do episódio do mensalão? Vários aqui que eram bispos perderam o posto de bispo e imediatamente perderam o mandato. A igreja disse: “acabou, não vai mais. Agora, vai outro”. **[Nesse caso, a igreja funciona como partido?]** Funciona como partido, o que eu acho errado. Eu acho errado. Eu tenho lutado desde 2007 para mudar o regime político-eleitoral, ou seja, fazer com que a gente tenha o tal voto em lista, que a gente vá para o lado de 90% do mundo desenvolvido, que constrói uma relação muito mais correta, porque aí tu constrói a maioria [sic]. O grande problema da política brasileira, de todas essas mazelas que todo dia a gente abre o jornal e vê, é isso: o personalismo, a pouca solidez dos partidos e o mecanismo de construção de maioria. O mecanismo de construção de maioria, durante muito tempo aqui, e eu posso até dizer sem errar, continua o mesmo: compra. Já teve compra direta no caixa, na mala, que foi na época do mensalão, e hoje tem a compra por cargo. **[A velha troca de favores...]** Não. Compra, compra pura e simples, business. Então, no Parlamento, numa sociedade onde já há a prevalência do executivo sobre o legislativo, que é uma coisa histórica, porque a nossa independência e a república principalmente foram feitas por interesses da elite, não foi o povo que queria. Aqui, todo o povo veio depois. Primeiro veio o Estado, veio a igreja e depois veio o povo. E, nas instituições, é a mesma coisa. **[E como fica essa relação entre igreja e partido aqui dentro?]** Conflitiva, conflitiva, permanentemente conflitiva. **(Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).***

De acordo com o deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), para eliminar as mazelas do sistema político brasileiro, é imprescindível fortalecer as legendas partidárias, inibindo seu uso meramente eleitoral. Os partidos políticos atuam mais como máquinas que mobilizam afetos nas eleições do que como instrumentos de governo (Cansino, 1999). Sua função primordial está relacionada à viabilidade da conquista eleitoral e não à orientação do mandato ou à definição de diretrizes governamentais. Após as eleições, os deputados e senadores, logo que assumiam seus mandatos, costumavam descartar suas legendas originárias em busca de partidos mais vantajosos do ponto de vista político e econômico. Entretanto, a determinação da fidelidade partidária pelo Supremo Tribunal Federal restringiu consideravelmente as costumeiras trocas de partido com vistas a reforçar as siglas partidárias e garantir o compromisso político dos filiados com suas propostas e deliberações.

*Sempre no início dos mandatos, a Câmara Federal é um pouco informe, porque estão se organizando, tem muita troca de partidos, há uma tendência de cada um procurar sua turma. Até porque nas eleições, a gente se candidata naquele ambiente de pragmatismo e não de ideologia. Você escolhe um partido muito mais por pragmatismo: por chance de ganhar, porque você tem amigos, porque você tem um grupo e não por uma ideologia. Então, quando você chegava na Câmara, havia um alinhamento ideológico. Nesse ano aconteceu uma ruptura por causa da fidelidade partidária que foi estabelecida pelo Supremo. Com isso, deu uma mexida forte em todo o movimento da Câmara. (Deputado Robson Rodovalho (DEM/DF), entrevista concedida no dia 01/06/2008, na Igreja Sara Nossa Terra, após o culto).*

*Eu sou um dos raros casos no Rio Grande do Sul de quem trocou de partido e se reelegeu, porque eu troquei um ano antes das eleições. No Rio Grande do Sul, isso é muito raro, isso é muito raro. [Então, no Rio Grande do Sul tem uma política forte de fidelidade partidária?] Tem, tem, tem. Na minha terra, tem que ter lado. Esse negócio de ficar em cima do muro, as pessoas derrubam o muro. Lá é tudo muito dual, pela nossa formação cultural, pela nossa história. Lá é Grêmio ou Inter. Tu vai numa maternidade gaúcha, entra nela, tu não sabe nem o nome da criança, mas na porta tu já sabe se ela vai ser Grêmio ou Colorado [sic]. Os pais já botam camisetas, símbolos, babero, tampinha, tudo. É uma coisa muito maluca, mas é assim. A vida lá é assim, não é só time de futebol. Você tem que defender uma posição e não pode mudar de lado. Você precisa ter compromisso com um partido e levantar a bandeira dele. (Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).*

Composta por parlamentares dos mais diversos partidos, que congregam diferentes ideologias políticas, a Frente Parlamentar Evangélica é considerada apartidária e apolítica. As temáticas que lhe competem estão articuladas à moral, à ética e à religião, não lhe sendo autorizada a discussão de questões políticas. Logo, são

vetadas as alterações e controvérsias em torno de assuntos políticos e partidários, especialmente porque seus integrantes defendem distintas correntes ideológicas, o que inviabilizaria os debates, negociações e decisões. Na Frente, pois, observa-se a diluição das ideologias políticas, a afirmação dos valores morais e o reconhecimento das premissas éticas.

*Como tem gente de vários partidos, então, cada um sobrevive do jeito que dá dentro do seu partido. Então, é... Uma das coisas que a gente pede é não levar... Por exemplo, eu sou do PT, mas não vou pra Frente para tentar impor a coisa do PT e os outros também fazem a mesma coisa. Tanto é que o presidente da nossa Frente é da oposição e, no entanto, continua dirigindo e pra nós não tem problema nenhum, porque ele não sobe lá pra fazer um ataque ao governo em nome da Frente. Ele tem clareza de que não pode nem tem autorização para fazer isso e não tem feito. [Então, a questão das ideologias políticas fica diluída na Frente Parlamentar Evangélica...] Exatamente. É isso mesmo. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), segunda entrevista, realizada no dia 16/06/2009, na Liderança do governo na Câmara Federal).*

*(...) geralmente, nós ficamos livres dentro das nossas fileiras partidárias para discutirmos os temas diversos que nós temos aqui nos partidos políticos. A Frente Parlamentar Evangélica não tem esse hábito, por exemplo, de estar em pauta a proposta de emenda constitucional dos vereadores e ali ela tem um posicionamento sobre isso. Não. Nesse caso, nós temos diferenças e ela respeita. Ela se reúne para discutir questões afins a ela. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

Dessa forma, cabe à Frente Parlamentar Evangélica interferir em assuntos concernentes à esfera religiosa, moral e ética. Para tanto, é necessário desenvolver estratégias de intervenção cujos resultados sejam eficazes. Um dos problemas que enfrenta diz respeito à ausência de um assento no Colégio de Líderes, o que lhe impossibilita encaminhar proposições ao plenário ou retê-las, definir as matérias das comissões, organizar as pautas de discussão e interferir nas votações. Os partidos políticos, por sua vez, respondem a todas essas funções, dado que possuem representantes entre as lideranças do Congresso. Desse modo, nas ocasiões em que precisa obstruir as votações ou bloquear o encaminhamento de projetos, a Frente Parlamentar Evangélica convoca seus integrantes mais atuantes para acionar os partidos políticos com o propósito de fazer-lhes tais solicitações. Busca-se, pois, articular-se com as legendas partidárias de maneira que se evite a aprovação de propostas contrárias à doutrina cristã. Os deputados evangélicos, em especial aqueles que possuem mais prestígio em seus partidos, são orientados a conversar com as lideranças partidárias a



fim de persuadi-las a barrar projetos legislativos, adiar ou cancelar votações e indicar o voto de sua “bancada” segundo a posição ideológica dos “crentes”.

*A Frente é apartidária. Agora, é claro que quando tem uma matéria que o grau de dificuldade é significativo, nós procuramos interagir com todos os partidos políticos para poder nos fortalecermos [Por exemplo, no caso do acordo do Brasil com a Santa Sé, como o senhor estava falando ontem na reunião...] Sim, sim... Porque as Frentes Parlamentares não têm assento no colégio de líderes. Logo, elas não têm a possibilidade de serem ouvidas para definição de pautas, essa coisa toda. Então, nessa hora, você tem que recorrer às estruturas partidárias, aos líderes partidários e daí por diante. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

**[A Frente recorre aos partidos políticos quando precisa deles em suas atividades legislativas?]** *Não tenha dúvida. Se, por exemplo, tem um projeto de lei que vai à pauta e à votação nos plenários da Câmara ou do Senado, ele é encaminhado pelos líderes partidários. Nós vamos convencer esse líder. Podemos até não convencer, mas vamos trabalhar pra isso. Usar companheiros do próprio partido dele que está lá dentro, ponderar aquela situação pra que ele tenha uma visão mais clara daquilo e oriente seu partido corretamente sobre aquela votação. Então, na hora que for necessário... Como aqui é uma casa política e a política leva você ao partido na hora de votar – isso é uma questão extremamente evidente, vota-se via partido – nós trabalhamos isso naturalmente. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

*Há alguns deputados que têm muito prestígio nas suas bancadas, nos seus partidos, mas isso é de forma particular, não deixando de – em algumas situações – ser útil à Frente quando a gente precisa. Por exemplo, agora, nessa questão da assinatura da urgência urgentíssima, o deputado João Campos que tem muito prestígio no PSDB, foi conversar com o líder. Eu fui lá com ele e ele disse: “por favor, líder, não assine, sem falar conosco”. Então, isso ajuda a Frente, que é uma bandeira nossa. Eu, graças a Deus, tenho prestígio com o presidente do meu partido, o PMDB, e o Henrique [Alves] me atende e assim... O pastor Manoel Ferreira tem um prestígio enorme com o líder do PTB e consegue. Isso termina ajudando pelas representações dentro de cada partido. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

Para intervir mais diretamente no trâmite legislativo, estabelecer pautas de discussão, evitar o encaminhamento de proposições ao plenário e ampliar o poder de barganha, cogitou-se entre os deputados evangélicos a criação de um partido político cristão, concentrando, assim, congressistas que partilham a mesma fé, embora pertençam a diferentes denominações religiosas. A diversidade seria substituída pela uniformidade de princípios políticos. Não obstante, para alguns parlamentares, a formação de um partido evangélico poria fim ao pluripartidarismo dos “crentes”, que lhes permite mobilidade entre as diferentes siglas partidárias, favorecendo sua

penetração em diversos espaços do poder legislativo, a prática do proselitismo político-religioso e a adesão de atores políticos aos preceitos morais dos evangélicos.

*Houve até o pensamento de se criar um partido com a cara religiosa, mas é incoerente, nós achamos que isso não é bom. Nós temos dentro da igreja pessoas do PT, pessoas do PMDB... É um pluripartidarismo. O Brasil é um país plural e a nossa política também caminha nesse sentido. Então, nós não podemos formar um partido cristão, seja católico, espírita, budista ou evangélico. (Deputado Takayama (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).*

*Existe muito a defesa da criação de um partido, mas se a gente criar um partido, também cria um grupo de força que tem que assumir uma posição, ficar de um lado. Então, esse “ficar de um lado” vai lhe tolher muitas vezes na sua liberdade, principalmente na questão da fé. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

A Frente Parlamentar Evangélica continua sendo um grupo de interesse suprapartidário que funciona muitas vezes como partido político, sobretudo no trabalho que desenvolve junto a seus membros durante os debates e deliberações das comissões permanentes. Assim como as siglas partidárias, a Frente possui uma assessoria técnica que se espalha pelas comissões com o intuito de orientar os parlamentares nas votações que são do seu interesse. Espera-se que seus integrantes assumam o compromisso com as premissas morais e éticas defendidas pela organização de sorte que votem em conformidade com suas prescrições e determinações.

*O trabalho que a gente faz é o mesmo que os partidos fazem. Você sabe que quando chega numa comissão, cada partido tem um corpo técnico. É como se nós fôssemos o corpo técnico [da Frente Parlamentar Evangélica]. A gente fala que nós somos os lobistas da vida. Nós somos o corpo técnico ali de demandas, sem nenhum interesse financeiro, nenhum interesse corporativo; é pela causa. É pela causa. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*(...) porque na realidade nós somos um partido, né? Como eu falei anteriormente, está bem dividido; em quase todos os partidos nós temos algum deputado. Até no PT, que é um partido extremamente radical e defende posicionamentos ideológicos bem distantes de muitos [partidos], nós temos pessoas que são evangélicas ali e trabalham dentro do partido sem choque. Logicamente que quando eles vão contra a ideologia do partido... Eu cito, por exemplo, a questão do aborto, que é uma questão pessoal. Embora o partido pressione, os deputados se mantêm firmes... (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

Nas declarações dos sujeitos entrevistados, o Partido dos Trabalhadores é retratado como uma agremiação radical e autoritária, que restringe a liberdade de seus filiados, impedindo-os de defender livremente seus princípios e de votar de acordo com suas convicções pessoais. Acredita-se que o PT infringe o direito de livre expressão de seus integrantes, obrigando-os a render-se à máquina partidária. Na realidade, o que se observa é a firme atuação do partido para preservar seu conteúdo doutrinário e exigir de seus membros o comprometimento com as diretrizes partidárias, deliberadas em fóruns coletivos. Autoriza-se a liberdade de consciência e a livre manifestação das ideias, mas não o engajamento político em torno de princípios que contrariam as resoluções do partido. Essas prescrições contribuem, em alguma medida, para fortalecer a legenda, evitando, assim, a dispersão de propósitos, a desagregação política, o enfraquecimento institucional e a debilidade ideológica.

Por se tratar de um partido progressista, que agrega diferentes tendências de esquerda, os deputados evangélicos filiados ao PT comumente enfrentam fortes conflitos de consciência e tensões institucionais, dada a oposição entre a moral religiosa que defendem obstinadamente e as correntes político-ideológicas da sigla partidária. Matérias como a descriminalização do aborto, a reprodução assistida, a utilização de células-tronco embrionárias, a criminalização da homofobia, a união civil entre pessoas do mesmo sexo e a livre expressão sexual são bandeiras defendidas pelo Partido dos Trabalhadores e combatidas pela “bancada evangélica”. De modo geral, o partido exige que os parlamentares votem em conformidade com suas orientações doutrinárias. Contudo, em determinadas situações, a depender das forças que estão em jogo, pode dispensá-los do voto obediente, não permitindo, no entanto, a militância em prol de projetos contrários a suas premissas éticas e políticas. Para ilustrar os procedimentos adotados pelo partido em casos de infração ao regulamento interno, podemos citar o episódio que envolveu o deputado Henrique Afonso (PT/AC) e culminou com sua desfiliação. Após avaliar os pareceres da Comissão de Ética, o Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores<sup>43</sup> decidiu aplicar a pena de suspensão dos direitos partidários do parlamentar por um período de três meses em decorrência de seu engajamento ostensivo contra o aborto, à frente da Jornada Nacional Evangélica em Defesa da Vida e

---

<sup>43</sup> Informação divulgada no site do PT, acessado em 20 de maio de 2011: <http://www.pt.org.br/portaltpt/documentos/dn-suspende-direitos-partidarios-de-luiz-bassuma-e-henrique-afonso-254.html>

da Família, contrariando a resolução do III Congresso Nacional do PT a favor da descriminalização do aborto. Em setembro de 2009, depois da determinação do Diretório do PT, o parlamentar anunciou sua saída da legenda, filiando-se posteriormente ao PV. Antes do desfecho dessa história, o deputado Henrique Afonso comunicou-nos que se tivesse que escolher entre sua fé e o partido, escolheria sua fé, deixando claro que prioriza os princípios religiosos em detrimento das ideologias políticas.

*Uma coisa significativa que eu senti muito depois que eu passei a ser evangélico é que a gente não negocia absolutamente princípios. Hoje, eu tenho um problema com o Partido dos Trabalhadores que são as questões relativas à vida e à família. Se você discutir a questão da livre expressão sexual e a questão do aborto, que são duas matérias já definidas pelo Partido dos Trabalhadores, nós contrastamos naquilo que nós acreditamos. Nós, realmente como cristãos, passamos a ter a bíblia como nossa regra de fé e prática e passamos a ver a questão do homossexualismo à luz da bíblia, que é uma prática que não agrada a Deus, embora tenhamos um cuidado para respeitar os homossexuais e amá-los. Como também a questão do aborto, da reprodução assistida, da utilização de células-tronco, de células embrionárias, a gente sempre coloca isso porque nós somos a favor da utilização de células-tronco, mas de células adultas. Agora, em relação às células embrionárias, nós temos um posicionamento, enquanto que o Partido dos Trabalhadores defende tudo isso. Então, há uma contradição entre nós, mas a gente vai convivendo com tensões. Há muitos momentos [em] que você vai para o debate, mas não é fácil. Apesar disso, eu encontrei no Partido dos Trabalhadores um espaço que me desse condição de ser um político cristão dentro de um estilo cristão, dentro da filosofia cristã e até aqui eu tenho convivido com o Partido dos Trabalhadores e não gostaria absolutamente de sair, a não ser que um dia ele me obrigasse a defender coisas que viessem a conflitar com Deus e entre Deus e o PT, eu vou ser mais Deus. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

*Estatutariamente, dentro do estatuto do partido, havia o respeito pela livre convicção religiosa e pelas ideologias [do parlamentar]. Há um artigo no PT que fala o seguinte: “o deputado pode ser dispensado do voto”. O problema com relação ao Henrique Afonso, não foi o voto, foi a militância. O problema é a militância, porque o Henrique Afonso, além de não votar a favor do aborto, faz campanhas. Ele lidera campanhas no Brasil contra o aborto. É o trabalho que ele desenvolve nas jornadas. Então, o que acontece? O PT entrou com uma reclamação, com uma representação... Porque o PT tem outros deputados petistas que votam contra o aborto, mas não estão sendo punidos, por exemplo, o Walter Pinheiro, o Nazareno Pompéia, o Gilmar Machado. Eles são contra o aborto, mas a diferença entre eles e o Henrique Afonso é que o Henrique Afonso, além de votar contra, é militante, mas é uma militância que ele já faz há muitos anos. Quando ele entrou no partido, ele achou que poderia continuar militando. Essa determinação do partido foi de 2007 pra cá. O partido pega um parlamentar que já faz isso e determina: “vamos calar a boca”. Agora, ele está respondendo a um processo de que ele está desrespeitando uma resolução de congresso. O Congresso Nacional do PT, ocorrido em 2007, decidiu que o partido lutaria pela descriminalização do aborto. Quando ele toma uma resolução dessas, todos os parlamentares têm que – se não lutar – pelo menos silenciar. E o Henrique Afonso continuou dizendo: “sou contra a descriminalização do aborto”. Ele não foi julgado ainda. Nós estamos em fase de sentença dentro da Comissão de Ética e depois quem julga é... Primeiro, a Comissão de Ética dá um parecer e depois o diretório julga qual é a punição que vai dar pra ele, que é uma punição de 1 a 9. A gente sabe que as feministas do partido querem a punição máxima, que é a expulsão. **[E foram elas que iniciaram essa campanha?]** Foi a Secretaria Nacional de mulheres do PT. O PT é dividido em secretarias e*

*foi a Secretaria Nacional de mulheres que entrou com a representação contra os deputados Henrique Afonso e Bassuma. Só são dois... [Como o deputado está enfrentando essa situação, essa representação que foi feita contra ele?] Ele foi chamado e a defesa dele é a seguinte: “não vou me calar. Enquanto uma entidade, um prefeito, um deputado, um vereador me convidar para falar contra o aborto, eu estarei indo falar. Não me calo, não [me] silêncio. Com relação ao aborto, eu não faço concessão alguma”. Deixou muito claro para o partido: “se me querem no partido, vão ter que me aceitar desse jeito”. Nós estamos esperando agora a sentença. Ele não pode sair do partido, não pode pedir desfiliação, porque dá infidelidade partidária. E ele também não quer sair, ele é pelo partido. Ele foi comunista antes de ser petista. Então, ele acreditou muito, ele tem toda uma militância. Você não pode silenciar o trabalho de alguém com essa história. Um cara que edificou o PT na região dele... Você não pode jogar isso tudo por causa de uma divergência. Entendeu? Ele está esperando uma decisão. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Eu até lembro agora e posso citar, o deputado Luis Bassuma, que é do PT da Bahia, e o deputado Henrique Afonso estão respondendo a um processo administrativo junto do partido e, por coincidência, os dois são do PT. O movimento feminista do PT entendeu que eles deveriam ser expulsos, o que eu acho uma aberração particularmente. (...) A gente espera que o partido entenda que é um direito que deve ser respeitado, mas eles estão sendo penalizados por essa posição. (...) A imprensa deveria divulgar, mas não divulga, mas nós somos a voz que estamos espalhando, mobilizando para que o partido respeite o entendimento de que é um direito deles. [A Frente tem promovido alguma ação para evitar a expulsão deles?] Sim, sim. No dia do julgamento, nós fomos pra lá dar apoio e suspenderam a audiência. Um documento foi elaborado, uma moção de apoio aos parlamentares e já está protocolado nas mãos do presidente do PT, mostrando que não é só o deputado Bassuma nem o Henrique Afonso. É a Frente toda, são quase 60 deputados. Isso declarado, fora os que não podem nem falar. Tem muitos que não podem nem falar, mas os integrantes da Frente assinaram, o documento está protocolado e a gente está acreditando que o partido vai respeitar o direito deles. (Assessor Elias Castilho, entrevista concedida em 26/06/2009, na Sede da Frente Parlamentar Evangélica, na Câmara Federal).*

**[O deputado Henrique Afonso faz parte da base do governo e está filiado a um partido que apresenta posições muito claras em relação ao aborto e ao homossexualismo. Como lidar com isso, com essa contradição?] É complicado, é complicado, mas assim, o parlamentar não tem que se curvar aos desmandos do seu governo. O parlamentar tem independência. E aí entra a questão da livre expressão, da livre convicção religiosa e manifestação do pensamento. Esse é um país que nos dá essa liberdade, que dá liberdade ao parlamentar pra isso. (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).**

O discurso da liberdade é proferido com certa regularidade quando os parlamentares se referem aos partidos políticos de viés conservador, que abrigam distintas correntes ideológicas de direita. É comum a alegação de que as siglas partidárias de direita prezam pela liberdade de consciência de seus filiados, autorizando os deputados federais a votar conforme suas crenças e convicções pessoais, especialmente nas matérias relacionadas à questão moral e religiosa. Na realidade, essas legendas não exigem que seus parlamentares se comprometam com uma ética político-

partidária. Isso porque não possuem verdadeiramente um delineamento ideológico nem uma orientação programática. Por consequência, a liberdade dos congressistas nas votações em plenário denota, em certa medida, o esvaziamento doutrinário e a inconsistência política de seus partidos.

**[O senhor sempre foi filiado ao antigo PL ou já teve outra filiação partidária?]** Não, só o PL. **[Qual é sua afinidade e identificação com esse partido?]** *Eu acho que a ideologia do partido. Pra começar, a liberdade com que me receberam. A ideologia, a doutrina do partido se assemelha muito... Não é um partido radical. Hoje, tudo bem, está na base de apoio do governo, mas tem sua independência para seguir seu próprio pensamento e isso nos deixa muito à vontade. Eu me sinto muito à vontade no PL para expor minhas posições e meus pensamentos, sem que haja uma crítica. Há uma liberdade... Realmente é um partido liberal o ex-partido liberal [risos].* **(Deputado Ricardo Quirino (PR/DF), entrevista concedida em 25/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).**

*Em determinados momentos, até o próprio partido, em temas polêmicos dessa natureza, não interfere. Eles respeitam a posição da bancada evangélica, da bancada católica, porque não é só a bancada evangélica que tem uma posição a respeito do aborto, mas a bancada católica também tem e não é tão visada como a bancada evangélica.* **(Deputado Geraldo Pudim (PMDB/RJ), entrevista concedida em 03/06/2008, na ante-sala de uma comissão da Câmara Federal).**

*Aqui no DEM, se há alguma questão que fira algum princípio político ou religioso, eles são super tolerantes. O que é bom aqui no DEM é isso, essa visão de eles entenderem e respeitarem. No dia em que estava sendo votada a lei do divórcio, como eles são entre aspas uma oposição, eles iam votar como oposição, mas eles preferiram liberar o voto depois que nós argumentamos. Aí, eles liberaram para que a bancada votasse da forma que quisesse. Então, no Democratas a gente tem um pouco mais de liberdade. Não é o caso do PT.* **(Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).**

Logo, os depoimentos dos deputados evangélicos sobre os partidos políticos revelam uma manobra ideológica que sobrepõe a liberdade dos indivíduos ao fortalecimento das siglas partidárias. Preconizar o voto livre e descompromissado é uma estratégia de enfraquecimento e negação da relevância política das legendas. Como ideologia, a liberdade é mais uma vez utilizada para fragilizar a política e reforçar a posição do indivíduo no espaço público. A debilidade e o aparelhamento dos partidos assim como o uso pragmático e utilitário da política, premissas sustentadas pela maioria dos parlamentares evangélicos, são tendências predominantes no sistema partidário brasileiro, não sendo uma característica específica desse segmento.

## Votações Legislativas

Alguns sujeitos entrevistados defendem a total autonomia do legislador nos processos de discussão, deliberação e votação no Congresso Nacional. Declaram que seus votos são orientados exclusivamente por suas convicções pessoais, insinuando que nem a igreja nem o partido definem suas posições e ações legislativas. Todavia, a consciência moral dos deputados evangélicos é constituída por verdades teológicas e princípios cristãos, transmitidos pelas organizações eclesiais. Dessa maneira, direta ou indiretamente, as congregações interferem no exercício do mandato parlamentar. Nos assuntos pertinentes à ética e à religião, os preceitos da fé funcionam como uma espécie de bússola, que guia os congressistas na ocasião das votações. Os partidos, por sua vez, são alvo da indignação de alguns parlamentares evangélicos, que confessam desconsiderar suas orientações, seguindo a própria consciência. O deputado Robson Rodovalho (DEM/DF) critica veementemente a subserviência dos legisladores aos imperativos dos partidos políticos, designando de cabresto ideológico o procedimento regimental que confere centralidade às legendas partidárias no funcionamento do Parlamento.

**[Quando são votadas matérias aqui na Casa, como a senhora se posiciona?] *Eu me posiciono como Andréia, independente da posição da igreja. Por exemplo, a questão do aborto, eu votei contra, pela Andréia, pelo que eu aprendi – aí, eu acredito que são coisas diferentes – pelo que eu sempre aprendi na Bíblia, pela convicção que eu tenho enquanto pessoa, que isso é uma coisa que está dentro de mim, eu passei a acreditar assim, passei a ver assim. Então, a Andréia votou contra, não por causa da questão da religião, porque depois eu ia chegar na igreja e iam me cobrar, nada disso. [Mas de alguma forma, seus princípios cristãos interferem na orientação das suas votações?] Interferem nesse sentido, porque como eu cresci nesse meio, eu aprendi muitas coisas, eu passei a crer em muitas coisas, a ler a bíblia, isso interferiu no meu comportamento e, querendo ou não, influenciou a Andréia, a pessoa. E aí, tem uma influência (Deputada Andréia Zito (PSDB/RJ), entrevista concedida no dia 23/06/2009, no restaurante do Plenário).***

*Na hora do voto, eu me posiciono de acordo com as minhas convicções. Então, cada caso é um caso. Evidente que nós participamos junto com a bancada evangélica, mas acima de tudo cada um tem as suas convicções, a sua maneira de pensar, de agir e de crer. (Deputado Natan Donadon (PMDB/RO), entrevista concedida no dia 03/06/2008, na sala de reunião da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*Eu vou lhe dar um exemplo: nós tivemos essa questão do divórcio, como eu te falei. Na primeira votação, eu fui o único lá do meu Estado que votei contra. Foram quinze votos contra na primeira votação. Eu fui o único do meu Estado. O partido tinha colocado que era para votar a favor e eu fui contra. Mas assim, eu tenho tido também o respeito por parte do PTB na questão da minha ideologia cristã, dos meus ensinamentos, dos meus princípios cristãos. Então, o meu partido tem sido complacente. (...) Entre eu ir de encontro àquilo [em] que eu acredito, à*

*Palavra de Deus, à bíblia que me ensina e na qual eu acredito piamente que é a verdade, e uma ideologia partidária, eu prefiro ir de encontro ao partido e votar a favor daquilo [em] que eu acredito. (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

**[Nas votações, o senhor segue as orientações do partido ou da bancada evangélica?]** *Não, eu sigo a minha consciência. Quando eu cheguei lá, no Democratas, eu tive uma reunião com o líder do meu partido, discuti com ele e disse: “olha, eu quero sua liberação. Eu quero votar de acordo com a minha consciência”. Eu não entendo ser... Não é que eu não entendo. Eu não me filiei ao partido em cima dessa proposta. Se tivessem me dito: “só aceitamos sua filiação sob a condição da sua fidelidade, eu teria pensado dez vezes e provavelmente não teria entrado”. Entendeu? Eu correria o risco de não ser eleito e iria para outro partido que pensasse absolutamente... Então, eu não acho honesto tentar me encabrestar, uma vez que não puseram essas condições para o meu ingresso. E por isso... O partido tem sido muito maduro. Em alguns momentos, em alguns pontos extremos, eles me recorrem e eu vejo se concordo ou não... Aí, eu sigo muito a minha consciência e a responsabilidade que eu tenho como líder nacional. (Deputado Robson Rodovalho (DEM/DF), entrevista concedida no dia 01/06/2008, na Igreja Sara Nossa Terra, após o culto).*

*Se tem algum projeto que nosso partido tenha interesse, que deve votar de determinada forma, isso é avaliado lá, mas eu fico bastante à vontade. Se eu tiver que votar contra, eu voto sem problema nenhum e quando me chamam lá, eu explico os motivos. Eu acho que a gente não pode ficar ligado à liderança falar por mim. Tudo bem que é regimental, mas se a gente for abrir todas as prerrogativas, não adianta ser deputado federal. O líder vai falar por mim em tudo e eu vou dizer o que lá no meu Estado? “Ah, porque o líder pediu ou a liderança pediu”. O povo não aceita isso, porque quando eu vim de lá, eu vim com um discurso, que ia defender o povo do meu Estado, que eu ia votar a favor de um salário mínimo justo, mas não porque o governo quer, eu tenho que votar. Não tenho nada no governo, não dependo de cargos no governo para que eu possa... Tem muitos colegas que têm seus interesses e eu respeito. Eles não podem às vezes votar [de acordo] com sua consciência, votam como o partido manda. (Deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), entrevista realizada no dia 18/06/2009, na antesala das Comissões, na Câmara Federal).*

De modo geral, os deputados evangélicos questionam o poder dos partidos políticos na esfera legislativa. Contudo, a maioria revela que costuma seguir as indicações das lideranças partidárias para não “sofrer sanções” do governo nem penalidades das próprias legendas. Em suas pesquisas, Figueiredo e Limongi (1999) comprovaram o fenômeno da disciplina partidária nas votações nominais da Câmara Federal, que se justifica em certa medida pela estratégia de liberação das emendas orçamentárias apenas nos casos de voto disciplinado e pela força dos líderes, responsáveis por indicar os integrantes das comissões permanentes e determinar a pauta dos debates parlamentares. Poucos entrevistados atribuem a fidelidade partidária ao processo de identificação ideológica, que garante a compatibilidade entre o conteúdo doutrinário do partido e os posicionamentos do parlamentar. A despeito da obediência às agremiações partidárias, os deputados evangélicos esclarecem que, quando a pauta de



votação refere-se à moralidade social, são guiados por princípios cristãos, contando, assim, com a compreensão das lideranças. Segundo suas declarações, nessas circunstâncias, os partidos normalmente liberam seus congressistas para votar de acordo com as orientações de sua fé. No entanto, ainda que não haja autorização explícita dos líderes, os parlamentares evangélicos ignoram a recomendação dos partidos, demonstrando a predominância dos preceitos morais sobre as orientações partidárias nas votações em que há choque de ideologias.

*Talvez, poucas pessoas saibam que o Congresso Nacional funciona em função das lideranças. Então, os liderados, eu e um pouco menos de 500 deputados, que somos liderados por vinte e tantos líderes, nós sempre temos como orientação aquilo que eles colocam em plenário. Claro que tendo a liberdade de votar contra aquela orientação da liderança; porém, sabendo que politicamente vamos sofrer sanções do governo. É aquilo... amanhã, você não vai ter a disponibilidade total. Isso eu não conhecia e eu tenho visto isso na carne, porque nem sempre eu posso corresponder aos meus líderes, porque eu tenho muitas outras coisas por detrás de meu mandato, mais do que uma bandeira ideológica ou partidária. Mas poucas pessoas sabem disso, de que às vezes o nosso voto, contrário ao da liderança, vai trazer efeitos negativos à nossa gestão parlamentar. (Deputado **Antônio Bulhões** (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

*Depois, se você quiser averiguar, aqui no DEM, tudo que eles me colocam como partido, que eles discutem, a gente aprova, caminha juntos. Não teve uma votação que eu fui contra, porque eu não sou alguém que vai resolver... Eu não estou aqui como mero coadjuvante, eu sou democratas, sou democratas e sou democratas. Aqui pra mim seria até cômodo, porque como democratas, putz... Eu poderia até em alguns momentos – eu conheço pessoas que às vezes fazem isso – tomar uma atitude de estar junto entre aspas com a situação e receber benefícios. Isso acontece. Mas, não. A gente tem também outro lado, que a própria religião nos ensina, que é ter fidelidade. Eu sou democratas até o fim, até que tenha algum contexto muito contrário, mas não tem, viu? Aqui, a gente não encontrou nenhum contexto contrário. (Deputado **Bispo Gê Tenuta** (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).*

*A princípio, nós sabemos da importância que é um deputado atender a seu partido – afinal de contas, somos todos partidários –, atender a sua base, mas observando em caráter primeiro essa discussão interna entre nós para chegarmos à possibilidade de entendimento com o senso comum, criando algo que seja benéfico a todos. (Deputado **Cléber Verde** (PRB/MA), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*A grande demanda das votações que vêm a plenário, nós acompanhamos geralmente a orientação do partido [a] que nós pertencemos, até porque quando nós estamos em um partido é porque já temos uma identificação, temos um perfil que nos identifica com o partido. Esse perfil identifica o parlamentar com o partido. Então, nós já ficamos, assim, um pouco tranquilos para votar, com exceção de algumas matérias polêmicas, que de repente o partido libera até, em alguns casos, a bancada [partidária]... Mas na grande maioria nós seguimos a orientação do partido. (Deputado **Natan Donadon** (PMDB/RO), entrevista concedida no dia 03/06/2008, na sala de reunião da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*Normalmente, nas votações aqui na Casa, a orientação é sempre partidária. Agora, os partidos sabem que têm matérias que ferem princípios bíblicos e religiosos [em] que nós acreditamos e*

*eles não tomam posição nem oferecem o nosso voto, porque sabem que a nossa posição, quando [os projetos] ferem princípios e valores, é... A convicção que nós temos não é uma convicção partidária. (Deputado Neucimar Fraga (PR/ES), entrevista realizada em 04/06/2008, nos corredores da Câmara Federal, a caminho do plenário).*

*Eu particularmente sempre me coloquei numa posição de obediência ao partido, mas tendo a minha independência para trabalhar. Então, quando a direção que o partido nos dá, a orientação partidária, realmente está de acordo com aquilo que nós pensamos, que seja em benefício da população, minha votação segue essa orientação. Quando não, eu procuro analisar e se eu tiver liberdade pra votar contra, eu voto, não contra o partido, mas a favor do bem da sociedade. Eu já fiz isso. (Deputado Ricardo Quirino (PR/DF), entrevista concedida em 25/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

*Eu voto sempre com o meu partido, o PMDB, mas na questão da fé... Houve dois casos assim. Outro dia estava passando um projeto e eu mesmo encaminhei a votação contra e o partido votou completamente o contrário. Mas eles compreendem que, nesse caso, eu não posso votar com eles. O líder do partido entende, porque ele sabe que, quando se trata de questões religiosas, eu não abro mão. Pode vir quem vier, cortar o que quiser que eu não abro mão. (Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*(...) você sabe que a nossa política é trabalhada no sentido de ser uma política partidária e aí evidentemente existem alguns conflitos entre aquilo que nós temos como ideologia cristã, como pensamento cristão, como doutrina cristã e aquilo que existe como doutrina partidária. Eu tenho sido claro com as minhas lideranças políticas que entre uma decisão... Se houver qualquer situação em que haja conflito, eu fico com o meu lado espiritual. Mas eles têm sido muito conscienciosos, entendendo a minha situação. (Deputado Takayama (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).*

**[Nas votações, o senhor normalmente segue as orientações do partido ou as orientações da igreja?]** *Eu sigo a orientação do partido. Quando fere a igreja, aí eu sigo a igreja. (Deputado João Oliveira de Sousa (DEM/TO), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*A votação tem a orientação do partido, mas também tem a orientação pessoal. Todos os parlamentares evangélicos têm a consciência [de] que, na hora de votar, eles votam de acordo com a consciência, a fé e a convicção. Eles obedecem aos partidos, mas... Todos os partidos respeitam a livre convicção religiosa. Os parlamentares obedecem, sim, às determinações dos partidos, mas quando a causa é, por exemplo, o aborto, eles não obedecem à recomendação do partido (Assessora Jurídica Damares Alves, entrevista concedida no dia 25/06/2009, em gabinete parlamentar, na Câmara Federal).*

*Eu tenho procurado corresponder, porque eu acho também que você tem que ser fiel ao partido, leal ao partido, mas determinadas decisões, mesmo de caráter governamental, que eu entenda que contraria o interesse público, eu penso que mais [importante] do que o partido e a instituição aqui é a vontade pública que escolhe a gente, que nos coloca aqui. (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

*Quando é assunto de movimentos políticos, de interesse político, cada um atende às suas próprias lideranças partidárias. Mas quando envolve algum assunto ligado a convicções religiosas, nos unimos todos; a bancada [evangélica] se une definitivamente. (Deputado Manoel Ferreira (PTB/RJ), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

Conforme determinação do Regimento Interno da Câmara Federal, não é da alçada das frentes parlamentares “fechar matéria” nem “centralizar as votações”, funções que são de competência exclusiva dos partidos políticos. Entretanto, a Frente Parlamentar Evangélica não mede esforços para angariar apoios e ampliar a quantidade de votos em prol da preservação da moralidade cristã. Sua tarefa consiste em persuadir os parlamentares a adotar determinado posicionamento ideológico e votar segundo suas recomendações, não tendo poder para exigir obediência de seus integrantes. Apenas nas deliberações que envolvem questões éticas e religiosas, a Frente Evangélica solicita dos seus membros compromisso com sua bandeira moral, estimulando-os a contrariar as diretrizes de seu partido político. No entanto, nas discussões de natureza política, econômica e social, os deputados evangélicos reconhecem que devem agir em conformidade com as instruções partidárias. Por conseguinte, os depoimentos revelam que os “crentes” do poder legislativo, de forma geral, acompanham a tendência preponderante no sistema político brasileiro: votam segundo as determinações dos partidos, pois dependem deles para exercer seu mandato, obter benesses econômicas e alcançar favorecimentos políticos. Afirma-se ainda que as igrejas não indicam os votos nem participam do cotidiano das atividades parlamentares, cabendo apenas às siglas partidárias fazê-lo.

*Nós procuramos, todos, chegar a um acordo. Hoje, o presidente é o João Campos e nós procuramos chegar a um acordo, conversar com todos sobre a questão, mas não exigimos que votem como a gente tem orientado. De maneira nenhuma a gente tem essa atitude. Nós argumentamos, falamos sobre isso e, se não houver uma participação, nós deixamos em liberdade, mas o incrível é que aqueles que são autênticos na fé, que professam, às vezes eles vão até contra o próprio partido. [O senhor adota essa postura?] Eu adoto. Se for alguma coisa que vai prejudicar aquilo que eu represento, de maneira nenhuma eu posso ir contra. Sem dúvida, eu não vou fazer isso de forma deliberada. Eu venho, converso, argumento. E o que acontece é que geralmente meu partido entende. (Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).*

*[Na Frente Parlamentar Evangélica], eu sou uma espécie de “Maria vai com as outras” lá, porque eu endosso as teses que são defendidas. Então, eu voto com o pessoal todo... (Deputado Francisco Rossi (PMDB/SP), entrevista concedida em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*(...) a Frente não centraliza as votações (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), primeira entrevista, realizada em 04/06/2008, na Liderança do Governo na Câmara Federal).*

Com o intuito de analisar o comportamento político-partidário dos parlamentares evangélicos, selecionamos votações nominais de considerável importância nacional, ocorridas na legislatura de 2007/2011, vinculadas a questões trabalhistas, tributárias, políticas e aos direitos sociais. As tabelas a seguir demonstram a existência de disciplina partidária e voto em bloco, sobretudo em matérias que interessam aos partidos políticos. O partido do governo e as legendas de oposição apresentam o maior índice de obediência partidária, o que evidencia a disputa política e as divergências ideológicas entre ambas as posições. Nas pautas trabalhistas, a oposição votou a favor da flexibilização dos direitos do trabalhador em consonância com as determinações da ideologia neoliberal, ao passo que o PT votou pela manutenção do imposto sindical compulsório e pela regulamentação do contrato de trabalho, protegendo, assim, os direitos trabalhistas. Quando o dispositivo a ser votado tem relevância para o poder executivo, os parlamentares atendem às solicitações de suas siglas partidárias, como na votação pela prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF). No caso das proposições de cunho ético e moral, como a proibição do porte de armas de fogo e a interdição da venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais, o resultado da votação entre os deputados evangélicos foi quase unânime, salvo o comportamento da oposição, indicando a articulação da “bancada evangélica” em defesa de seus interesses. Desse modo, pode-se asseverar que, seja pela recomendação partidária seja pela orientação religiosa, o voto desses congressistas é impositivo. A maioria pode sofrer sanções políticas se não considerar as indicações das lideranças partidárias, não tendo, pois, liberdade para votar. Especialmente os parlamentares do “baixo clero”, desprovidos de autoridade, prestígio e poder, se submetem às determinações dos partidos, respeitando as injunções do jogo político.

## Tabelas das votações nominais ocorridas na Legislatura de 2007/2011<sup>1</sup>

**Quadra 1**

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Emenda <sup>2</sup> 3 <sup>3</sup>	Contribuição Sindical Facultativa <sup>4</sup>	Continuidade do Imposto Sindical <sup>5</sup>	Voto em Lista Fechada <sup>6</sup>	Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos <sup>7</sup>
Andre Zacharow (Suplente)	PMDB	PMDB	PR	Batista	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Antônio Bulhões	PMDB	PRB (01/10/09)	SP	IURD	Sim	Sim	Não	Não	Sim

<sup>1</sup> Dados extraídos do site do DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar): <http://www.diap.org.br/index.php/legislativo/53o-legislatura-20072011/principais-votacoes-20072011>, consultado em 20 de maio de 2011.

<sup>2</sup> A seleção das votações nominais baseou-se em três critérios: a importância política e/ou social das matérias, a intensidade da disputa entre a situação e a oposição bem como a clareza do dispositivo votado.

<sup>3</sup> Obriga o trabalhador a constituir empresa e se transformar em prestador de serviço para manter o recebimento do salário. Essa proposição foi vetada pelo presidente da República (Autor: Senador Ney Suassuna – PMDB/PB; Data da votação: 13/02/2007; Resultado: 304 a favor e 146 contra).

<sup>4</sup> Exige a autorização do trabalhador para o desconto do imposto sindical na folha de pagamento (Autor: PPS; Data da votação: 17/10/2007; Resultado: 215 a favor, 161 contra e 7 abstenções).

<sup>5</sup> Estabelece o desconto compulsório da contribuição sindical (Autor: PPS; Data da votação: 11/03/2008; Resultado: 234 a favor, 171 contra e 6 abstenções).

<sup>6</sup> Ampla reforma política que inclui a lista fechada por considerá-la condição indispensável ao financiamento público de campanha e à fidelidade partidária (Autor: Deputado Régis de Oliveira – PSC/SP; Data da votação: 27/06/2007; Resultado: 181 a favor, 252 contra e 3 abstenções).

<sup>7</sup> Estende aos trabalhadores de supermercados e hipermercados a obrigatoriedade da convenção coletiva para o trabalho realizado aos domingos, garantindo, assim, direitos trabalhistas como o pagamento de hora-extra, vale-refeição e transporte (Autor: Poder Executivo; Data da votação: 20/11/2007; Resultado: 197 a favor, 234 contra e 5 abstenções).

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Emenda 3	Contribuição Sindical Facultativa	Continuidade do Imposto Sindical	Voto em Lista Fechada	Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos
Eduardo Cunha	PMDB	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Não	Ausente	Sim	Não	Não
Fátima Pelaes	PMDB	PMDB	AP	Assembleia de Deus	Ausente	Ausência Justificada	Sim	Não	Ausência Justificada
Flávio Bezerra	PMDB	PRB (01/10/09)	CE	IURD	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Francisco Rossi	PMDB	PMDB	SP	Comunidade de Carisma	Sim	Sim	Não	Ausência Justificada	Sim
Geraldo Pudim	PMDB	PR (30/09/09)	RJ	Segunda Igreja Batista	Não	Não	Ausência Justificada	Não	Não
Íris de Araújo	PMDB	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Não	Ausente	Sim	Não	Sim
Leonardo Quintão	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	Sim	Ausência Justificada	Sim	Ausência Justificada	Não
Natan Donadon	PMDB	PMDB	RO	Batista	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Pastor Pedro Ribeiro (Suplente)	PMDB	PR (01/10/09)	CE	Assembleia de Deus	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Emenda 3</b>	<b>Contribuição Sindical Facultativa</b>	<b>Continuidade do Imposto Sindical</b>	<b>Voto em Lista Fechada</b>	<b>Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos</b>
Zequinha Marinho	PMDB	PSC (01/07/09)	PA	Assembleia de Deus	Não	Não	Sim	Ausência Justificada	Não
Antônio Carlos Chamariz	PTB	PTB	AL	Assembleia de Deus	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado
Elizeu Aguiar (Suplente)	PTB	PTB	PI	Batista	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Jefferson Campos	PTB	PSB ( 30/09/09)	SP	Evangelho Quadrangular	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado
Pastor Manoel Ferreira	PTB	PR (01/10/09)	RJ	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Paulo Roberto Pereira	PTB	PTB	RS	IURD	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Roberto Alves	PTB	PTB	SP	IURD	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado
Sabino Castelo Branco	PTB	PTB	AM	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Ausente
Tatico	PTB	PTB	GO	Mundial do Poder de Deus	Sim	Não	Não	Não	Não
Adilson Soares	PR	PR	RJ	Internacional da Graça	Sim	Não	Sim	Não	Não

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Emenda 3</b>	<b>Contribuição Sindical Facultativa</b>	<b>Continuidade do Imposto Sindical</b>	<b>Voto em Lista Fechada</b>	<b>Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos</b>
Chico Abreu (Suplente)	PR	PR	GO	Assembleia de Deus	Não exercia o mandato	Não	Sim	Não	Não
Jusmari Oliveira (Renunciou)	PR	PR	BA	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Não	Não	Não
Lincoln Portela	PR	PR	MG	Batista	Sim	Não	Sim	Não	Não
Márcio Marinho	PR	PRB (29/06/09)	BA	IURD	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado
Neilton Mulim	PR	PR	RJ	Batista	Sim	Sim	Sim	Não	Não
Neucimar Fraga (Renunciou)	PR	PR	ES	Batista	Sim	Ausente	Sim	Não	Ausente
Ricardo Quirino (Suplente)	PR	PR	DF	IURD	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Zé Vieira	PR	PR	MA	Assembleia de Deus	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado
Antônio Cruz	PP	PP	MS	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Não	Não	Não
George Hilton	PP	PRB (01/10/09)	MG	IURD	Sim	Abstenção	Não	Ausência Justificada	Ausência Justificada



<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Emenda 3</b>	<b>Contribuição Sindical Facultativa</b>	<b>Continuidade do Imposto Sindical</b>	<b>Voto em Lista Fechada</b>	<b>Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos</b>
Carlos Willian	PTC	PTC	MG	Maranata	Sim	Ausente	Não	Sim	Não
Cleber Verde	PRB	PRB	MA	Assembleia de Deus	Não	Não	Não	Não	Sim
Léo Vivas	PRB	PRB	RJ	IURD	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Marcos Antônio Carlos	PRB	PRB	PE	Metodista Wesleyana	Sim	Não	Sim	Ausência Justificada	Não
Humberto Mannato	PDT	PDT	ES	Maranata	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Davi Alves Silva Júnior	PDT	PR ( 21/07/07)	MA	IURD	Não	Não	Sim	Não	Sim
Sérgio Brito	PDT	PSC (24/09/07)	BA	Batista	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Sim	Não	Sim
Costa Ferreira (Suplente)	PSC	PSC	MA	Assembleia de Deus	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Filipe Pereira	PSC	PSC	RJ	Assembleia de Deus	Ausência Justificada	Não	Não	Não	Não

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Emenda 3</b>	<b>Contribuição Sindical Facultativa</b>	<b>Continuidade do Imposto Sindical</b>	<b>Voto em Lista Fechada</b>	<b>Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos</b>
Jurandy Loureiro	PSC	PSC	ES	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Não	Não	Sim
Mário de Oliveira	PSC	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Sim	Ausente	Sim	Não	Não
Silas Câmara	PSC	PSC	AM	Assembleia de Deus	Sim	Ausência Justificada	Não	Não	Não
Takayama	PSC	PSC	PR	Assembleia de Deus	Não	Sim	Ausente	Não	Sim
Capitão Assunção	PSB	PSB	ES	Cristã Maranata	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era Deputado
Vinicius de Carvalho	PT do B	PT do B	RJ	?	Sim	Sim	Ausente	Não	Sim
Gilmar Machado	PT	PT	MG	Batista	Não	Não	Sim	Sim	Sim
Henrique Afonso	PT	PV (01/10/09)	AC	Presbiteriana	Não	Não	Ausência Justificada	Não	Sim
Walter Pinheiro	PT	PT	BA	Batista	Não	Não	Ausência Justificada	Sim	Sim
Lindomar Garçon	PV	PV	RO	Assembleia de Deus	Sim	Não	Ausência Justificada	Não	Não

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Emenda 3</b>	<b>Contribuição Sindical Facultativa</b>	<b>Continuidade do Imposto Sindical</b>	<b>Voto em Lista Fechada</b>	<b>Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos</b>
Sergio Antonio Nuchar	PV	PP (30/09/09)	SP	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Arolde de Oliveira	DEM	DEM	RJ	Batista	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Secretário de Estado
Bispo Gê Tenuta	DEM	DEM	SP	Renacer	Ausente	Não era deputado	Não era deputado	Sim	Não era deputado
Bispo Robson Rodovalho	DEM	PP (30/09/09) <sup>8</sup>	DF	Sara Nossa Terra	Sim	Ausente	Ausente	Não	Ausência Justificada
João Oliveira de Sousa	DEM	DEM	TO	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Ausente	Sim	Não
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	DEM	SP	Internacional da Graça	Sim	Ausente	Não	Sim	Não
Major Fábio	DEM	DEM	PB	Batista	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado
Onyx Lorenzoni	DEM	DEM	RS	Luterana	Sim	Ausente	Sim	Sim	Não

<sup>8</sup> Na legislatura de 2007/2011, verifica-se que quinze (15) parlamentares evangélicos trocaram de partido político, cerca de 24,6% da bancada. No caso da IURD, cinco (05) deputados mudaram de sigla partidária, dos quais quatro (04) filiaram-se ao PRB, partido fundado pela Igreja Universal. Dos treze (13) legisladores evangélicos do PMDB, cinco trocaram essa legenda por partidos menores, certamente para obter algum prestígio político e ganhar autonomia.

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Fim da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Emenda 3</b>	<b>Contribuição Sindical Facultativa</b>	<b>Continuidade do Imposto Sindical</b>	<b>Voto em Lista Fechada</b>	<b>Obrigatoriedade da Convenção Coletiva nos trabalhos realizados no comércio aos domingos</b>
Andréia Zito	PSDB	PSDB	RJ	Batista	Sim	Sim	Não	Não	Não
João Campos	PSDB	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Não	Não	Não

**Quadro 2**

Deputado	Partido no Início da Legislatura	Partido no Final da Legislatura	Estado	Igreja	Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição <sup>9</sup>	Criação da Contribuição Social para a Saúde <sup>10</sup>	Prorrogação da CPMF em 1º turno <sup>11</sup>	Prorrogação da CPMF em 2º turno <sup>12</sup>	Aumento Real para Aposentado do INSS <sup>13</sup>
Andre Zacharow (Suplente)	PMDB	PMDB	PR	Batista	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Antonio Bulhões	PMDB	PRB (01/10/09)	SP	IURD	Sim	Sim	Não	Não	Ausente
Eduardo Cunha	PMDB	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Fátima Pelaes	PMDB	PMDB	AP	Assembleia de Deus	Ausência Justificada	Sim	Sim	Sim	Não
Flávio Bezerra	PMDB	PRB (01/10/09)	CE	IURD	Ausente	Sim	Sim	Sim	Não

<sup>9</sup> Prorrogou o prazo para renovação do registro de propriedade de arma de fogo até 31 de dezembro de 2007 (Autor: Poder Executivo; Data da votação: 06/11/2007; Resultado: 252 a favor, 89 contra e 1 abstenção).

<sup>10</sup> Estabelece a Contribuição Social para a Saúde (CSS) e dispõe acerca dos recursos mínimos a serem aplicados nos serviços públicos de saúde pelos Estados, Distrito Federal, Municípios e União (Autor: Senador Tião Viana – PT/AC; Data da votação: 11/06/2008; Resultado: 288 a favor, 124 contra, 4 abstenções e 10 obstruções).

<sup>11</sup> Votação, em 1º turno, da prorrogação da contribuição (CPMF) de 0,38% sobre as movimentações financeiras (Autor: Poder Executivo; Data da votação: 19/09/2007; Resultado: 338 a favor; 117 contra; 2 abstenções e 3 obstruções).

<sup>12</sup> Votação, em 2º turno, da prorrogação da contribuição (CPMF) de 0,38% sobre as movimentações financeiras (Autor: Poder Executivo; Data da votação: 10/10/2007; Resultado: 333 a favor, 113 contra; 2 abstenções e 4 obstruções).

<sup>13</sup> Propõe um aumento de 8,77% para os benefícios previdenciários superiores a um salário mínimo, em lugar dos 7,72% negociados pelo Governo com as centrais sindicais e as entidades de aposentados (Autor: Deputado José Maia Filho – DEM/PI; Data da votação: 04/05/2010; Resultado: 166 a favor, 193 contra, 1 abstenção e 2 obstruções).

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Francisco Rossi	PMDB	PMDB	SP	Comunidade de Carisma	Abstenção	Não	Não	Não	Ausente
Geraldo Pudim	PMDB	PR (30/09/09)	RJ	Segunda Igreja Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Íris de Araújo	PMDB	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Leonardo Quintão	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	Sim	Ausente	Sim	Sim	Ausente
Natan Donadon	PMDB	PMDB	RO	Batista	Ausente	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada
Pastor Pedro Ribeiro	PMDB	PR (01/10/09)	CE	Assembleia de Deus	Sim	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Silas Brasileiro	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Ausente
Zequinha Marinho	PMDB	PSC (01/07/09)	PA	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada
Antônio Carlos Chamariz	PTB	PTB	AL	Assembleia de Deus	Não era deputado	Não era deputado	Não era Deputado	Não era deputado	Ausente

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Elizeu Aguiar (Suplente)	PTB	PTB	PI	Batista	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Jefferson Campos	PTB	PSB (30/09/09)	SP	Evangelho Quadrangular	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Não era deputado	Ausente
Pastor Manoel Ferreira	PTB	PR (01/10/09)	RJ	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Sim	Licenciado
Paulo Roberto Pereira	PTB	PTB	RS	IURD	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim	Não
Roberto Alves	PTB	PTB	SP	IURD	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não
Sabino Castelo Branco	PTB	PTB	AM	Assembleia de Deus	Ausente	Ausência Justificada	Sim	Sim	Não
Tatico	PTB	PTB	GO	Mundial do Poder de Deus	Ausente	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada
Adilson Soares	PR	PR	RJ	Internacional da Graça	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Chico Abreu (Suplente)	PR	PR	GO	Assembleia de Deus	Ausente	Sim	Sim	Sim	Não exercia o mandato
Jusmari Oliveira (Renunciou)	PR	PR	BA	Assembleia de Deus	Ausente	Sim	Ausente	Sim	Não exercia o mandato
Lincoln Portela	PR	PR	MG	Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Márcio Marinho	PR	PRB (29/06/09)	BA	IURD	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Não era deputado	Sim
Neilton Mulim	PR	PR	RJ	Batista	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada	Não
Neucimar Fraga (Renunciou)	PR	PR	ES	Batista	Ausente	Ausente	Sim	Ausência Justificada	Não exercia o mandato
Ricardo Quirino (Suplente)	PR	PR	DF	IURD	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Zé Vieira	PR	PR	MA	Assembleia de Deus	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Ausência Justificada



<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Antonio Cruz	PP	PP	MS	Assembleia de Deus	Ausente	Abstenção	Sim	Sim	Não
George Hilton	PP	PRB (01/10/09)	MG	IURD	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim
Carlos Willian	PTC	PTC	MG	Maranata	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente
Cleber Verde	PRB	PRB	MA	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Léo Vivas	PRB	PRB	RJ	IURD	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Marcos Antônio	PRB	PRB	PE	Metodista Wesleyana	Ausente	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada
Davi Alves Silva Júnior	PDT	PR (21/09/07)	MA	IURD	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausente
Carlos Humberto Mannato	PDT	PDT	ES	Maranata	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Sérgio Brito	PDT	PSC (24/09/07)	BA	Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Licenciado

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Costa Ferreira (Suplente)	PSC	PSC	MA	Assembleia de Deus	Não exercia o mandato	Sim	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Filipe Pereira	PSC	PSC	RJ	Assembleia de Deus	Ausente	Sim	Sim	Sim	Ausente
Jurandy Loureiro	PSC	PSC	ES	Assembleia de Deus	Sim	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Sim	Sim
Mário de Oliveira	PSC	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Silas Câmara	PSC	PSC	AM	Assembleia de Deus	Ausente	Ausência Justificada	Sim	Sim	Não
Takayama	PSC	PSC	PR	Assembleia de Deus	Ausente	Sim	Sim	Sim	Não
Capitão Assunção	PSB	PSB	ES	Cristã Maranata	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Sim
Vinícius de Carvalho	PT do B	PT do B	RJ	?	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Gilmar Machado	PT	PT	MG	Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Não

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Henrique Afonso	PT	PV (01/10/09)	AC	Presbiteriana	Ausente	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim
Walter Pinheiro	PT	PT	BA	Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Lindomar Garçon	PV	PV	RO	Assembleia de Deus	Ausência Justificada	Não	Sim	Sim	Ausente
Sergio Antonio Nechar	PV	PP (30/09/09)	SP	Assembleia de Deus	Ausente	Não	Não	Não	Ausência Justificada
Arolde de Oliveira	DEM	DEM	RJ	Batista	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Sim
Bispo Gê Tenuta	DEM	DEM	SP	Renacer	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Ausente
Bispo Robson Rodovalho	DEM	PP (30/09/09)	DF	Sara Nossa Terra	Ausente	Secretário de Estado	Sim	Ausente	Não
João Oliveira de Sousa	DEM	DEM	TO	Assembleia de Deus	Não	Não	Ausente	Ausente	Ausente
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	DEM	SP	Internacional da Graça	Ausente	Não	Não	Não	Ausência Justificada

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição do Porte de Armas de Fogo e Munição</b>	<b>Criação da Contribuição Social para a Saúde</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 1º turno</b>	<b>Prorrogação da CPMF em 2º turno</b>	<b>Aumento Real para Aposentado do INSS</b>
Major Fábio	DEM	DEM	PB	Batista	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Não era deputado	Sim
Onyx Lorenzoni	DEM	DEM	RS	Luterana	Ausente	Ausente	Ausência Justificada	Não	Sim
Andréia Zito	PSDB	PSDB	RJ	Batista	Não	Não	Não	Não	Sim
João Campos	PSDB	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Ausente	Não	Não	Não	Ausente

**Quadro 3**

Deputado	Partido no início da legislatura	Partido no final da legislatura	Estado	Igreja	Proibição de Bebidas Alcoólicas <sup>14</sup>	Recursos da União para a Saúde <sup>15</sup>	Extinção do Fator <sup>16</sup> Previdenciário	Contribuição Social sobre Lucro Líquido <sup>17</sup>	Distribuição dos Royalties do Petróleo <sup>18</sup>
André Zacharow (Suplente)	PMDB	PMDB	PR	Batista	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Antônio Bulhões	PMDB	PRB (01/10/09)	SP	IURD	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Eduardo Cunha	PMDB	PMDB	RJ	Sara Nossa Terra	Sim	Sim	Não	Ausência Justificada	Não
Fátima Pelaes	PMDB	PMDB	AP	Assembleia de Deus	Sim	Ausência Justificada	Sim	Sim	Sim
Flávio Bezerra	PMDB	PRB (01/10/09)	CE	IURD	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

<sup>14</sup> Proíbe a venda de bebidas alcoólicas em rodovias federais e impõe penalidades mais severas ao condutor que dirigir alcoolizado (Proposição: MP 415/2008; Data da votação: 23/04/2008; Resultado: 222 a favor, 205 contra e 1 abstenção).

<sup>15</sup> Regulamenta a Emenda Constitucional 29, que estabelece a aplicação mínima de recursos da União na saúde (Autor: Deputado Roberto Gouveia – PT/SP; Data da votação: 31/10/2007; Resultado: 291 a favor, 111 contra, 1 abstenção e 1 obstrução).

<sup>16</sup> Extingue o fator previdenciário a partir de 1º de janeiro de 2011 (Autor: Deputado Fernando Coruja – PPS/SC; Data da votação: 04/05/2010; Resultado: 323 a favor, 80 contra, 2 abstenções e 1 obstrução).

<sup>17</sup> Aumenta a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos, seguradoras privadas e empresas de capitalização de 9% para 15% (Proposição: MP 413/2008; Data da votação: 29/04/2008; Resultado: 258 a favor; 93 contra e 3 abstenções).

<sup>18</sup> Determina a distribuição igualitária dos royalties do petróleo a todos os Estados e Municípios do País (Autor: Humberto Souto – PPS/MG; Data da votação: 10/03/2010; Resultado: 369 a favor, 72 contra e 2 abstenções).

<b>Deputado</b>	<b>Partido no início da legislatura</b>	<b>Partido no final da legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
Francisco Rossi	PMDB	PMDB	SP	Comunidade de Carisma	Ausência Justificada	Não	Sim	Ausência Justificada	Sim
Geraldo Pudim	PMDB	PR (30/09/09)	RJ	Segunda Igreja Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Íris de Araújo	PMDB	PMDB	GO	Cristã Evangélica	Sim	Abstenção	Sim	Ausência Justificada	Sim
Leonardo Quintão	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Natan Donadon	PMDB	PMDB	RO	Batista	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim	Sim
Pastor Pedro Ribeiro (Suplente)	PMDB	PR (01/10/09)	CE	Assembleia de Deus	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Sim
Sílas Brasileiro	PMDB	PMDB	MG	Presbiteriana	Não era deputado	Não era deputado	Abstenção	Não era deputado	Sim
Zequinha Marinho	PMDB	PSC (01/07/09)	PA	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim	Sim
Antônio Carlos Chamariz	PTB	PTB	AL	Assembleia de Deus	Não era deputado	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Sim

<b>Deputado</b>	<b>Partido no Início da Legislatura</b>	<b>Partido no Final da Legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
Elizeu Aguiar (Suplente)	PTB	PTB	PI	Batista	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Sim
Jefferson Campos	PTB	PSB (30/09/09)	SP	Evangelho Quadrangular	Não era deputado	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Sim
Pastor Manoel Ferreira	PTB	PR (01/10/09)	RJ	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Licenciado	Sim	Licenciado
Paulo Roberto Pereira	PTB	PTB	RS	IURD	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Roberto Alves	PTB	PTB	SP	IURD	Não era deputado	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Sim
Sabino Castelo Branco	PTB	PTB	AM	Assembleia de Deus	Não	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim
Tatiko	PTB	PTB	GO	Mundial do Poder de Deus	Não	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Sim
Adilson Soares	PR	PR	RJ	Internacional da Graça	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim	Sim
Chico Abreu (Suplente)	PR	PR	GO	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Não exercia o mandato	Sim	Não exercia o mandato

<b>Deputado</b>	<b>Partido no início da legislatura</b>	<b>Partido no final da legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
Jusmari Oliveira (Renunciou)	PR	PR	BA	Assembleia de Deus	Não	Sim	Não exercia o mandato	Ausência Justificada	Não exercia o mandato
Lincoln Portela	PR	PR	MG	Batista	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Márcio Marinho	PR	PRB (29/06/09)	BA	IURD	Não era deputado	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Sim
Neilton Mulim	PR	PR	RJ	Batista	Sim	Sim	Não	Sim	Não
Neucimar Fraga (Renunciou)	PR	PR	ES	Batista	Sim	Sim	Não exercia o mandato	Ausente	Não exercia o mandato
Ricardo Quirino (Suplente)	PR	PR	DF	IURD	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato
Zé Vieira	PR	PR	MA	Assembleia de Deus	Não era deputado	Não era deputado	Ausência Justificada	Não era deputado	Ausência Justificada
Antonio Cruz	PP	PP	MS	Assembleia de Deus	Sim	Ausente	Não	Ausência Justificada	Sim



<b>Deputado</b>	<b>Partido no início da legislatura</b>	<b>Partido no final da legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
George Hilton	PP	PRB (01/10/09)	MG	IURD	Ausência Justificada	Sim	Sim	Ausência Justificada	Ausência Justificada
Carlos Willian	PTC	PTC	MG	Maranata	Sim	Ausente	Sim	Ausente	Sim
Cleber Verde	PRB	PRB	MA	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim
Léo Vivas	PRB	PRB	RJ	IURD	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Marcos Antônio	PRB	PRB	PE	Metodista Wesleyana	Ausência Justificada	Sim	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Ausente
Davi Alves Silva Júnior	PDT	PR (21/07/07)	MA	IURD	Não	Sim	Não	Sim	Sim
Carlos Humberto Mannato	PDT	PDT	ES	Maranata	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Sérgio Brito	PDT	PSC (24/09/07)	BA	Batista	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada	Licenciado
Costa Ferreira (Suplente)	PSC	PSC	MA	Assembleia de Deus	Sim	Não exercia o mandato	Não exercia o mandato	Sim	Não exercia o mandato

<b>Deputado</b>	<b>Partido no início da legislatura</b>	<b>Partido no final da legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
Filipe Pereira	PSC	PSC	RJ	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Jurandy Loureiro	PSC	PSC	ES	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Mário de Oliveira	PSC	PSC	MG	Evangelho Quadrangular	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim
Silas Câmara	PSC	PSC	AM	Assembleia de Deus	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada
Takayama	PSC	PSC	PR	Assembleia de Deus	Ausência Justificada	Sim	Sim	Ausência Justificada	Sim
Capitão Assunção	PSB	PSB	ES	Cristã Maranata	Não era deputado	Não era deputado	Sim	Não era deputado	Não
Vinícius de Carvalho	PT do B	PT do B	RJ	?	Sim	Sim	Sim	Sim	Ausência Justificada
Gilmar Machado	PT	PT	MG	Batista	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
Henrique Afonso	PT	PV (01/10/09)	AC	Presbiteriana	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Walter Pinheiro	PT	PT	BA	Batista	Ausente	Sim	Não	Sim	Licenciado

<b>Deputado</b>	<b>Partido no início da legislatura</b>	<b>Partido no final da legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
Lindomar Garçon	PV	PV	RO	Assembleia de Deus	Sim	Ausente	Ausente	Sim	Sim
Sergio Antonio Nechar	PV	PP (30/09/09)	SP	Assembleia de Deus	Ausência Justificada	Não	Ausência Justificada	Sim	Sim
Arolde de Oliveira	DEM	DEM	RJ	Batista	Secretário de Estado	Secretário de Estado	Sim	Secretário de Estado	Não
Bispo Gê Tenuta	DEM	DEM	SP	Renacer	Não era deputado	Não era deputado	Ausente	Não era deputado	Ausente
Bispo Robson Rodovalho	DEM	PP (30/09/09)	DF	Sara Nossa Terra	Sim	Sim	Ausente	Secretário de Estado	Sim
João Oliveira de Sousa	DEM	DEM	TO	Assembleia de Deus	Não	Não	Sim	Não	Sim
Jorge Tadeu Mudalen	DEM	DEM	SP	Internacional da Graça	Não	Não	Ausência Justificada	Ausência Justificada	Secretário de Estado
Major Fábio	DEM	DEM	PB	Batista	Não	Não era deputado	Sim	Não	Sim
Onyx Lorenzoni	DEM	DEM	RS	Luterana	Não	Ausência Justificada	Sim	Não	Sim
Andréia Zito	PSDB	PSDB	RJ	Batista	Não	Não	Sim	Não	Não

<b>Deputado</b>	<b>Partido no início da legislatura</b>	<b>Partido no final da legislatura</b>	<b>Estado</b>	<b>Igreja</b>	<b>Proibição de Bebidas Alcoólicas</b>	<b>Recursos da União para a Saúde</b>	<b>Extinção do Fator Previdenciário</b>	<b>Contribuição Social sobre Lucro Líquido</b>	<b>Distribuição dos Royalties do Petróleo</b>
João Campos	PSDB	PSDB	GO	Assembleia de Deus	Não	Não	Sim	Não	Sim

## **Representação Política**

Na democracia contemporânea, a representação política corresponde à transferência da titularidade do poder, à delegação das responsabilidades de governo e à concessão provisória da autoridade política aos representantes eleitos. Ao eleger-se, os políticos deixam de ser candidatos de determinado grupo social e passam a ser representantes dos interesses gerais da nação (Elster, 2001). Por consequência, não lhes é recomendado atender às demandas particulares de certos segmentos sociais, mas dedicar-se ao bem comum, ao interesse público e à vontade coletiva. Como afirma Gargarella (2001), um sistema político só pode ser considerado representativo quando representa a todos os indivíduos afetados por suas deliberações. Entretanto, cabe indagar se é possível representar plenamente os interesses de uma sociedade que se encontra fracionada e dicotomizada, marcada pela polarização sócio-política, pela divergência ideológica e pela multiplicidade de demandas. Os interesses da atual sociedade são tão plurais, heterogêneos e antagônicos que seria difícil alcançar uma representação genérica por meio de mecanismos institucionais e procedimentos formais. A fratura social, portanto, parece denunciar o mito do bem comum, restringindo, assim, as possibilidades de uma representatividade abrangente e absoluta.

De acordo com Bobbio (2001, 2006), enquanto a representação política prevê a defesa dos projetos nacionais e a proteção do mandato livre, a representação dos interesses consiste na satisfação de demandas particulares e na submissão do representante a um mandato obrigatório. Desse modo, quando o governante é delegado e porta-voz dos anseios de uma categoria, seu mandato é impositivo, limitado e revogável. Quando o representante é um fiduciário e atua com liberdade em nome dos interesses gerais da nação, seu mandato é livre e irrevogável e sua ação autônoma. A democracia representativa proíbe o mandato imperativo e defende a representação política que prioriza o compromisso com a totalidade social. Porém, nas sociedades ocidentais, esses princípios são profundamente violados de sorte que os governantes representam as aspirações exclusivas de um grupo social, negligenciando o bem geral e o espírito coletivo. Marx e Engels (2001) sustentam que o mandato deve ser obrigatório e revogável, dado que o político nunca conseguirá representar efetivamente os interesses gerais da comunidade, constituindo-se sempre como representante de demandas

parciais, próprias de um estrato social. Critica-se, pois, a representação territorial e partidária que preconiza o interesse público, defendendo a representação orgânica e funcional que atende a demandas particulares.

Nos discursos analisados, observou-se que os parlamentares evangélicos fazem referência a uma representação genérica e um mandato livre e irrevogável. Definem-se como representantes gerais das demandas nacionais, negando defender quaisquer interesses particulares. Apresentam-se como representantes da sociedade civil, do povo, da população excluída, injustiçada e marginalizada, cujos direitos foram transgredidos. Por conseguinte, os sujeitos entrevistados não admitem a especificidade do seu mandato, pondo em destaque a suposta genericidade de sua representação. As aspirações exclusivas da comunidade evangélica são convertidas em demandas da sociedade civil. Conforme Marx e Engels (2001), escamotear os interesses específicos de um grupo social e transformá-los em interesses coletivos é uma estratégia tipicamente ideológica, uma vez que disfarça as divisões sociais e universaliza anseios particulares, próprios de uma categoria sócio-política. Esse procedimento pode ser denominado “mentira social”, expressão cunhada por Martín-Baró (1998c), que consiste em uma ideologia, construída para mascarar as particularidades dos projetos da “bancada evangélica”, identificando-os com o selo da generalidade, universalidade e coletividade.

**[O senhor se sente representante da Igreja Universal aqui na Câmara Federal?] *Em absoluto. Em absoluto. Se há alguma relação da minha pessoa com a Igreja Universal, é pelo meu trabalho anterior, porque também não se pode esconder 23 anos de pastorado, cuidando da membresia da Igreja Universal do Reino de Deus. E através do Programa “Fala que eu te escuto” por nove anos, não deixava de ser pastor, amigo e companheiro de pessoas de outras religiões. Então, seria uma injustiça da minha parte ser um representante da Igreja Universal do Reino de Deus.*** **[O senhor representa quem aqui no parlamento?] *Veja, eu represento os desfavorecidos, os injustiçados, as minorias... Eu me vi num dilema. Eu pensei: “quero ser um parlamentar especialista ou generalista?”. Por mais que os livros de marketing político ensinem o bom político a ser um especialista, aquele que sabe de algo profundamente, eu penso que sendo um representante do povo, eu tenho que ser um generalista porque, aqui no meu gabinete e onde quer que eu vá, eu vou atender aposentados, pensionistas, empresários, estudantes, professores, médicos... É árdua a tarefa de querer ou precisar saber de tudo um pouco. Mas quem precisar de mim, eu sou representante dessa pessoa. Eu não tenho uma bandeira específica. Eu tenho os meus gostos, tenho minhas preferências e isso se vê mais na minha escolha das comissões temáticas e permanentes aqui da Casa.*** (Deputado **Antônio Bulhões** (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).

*Eu me sinto aqui como representante do nosso povo, não só evangélico, mas da nossa nação, do Brasil de modo geral. Por que eu falo isso? Porque eu não estou aqui só como evangélico para tomar decisões a favor dos evangélicos – é claro que eu também vou estar –, mas sim a favor de todo brasileiro que eu sinta que venha a ser prejudicado. Por exemplo, ontem eu fiquei indignado quando vieram me mostrar a proposta da Reforma Tributária. Eu fiquei indignado até porque eu só vejo essa reforma... Eu não sou contra a Reforma Tributária, não; pelo contrário, eu acho que deve haver essa reforma, mas que venha a ajudar a sociedade de modo geral, mas não uma Reforma Tributária que venha só a beneficiar o governo, que já é de praxe. Então, eu não concordo com isso. Principalmente porque eu trabalho na área empresarial e eu sei muito bem como esses encargos fazem com que sofra essa classe empresarial. Então, eu sou contra essa Reforma Tributária justamente por causa disso, porque eu não vejo condições de ajudar a sociedade de modo geral. É por isso que eu digo que não sou só representante dos evangélicos, mas sim também da sociedade em geral. (Deputado Antônio Carlos Chamariz (PTB/AL), entrevista concedida em 17/06/2009, no Plenário Dez das Comissões).*

*Eu sou evangélico, mas eu não sou um parlamentar evangélico. Eu sou um parlamentar que defende os interesses da sociedade como um todo. Agora mesmo, nós temos um projeto, nós estamos defendendo as igrejas católicas, os templos de outras denominações, centros espíritas, instituições sociais. Porque aqui... Você pode até ser eleito preponderantemente por um segmento determinado, mas no momento em que você entra, que você recebe a sua carteira, o seu bôton, você não é mais deputado daquele segmento. Você é deputado da cidade como um todo. E é preciso que a gente tenha esse discernimento e essa visão [de] que você representa a cidade toda, independente de quem lhe elegeu. (Deputado Distrital Leonardo Prudente<sup>44</sup> (DEM/DF), entrevista realizada em 27/05/2008, na ante-sala do plenário, da Câmara Distrital).*

*Quando você exerce um mandato, você não exerce o mandato apenas para um tipo de segmento, você é um deputado do povo, da sociedade. Você acaba dialogando mais, dialogando com outras religiões, dialogando com outros segmentos. (Jornalista Renato Tavares, entrevista realizada no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).*

*Nós precisamos entender que nós estamos dentro do Parlamento, dentro da vida pública, para defender o interesse público, sobretudo, o interesse do segmento mais sacrificado. A igreja evangélica, é claro que é importante ter representantes aqui, porém mais do que a própria igreja evangélica, é a população excluída, sacrificada, que precisa daqueles que têm identidade com seu projeto de sobrevivência e afirmação da cidadania como razão de ser. (Deputado Wasny de Roure (PT/DF), entrevista concedida em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*Eu sou representante da camada mais humilde. Eu me sinto representante da camada mais humilde, muito embora eu foque na educação. Eu sou um dos interessados [nessa área], minhas proposições estão focadas na educação, mas eu sinto que o povo humilde confia muito em mim. Então, eu represento o segmento da camada mais humilde, mais desfavorecida em relação ao poder aquisitivo. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

*Eu me sinto representante do povo do Amapá, do povo brasileiro, enquanto eu defendo... Aquelas pessoas que são brasileiras, especialmente amapaenses, eu busco defender. Onde você*

---

<sup>44</sup> Suspeito de participar de um esquema de corrupção que envolveu a arrecadação e o pagamento de propinas, o então deputado distrital Leonardo Prudente renunciou ao mandato a fim de evitar a cassação. Na ocasião, divulgou-se nos meios de comunicação um vídeo em que o parlamentar escondia maços de dinheiro nas meias e, depois, orava para agradecer o recebimento da verba irregular. (Informação disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fohla/brasil/ult96u699593.shtml>>, site consultado no dia 02 de março de 2010).

*sente que as pessoas precisam ter seus direitos garantidos, a gente entra lá naquele espaço que está vazio pra trabalhar por isso. Eu acho que é uma relação com a população que acredita em nós, que nos colocou aqui. Enfim, minha representação aqui é uma representação do povo brasileiro, do povo do Amapá. (Deputada Fátima Pelaes (PMDB/AP), entrevista concedida no dia 18/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).*

*Eu fui eleito no meu Estado pelo meu trabalho. Eu vim representar o meu estado do Amazonas e sou representante do povo brasileiro, eu não sou representante aqui de um líder religioso. (...) Dos meus 140 mil votos, eu acredito que 80% é do povo que não é evangélico. Eu costumo dizer que – no meu Estado tem três milhões de habitantes – eu sou deputado federal de três milhões de habitantes, não de 140 mil. É muita gente. (Deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM), entrevista realizada no dia 18/06/2009, na ante-sala das Comissões, na Câmara Federal).*

*Eu estou aqui com uma missão: eu tenho que trabalhar e defender os interesses do meu Estado. Em geral, eu estou representando o segmento evangélico, estou defendendo essa classe de pescadores, mas o mandato não foi me dado só por evangélico e pescador. Eu tenho que defender todo bom interesse do Estado do Ceará e isso é independente de qualquer credo religioso, seja lá qual for. Então, no que eu estou trabalhando, eu tenho que defender a todos. Por exemplo, eu sou a favor da PEC 300, que iguala o salário dos policiais militares ao policial militar daqui do Distrito Federal. Aí, eu estou mexendo com todo mundo, com crente, descrente, católico, umbandista, candomblecista, batista, metodista, da Igreja Universal, de todas as igrejas. Eu estou defendendo o povo, que é o principal objetivo. (Deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*Nós estamos ali dentro defendendo os interesses do nosso segmento e, acima de tudo, da sociedade, porque o que nós defendemos não é bom ou melhor apenas para o segmento evangélico, mas acima de tudo para o Brasil, que é a pátria, que é o país, que é a sociedade, que é a célula de onde parte todas as coisas. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

**[O senhor se sente representante de quem aqui na Casa?]** *Representante do povo em primeiro lugar, nas questões que são colocadas, porque a lei não é uma lei para uma religião ou para outra, a lei é constitucional, é voltada para um atendimento muito mais amplo, ela atende a todo povo. Mas, num segundo momento, onde eu possa de alguma forma estar dando cobertura e ajudando também ao nosso povo [evangélico], a gente procura ajudar [sic]. (Deputado Bispo Gê Tenuta (DEM/SP), entrevista concedida no dia 17/06/2009, na Liderança do DEM).*

Poucos deputados evangélicos reconhecem que sua representação é restrita e seu mandato obrigatório e impositivo, visto que se submetem aos interesses específicos de seu eleitorado. Logo, nessa acepção, o parlamentar representa unicamente as demandas particulares de seus eleitores e não as necessidades da população em geral. Alguns congressistas admitem que são representantes da comunidade evangélica e das congregações eclesiais que garantiram sua eleição. Sustentam que cada segmento da sociedade deve ter seu representante político no Congresso Nacional, responsável por defender seus interesses específicos. Desse modo, refutam a ideologia da “representação



coletiva e universal”, destacando o caráter limitado e parcial da representatividade política. Por outro lado, lançam mão de um dispositivo ideológico que os identifica com as necessidades das supostas “minorias” estigmatizadas (mulheres, negros, deficientes e idosos), negando, de alguma forma, suas intenções de representar os interesses das igrejas evangélicas e criticando a ênfase do mandato parlamentar na satisfação das demandas exclusivas de uma comunidade religiosa.

**[Qual a importância de um evangélico participar da vida política ou ter um mandato parlamentar?]** *Eu acho que é muito importante porque essa Casa aqui é uma Casa de representação popular. Sendo uma Casa de representação popular, hoje os evangélicos representam, no mínimo, 20% da população brasileira. Então, nós temos que estar aqui também representando os evangélicos. Lamento não ser um número tão alto como deveria ser, mas à medida que o tempo vai passando, a população evangélica vai se conscientizando do nosso papel, principalmente perante a sociedade, e vai escolhendo as pessoas que realmente têm personalidade e um compromisso com Deus, para poder representar o povo evangélico e também a palavra de Deus e o evangelho dentro do Congresso Nacional. (Deputado Carlos Willian (PTC/MG), entrevista concedida em 24/06/2009, durante uma sessão de votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, no Plenário Dez da Câmara Federal).*

*Olha, eu tenho dito também lá no meu Estado para os evangélicos e os pastores [com] quem eu tive a oportunidade de conversar que aqui eu não estou representando o meu pensamento, eu estou representando o pensamento do povo evangélico. Então, eu não digo que tenho autoridade hoje para representar esse pensamento, porque eu preciso ainda conversar muito com os pastores, com o povo evangélico, porque aqui talvez diante de um assunto, eu possa expressar a minha vontade e, talvez, não seja a vontade dos evangélicos. Talvez até no tratamento, na forma de tratar, porque às vezes nós queremos tratar uma coisa de uma forma e temos que ter uma habilidade maior para tratar de outra forma. Então, aqui a gente está se colocando à disposição para que a gente possa ouvir, ser apenas uma ponte, para que os evangélicos possam saber que aqui existe uma pessoa comprometida com o Reino de Deus e que está à disposição para conversar e trazer os pensamentos do povo evangélico. (Deputado Major Fábio (DEM/PB), entrevista realizada no dia 04/06/2008, após o culto semanal, no Plenário das Comissões).*

**[Qual é a importância de um mandato parlamentar para um líder evangélico?]** *Qual é a importância? Eu pergunto a você: “qual é a importância de um banqueiro vir a ser um deputado federal? Qual é a importância de um padre ser deputado federal? Qual é a importância de uma mulher do movimento feminista ser deputada federal?”. A resposta está na minha pergunta. São segmentos da nossa sociedade em geral que têm que ter seus representantes. Nós temos que ter aqui representantes do povo. A igreja é uma representação popular. Nós temos aqui não somente [parlamentares] da minha denominação, mas pessoas da Igreja Batista, Metodista, Assembleia de Deus e, sobretudo, da Igreja Católica, a maioria são padres. Eu não vejo porque... Se a Igreja Católica tem vários representantes aqui no Congresso, por que as outras igrejas não teriam? É uma coisa natural. Seus direitos, seus deveres... porque senão as religiões seriam atropeladas. E você veja que, mesmo com tantos religiosos no Congresso, mesmo assim, a sociedade sente que deveria ser feito mais coisas em prol da própria sociedade. (Deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*Minha doutrina toda, meu foco são os direitos humanos. Eu sempre trabalho em defesa da mulher. A gente sabe todo esse processo de discriminação que a mulher sofreu e sofre. Ainda há uma desigualdade muito grande em todos os sentidos, não só no econômico, mas em todos os sentidos na relação da mulher com o homem. Eu defendo o negro que ainda traz a capa da marginalização, aquele processo de libertação, o deficiente e principalmente os idosos. Eu acho que os idosos ainda não são reconhecidos como deveriam ser na nossa sociedade, no Brasil. A minha defesa é basicamente os direitos humanos. Eu tento agir aqui em prol das minorias marginalizadas. Com certeza, minorias. [A quem o senhor representa aqui na Câmara Nacional?] Eu represento uma grande parcela da população negra e também uma pequena parcela dos idosos. (Deputado Ricardo Quirino (PR/DF), entrevista concedida em 25/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

*(...) em todo lugar, quando você faz parte de uma comunidade, você vai ter que defender os interesses daquela comunidade. E é natural que a bancada evangélica, se ela existe, defenda os interesses da comunidade evangélica, mas não que [o deputado] entrou aqui especificamente para aquilo. Porque a intenção nossa, como eu já disse, é trabalhar para o povo. Quem me elegeu não foi apenas o voto evangélico. Eu tive voto dos católicos, dos espíritas, dos sem religião. E eu tenho que trabalhar para [todos]. A política não pode ter religião. A política tem que ultrapassar isso. Por quê? A fome não tem religião, a dor de cabeça não tem religião, o mau atendimento no hospital não tem religião. Então, eu não posso trabalhar voltado especificamente para o assunto “evangélico”. (Deputado Distrital Bispo Renato Andrade (PR/DF), entrevista concedida no dia 27/05/2008, na ante-sala do plenário, na Câmara Distrital).*

### **A Participação das Igrejas nas Eleições e no Exercício do Mandato Parlamentar**

A participação político-eleitoral das igrejas evangélicas é bastante diversificada e depende dos fundamentos doutrinários e históricos das denominações religiosas. As congregações pentecostais e neopentecostais costumam se envolver diretamente com os pleitos eleitorais, lançando candidatos oficiais e patrocinando suas campanhas políticas. Desse modo, são responsáveis pela eleição dos parlamentares, o que lhes confere poder sobre seus mandatos. Por conseguinte, a maioria dos deputados evangélicos vive em condição de subserviência e obediência, não tendo autonomia nem liberdade para exercer sua atividade parlamentar. Estão sob a tutela da igreja e do partido, não podendo tomar decisões políticas independentes. Comumente, negam a interferência da liderança eclesial em suas ações legislativas, afirmando sua independência, o que não parece plausível, dado o investimento financeiro das igrejas nas campanhas eleitorais. Se porventura a hierarquia religiosa não tivesse nenhum interesse político, não almejassem nenhum privilégio ou não desejasse alcançar o poder e a autoridade, por que patrocinaria a eleição de candidatos oficiais?

*Cheguei no Rio de Janeiro – isso foi no final de setembro de 2001 – e lá tinham dez pastores dos principais pastores de Goiás. Fiquei surpreso e aí fizeram uma conversa comigo junto com o presidente nacional da igreja, o bispo Manoel Ferreira. E o bispo me disse: “olha, não te conheço, mas as referências que tenho [de você] são as melhores e te chamei aqui porque nós queremos que você seja candidato a deputado federal. Dei todas as razões de porque não aceitava o convite e fiz ainda referência ao convite que me foi endereçado pelo governador para ser candidato a deputado estadual. E concluí dizendo: “se não aceitei para deputado estadual, vou aceitar para federal? Não tem a mínima condição. Eu vou ser apenas mais um candidato”. No final da conversa, disseram: “você não está entendendo. O projeto não é seu, o projeto é nosso. O projeto é do segmento evangélico. O segmento quer ter um representante e, depois de levantarmos algumas informações, nós concluímos que o nome que tem o perfil é o seu. Então, você veio para representar um projeto nosso”. No final da conversa, eu disse: “se é nessa circunstância, se é esse o contexto, aceito. Só que tem que haver unidade, tem que ser do jeito que vocês estão me dizendo”. Eles falaram: “Assim será”. **(Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).***

*Eu fui pastor no Ceará, missionário na Europa, e chegando da Europa eu fui enviado para ser pastor... Eu era pastor de uma grande igreja de 1300 membros, antes de ir para a missão. Quando eu voltei da missão, eu fui pastorear uma igreja com 180 membros, numa vila de pescadores no Ceará. Depois, eu fui para outra igreja no sertão, em um município com apenas 30 mil habitantes e uma igreja com 600 membros. Eu saí dali eleito deputado federal, sem dinheiro, sem nada. Ou seja, o Estado do Ceará resolveu eleger um deputado federal atendendo a um projeto nacional da Assembleia de Deus. A CGAD, Convenção Geral da Assembleia de Deus – o presidente é o pastor José Wellington Bezerra da Costa – criou uma Comissão Política, um Comitê Político Nacional. E a intenção desse comitê, que é o projeto “Cidadania AD Brasil”, consiste em eleger deputados estaduais e federais, prefeitos e vereadores em todo país. Então, eu entrei nesse projeto, sem qualquer dispêndio financeiro, e fui votado em todos os municípios do Estado do Ceará, que são 184, obtendo 51 mil, quase 52 mil votos. Vim pra cá em 2003 que foi a legislatura 52ª. Então, foi assim que eu vim pra Brasília, através do esforço da igreja, de um tempo de Deus – eu creio – que me enviou como missionário para essa Casa. **(Deputado Pedro Ribeiro (PMDB/CE), primeira entrevista, realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).***

*Todos nós parlamentares sabemos que fomos eleitos com o apoio da igreja e, quer queira quer não, indiretamente, nós tivemos os nossos eleitores dentro da igreja. Seria uma ilusão minha pensar que os meus 110 mil votos caíram do céu ou vieram por qualquer outro motivo senão por causa da igreja. Eu sou muito grato por isso e reconheço isso a cada momento. Eu sei que, além de ter Deus – como um cristão que sou, mais do que evangélico, eu sou um cristão – além de ter Deus aqui nesse momento da entrevista ou se eu estiver sozinho num cubículo ou tratando de qualquer outra coisa em secreto, Deus está ali; além disso, eu tenho o nome da instituição. Quer queira quer não, eu carrego [o nome da instituição]. **(Deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).***

**[O senhor segue alguma orientação da igreja no exercício do seu mandato parlamentar?]**  
*Não. Veja só. Quando surge alguma questão polêmica e eu não tenho como me posicionar, aí nós nos reunimos, fazemos uma reunião política. Somos nessa reunião oito parlamentares, podemos dizer que temos aí um que vem sendo federal, outros que têm experiência estadual, então, sempre nos ajudam a tomar um posicionamento, mas regularmente não tem esse posicionamento da igreja, não. A gente ouve mais as nossas bases. Por isso, a necessidade de estar sempre nas bases, por isso eu tenho que estar sempre dentro da igreja, quer queira quer não. Eu tenho que estar com os prefeitos, os deputados, os vereadores, com a comunidade, mas eu não posso deixar de estar dentro da igreja. **(Deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).***

Há igrejas que participam do processo eleitoral indiretamente, apoiando candidaturas independentes sem, no entanto, se envolver de forma ostensiva com as eleições nem permitir que a campanha política invada o espaço religioso. Nesse caso, as congregações não lançam candidaturas oficiais, mas oferecem apoio político a candidatos autônomos, que se reverterá em benefícios ao *corpus* eclesiástico. O altar, portanto, não se converte em palanque eleitoral. Embora presente, a política é tratada com discrição, localizando-se nos bastidores da igreja e permanecendo invisível de sorte a negar sua existência e influência no lugar do sagrado. Por consequência, os interesses políticos da liderança religiosa são ocultados. O apoio eleitoral concedido ao candidato favorecerá a igreja, mas não lhe conferirá poderes sobre o mandato do parlamentar, que agirá com autonomia. Com base na declaração do deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), podemos certificar que algumas denominações evangélicas não indicam candidatos oficiais, proíbem os integrantes da hierarquia de candidatar-se, vetam a realização da campanha nas dependências da igreja e impedem a distribuição de “santinhos”, mas participam discretamente do processo eleitoral, fazendo uma campanha silenciosa e invisível.

*Mesmo na minha eleição para deputado quando eu caminhei [em busca de votos] – e agora eu estou caminhando mais ainda porque eu busco uma reeleição –, eu nunca usei o púlpito da igreja para falar de política. Eu sempre me apresentei nas igrejas pregando, às vezes dando meu testemunho, mas nunca dizendo: “olha, eu sou candidato e meu número é tal”. Nunca fiz isso. Em algumas igrejas, eu fui até surpreendido porque o próprio pastor perguntava se eu ia ou não falar que era candidato e eu respondia: “olha, normalmente eu não costumo falar”. E alguns, por livre e espontânea vontade, chegavam e já colocavam: “eu quero dizer que o irmão Elizeu Aguiar é candidato a deputado federal e tal”. Mas eu, particularmente, procuro evitar, porque eu acho que ali é um lugar que não dá pra misturar. Eu fiz alguns encontros com pastores fora da igreja, fiz alguns encontros com irmãos fora da igreja, mas dentro da igreja eu nunca apresentei meu nome, nunca distribuí panfletinhos de campanha. Eu não tenho feito isso, nem agora que estou na busca também da minha reeleição. (Deputado Elizeu Aguiar (PTB/PI), entrevista concedida no dia 24/06/2009, na Liderança do PTB na Câmara Federal).*

*O pessoal da Igreja Maranata me disse: “Nós estamos precisando de um representante lá. Nós vamos te ajudar, mas nós vamos te ajudar do nosso modo e na hora que nós acharmos que devemos te ajudar”. Eu fiquei muito preocupado, porque eu não vi eles fazendo nada. Eles são altamente discretos, não se envolvem [com política] e sempre foram muito contra. Eu ia nos cultos e eles nunca falavam no meu nome, nunca me deram a palavra, nunca nada. É essa a posição da Maranata. Eles são diferentes desse pessoal. Aí, o pastor me disse: “eu quero que você faça um papelzinho com o nome dos candidatos que nós queremos ajudar. Presidente você deixa em branco, isso daqui você deixa em branco, bota esse e esse. Eu quero um papelzinho e só”. Eu fiz o papelzinho e não via nada, movimento nenhum. Eu disse: “eu vou trabalhar a minha parte. Isso daí ele pediu, eu vou deixar na mão dele, mas...”. Minha irmã é professora e um belo dia uma aluna dela falou: “eu vou votar no seu irmão. O pastor lá da igreja pediu,*

*conversou com a minha mãe”. Eu comecei a ficar... Eu sei que também um belo dia eu [estava] andando num lugar e um cara falou: “é você que é Mannato ? Eu vou votar em você”. Eu falei: “vai?”. Aí, ele me mostrou o papelzinho. Eu falei: “esse negócio pode dar certo”. Mas você não via nada. Aí, eles me apoiaram integralmente, 50% dos votos foram eles que me deram e eu ganhei a eleição. Não deram um papel dentro da igreja, não falaram uma coisa dentro da igreja, mas todo mundo recebeu. 50% dos meus votos vieram da Igreja Maranata. (Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

*Na igreja que eu frequento, tem uma coisa. Se você é pastor, foi levantado por Deus para ser pastor, você não pode se envolver com política. Nós não aceitamos. Pastor é pastor. Teve um pastor aqui que quis se envolver com política e ele foi afastado. Nunca mais voltou para ser pastor. Então, lá você tem diversas hierarquias. Você tem o obreiro. O obreiro é aquele que bota o paletó. Ele já tem funções. Ele pode iniciar um culto, fazer toda a parte inicial dos louvores. Ele tem funções da porta da igreja, ele tem diversas funções. Tem o obreiro, depois tem o diácono, que é ungido até chegar a pastor... Você tem uma escala. Tem toda uma hierarquia. Se você é obreiro e quer entrar na política, você perde o paletó para a política. Então, o que eu vejo é que as pessoas confundem igreja com religião. E na minha [igreja] não tem isso. O púlpito não é usado para isso. Eles não aceitam e eu também não aceito. Eu não concordo em chegar lá no púlpito e fazer pregação sobre isso. E eles também. Eles colocaram isso pra mim antes. Eu acreditei nisso e acredito nisso. Então, eu não concordo. Eu não gosto de distribuição de santinhos na porta da nossa igreja. Eu acho anti-ético isso. Não tem esse tipo de abordagem. A gente evita. Você está entendendo? A gente chega nas pessoas de uma forma certa, ética, na hora certa e no local certo. Você não precisa chegar na igreja. Você tem grupos de oração que vão fazer visitas nas casas. Nós temos todo esse trabalho que pode ser ali. Em um determinado momento, você fala: “nós temos esse candidato. A gente gostaria...”. (Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

Alguns deputados criticam o envolvimento das igrejas evangélicas com a política partidária e defendem a independência de sua atividade parlamentar em relação à denominação religiosa a que pertencem. Afirmam sua fé e negam a interferência da liderança eclesiástica no exercício do seu mandato. Delimitam as fronteiras entre a religião e a política, evitando intersecções, preconizando a candidatura autônoma e investindo na liberdade de atuação. Seu projeto político não tem relação alguma com sua filiação religiosa. O deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS) anuncia, com orgulho, que nunca utilizou a máquina eclesiástica com propósitos eleitorais, estabelecendo claro distanciamento entre sua ação política e sua vinculação religiosa. Demonstrando indignação, o deputado Francisco Rossi (PMDB/SP) opõe-se à participação político-partidária das congregações evangélicas, ratificando a legislação eleitoral que regulamenta a realização das campanhas políticas no território das igrejas.

*Porque tem deputado que é fruto da questão religiosa, ele atua dentro da igreja. Você entendeu? Eu sou diferente, eu sou religioso, mas politicamente eu não sou fruto de um processo religioso. (Deputado Chico de Abreu (PR/GO), entrevista concedida no dia 25/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*Eu, pessoalmente, sou de uma igreja que nem faz menção à minha presença. Eu frequento, mas eu entro e saio e ninguém fala: “está aqui o deputado tal”. Até porque se fizesse isso, eu ia procurar outra. Eu quero entrar como membro de uma igreja e não quero ser tratado como [uma pessoa] muito importante. Todos são importantes. Mas se tem igreja que faz isso, eu também não vou recriminar. Cada um tem um estilo. Eu procurei uma [igreja] que tem o estilo de não falar em política. É claro que, quando chega às vésperas de eleição, o pastor fala: “olha, vai ter eleição aí, vocês escolham bem. Cuidado! Pesquisem o passado dos candidatos”, mas eu acho que a Igreja Católica também faz isso e algumas igrejas [evangélicas] também fazem. Outras, não. Falam assim: “olha, nós temos o nosso candidato, tal”. Tanto que existe hoje uma legislação que proíbe o uso de igreja para você fazer campanha política. A legislação eleitoral proíbe você usar o recinto de uma igreja para fazer campanha, porque chegou às raias do absurdo, de transformar o templo em comitê político. Em dia de eleição, entrega de camiseta... Isso é crime. Até porque quem não frequenta nenhuma igreja acaba levando muita desvantagem. Numa eleição para vereador, para deputado, isso tem uma força muito grande. Então, tem essa legislação. Agora, tem as igrejas que têm os seus candidatos e eu acho que tudo bem. [Não é o caso da sua...] Não. A minha é uma só. Tem umas igrejas que têm redes de igrejas, têm de 100 mil, 200 mil. A minha comunidade só existe uma. Ela é grande, está lá em Osasco, mas nem pensar em falar em política dentro da igreja. Discutem-se, sim, temas políticos, mas fora... Eles fazem painéis para discutir prostituição, legislação, temas como esse da homofobia, do aborto, mas política partidária nem pensar. Eu adoro isso porque eu não preciso da igreja para me eleger, nunca precisei. Aliás, eu era católico, faz 15 anos que eu me tornei evangélico e nunca precisei da prática religiosa para me eleger. (Deputado Francisco Rossi (PMDB/SP), entrevista concedida em 03/06/2008, na sala de reunião da Sede da Liderança do PMDB na Câmara Federal).*

*Os luteranos – eu sou luterano – são bastante resistentes a essa ação política, diferente de outras denominações, por exemplo, a Assembleia de Deus, os pentecostais de maneira geral, os evangélicos como um todo, que estimulam isso como fonte de poder. Os luteranos, não. Há uma grande dificuldade inclusive... Eu acho que sou o segundo deputado estadual luterano no Rio Grande do Sul – que se professava como luterano – e o primeiro federal. Eu sempre procurei a igreja e me achava, no exercício do meu mandato, na responsabilidade de dar meu testemunho e carregar comigo os valores que a gente professa na fé cristã, entendeu? Agora, isso nunca foi um cavalo de batalha político-eleitoral. (...) Em várias comunidades, congregações, tinham pessoas que torciam por mim, gostavam de mim, até faziam difusão da minha candidatura, alguns pastores também, mas não era uma coisa sistêmica como em outras denominações religiosas. [Nenhuma indicação oficial de candidatura...] Nada disso, longe disso. Até nos veículos de comunicação da igreja lá, às vezes tinha três, quatro candidatos, participavam todos, colocavam todos lá: “olhe, esses são luteranos”. Pronto, acabou. É coisa de luterano. Luterano é assim. Eu encontrei a Igreja Luterana e eu segui – professo e pratico há 20 anos – mas politicamente nunca teve uma utilização sistêmica da igreja com fins eleitorais. Isso nunca aconteceu. Ao contrário, eu sempre me esforcei muito para que isso nunca acontecesse, porque não é aceito pela igreja. A igreja se nega a aceitar isso. (Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).*

Os deputados evangélicos filiados a partidos progressistas e a igrejas protestantes históricas costumam defender a laicidade do Estado, não compreendendo o

mandato como instrumento de favorecimento das organizações religiosas. As agremiações históricas recusam-se a receber benesses e favores do Estado, evitando, assim, relações de privilégio. Não renunciam à participação política, mas ao envolvimento com práticas clientelistas, fisiologistas e patrimonialistas. Refuta-se o uso da máquina estatal em proveito de um grupo restrito e não a favor da totalidade social. Segundo o deputado Gilmar Machado (PT/MG), as igrejas devem ter uma participação política mais abrangente, dedicando-se à formulação de políticas públicas e à elaboração de projetos sociais em prol da transformação da sociedade brasileira e não em benefício de determinados segmentos. Em sua concepção, as candidaturas e os mandatos devem ser independentes, cabendo às denominações evangélicas desempenhar a função política de exigir dos parlamentares o compromisso com a mudança social. De acordo com essa perspectiva, não se deve fazer proselitismo político nos templos nem proselitismo religioso no parlamento. A fé é uma crença pessoal, uma escolha individual, ao passo que o mandato é uma conquista coletiva, devendo, dessa maneira, satisfazer às necessidades prementes da população. Por conseguinte, fé e política atendem a propósitos distintos, não sendo recomendado articulá-las.

*(...) como membro de uma Igreja Batista, a nossa orientação – que é diferente um pouco das igrejas pentecostais – é que nós fazemos separação entre Estado e Igreja. Eu não uso nem o palanque como púlpito nem o púlpito como palanque. Essa visão nós temos muito clara e sempre foi assim. Então, o mandato não é da igreja, o mandato é dos movimentos, de uma equipe, de um coletivo e eu trabalho assim. Quer dizer, eu sou um evangélico, mas o mandato não é. Então, essa é uma coisa que tem que ficar clara para não ter depois divisões de interpretação em relação ao que a gente faz. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), primeira entrevista, realizada em 04/06/2008, na Liderança do Governo na Câmara Federal).*

*Nós temos claro que uma coisa é o Estado... Na nossa formação batista, o Estado é uma coisa e a Igreja é outra. É por isso que nós, os batistas, não aceitamos terreno do governo, porque não aceitamos a interferência. Então, por isso também não pedimos. Não temos rádios, não temos televisões, porque a nossa visão é que o Estado é uma coisa e a Igreja é outra coisa. Nós queremos nos bancar, queremos pagar. Por exemplo, a Transmundial, que é próxima da gente, é uma rádio que não tem uma propaganda e não tem uma contribuição do Estado. Não utilizamos, porque nós temos a visão clara de que uma coisa é o Estado e outra coisa é a Igreja. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), primeira entrevista, realizada em 04/06/2008, na Liderança do Governo na Câmara Federal).*

*Muitas igrejas hoje têm certo controle dos mandatos para defender suas visões e interesses e, por isso, apoiam seus candidatos oficialmente. Tanto é que a minha igreja não me apoia oficialmente, porque nós não concordamos, porque dentro da minha igreja tem gente de partidos diferentes. Então, eu não posso e não faço campanha dentro da igreja, porque a igreja não permite. E eu acho que é uma coisa correta. [A entrevista foi interrompida por uma ligação telefônica]. Agora, é um problema muito... Hoje, as igrejas estão tentando cada vez se*

*fortalecer mais, interferir. Eu acho isso uma coisa boa também. A igreja está vendo que ela tem que ter uma posição, porque nós não somos mais um grupo minoritário, um grupo muito pequeno. Nós somos um grupo grande e aumenta a nossa responsabilidade também com a sociedade. O que nós estamos propondo de diferente para a sociedade? Como é que nós vamos ajudar a construir de fato um Brasil diferente? Então, essa é uma coisa que tem nos inquietado como líderes evangélicos, porque estamos vendo que esse debate as igrejas ainda não fazem com profundidade. (Deputado Gilmar Machado (PT/MG), primeira entrevista, realizada em 04/06/2008, na Liderança do Governo na Câmara Federal).*

*(...) eu não estou aqui para beneficiar a minha igreja: “preciso conseguir isso pra minha igreja”. Não. Eu sou da Igreja Presbiteriana do Brasil. O que a Igreja Presbiteriana do Brasil me exigiu? Ela disse: “nós não queremos que você seja o deputado da Presbiteriana, nós queremos que você seja um bom deputado para o Brasil”. É verdadeiro isso. A única exigência que a Igreja Presbiteriana tem me feito é que eu dê um bom testemunho aqui como um político autêntico, um político que ajude a colaborar com a solução dos principais problemas desse Brasil. Nunca a Igreja Presbiteriana do Brasil me procurou pra dizer: “olha, eu quero ajeitar o telhado, eu quero construir um templo”... [Ela participou da sua campanha ou não?] Não. No início, eu coloquei... Como a minha militância é muito diversificada, eu tenho votos com os ribeirinhos, eu tenho votos com a juventude, eu tenho votos com a educação, eu tenho votos ali no meio dos cristãos, na Igreja Católica e nas igrejas evangélicas. Na verdade, se você quiser me perguntar: “ah, você veio pra cá porque os evangélicos lhe trouxeram?”. Não. Em nenhum dos meus mandatos. Eles me ajudaram, mas não é meu reduto eleitoral. Não, não, de jeito nenhum. Eu tive voto de tudo que era denominação de lá, a Assembleia de Deus, a Presbiteriana, eu tive voto no meio da [Igreja] Quadrangular, da Batista, da Igreja Católica, mas as pessoas não viam o Henrique evangélico, por incrível que pareça. Elas viam o Henrique da Universidade da Floresta, o Henrique dos pobres, o Henrique que tem uma luta com a juventude, esse foi o Henrique que eles esperaram e em quem eles votaram. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a pronunciada participação de atores religiosos no sistema político brasileiro, a presente pesquisa empreendeu a análise das ideologias político-religiosas dos parlamentares evangélicos da Câmara Federal, revelando os mecanismos de naturalização da realidade, universalização de leis particulares, justificação da ordem estabelecida e legitimação do poder dominante. Na condição de pregadores e legisladores, os deputados evangélicos assumem a posição de dupla autoridade moral, desempenhando funções legislativas e judiciárias, que consistem na formulação das leis, no exame das condutas e na avaliação do cumprimento das prescrições éticas. Como especialistas e peritos em moral, atribuem-se a tarefa de elaborar códigos e princípios éticos que orientem os indivíduos em suas ações cotidianas e estabeleçam a fronteira entre o bem e o mal, o certo e o errado, o adequado e o inadequado. Encarregam-se do controle da moralidade por meio da codificação ética com o intuito de assegurar a disciplina e a domesticação do comportamento. Conforme Bauman (1997), em virtude da tese da “revelação divina”, a hierarquia eclesiástica conquistou o monopólio ético das sociedades ocidentais, portando-se como suprema autoridade moral, responsável pela regulamentação da vida. A despeito da redução dos poderes normativos do clero, os parlamentares religiosos prosseguem em sua “missão” de legislar a ordem, instaurar a harmonia e reprimir o caos, adotando como estratégia ideológica a negação das divisões e polarizações sociais.

Verifica-se que os deputados evangélicos cumprem a função de guardiães da ordem e da moral, salvaguardando proposições, controlando condutas e exigindo obediência. Sob essa perspectiva, não existe moralidade sem lei, disciplina e submissão. Busca-se, pois, a moralização da vida, a preservação da ordem e o fim do caos. Faz-se apologia a tudo que é regular, permanente e controlável. Dessa forma, nega-se o que é contingente, instável, imprevisível e mutável. Opera-se um contínuo acobertamento do caos mediante a conservação do que é estabelecido, familiar e cotidiano. Luta-se contra a contingência e a incerteza em nome da permanência e da ordem. O escamoteamento da desordem e a ilusão da harmonia são traços constitutivos da ideologia, que ocultam o antagonismo social, a luta de classes e a multiplicidade de interesses, criando uma homeostase fictícia, inibidora de quaisquer ações transformadoras. No entanto, a

instabilidade, descontinuidade, fragmentação, mutabilidade, dissolução e efemeridade são marcas da sociedade contemporânea (Bauman, 2011), contra as quais os legisladores evangélicos lutam avidamente. Em sua atuação política, empenham-se para preservar o império da lei, considerada alicerce da ordem e garantia da normalidade.

A fim de conceder legitimidade a seus códigos morais, os deputados evangélicos os transformam em princípios universais. O engano da universalidade é um pressuposto ideológico que converte leis particulares em preceitos universais, apagando a especificidade dos interesses e generalizando a normatização específica de um grupo. As particularidades da moral evangélica aparecem sob a máscara da universalidade ética. Os deputados “crentes” se autoneameiam representantes da moralidade geral, defendendo projetos parlamentares com base em justificativas religiosas, apresentando-os como mandamentos divinos. A prática legislativa, por conseguinte, destina-se à naturalização, universalização e padronização das leis, negando seu caráter plural e ambíguo. Contudo, segundo Bauman (1997), a moralidade não é universalizável, dada a pluralidade ética, a relatividade normativa e a multiplicidade de cosmovisões que caracterizam a sociedade atual. Os congressistas evangélicos, porém, não admitem a ideia da coexistência de múltiplos parâmetros éticos, reforçando a relevância da unicidade moral e da imposição de um código de regras e valores norteadores da conduta humana. Tentam, dessa maneira, anular o pluralismo dos valores e a ambivalência moral.

De modo geral, acreditam que o comportamento socialmente adequado é resultado do poder heterônomo da lei e do controle disciplinar dos indivíduos. Logo, normatiza-se a vida cotidiana, destitui-se o sujeito de sua responsabilidade moral, aliena-se a consciência crítica e restringe-se a autonomia do cidadão ativo. Nega-se o direito do indivíduo de conduzir sua existência conforme parâmetros pessoais e suprime-se a liberdade das escolhas morais. Preconiza-se o código legal e exige-se obediência às normas instituídas. Como se pode observar, essa posição moral, cujos fundamentos são a hegemonia do legislador e a passividade do cidadão, gera uma relação de desigualdade, assimetria, dominação e submissão. Reforça-se a lógica do poder dominante, mantido e sustentado pela ideologia. Nesse caso, a política é utilizada como instrumento de moralização da realidade cotidiana, promoção da ordem e conservação da lei, funcionando como uma espécie de máquina ideológica a serviço do

*status quo*. Todavia, com base nas premissas desenvolvidas por Rancière (1996a, 1996b), não se deve identificar esse procedimento da “bancada evangélica” com a política, mas com a polícia.

Rancière (1996b) promove a ampliação do conceito de polícia, associando-o às formas de gestão e comando, à racionalização dos poderes, aos mecanismos de integração social, à organização dos espaços, à distribuição das funções e à disposição dos corpos. A polícia corresponde à lei, à vigilância e à repressão em nome da ordem pública. A política, por sua vez, designa processos de litígio e espaços de confronto entre adversários que ocupam posições simétricas. Trata-se, portanto, da subversão da ordem, interrupção do estado normal da vida, perturbação da estabilidade e estabelecimento provisório da desordem. Por essa razão, a política não ocorre com regularidade, correndo o risco iminente de dispersão e desaparecimento. Para realizar-se plenamente, é imprescindível eliminar a dominação legítima, garantindo, assim, o princípio da igualdade entre os oponentes (Rancière, 1996a). A política, portanto, privilegia o dissenso, a divergência ideológica, a multiplicidade cultural e a equidade entre sujeitos em situação de conflito; ao passo que a polícia apologiza o consenso, a uniformidade, a ordem e o equilíbrio, obtidos graças à dominação social.

Desse modo, quando atuam em nome da preservação moral, os parlamentares evangélicos adotam dispositivos da polícia. De acordo com Rancière (1996a), o âmbito da regulamentação moral é essencialmente policial, visto que impõe a ordem mediante a dominação, restringe a liberdade de expressão e ação, condena as múltiplas vozes ao silêncio e prescreve o consenso. Em muitos depoimentos, os deputados tentaram ocultar a pluralidade político-religiosa da “bancada evangélica”, apresentando-a como uma totalidade homogênea e uniforme, articulada em nome da manutenção dos princípios éticos. Essa estratégia de homogeneização, universalização e padronização das leis e dos interesses do grupo são mecanismos ideológicos típicos da esfera policial, que geram a supressão da política. Contudo, embora o discurso oficial propale o consenso e a unidade, o que se verifica no cotidiano das atividades parlamentares é a intensa heterogeneidade do segmento evangélico na Câmara Federal, composto por deputados filiados às mais distintas legendas partidárias e denominações religiosas. Observa-se uma polifonia política e um “politeísmo de valores” religiosos (Weber, 1992), que põem em questão a existência da “bancada evangélica”. Além das diversidades ideológicas, os

congressistas apresentam diferentes tipos de vinculação com suas igrejas: alguns foram candidatos independentes e, por essa razão, exercem livremente seus mandatos, não sofrendo nenhuma interferência eclesiástica. Outros, por sua vez, foram “candidatos oficiais” e conquistaram o cargo eletivo graças à máquina político-eleitoral de suas igrejas, submetendo seu mandato à autoridade clerical. Essa multiplicidade de matizes e texturas pode reduzir o poder de pressão e negociação da Frente Evangélica. Por isso, para assegurar a articulação política e o fortalecimento do grupo, costuma-se negar o dissenso e afirmar o consenso em torno da moralidade, reconhecidamente o maior ponto de convergência entre as ideias e posicionamentos dos parlamentares cristãos. No entanto, cabe ressaltar que, mesmo nesse campo, há nuances que geram divergências e impedem qualquer tipo de unanimidade.

Não obstante a afirmação do consenso, a despolitização da atividade parlamentar e o predomínio da ordem policial, os deputados evangélicos também estão inseridos na lógica da política, sobretudo porque adotam procedimentos democráticos e participam do jogo político, definindo o adversário a ser enfrentado em condições de igualdade e reconhecendo o antagonismo que se encontra na base do litígio. Ademais, reproduzem práticas comuns à cultura política brasileira como a troca de partido (apesar do instituto da fidelidade partidária), a mudança de siglas maiores para legendas “nanicas” em busca de poder e prestígio, a negociação de votos, o fisiologismo, o clientelismo, o corporativismo e o favorecimento político. A nosso ver, o ingresso dos evangélicos na política partidária brasileira não representa necessariamente risco à democracia, podendo, inclusive, contribuir para consolidá-la, pois se trata de novos atores políticos participando do debate público e reivindicando a concretização de suas pautas. Porém, paradoxalmente, sua atuação política propicia a perpetuação do sistema estabelecido, evitando qualquer transformação social efetiva e favorecendo o poder dominante, o que lhe confere um caráter ideológico e antidemocrático.

Aliás, as declarações dos sujeitos da presente pesquisa nos permitiram apreender algumas distorções ideológicas que, segundo Zizek (2011), devem ser detectadas na “*complexa interação entre o que é dito e o que não é dito*” (88). Logo, as deturpações ideológicas decorrem da tensão entre o que se expressa na palavra e o que se esconde no silêncio. Dentre as deformações das ideologias proferidas pelos parlamentares evangélicos, podemos destacar as seguintes polaridades: autonomia x

subserviência; transformação x preservação; mandato livre x mandato imperativo; unidade x divisão; universalidade x particularidade; representação genérica x representação específica; discurso religioso x atuação política; publicização da religião x privatização da política; liberdade de culto x monopólio religioso; ética pública x moralidade privada; bem comum x interesse pessoal. Na maioria dos depoimentos, defendeu-se a ação parlamentar em prol do desenvolvimento da sociedade, do interesse público e do bem comum. Laclau (2006) salienta que a ideologia reforça o mito da plenitude da comunidade e da defesa do espírito coletivo. Embora afirmem que representam a totalidade social e os interesses comunitários, constatou-se que os congressistas cristãos defendem demandas específicas, porém diversificadas, relacionadas à filiação partidária, militância religiosa, engajamento político e inserção social. Além das diversas matérias de natureza sócio-política, atuam em favor da moral cristã, considerada a ponte entre a religião e a política.

Com o intuito de abordar a interface entre religião e política, convidaremos os próprios sujeitos da pesquisa para expor suas diferentes concepções do fenômeno. Enquanto alguns advogam que ambas as esferas são inseparáveis e indissociáveis, outros sustentam que são independentes e distintas. Para os partidários da separação entre ambos os campos, a religião é uma espécie de adesão pessoal e livre escolha de um conjunto de crenças individuais, circunscritas ao espaço privado, não devendo, portanto, circular no território da política. A política, por sua vez, está situada na esfera pública e corresponde às aspirações das forças coletivas. Por consequência, ambas as entidades apresentam propósitos díspares e inconciliáveis. No entanto, de acordo com algumas declarações, as crenças religiosas, as convicções da fé e os preceitos morais orientam o deputado em sua prática política, fazendo-o assumir uma postura íntegra, responsável e comprometida com princípios éticos. Muitos afirmam que não confundem religião com política nem utilizam a política em benefício dos interesses das organizações religiosas, mas em proveito da população e do país. É no mínimo curioso que alguns bispos de grande influência, responsáveis por igrejas de notória expressividade política e social, declarem que estabelecem uma nítida fronteira entre a religião e a política. Eles pertencem a congregações que definem candidaturas oficiais e participam diretamente do processo eleitoral, construindo um espaço político-religioso. Talvez, para ocultar a íntima relação entre entidades supostamente diferentes e a

utilização orgânica da política, alguns entrevistados ressaltam as disparidades entre o campo religioso e o político, negando suas intersecções e mútuas interferências.

*Então, eu sou evangélico, milito na política, mas eu não tenho a característica de que eu sou um político da igreja. Há uma diferença nisso daí. Eu participei do processo político, mesmo sendo evangélico, mas enfocando o lado político global. Eu não sou... Eu tenho voto da igreja assim como tenho de todas as igrejas. Eu não misturei política com religião. Eu procurei separar isso, porque eu achava que com a responsabilidade que eu tinha dentro desse contexto no qual eu me inseri, eu não poderia me isolar dentro de um segmento religioso, porque eu participo de um processo global. A Igreja Católica me apoia, os espíritas... (...) Eu sou um político dentro da filosofia política, mas sem dizer: “porque eu sou evangélico, eu vou buscar voto no segmento evangélico”. Não, eu busco [o voto evangélico] como eu busco em todos os segmentos. Então, minha vida religiosa eu enfoco ela só no segmento religioso e minha vida política, eu não misturo, eu separo [sic]. Isso tem dado certo. Eu tenho bons companheiros, que a gente milita juntos, independente da questão religiosa. Então, eu passei a ser um político representante da cidade, não pela posição religiosa que eu comungue, que eu tenha. (Deputado Chico de Abreu (PR/GO), entrevista concedida no dia 25/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

**[Deputado, como o senhor articula religião e política?] *Eu separo. Eu não misturo. Eu acho que Deus me deu uma oportunidade extraordinária de ter dois mandatos de deputado estadual no meu Estado, em dois períodos históricos importantes e me deu de novo por duas vezes a oportunidade de estar aqui. Eu acho que eu tento levar comigo, assim, no meu cotidiano. Quando eu posso, eu dou meu testemunho de fé e tento me balizar por aquilo [em] que eu acredito, mas não faço uma bandeira política a minha fé. Isso eu nunca fiz. (Deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), entrevista concedida em 16/06/2009, na Liderança do DEM na Câmara Federal).***

**[Como o senhor relaciona a religião, o compromisso com a fé e a vida política?] *Eu não misturo. Não pode misturar. Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa. O problema é que tem pessoas que misturam e vivem disso. Lá [na minha igreja] não existe isso em hipótese nenhuma. Fé é fé, política é política. A Maranata não mistura. (Deputado Carlos Humberto Mannato (PDT/ES), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete parlamentar).***

**[Como o senhor articula religião e política? Essas duas esferas são contraditórias?] *Totalmente diferentes. Política é uma coisa e religião é outra. Nessa questão, é como a água e o óleo. Eles não se juntam e não se misturam de jeito nenhum. Nós estamos mesmo naquela que Jesus disse quando lhe perguntaram se era lícito pagar tributo a César: “dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Mostrou aquela moeda e disse: “qual é a esfinge que está aqui?”. “De César”. “Logo, é ele que cuida dessa área”. Dai ao Estado o que é do Estado e à religião o que é da religião. A religião, a fé e a espiritualidade dai a Deus. Dai a Deus o que é de Deus. Cada um sabe, com muita maestria, definir isso aqui. (Deputado Manoel Ferreira (PTB/RJ), segunda entrevista, concedida no dia 23/06/2009, na Liderança do PTB, na Câmara Federal).***

**[Como o senhor articula religião e política?] *É complicado, é que nem barro e ferro, não há liga. Eu separo, distingo. Há uma fronteira que a gente tem que separar. Eu separo plenamente a minha vida como pastor e também a minha vida espiritual da minha vida parlamentar. Eu acho que a vida parlamentar é para nossas ações [destinadas a promover] uma melhor qualidade de vida, buscar uma legislação que assegure o Estado de direito e também um país, ainda que laico, que garanta o direito de exercer a nossa livre consciência, a nossa fé. Por***

*outro lado, a minha vida espiritual não mudou, eu continuo com as minhas ações, com as minhas pregações. Eu procuro sempre incutir na pessoa a transformação do ser interior. Não adianta eu dar asfalto, concreto, areia, cimento, cal, prédios bonitos, se eu não mudar o ser interior. Eu acho que a construção do ser interior está acima de qualquer outra condição física e material. Então, primeiramente as nossas raízes espirituais; posteriormente, em seguida, em segundo plano, a nossa questão física. (Deputado Takayama (PSC/PR), entrevista realizada no dia 17/06/2009, em uma das salas de Comissão, após o culto).*

*Eu acho que religião e política não se articulam. Eu acho que a gente usa a política para conseguir aprovar e levar as ideias que nós concebemos, que nós formamos durante toda uma vida, de acordo com a nossa formação. E é claro que a nossa formação tem tudo a ver com a nossa participação religiosa. Então, nós nunca vamos dizer que estamos usando o nosso mandato para defender a nossa religião, isso, nunca. Agora, nós não podemos, no nosso mandato, deixar de observar coisas que foram construídas no nosso conceito de cidadão, no nosso conceito de mulher, no nosso conceito de ser humano através da nossa vivência religiosa. [A senhora acha que há contradições entre o compromisso religioso e a atuação parlamentar?] Eu acho que sim. Eu acho que o compromisso religioso é uma [coisa] e o compromisso político é outra. Mas em determinados momentos você não tem como se posicionar na política sem estar colocando nela a sua concepção religiosa. É impossível! [Então, a religião pode contribuir para a prática política?] Para a boa prática. O bom é que a religião só contribui para a boa prática. Isso é que é importante. (Deputada Jusmari Oliveira (PR/BA), entrevista realizada em 28/05/2008, nos corredores da Câmara Federal).*

*Quando eu sou bispo, eu sou bispo; quando eu sou político, eu sou político. É claro que os valores, que aquilo [em] que eu acredito do ponto de vista do evangelho eu levo para a política, porque é absolutamente consonante com todas as áreas [da vida]. O evangelho é como o sal, ele penetra em todos os segmentos. O sal penetra na carne, no arroz, no feijão, é o tempero. O evangelho é assim, o evangelho entra em tudo, é um jeito de ver o mundo, é uma perspectiva de existência. Eu não tenho nenhuma dificuldade. Sou físico, tenho uma especialização em ressonância magnética nuclear, sou cientista numa área e não consigo ter nenhum conflito e nenhum problema. Aqui na igreja geralmente eu não falo de política, falo do clamor, falo dos contextos, mas jamais falo de política partidária. Entende? Não tive problema com a igreja e no Congresso também eu não falo... Vamos dizer, assim, lá eu não sou um bispo, lá eu sou um político, tanto que eu não botei meu nome “Bispo Rodovalho”. Lá eu sou um político, lá eu sou um homem, um brasileiro apaixonado pelo meu país e com a responsabilidade de resgatá-lo. É como um médico, ele é médico, mas ele também é político. Então, quer dizer, no momento que ele está no hospital, ele não é político, ali ele é profissional. Ele é médico, ele tem que fazer suas cirurgias, suas consultas, mas no momento que ele está no Congresso, ele é político, ele vai ver a política pelos óculos da medicina, pelos interesses daquilo que ele defende, mas lá ele é político. [Então, o que eu estou entendendo é que essas áreas se relacionam, mas têm limites claros...] Absolutamente claros e definidos, até porque os públicos que me escutam são públicos definidos. Eles não vieram para ouvir as outras agendas, eles vieram para uma agenda definida e a gente tem que respeitar isso. (Deputado Robson Rodovalho (DEM/DF), entrevista concedida no dia 01/06/2008, na Igreja Sara Nossa Terra, após o culto).*

*[Como o senhor articula religião e política?] Com respeito, com respeito. Eu acho que a religião não deve [se] envolver com a política. A religião... Quando há envolvimento da religião com a política, há divergências intransponíveis. Eu diria assim... Boa parte das guerras que existem no mundo foi por causa dessa questão, de envolver religião com política. Eu acho que, por ser cristão, eu tenho que respeitar as outras religiões – é o princípio do respeito – e amar as pessoas também, que não vêm ao encontro dos valores cristãos, aí entraria na discriminação. A bíblia diz bem claro que você não deve discriminar ninguém, você tem que amar a todos, mas você não tem que ser conivente com a divergência que a outra pessoa está vivendo. Você tem a obrigação de respeitar e amar, mas isso não quer dizer que você está apoiando a atitude pessoal da pessoa. Quando há alguma extrapolação disso, aí*

*entra a questão do radicalismo. O radicalismo, a própria bíblia várias vezes está dizendo que isso não é cristão. [Então, o senhor separa essas duas esferas?] Sim. Exatamente. [A sua atividade parlamentar, portanto, não tem relação direta com suas crenças religiosas?] Não, não tem, não. Aí, é uma questão pessoal que influencia, sim, nas minhas decisões internas, mas não... Essa crença cristã me ajuda muito a ter um meio termo no sentido de respeitar as pessoas. O evangelho prega o respeito, o amor e o companheirismo, mas por outro lado não prega você apoiar o que é contra a bíblia. Se a pessoa está tomando uma atitude contra os padrões cristãos, você não pode segui-la, não. (Deputado Leonardo Quintão (PMDB/MG), entrevista realizada no dia 17/06/2009, na Liderança do PMDB, na Câmara Federal).*

Há parlamentares que se opõem ao aparelhamento religioso da política e à instrumentalização política da religião, mas endossam a importância da participação dos cristãos no espaço público, criticando sua apatia, indiferença e distanciamento em relação à política. Em sua concepção, os “crentes” não podem mais isolar-se no mundo abstrato da transcendentalidade e alienar-se da vida concreta que lhes atinge diariamente. É preciso envolver-se com os problemas da realidade material e preocupar-se com as dificuldades enfrentadas cotidianamente. Segundo Zequinha Marinho (PMDB/PA), cabe aos deputados evangélicos fomentar processos de conscientização política nos líderes religiosos e nos fiéis, instigando-os ao compromisso com a vida pública e ao exercício da cidadania. De acordo com essa perspectiva, não se deve misturar os interesses corporativistas das instituições religiosas com a atividade política, mas participar dos fóruns de discussão pública na condição de cidadão ativo. Nesse caso, a única interferência da religião está relacionada à preparação do cristão para o exercício ético da política. Por conseguinte, os princípios religiosos e morais contribuem para pôr em prática a “boa” política.

*Você vê que é possível o cristão intervir no meio ambiente, é possível o cristão intervir na economia, dentro do seu universo, dentro dos seus paradigmas. Nós não podemos ficar de fora da sociedade. O meu culto, o meu louvor a Deus é lá dentro da igreja, mas o meu louvor e o meu culto a Deus é com meu testemunho aqui, com a ética, com a responsabilidade e efetivamente com meu compromisso social com essa população. Esse é o verdadeiro cristão, é o testemunho real de um cristão. (Deputado Henrique Afonso (PT/AC), entrevista concedida no dia 04/06/2008, em seu gabinete).*

*O que a gente tenta fazer com a questão política? Conscientizar a liderança evangélica e as pessoas de forma geral – porque também são cidadãos ou cidadãs – a participar do processo político, porque eles pagam impostos do mesmo jeito, sofrem as consequências do mesmo jeito ou são beneficiados do mesmo jeito por alguma atitude política que o Governo, o Parlamento ou os Poderes possam aqui tomar. Nessa compreensão nós temos trabalhado e avançado. E tem melhorado um pouquinho, devagar, mas tem melhorado. Porque antigamente era meio pecado falar nisso dentro do segmento religioso. Hoje, a cidadania está um pouco mais fácil, mais*



*explícita e as pessoas começam a participar mais efetivamente das questões e das discussões políticas, dos partidos e etc... [Na avaliação do senhor, como os deputados evangélicos, no exercício do seu mandato, lidam com a questão da religião e da política?] Aqui todo mundo tem uma religião e todo mundo é político. Por mais que o cara, por exemplo, diga: “não, eu não sou evangélico”. Mas ele é católico, católico praticante ou apenas católico nominal; ele pode ser evangélico, evangélico nominal ou evangélico praticante. Nós temos aqui todas as situações. Religião é religião, política é política. O que faz a diferença aí é a formação que cada um dá à sua vida para melhorar a sua ação. Está entendendo? Nós não misturamos as coisas. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

Nas entrevistas concedidas, percebeu-se ainda outra vertente explicativa da relação entre religião e política, que aproxima tanto os dois fenômenos a ponto de torná-los componentes de um amálgama. Os partidários dessa tese admitem a importância da política e compreendem-na como uma esfera fundamental da vida cotidiana, cuja onipresença não pode ser desconsiderada pelos cidadãos, sejam eles evangélicos ou não. O deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP) recorda que anteriormente as igrejas demarcavam o território religioso e o político, fixando limites claros e intransponíveis. Havia uma concepção pejorativa da política, concebida como espaço de leviandade, promiscuidade e imoralidade. De acordo com Weber (2004), os precursores do protestantismo incentivaram o “estranhamento da vida” e o “isolamento intramundano” como procedimentos destinados ao aperfeiçoamento ético. Era preciso se afastar das mazelas do mundo concreto e manter a religião a uma distância segura da política. No entanto, com o advento do neopentecostalismo, as fronteiras, solidamente fixadas, desmancharam-se, possibilitando, assim, a aproximação e articulação entre ambas as esferas da realidade cotidiana. Os deputados iurdianos, em coerência com seus projetos político-eleitorais, valorizam a política e ressaltam suas similaridades com a religião, dando destaque à questão moral, considerada o elemento de intersecção dos dois campos. Alguns asseveram que, quando a moralidade é preservada, a religião e a política atendem ao mesmo fim, proporcionando o bem do próximo e da sociedade. Opera-se, desse modo, uma espécie de moralização e sacralização da política assim como de politização da religião (Cipriani, 2008). Acredita-se que os evangélicos, em função de seus preceitos morais, são mais capacitados ao cumprimento da ética política. A religião, nesse sentido, é responsável pela preparação moral do cidadão político de sorte a habilitá-lo para o compromisso com o interesse público e o bem comum. Conforme Weber (2004), o protestantismo, embora tenha estimulado a indiferença em relação ao mundo concreto, exigiu que o cristão cumprisse seus deveres terrenos,

concebendo-os como desígnios divinos. Os deputados evangélicos tratam a política como uma vocação espiritual, uma missão divina, por meio da qual realizam sua responsabilidade ética.

*Por muito tempo, pela própria religião oficial do Brasil, foi disseminado que a política era algo diabólico, antagônico aos princípios religiosos, mas ao longo do tempo nós fomos observando que isso era nocivo para a sociedade e para o ambiente cristão também. Porque nós sabemos, biblicamente falando, independente da religião ser evangélica ou católica, sabemos que o bom cristão é um bom cidadão e um bom cidadão é um bom político. E a política, propriamente dita, está na nossa relação, aqui e agora nessa entrevista, quando eu encontro uma pessoa nos corredores, é uma questão de relacionamento e essa mentalidade, esse abismo entre política e religião, ao longo do tempo, foi sumindo, foi desaparecendo. Hoje, não acredito, sinceramente, que tenhamos dificuldade de convencer as pessoas religiosas de que é vital para elas a política. [Então, pelo que o senhor está falando, não há contradições entre religião e política?] Em absoluto. Nenhuma contradição entre religião e política. Pelo contrário, o bom cristão é um bom político, é um bom cidadão. (Deputado Antônio Bulhões (PMDB/SP), entrevista concedida no dia 03/06/2008, em seu gabinete parlamentar).*

*Eu vejo uma convivência muito harmônica, muito tranquila entre política e religião. Eu acho que estão diretamente associadas, porque se você pegar a história bíblica lá no passado, desde Israel quando saiu do Egito, o que é que tinha ali? Uma transição política. Era faraó, rei do Egito; era Moisés, o profeta, que estava retirando o povo estrategicamente, dando um golpe nos egípcios, deixando eles lá sem nada, levando aquilo que eles construíram. Depois, se você avança na história e você vai ver o êxodo que aconteceu permanentemente com o povo de Israel naquela época... Aquele povo que saía da sua região ia servir a outros reis em outras regiões e se tornavam os mais sábios da corte. Daí, você pode ver Daniel e outros que estão aí como exemplo. E se você avança até Cristo, você vai ver exatamente isso. Até na contribuição de impostos, o que ele falou? “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”. Então, eles estavam cobrando o dízimo como um percentual da igreja e exortando a todos que pagassem o tributo a Roma, a César. Quer dizer, um exemplo muito claro do que efetivamente acontecia no passado e que acontece até hoje. [Então, para o senhor, a relação entre religião e política é compatível...] Totalmente compatível. Totalmente compatível. [São áreas distintas ou são áreas interligadas?] Quando você olha o princípio e olha o objetivo, você interliga. Porque não há razão e não há como você dissociar uma da outra. Enquanto uma cuida do cidadão, do seu preparo moral, do seu preparo intelectual para exercer a verdadeira cidadania, a outra cuida do outro lado, do social, da formação, da segurança, do bem estar. Então, é uma em cada área, uma em cada momento, trabalhando exatamente dentro dessa linha. Eu acho inclusive que se estivessem dissociadas, nós íamos criar realmente um cisma, que não daria nenhuma contribuição. E nós precisamos exatamente somar. [Então, a grande contribuição é essa articulação?] É essa articulação. Essa é a diferença que se faz. Não tem jeito de ser diferente, sabe? Não tem como sair disso aí. Eu sou obrigado a manter isso para que efetivamente a gente faça com que haja esse diferencial, que é a somatória dos dois. (Deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), entrevista concedida no dia 18/06/2009, em seu gabinete parlamentar).*

*A religião e a política em todos os tempos da história – isso é histórico – estiveram ligadas. Na minha concepção, Jesus, o filho de Deus, o Messias, o Cristo, o maior ensinador, o maior doutrinador, o Salvador, o Redentor, o maior médico de que se tem notícia, também foi o maior político. Trouxe uma cultura que dissolveu-se e esparramou-se pelo mundo inteiro e hoje a cultura cristã é a cultura mais produtiva, mais benéfica, que inclusive infunde o princípio da*

*liberdade, do direito e da democracia, graças ao quê? Graças ao que Jesus, como político também, executou. Então, hoje, quando nós temos a tendência política, nós encaramos. Eu, no meu caso, encaro como um ministério que Deus me deu. Não apenas o pastor, não apenas o médico, mas também o político. É um ministério que Deus me deu como deu para José, como deu para Daniel, como deu a vários que exerceram essa função pública nos seus países que a história bíblica descreve. De tal forma que eu encaro como sendo também um chamado, uma vocação e, sobretudo, um ministério que Deus nos elege para desenvolver. (Deputado Antônio Cruz (PP/MS), entrevista concedida no dia 04/06/2008, no corredor da Câmara Federal).*

*Jesus foi o maior político do mundo. Ainda é, porque Ele está vivo. Nós estamos aqui na política e somos representantes dele. Fazemos uma política do bem, queremos o bem estar da sociedade. (Deputado Flávio Bezerra (PMDB/CE), entrevista concedida no dia 24/06/2009, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*(...) a igreja começou a perceber que a política faz parte da sua vida, que as decisões tomadas aqui são inerentes à vida de todos nós, evangélicos ou não evangélicos, e isso está fazendo com que haja um envolvimento maior do segmento evangélico na política. E a política é uma prática para o bem. Então, os homens de bem têm que estar envolvidos nela, porque se você não participa dela, você deixa que outros participem e ajam por você. Eu acho que esse despertar das igrejas, dos religiosos, para o caráter político da participação direta ou indireta é fundamental. Nós somos um exemplo disso. A bancada evangélica que está aqui é um exemplo disso. Homens se levantaram no sentido de vir pra cá para ajudar e contribuir com nosso país, direta e indiretamente e colocando algo a mais – que nós entendemos como algo a mais – que tenha um caráter religioso, de proteção às pessoas, aos cidadãos. Como eu disse, é a prática de buscar, acima de tudo, o bem do próximo. (Deputado Cléber Verde (PRB/MA), entrevista concedida no dia 29/05/2008, em seu gabinete na Câmara Federal).*

*(...) eu quero mostrar que eu sou um deputado evangélico e não um evangélico deputado. Quer dizer, eu sou um deputado evangélico que traz pra cá os valores que eu defendo, os meus princípios – eu não vou abrir mão deles – mas, sobretudo, um parlamentar que é capaz de sentar com católicos e espíritas e dialogar o que é bom para a sociedade. (Deputado George Hilton (PP/MG), entrevista concedida no dia 17/06/2009, em seu gabinete, na Câmara Federal).*

**[Como o senhor articula religião e política?]** *Olha, eu vejo que são duas coisas muito próximas. Não tenho dificuldade pra isso. A boa política, a política na sua essência, é a arte de governar para servir e servir a todos. O evangelho também é isso, é você receber uma graça de Deus e compartilhar essa graça com todos, sem discriminar, sem preconceito. O sacerdócio na igreja se assemelha muito à atividade política séria. O agente político se dá em nome do bem comum de tal forma que eu não tenho tido maiores dificuldades para associar essas duas atividades. (Deputado João Campos (PSDB/GO), entrevista concedida em 17/06/2009, na Liderança do PSDB na Câmara Federal).*

**[Há contradição entre religião e política?]** *Não. Eu não vejo, não. Pelo contrário... Eu acho que se você fizer uma boa política... Porque a política mesmo em si é linda, é maravilhosa. Agora, a politicagem é que realmente estraga, mas se você faz uma política com seriedade, com honestidade, eu acho que tem todos os princípios da religião, eu não vejo diferença nenhuma, contradição nenhuma. Agora, politicagem é outra coisa, totalmente diferente, que eu não concordo. Eu estou aqui para fazer diferença. Como eu iniciei a minha entrevista, eu não estou aqui só como político, mas sim como homem de Deus. É por isso que eu vejo que a política, levada a sério, não tem diferença nenhuma em relação à religião. (Deputado Antônio Carlos Chamariz (PTB/AL), entrevista concedida em 17/06/2009, no Plenário Dez das Comissões).*

Com base nos dados colhidos e analisados nessa pesquisa, pode-se concluir que a religião e a política extrapolaram os espaços institucionalmente reservados para a realização de seus rituais, a circulação de seus símbolos, a utilização de seus procedimentos e a aplicação de suas normas. Os territórios demarcados e delimitados se dissolveram em decorrência do deslocamento das fronteiras. Observa-se, pois, um processo de desinstitucionalização e desterritorialização da política e da religião (Burity, 2001). As instituições diluíram-se, os espaços desmancharam-se, as crenças liquefizeram-se e as identidades despedaçaram-se. Segundo Bauman (2001), a sociedade moderna se assemelha aos líquidos, visto que não consegue manter a forma dos fenômenos. Tudo se desfaz antes de solidificar. Nesse contexto, a religião e a política adquirem mobilidade e multiplicam seus tentáculos, dispersando-se por diferentes territórios e, em certa medida, descaracterizando-se. Atualmente, a religião circula sem reservas pela vida privada, pela esfera pública, pela política, pela educação, pela ética, pela sociedade civil e pelo Estado (Mallimaci, 2008). O deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA) descreve com clareza a capacidade da religião de se infiltrar em todas as áreas da vida do cidadão, inclusive na política, mostrando-se móvel, fluida e líquida.

*Vou te dar um exemplo: se você é evangélica – não só a política – mas todas as suas crenças religiosas vão pautar a sua vida, porque você abraçou pra si aquele modo de viver. Então, a política, os negócios, a família, a diversão, o lazer, a cultura, a vida, tudo vai ser influenciado porque você é evangélica, assim como tudo vai ser influenciado porque você é católica. Aqui dentro, na verdade, nós não fazemos da religião uma questão política, mas uma questão de vida e a, partir daí, tudo é influenciado por esse modo de viver. (...) Na questão administrativa, você tem que exercer o mandato pra sociedade e essa sociedade é plurireligiosa, é heterogênea. Minha religião tem que servir para modificar minha vida, meu comportamento, e me ajudar a fazer a coisa na política, nos negócios, na vida e na família de forma diferente, um pouco mais coerente com aquilo que eu creio, com aquilo que eu vivo. (Deputado Zequinha Marinho (PMDB/PA), segunda entrevista, realizada no dia 24/06/2009, na lanchonete da Câmara Federal).*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERCROMBIE, Nicholas; HILL, Stephen & TURNER, Bryan S. (1987). *La Tesis de la Ideología Dominante*. Madrid: Siglo XXI.

ADORNO, Theodor W. (2001). Mensajes en una botella. In: ZIZEK, Slavoj [Comp.] *Ideología: un mapa de la cuestión*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, p. 43 - 54.

ALTHUSSER, Louis (1988). *Ideología y Aparatos Ideológicos de Estado. Freud y Lacan*. Buenos Aires: Nueva Visión.

\_\_\_\_\_ (2006). *For Marx*. USA: Verso Books.

\_\_\_\_\_ (2008). *Sobre a Reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes.

ANSALDI, Waldo (2007). La democracia en América Latina, un barco a la deriva, tocado en la línea de flotación y con piratas a estribor. Una explicación de larga duración. In: ANSALDI, Waldo [Comp.]. *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 53 - 121.

ARENDT, Hannah (1997). *¿Qué es la política?* Barcelona: Ediciones Paidós e Instituto de Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Barcelona.

\_\_\_\_\_ (2001). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

\_\_\_\_\_ (2008). *La promesa de la política*. Barcelona: Ediciones Paidós.

BANDINI, Claudirene A. de P. (2003). *Religião e Política: a participação política dos pentecostais nas eleições de 2002*. Tese de Doutorado. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos.

BAPTISTA, Saulo (2007). *Cultura Política Brasileira, Práticas Pentecostais e Neopentecostais: a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006)*. Tese de Doutorado. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2009). *Pentecostais e Neopentecostais na Política Brasileira: um estudo sobre cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil*. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix.

BAUMAN, Zygmunt (1997). *Ética Pós-moderna*. São Paulo: Paulus.

\_\_\_\_\_ (2000). *Em Busca da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_ (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_ (2008). *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_ (2011). *Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BELL, Daniel (1980). *O fim da ideologia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

BERGER, Peter (2001). “A dessecularização do mundo: uma visão global”. *Religião e Sociedade*, 21 (01), p. 09 - 23.

BIRMAN, Patrícia (Org.) (2003). *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar, CNPq e Pronex.

BLANCO, Amalio & DE LA CORTE, Luis (2003). Psicología Social de la Violencia: introducción a la perspectiva de Ignacio Martín-Baró. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Poder, Ideología e Violencia*. Madrid: Editorial Trotta, p. 09 - 62.

BOBBIO, Norberto (2001). *El futuro de la democracia*. México: Fondo de Cultura Económica.

\_\_\_\_\_ (2006). *Estado, Gobierno y Sociedad: por una teoría general de la política*. México: Fondo de Cultura Económica.

BURITY, Joanildo A. (2001). “Religião e Política na Fronteira: desinstitucionalização e deslocamento numa relação historicamente polêmica”. *Revista Eletrônica Rever*, São Paulo, nº. 04, ano 01.

\_\_\_\_\_ (2006). *Redes, Parcerias e Participação Religiosa nas Políticas Sociais no Brasil*. Recife: Massangana.

\_\_\_\_\_ (2008). “Religião, Política e Cultura”. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 20, nº 02, p. 83 - 113.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (2007). *Deputados Brasileiros: repertório biográfico. 53ª Legislatura (2007/2011)*. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados/Centro de Documentação e Informação, 2 volumes.

CANSINO, César (1999). *Consolidación democrática y reforma del Estado en América Latina*. In: FIGUEREDO, Darío S. [Coord.] Problemas y perspectivas de la democracia en América Latina. México: Triana Editores, Universidad Iberoamericana e Asociación Latinoamericana de Sociología, p. 15 - 36.

CASANOVA, José (1994). *Public Religions in the Modern World*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

CATOGGIO, María Soledad (2008). Gestión y Regulación de la diversidad religiosa en la Argentina. Políticas de “reconocimiento” estatal: el Registro Nacional de Cultos. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 105 - 116.

CHARAUDEAU, Patrick (2006). *Discurso Político*. São Paulo: Contexto.

CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria S. C. (1985). *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e Editora Paz e Terra.

CHAUÍ, Marilena (1985). Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria S. C. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e Editora Paz e Terra, p. 17 - 149.

\_\_\_\_\_ (2007). *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Editora Cortez.

\_\_\_\_\_ (2008). *O que é ideologia?* São Paulo: Editora Brasiliense.

CINTRA, Antônio O. & LACOMBE, Marcelo B. (2007). A Câmara dos Deputados na Nova República: a visão da Ciência Política. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio O. [Org.]. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Editora Unesp, p. 143 - 182.

CIPRIANI, Roberto (2008). Religión y Política en Europa. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 47 - 57.

CONRADO, Flávio C. dos S. (2001). “Política e Mídia: a Igreja Universal do Reino de Deus nas Eleições”. *Religião e Política*, 21 (2), p. 85 - 111.

COSTA, Sylvio & QUEIROZ, Antônio A. (2007). *O que esperar do Novo Congresso? – Perfil e Agenda da Legislatura 2007/2011*. Brasília: Dial; Congresso em Foco.

DAMAS, Germán C. (2007). Sobre democracia en las sociedades latinoamericanas contemporáneas (Comentarios para una discusión). In: ANSALDI, Waldo [Comp.]. *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 155 - 175.



DIANTEILL, Erwan (2008). ¿Hacia una salida de la laicidad en Francia? In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 81 - 92.

DÍAZ-SALAZAR, Rafael (2007). *Democracia laica y religión pública*. Madrid: Taurus.

DWORKIN, Ronald (2008). *La democracia posible: principios para un nuevo debate político*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

EAGLETON, Terry (1997). *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo.

ELSTER, Jon [Comp.]. (2001). *La democracia deliberativa*. Barcelona: Editorial Gedisa.

FIGUEIREDO, Argelina C. & LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e Legislativo na nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FIGUEREDO, Darío S. (1999). Transición y Democracia en América Latina: puntualizaciones en la trayectoria de una discusión inconclusa. In: FIGUEREDO, Darío S. [Coord.] *Problemas y perspectivas de la democracia en América Latina*. México: Triana Editores, Universidad Iberoamericana e Asociación Latinoamericana de Sociología, p. 87 - 99.

FONSECA, Alexandre Brasil (1996). “Uma Igreja na Política: voto, clientelismo e mediação na Igreja Universal do Reino de Deus”. *Cadernos do CEAS*, Salvador, 164, p. 66 - 88.

\_\_\_\_\_ (1998a). “Lideranças Evangélicas na Mídia: Trajetórias na Política e na Sociedade Civil”. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 19 (1), p. 85 - 111.

\_\_\_\_\_ (1998b). “A maior bancada evangélica”. *Tempo e Presença*, São Paulo, 302, p. 20 - 23.

\_\_\_\_\_ (2002). *Secularização, pluralismo religioso e democracia no Brasil*. Tese de Doutorado em Sociologia. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2004). “*Pluralismo Religioso e Relação Religião-Estado: uma análise da presença evangélica no legislativo federal*”. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais.

FONTES, Virgínia (2007). La democracia en Brasil: aprendizaje y mimetismo. In: ANSALDI, Waldo [Comp.]. *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 365 - 386.

FOUCAULT, Michel (1999). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

FRANCO, Maria S. C. (1985). O tempo das ilusões. In: CHAUÍ, Marilena & FRANCO, Maria S. C. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) e Editora Paz e Terra, p. 151 - 209.

FRESTON, Paul (1992). “Evangélicos na Política Brasileira”. *Religião e Sociedade*, 16/ 1- 2, p. 26 - 42.

\_\_\_\_\_ (1996a). Breve histórico do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, A. et. al. *Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 67-159.

\_\_\_\_\_ (1996b). “As Igrejas Protestantes nas Eleições Gerais Brasileiras de 1994”. *Religião e Sociedade*, 17/ 1-2, p. 160 - 188.

GARGARELLA, Roberto (2001). Representación plena, deliberación e imparcialidad. In: ELSTER, Jon. [Comp.]. *La democracia deliberativa*. Barcelona: Editorial Gedisa, p. 323 - 345.

GIUMBELLI, Emerson (2008). “A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil”. *Religião e Sociedade*, 28/2, p. 80 - 101.

GOUVEIA, Eliane (2005). Entre o templo e a televisão: comunidades eletrônicas de consolo. *Revista Nures*, nº 01, ano 01, p. 01-16.

GUIGOU, Nicolás (2006). “Religión y política en el Uruguay”. *Civitas. Revista de Ciências Sociais*, v. 06, nº 02, p. 43 - 54.

HABERMAS, Jürgen (2001). *Israel o Atenas: ensayos sobre religión, teología y racionalidad*. Madrid: Trotta.

\_\_\_\_\_ (2006). *Entre naturalismo y religión*. Barcelona: Paidós.

HORKHEIMER, Max (1966). *La función de las ideologías*. Madrid: Taurus Ediciones.

IPEA (2010). *Estado, Instituições e Democracia: democracia*. Volume 2, Livro 9. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

KEANE, John (1992). *Democracia y Sociedad Civil*. Madrid: Alianza Editorial.

LACLAU, Ernesto (2006). *Misticismo, Retórica y Política*. Argentina: Fondo de Cultura Económica.

LAPASSADE, Georges (2008). *Grupos, Organizaciones e Instituciones. La transformación de la burocracia*. Barcelona: Editorial Gedisa.

LAVALLE, Adrián G. (1999). Los misterios del orden social: de lo público, lo político, la política y la transición democrática. In: FIGUEREDO, Darío S. [Coord.] *Problemas y perspectivas de la democracia en América Latina*. México: Triana Editores, Universidad Iberoamericana e Asociación Latinoamericana de Sociología, p. 67 - 86.

LECHNER, Nobert (1999). Transición política, política en transición. De por qué la política ya no es lo que fue. In: FIGUEREDO, Darío S. [Coord.] *Problemas y*

*perspectivas de la democracia en América Latina*. México: Triana Editores, Universidad Iberoamericana e Asociación Latinoamericana de Sociología, p. 55 - 66.

LEFORT, Claude (2004). *La incertidumbre democrática: ensayos sobre lo político*. Barcelona: Anthropos Editorial.

LINZ, Juan J. (1993). *La quiebra de las democracias*. Madrid: Alianza Editorial.

MACEDO, Edir & OLIVEIRA, Carlos (2008). *Plano de Poder: Deus, os Cristãos e a Política*. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil.

MALLIMACI, Fortunado (2008). Excepcionalidad y Secularizaciones múltiples: hacia otro análisis entre religión y política. In: MALLIMACI, Fortunado [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 117 - 137.

MALLIMACI, Fortunado & CATOGGIO, María Soledad (2008). Introducción. In: MALLIMACI, Fortunado [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 09 - 19.

MANNHEIM, Karl (1968). *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

MAIA, Eduardo L. C. (2006). *Religião e Política: fenômeno evangélico*. Santa Catarina: Universidade Federal Santa Catarina.

MARIANO, Ricardo (1999). *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola.

\_\_\_\_\_ (2003). “Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais”. *Civitas*, v. 03, nº 01, p. 112 - 125.

\_\_\_\_\_ (2005). “*Políticos evangélicos à beira de um ataque homofóbico*”. Trabalho apresentado no XXIX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, Minas Gerais.

\_\_\_\_\_ (2006a). “A reação dos evangélicos ao novo Código Civil”. *Civitas. Revista de Ciências Sociais*, v. 06, nº 02, p. 77 - 99.

\_\_\_\_\_ (2006b). Secularização na Argentina, no Brasil e no Uruguai: suas lutas no passado e no presente. In: ORO, Ari Pedro. *Religião e Política no Cone-Sul: Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar e CNPq/Pronex, p. 223 - 252.

MARIANO, Ricardo & PIERUCCI, Antonio Flávio (1992). “O Envolvimento dos Pentecostais na Eleição de Collor. *Novos Estudos CEBRAP*, 34, p. 92 - 106.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio (1984). Guerra y Salud Mental. *Estudios Centroamericanos*, 429/ 430, p. 503 - 514.

\_\_\_\_\_ (1998a). Presupuestos Psico-sociales del Carácter. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 39 - 71.

\_\_\_\_\_ (1998b). El latino indolente. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 73 - 101.

\_\_\_\_\_ (1998c). El papel desenmascarador del psicólogo. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 161 - 199.

\_\_\_\_\_ (1998d). Iglesia y Revolución en El Salvador. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 203 - 225.

\_\_\_\_\_ (1998e). Religión y Guerra Psicológica. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 227 - 244.

\_\_\_\_\_ (1998f). Del opio religioso a la fe libertadora. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 245 - 280.

\_\_\_\_\_ (1998g). Hacia una Psicología de la Liberación. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 283 - 302.

\_\_\_\_\_ (1998h). La liberación como horizonte de la Psicología. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología de la Liberación*. Madrid: Editorial Trotta, p. 303 - 341.

\_\_\_\_\_ (2000). La violencia política y la guerra como causas del trauma psicosocial en El Salvador. In: MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Psicología social de la guerra: trauma y terapia*. El Salvador: UCA Editores.

\_\_\_\_\_ (2001). *Acción e Ideología: Psicología Social desde Centroamérica*. San Salvador: UCA Editores.

\_\_\_\_\_ (2003). *Poder, Ideología y Violencia*. Madrid: Editorial Trotta.

\_\_\_\_\_ (2004). *Sistema, Grupo y Poder: Psicología Social desde Centramérica II*. El Salvador: UCA Editores.

MARX, Karl (2003a). *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (2003b). *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro.

\_\_\_\_\_ (2005). *A Questão Judaica*. São Paulo: Centauro.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich (2001). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_ (2009). *A Sagrada Família*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MÉSZÁROS, István (1993). *Filosofia, Ideologia e Ciência Social: ensaios de negação e afirmação*. São Paulo: Editora Ensaio.

\_\_\_\_\_ (2007). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MOUFFE, Chantal (1999). *El retorno del político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.

\_\_\_\_\_ (2003). *La paradoja democrática*. Barcelona: Editorial Gedisa.

NEGRÃO, Lísias N. (2000). “Mercadolocismo: mercado na religião e religião do mercado”. *Revista Estudos da Religião*, São Paulo, ano XIV, nº 18, p. 55 - 67.

ORO, Ari Pedro (2003a). “Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus”. *Civitas*, Porto Alegre, v. 03, n. 01, p. 97 - 109.

\_\_\_\_\_ (2003b). “A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 18 (53), p. 53 - 69.

ORO, Ari Pedro & Ureta, Marcela (2007). “Religião e Política na América Latina: uma análise da legislação dos países”. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, nº 27, p. 281 - 310.

OSORIO, Jaime (1999). La democracia como mercado político: una nueva espiral en la ruptura entre economía y política. In: FIGUEREDO, Darío S. [Coord.] *Problemas y perspectivas de la democracia en América Latina*. México: Triana Editores, Universidad Iberoamericana e Asociación Latinoamericana de Sociología, p. 101 - 110.

PASCAL, Blaise (2004). *Pensamientos*. Madrid: Alianza Editorial.

PÊCHEUX, Michel (2001). *El Mecanismo del Reconocimiento Ideológico*. In: ZIZEK, Slavoj [Comp.] *Ideología: un mapa de la cuestión*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, p. 157 - 167.

PIERUCCI, Antonio Flavio (1989). “Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte”. *Ciências Sociais Hoje*, p. 104 - 132.

\_\_\_\_\_ (1996). *Representantes de Deus em Brasília: A Bancada Evangélica na Constituinte*. In: PIERUCCI, Antonio Flavio & PRANDI, Reginaldo. *A*

*realidade social das religiões no Brasil. Religião, Sociedade e Política.* São Paulo: Hucitec.

\_\_\_\_\_ (1997a). “Reencantamento e Dessecularização: a propósito do auto-engano em sociologia da religião”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 49, p. 99 - 117.

\_\_\_\_\_ (1997b). Interesses religiosos dos sociólogos da religião. In: ORO, Ari Pedro & STEIL, Carlos Alberto [Org]. *Globalização e Religião*. Petrópolis: Vozes, p. 249 - 262.

\_\_\_\_\_ (2006). “Religião como Solvente – uma aula”. *Novos Estudos CEBRAP*, nº 75, p. 111 - 127.

PRZEWORSKI, Adam (2001). Deliberación y dominación ideológica. In: ELSTER, Jon. [Comp.]. *La democracia deliberativa*. Barcelona: Editorial Gedisa, p 183 - 206.

PUGA, Eduardo A. (2005). *Abajo la democracia. El triunfo de la tiranía neoliberal*. Barcelona: Ediciones B.

RANCIÈRE, Jacques (1996a). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

\_\_\_\_\_ (1996b). O dissenso. In: NOVAES, Adauto [Org.]. *A Crise da Razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional da Arte, p. 367 - 382.

RAWLS, John (1996). *El liberalismo político*. Barcelona: Crítica.

\_\_\_\_\_ (2001). *El derecho de gentes y una revisión de la idea de razón pública*. Barcelona: Paidós.

RICOEUR, Paul (1990). *Interpretação e Ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora.



RIVERA, Paulo B. (2006). “Religião e Política no Peru pós-Fujimori”. *Civitas. Revista de Ciências Sociais*, v. 06, nº 02, p. 55 - 75.

ROLDÁN, Verónica (2008). Religión y Política en Italia: la recuperación de los elementos culturales del cristianismo. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 59 - 70.

ROSENMAN, Marcos R. (2001). *Las razones de la democracia en América Latina*. Madrid: Sequitur.

SADEK, Maria Tereza A. (1993). Discurso Político: notas para um debate. In: CHAIA, Vera; RESENDE, Paulo-Edgar & ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. *Análise do Discurso Político: abordagens*. São Paulo: EDUC.

SANCHES, Nilton Antônio (1999). *O significado do voto: um estudo do comportamento eleitoral nas eleições municipais de 1996*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-SP.

SARTORI, Giovanni (1988). *Teoría de la democracia. El debate contemporáneo*. Madrid: Alianza Editorial.

\_\_\_\_\_ (2003). *¿Qué es la democracia?* Madrid: Taurus.

SLOTTERDIJK, Peter (2004). *Crítica de la razón cínica*. Madrid: Biblioteca de Ensayo Siruela.

SPINA, Rose. Sistema Político: que mudanças queremos? *Revista Teoria e Debate*. 91. Março/Abril, 2011.

STRASSER, Carlos (2000). *Democracia y Desigualdad: sobre la “democracia” real a fines del siglo XX*. Buenos Aires: CLACSO.

SYLVESTRE, Josué (1986). *Irmão vota em irmão. Os evangélicos, a Constituinte e a Bíblia*. Brasília: Pergaminho.

TAVOLARO, Douglas (2007). *O bispo: a história revelada de Edir Macedo*. São Paulo: Larousse do Brasil.

THERBORN, Goran (1987). *La ideología del poder y el poder de la ideología*. Madrid: Siglo XXI.

\_\_\_\_\_ (2001). Las nuevas cuestiones de la subjetividad. In: ZIZEK, Slavoj [Comp.] *Ideología: un mapa de la cuestión*. Argentina: Fondo de Cultura Económica: 185 - 197.

THOMPSON, John B. (2002). *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

VELASCO, Demetrio (2008). Religión y política en la praxis de la jerarquía católica española actual. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 71 - 80.

VELASCO, José L. (2007). Democratización y Conflictos Distributivos en América Latina. In: ANSALDI, Waldo [Comp.]. *La democracia en América Latina, un barco a la deriva*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, p. 131 - 153.

WEBER, Max (1992). O sentido da “neutralidade axiológica” nas ciências sociais e econômicas. In: *Metodologia das Ciências Sociais. Volume II*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp.

\_\_\_\_\_ (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

ZAPPONI, Elena (2008). ¿El espacio religioso como lugar de suspensión de lo político? Análisis de la construcción social de “islas atemporales” en el camino de Santiago de

Compostela. In: MALLIMACI, Fortunato [Editor]. *Religión y Política: perspectivas desde América Latina y Europa*. Buenos Aires: Editorial Biblos, p. 21 - 30.

ZIZEK, Slavoj (1992). *El sublime objeto de la ideología*. Madrid: Siglo XXI.

\_\_\_\_\_ (2001). *El espectro de la ideología*. In: ZIZEK, Slavoj [Comp.] *Ideología: un mapa de la cuestión*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, p. 07 - 42.

\_\_\_\_\_ (2003). *Bem-vindo ao deserto do Real!* São Paulo: Boitempo Editorial.

\_\_\_\_\_ (2011). Distorções Ideológicas. *Carta Capital*. São Paulo, 08 de junho, p. 88 - 90.

## **ANEXO**

## **Roteiro de Entrevista**

- 1) Como foi seu ingresso na vida política?
- 2) Quais são seus principais projetos e propostas como parlamentar?
- 3) Por que um líder religioso/ um evangélico se interessa por política?
- 4) O senhor faz parte da Frente Parlamentar Evangélica ou não? Por quê?  
Quais são as vantagens e desvantagens de participar da Frente?  
Quais atividades o senhor desenvolve nela?
- 5) Quais são os temas discutidos na Frente Parlamentar Evangélica e quais são seus principais objetivos?  
Como atua a Frente para atender esses objetivos?
- 6) Quais as realizações e conquistas da Frente Parlamentar Evangélica nessa legislatura?  
Qual a importância da Frente para os evangélicos e para a sociedade em geral?  
Como o senhor avalia a atuação da Frente ao longo desses anos?
- 7) A Frente Parlamentar Evangélica tem uma agenda positiva? Quais são suas principais propostas?
- 8) A Frente tem algum projeto político? Qual? Por quê?
- 9) Como é a relação da Frente com os partidos políticos?
- 10) Nas votações, o senhor segue as orientações do partido político, da igreja ou da Frente Parlamentar Evangélica?  
O senhor segue alguma orientação da igreja no exercício da sua atividade parlamentar?
- 11) Quais são as maiores divergências religiosas e políticas entre os integrantes da Frente? Como os senhores lidam com essas divergências?

12) Na sua opinião, há contradição entre o compromisso religioso e a atuação parlamentar? Qual?

13) Como o senhor articula, em sua prática cotidiana, religião e política?

14) Na última legislatura, alguns membros da Frente Parlamentar Evangélica estiveram envolvidos em esquemas de corrupção. Qual foi a repercussão desse fato no funcionamento da Frente e em relação à sua legitimidade?

Depois disso, houve problemas de mobilização da Frente?

Qual foi o impacto que esse fato teve na sua relação com a congregação e com o eleitorado?